

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Clarissa de Lourdes Sommer Alves

Operações historiográficas em Arquivos?
Uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em
arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade

Porto Alegre

2019

Clarissa de Lourdes Sommer Alves

Operações historiográficas em Arquivos?
Uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em
arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em História.

Linha de Pesquisa: Teoria da História e Historiografia

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre

2019

Clarissa de Lourdes Sommer Alves

Operações historiográficas em Arquivos?
Uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em
arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em História.

Linha de Pesquisa: Teoria da História e Historiografia

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2019

Resultado: Aprovada com conceito A

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (História / UFRGS) – Orientador

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (História / UFRGS)

Dra. Haike Roselane Kleber da Silva (Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico/CONDEPHAAT/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo)

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (História / UNISINOS)

CIP - Catalogação na Publicação

Alves, Clarissa de Lourdes Sommer
Operações historiográficas em Arquivos? Uma análise
sobre o ofício de historiadoras e historiadores em
arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade
/ Clarissa de Lourdes Sommer Alves. -- 2019.
308 f.

Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Operação Historiográfica. 2. Historiadoras em
Arquivos. 3. História Pública. 4. Arquivos Públicos
estaduais brasileiros. I. Schmidt, Benito Bisso,
orient. II. Título.

*Para todas as mulheres-mães-trabalhadoras
que ainda ousam estudar e lutar, e se
permitem sonhar e sentir.*

*Para minha mãe, Isabel, e meu filho,
Valentim, que em meio a tudo isso me
ensinaram a ser mãe também.*

Agradecimentos

Agradecer e agradecer. É tudo o que eu posso fazer ao ter conseguido chegar ao fim do mestrado. Sei que cada uma de nós tem seus próprios motivos e amores para dar significado a essa importante parte da dissertação, mas os meus... ah, como são essenciais!

Começo por agradecer às dezenas de pessoas envolvidas com esse trabalho enquanto fontes. Em história, nem sempre é comum trabalharmos com fontes que nos interpelam, com as quais poderemos cruzar pelo mundo dos vivos, e no meu caso, pelo próprio mundo dos arquivos. Essa foi a realidade da presente dissertação, que não teria se tornado viável sem a atenção de cada colega que me atendeu nos arquivos estaduais país a fora, seja por e-mail, redes sociais, telefone ou pessoalmente. Muito obrigada!

Em seguida, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, não apenas pelo lugar de excelência em produção de conhecimento, mas também pela imensa compreensão, expressa formalmente na ampliação dos prazos, mas também humanamente no respeito e carinho com que sempre fui tratada. Um agradecimento especial às professoras Mara Cristina Rodrigues, Arthur Lima de Ávila, Enrique Serra Padrós e Benito Bisso Schmidt, que foram diretamente minhas mestras nessa caminhada, durante as disciplinas. Vocês foram, ao mesmo tempo, as primeiras vozes de professoras que meu filho escutou, ainda no ventre. Valeu a pena ter frequentado as aulas até o penúltimo dia da gestação!

Por falar em Benito... Não cabe em palavras a minha gratidão. Foste sempre inteligente e perspicaz no processo de orientação, mas falar das tuas qualidades enquanto professor pesquisador não é novidade para ninguém. Quero mesmo é registrar para o mundo o tamanho do teu coração! Se no processo do mestrado pude aproveitar menos do que gostaria tua competência e companhia, espero levar nossa parceria e tua amizade para a vida.

E ainda, Enrique: por mais que a vida as vezes nos afaste fisicamente de quem queremos bem, saiba que as lembranças, o exemplo e o carinho por ti são constituintes de quem sou e serei, sempre. Obrigada, meu primeiro orientador e amigo, por ajudar-me a tecer a historiadora e a pessoa que sou hoje.

Agradeço ao Estado do Rio Grande do Sul pela redução de carga horária sem redução de salário, direito que me concedeu durante boa parte desse trabalho. Uma conquista grandiosa sem a qual eu jamais poderia ter dado conta de tudo o que passou a compor minha vida nesse período. Cabe destacar aqui o nome da Aerta Moscon, diretora do Arquivo Público do Estado do RS (APERS), que me apoiou não apenas na decisão de solicitar essa

redução, mas em todo o percurso do mestrado. Cabe ressaltar, ainda, que quando refiro o Estado não estou falando dos governos que se sucederam nos últimos anos. Esses, ao contrário, parcelaram e atrasaram meu salário sistematicamente, além de reduzirem consideravelmente nossos direitos. Agradeço também a todas as minhas colegas, servidoras do APERS, que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse ter realizado esse sonho. As vivências partilhadas com elas ao longo da última década foram a base sólida sobre a qual erigi todas as profícuas dúvidas que me trouxeram ao mestrado.

Falando do povo do APERS, impossível não destacar a equipe de estagiárias com a qual partilho o cotidiano mais de perto. Sem vocês, que dão vida ao trabalho e colocam a mão na massa de verdade, que acolhem minhas ideias nem sempre ortodoxas, que animam os cafés e me trazem fôlego novo, o caminho seria ainda mais pesado. Várias estagiárias estiveram ao meu lado nesse percurso, mas sinto-me compelida a citar nominalmente a galera de agora da Ação Educativa e da “Liga da Justiça”, com quem tenho aprendido demais: Cássia, Gustavo, João, Laryssa e Manuela, super obrigada!

No limiar entre agradecimentos para colegas, professoras e amigas, meu obrigada à Carla Simone Rodeghero, que entrou em minha vida como professora ainda na graduação; orientou-me no TCC do Bacharelado em História apresentando-me ninguém menos que Paul Ricoeur; seguiu em minha trajetória compartilhando muito do que faço no Arquivo devido a construção do Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS, e que hoje considero uma amiga. És para mim exemplo de profissional, mãe e mulher.

E como não só de trabalho vivem essas mulheres, sigo os agradecimentos com o coração voltado para amigas especiais. Primeiro, agradeço à Quelen Rodrigues, amiga que a vida me trouxe de tão longe e que se tornou irmã. Não é à toa que dia desses o Valentim disse que tinha “duas mães”: tu és aquela pessoa em quem confio cegamente para deixá-lo, e que ele ama porque sente o amor recíproco. Tua ajuda foi fundamental nessa caminhada. Carla Kerber, Caroline Pacievitch, Laura Montemezzo, Janaina Contreiras e Renata Finkler, valeu pelo imenso apoio e por não terem me “banido” do grupinho depois de tamanha ausência! Sempre que consegui acompanhar as trocas de experiências e de carinhos senti-me muito feliz. Aline Maciel, Camila Couto, Caroline VonGroll e Helen Rotta, vocês nem devem imaginar o tamanho da importância que tiveram... A presença de vocês (mesmo que por áudios de WhastApp no meio das madrugadas) fortaleceu-me por demais nesses tempos de redescoberta do mundo. Um mestrado pressupõe estudos e escrita, logo, um tanto de solidão e silêncio. A maternidade, paradoxalmente, também vem acompanhada de solidão:

solidão materna, recheada de dúvidas e de culpas. Partilhar com vocês as dúvidas, inseguranças, aprendizados e alegrias foi muitas vezes o elo com a manutenção da sanidade...

E por falar em sanidade... Sei que não é costume entre as acadêmicas admitir, ao menos no papel, as dores que calamos na alma ou as doenças que afligem a mente. Mas eu não serei dessas, afinal, sem a ajuda da Bruna Heidmann e da Mirian Cohen, respectivamente minha psicóloga e minha psiquiatra, nada aqui teria sido possível. Meninas, quando a ansiedade me mostrou sua pior face, quando minha racionalidade (em quem sempre me apoiei) me traiu, vocês apareceram e me ensinaram que nem tudo está sob meu controle, que posso pedir ajuda, e tudo bem. Simplesmente, obrigada.

Chego agora ao âmago de tudo: minha família.

Agradeço ao Thomas, meu filho emprestado, pela sensibilidade com que me escuta e me acolhe, mesmo que em tantos momentos seja ele a precisar de colo. Nunca esquecerei aquela madrugada em que abriste a porta do quarto, colocaste Nando Reis para tocar baixinho, e me ajudaste a reencontrar o prumo do corpo, tão atordoado pela alma que buscava seu lugar. Sempre estarei aqui para ti.

Agradeço ao meu pai, José Wilson, pelo apoio, pelo exemplo de esforço e integridade, pelo amor e pela admiração que sei que ele tem por mim. Isso é muito fortalecedor.

Agradeço ao meu irmão, Gabriel, pela alegria que é inerente a ele, pelo amor que temos um pelo outro, por ser meu ancoradouro na vida, e por ter se tornado o melhor tio do universo, sem o qual minhas horas de estudo teriam sido menos felizes para o meu filho.

Agradeço a minha mãe, Maria Isabel, por TUDO! Pela vida, pela alimentação, pelo cuidado, pela abnegação, pelos ensinamentos, e por estar vivendo tão intensamente o sonho de ser avó. Sem a tua ajuda quase cotidiana eu não teria sido capaz de ser mãe, trabalhadora, estudante e mulher. Simplesmente, te amo.

Ao Neto, meu companheiro de vida e de tantos sonhos, reservo meu agradecimento mais efusivo, afinal, sei o quanto meu desejo de concluir o mestrado repercutiu sobre ti e o quanto te desdobraste em mil para dar conta da nossa vida nesse período. Admiro tua força, tuas lutas e a ternura com que vives a experiência de ser pai dos nossos filhos. Obrigada.

Ao Valentim, um registro para o futuro: teu sorriso e teus beijinhos a cada manhã foram o bálsamo que aliviou todo o cansaço do caminho. Tudo aconteceu no tempo que foi possível e tudo valeu a pena, afinal, o amor que construímos um pelo outro é a coisa mais bonita que eu poderia ter produzido nessa vida.

Resumo

A presente dissertação tem como principal objetivo problematizar que tensões e pressupostos do fazer historiográfico se expressam no exercício do ofício da historiadora em arquivos públicos estaduais na atualidade. A partir dessa questão central, pretendo avançar na teorização e compreensão sobre as aproximações e os distanciamentos – que podem ser de múltiplas naturezas: epistemológicos, teóricos, metodológicos, éticos, políticos – entre a atuação das historiadoras nos arquivos em relação à atuação das historiadoras acadêmicas, socialmente reconhecidas como responsáveis pela produção do conhecimento histórico, e das historiadoras professoras que, empreendendo outras formas de pesquisa e produção de conhecimento, dedicam-se ao ensino da história enquanto disciplina. Para tanto, apoiei-me no conceito de operação historiográfica tal como apresentado por Michel de Certeau e Paul Ricoeur. Empreendo um diálogo crítico com esse referencial, considerando especialmente o deslocamento do lugar social de atuação profissional e as incidências da memória, elementos centrais à reflexão sobre o fazer da história pública. Nesse movimento, aponto para a necessidade de alargar a mirada quando tem-se por objetivo refletir sobre nosso ofício à luz da teoria da história, no sentido de perceber múltiplos fazeres profissionais que se dedicam, mais do que a operar historiograficamente para produzir narrativas sobre o passado, a *mobilizar cientificamente a história*. A reflexão teórica foi amparada em extenso trabalho de levantamento de questionários e realização de entrevistas com historiadoras atualmente lotadas em arquivos públicos estaduais brasileiros, assim como na análise de produtos do trabalho cotidiano dessas profissionais.

Palavras-chave: Operação historiográfica. Historiadores em Arquivos. História Pública. Arquivos Públicos estaduais brasileiros.

Abstract

The present dissertation has as main objective to problematize that tensions and assumptions of historiographic making are expressed in the exercise of the historian's profession in state public archives nowadays. Based on this central question, I intend to advance in theorizing and understanding about the approaches and distances - which can be of multiple natures: epistemological, theoretical, methodological, ethical, political - between the performance of historians in the archives in relation to the performance of academic historians, socially recognized as responsible for the production of historical knowledge, and of historian teachers who, undertaking other forms of research and knowledge production, dedicate themselves to teaching history as a discipline. To this end, I relied on the concept of historiographical operation as presented by Michel de Certeau and Paul Ricoeur. I undertake a critical dialogue with this framework, especially considering the displacement of the social place of professional activity and the incidences of memory, central elements to the reflection on the making of public history. In this movement, I point out the need to broaden the view when the objective is to reflect on our profession in the light of the theory of history, in the sense of perceiving multiple professional activities that are dedicated, rather than operating historiographically to produce narratives about the past, to scientifically mobilize history. The theoretical reflection was supported by extensive work of surveying questionnaires and conducting interviews with historians currently based in Brazilian state public archives, as well as in the analysis of the products of the daily work of these professionals.

Keywords: Historiographical operation. Historians in Archives. Public History. Brazilian State Public Archives.

Sumário

Introdução	12
Prelúdio – Sobre percursos teórico-metodológicos, constituição do corpo documental e construção da narrativa	40
Capítulo 1 – Arquivos Públicos estaduais brasileiros e suas historiadoras: entendendo o lugar social de atuação profissional	79
1.1 Documentos, memória e arquivos – história e arquivística: reflexões sobre uma longa e intrínseca relação	80
1.2 Sobre Arquivos Públicos estaduais no Brasil atual e suas historiadoras: uma cartografia	112
Capítulo 2 – Historiadoras no “lado de dentro do balcão” dos Arquivos: entre mobilizar a história e operar historiograficamente	166
2.1 Historiadoras em Arquivos: experiências de trabalho e percepções de si enquanto profissionais da história	173
2.2 Reflexões a partir de produtos do fazer de historiadoras em instituições arquivísticas	237
Considerações Finais	285
Bibliografia	287
Entrevistas	298
Anexos	299
1. Modelo - Tabela de Mapeamento para Arquivos Públicos Estaduais	300
2. Modelo - Questionário para Historiadoras em Arquivos Públicos Estaduais	301
3. Amostra - Registro dos Contatos com Arquivos	302
4. Exemplo - Contato inicial via e-mail	304
5. Arquivos Públicos Estaduais do Brasil - Dados Compilados	305
6. Categorização das atividades desenvolvidas pelas historiadoras	307
7. Produtos do fazer de historiadoras dos Arquivos: amostra qualitativa	308

Introdução

“Papai, então me explica para que serve a história?”¹

Até hoje lembro da noite em que entendi a carga que aquela pergunta trazia. Naquele momento meu contato com os *Annales* resumia-se a ter lido em casa as partes do livro *Apologia da História* sugeridas para discussão em aula da primeira disciplina de Teoria e Metodologia da História, se não me engano, ainda no 2º semestre do curso.

Já havia me sensibilizado com o comprometimento que aquele historiador expressava em relação à História, mas, por alguma razão que não recordo – talvez por ruídos em minha leitura, causados pela inexperiência – apenas ao debater em aula entendi que o livro fora escrito em meio aos horrores da Segunda Guerra Mundial, por um Bloch prisioneiro.

Eu, muito jovem, 18 anos. Recordo-me do brilho nos olhos da professora e da sensação de “coração cheio”, por pesar ao saber da condição em que se encontrava o autor, mas também por esperança no caminho que eu estava começando a percorrer.

Naquela oportunidade em que debatíamos os *Annales*, também falamos de Lucien Febvre e de alguns apontamentos por ele deixados em seu *Combates pela História*, e percebi que não estava só ou enganada em minhas reflexões sobre o ofício que escolhera: sim, organizávamos o passado em função do presente, e isso tinha relação com a função social da história²! Confesso que naquela época, em alguns momentos, sentia-me perdida ao entrar em contato com pessoas do curso que justificavam a pesquisa em história apenas pelo desejo de conhecimento, ou que aparentavam ver seu sentido no puro deleite, derramando erudição e referências, enquanto eu engatinhava em meio a pilhas de textos de conteúdo histórico, com a mente ávida por encontrar – nada menos do que! – compreensões para a trajetória humana e caminhos com potencial de transformação...

Naquela noite, senti-me acalentada por pensar que não fora pura ilusão de estudante secundarista acreditar que “fazendo História” poderia intervir na realidade – algo que ainda me move hoje, certamente, porém, sem tanta ingenuidade – e entendi que a questão “para que serve?” não tem uma resposta única, mas múltiplas, diretamente relacionadas ao lugar e aos horizontes de quem pergunta e de quem responde no presente.

Aquela aula foi, também, um despertar para a importância do papel da teoria *na e da* história. A partir dali e dos demais encontros nas disciplinas dessa área, entendi-a em dupla

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2001, p. 41.

² FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3ªed. Lisboa: Presença, 1989, p. 258.

perspectiva: enquanto instrumento para o trabalho de pesquisa empírica da historiadora, ferramenta de abstração que permite analisar a realidade concreta a partir de um conjunto de conceitos e compreendê-la para além de sua aparência, “‘mapa preliminar’, a partir do qual o pesquisador interroga a porção da realidade que deseja investigar”³; e enquanto sistema de reflexão sobre o próprio pensamento histórico, que não serve diretamente à pesquisa empírica, mas que examina a própria pesquisa e as teorias que utiliza para responder a seus problemas e alcançar seus objetivos, que ajuda a elucidar e explicitar os pressupostos que balizam e determinam os conhecimentos históricos cientificamente produzidos⁴.

O tempo passou, tais entendimentos acompanharam-me, e aquele encontro significativo com a teoria seguiu marcando minha trajetória, contribuindo para minhas atribuições de sentido à história. Até que, em 2010, passei em um concurso público para o cargo de Técnica em Assuntos Culturais – grande conquista para uma jovem formada naquele mesmo ano – e iniciei minha atuação com a função de historiadora no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

O cotidiano do Arquivo não era uma novidade para mim. Já trabalhava lá, desde o início de 2009, como bolsista do então nascente Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS (PEP), mantido até hoje em parceria com o Departamento de História da UFRGS. Porém, a posição de concursada conferia nova perspectiva, mais responsabilidades, e envolvimento com outras tarefas, para além da educação patrimonial.

Um mundo se abria: em alguns pontos o trabalho foi ao encontro da historiadora que me tornei a partir da formação acadêmica, como nos momentos em que me envolvia com a organização de eventos e publicações de caráter histórico, ou no apoio ao atendimento dado a usuárias que chegam à instituição em busca de fontes para suas pesquisas; na realização de visitas ao conjunto arquitetônico do Arquivo com ênfase em seu potencial enquanto patrimônio, ou na criação e oferecimento de oficinas para escolas, que envolvem pesquisa documental e produção de materiais pedagógicos, também a partir de temáticas históricas. Em outros processos, o trabalho pareceu chocar-se com a minha formação, gerando questionamentos para os quais nem sempre encontrei respostas ou aportes no campo da teoria e da metodologia da história. Qual a diferença entre espécie e tipologia documental?

³ PETERSEN, Silvia; SCHMIDT, Benito; XAVIER, Regina. O pesquisador iniciante e a produção do conhecimento histórico: da definição do tema à apresentação dos resultados. In: PINTO, Céli R. J.; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.38.

⁴ Cf. RÜSEN, Jörn. Introdução. In: **Razão Histórica**. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

O que é um Plano de Classificação de Documentos ou uma Tabela de Temporalidade? Como atua um Sistema de Arquivos, e qual a função de uma historiadora dentro desta engrenagem? Por que nunca ouvi falar disso ao longo da graduação? Como assim “os documentos são eliminados por desfragmentação”? Quem chancela esses procedimentos? Quem define o que será, ou não, de valor histórico, e, portanto, de guarda permanente? Como descrever fundos documentais e seus itens em instrumentos de pesquisa que sejam úteis aos diversos públicos do Arquivo, e não apenas para historiadoras? Voltaram à tona as reflexões sobre o sentido da história: para que serve a história, e a historiadora ou o historiador⁵, dentro dos arquivos públicos?

⁵ O vocábulo “historiadora” e seus derivados, assim como outras profissões, aparecem diversas vezes nessa dissertação. Palavras que em nossa língua pedem contração de gênero, e são empregadas no chamado “masculino genérico” quando pretende-se falar de mulheres e homens, pois em Português não há gênero neutro. Alguns linguistas defendem que o masculino é o gênero “não-marcado”, enquanto o feminino demarca a diferença: dizer “todos têm direitos iguais” incluiria homens e mulheres, enquanto dizer “todas têm direitos iguais” excluiria os homens. Segundo tal abordagem, esta característica gramatical não teria relações diretas com nossa cultura ou com distinções sociais de gênero, sendo resultado de um processo de transformação do latim, que em sua origem admitiria o gênero neutro, sendo, porém, fundido ao masculino (Cf. MÁDER, Guilherme R. C. **Masculino Genérico e Sexismo Gramatical**. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158447/336814.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 mar. 2019). Para Ana Cansado, com quem concordo, esta “liberdade gramatical’ [do masculino] constitui um importante mecanismo de reforço de um modelo em que o homem se torna a medida do humano, a norma ou o padrão. Neste modelo patriarcal, encobertas na referência linguística do masculino genérico, as mulheres tornam-se praticamente invisíveis na linguagem, mas mais do que uma mera sub-representação linguística das mulheres o uso do masculino genérico hierarquiza as relações de gênero, colocando as mulheres numa posição subalterna à dos homens em todas as áreas do pensamento.” (CANSADO, Ana. O masculino genérico: uma questão gramatical ou um debate ideológico? **Portal Esquerda.net**. 7 abr. 2015. Disponível em: <https://www.esquerda.net/opiniaio/o-masculino-generico-uma-questao-gramatical-ou-um-debate-ideologico/36527>. Acesso em 21 mar. 2019). Mäder concorda que há, sim, sexismo carregado no masculino genérico: ele é resultado de uma história marcada pela subjugação e pelo apagamento da ação das mulheres. É assim que sinto sempre que a língua me compele a diluir minha própria existência e atuação profissional na generalização “historiador”. Desta forma, assumindo os riscos de incorrer em desrespeito a normas gramaticais *historicamente construídas*, farei todas as generalizações de gênero no feminino, por reconhecer e saudar a atuação abnegada e muitas vezes brilhante de tantas mulheres na área de arquivos; por acreditar na importância política de vermo-nos nomeadas; por perceber as ciências e as línguas em eternos processos de transformação, logo, passíveis de se tornarem não-sexistas. A mesma lógica explica a opção por, muitas vezes, referir-me às autoras e entrevistadas pelo primeiro nome, e não pelo sobrenome, como é academicamente de costume. Penso que ler um sobrenome genérico remete-nos, inconscientemente, a um ser universal pautado pelo masculino, enquanto falar de “Marias” e “Clarices” explicita nossa presença nesse lugar, de produção científica. Farei também o uso de estratégias semânticas na busca por uma linguagem equitativa, como suprimir a explicitação dos sujeitos nas frases por meio de mudanças nas conjugações verbais, escrever as palavras tanto no feminino quanto no masculino, ou usar termos realmente genéricos (como em a direção, a equipe, as pessoas). Busquei tais estratégias em: GOVERNO DO ESTADO DO RS. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz bem se entende. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em 21 mar. 2019. Obviamente não alterarei a flexão de gênero nos excertos trazidos a partir de citação direta. Sei que, como eu mesma senti durante a escrita, quem me lê poderá ter dificuldades para acompanhar o texto com total fluidez. A percepção de que se está lendo algo errado, ou algo que exclui aos homens, torna-se muito presente. Mas se houver incômodo, tudo bem. Sinal de que a provocação política e epistêmica está sendo eficaz, não apenas em mim. Agradeço ao professor Arthur Lima de Ávila por, na banca de qualificação, ter encorajado essa escolha.

Não apenas minha trajetória individual, mas o contato com colegas do APERS de diversas formações, com historiadoras de outras instituições de memória e com leituras de nossa área evidenciam a problemática da atuação profissional das historiadoras para além da pesquisa acadêmica e do ensino, ou, como bem definiu Benito Schmidt, “o historiador do outro lado do balcão, [...] profissional de história que deverá prestar serviços aos pesquisadores e à comunidade em geral”⁶. Ao empreender reflexão sobre a atuação de historiadoras em arquivos a partir de sua experiência no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a historiadora Beatriz Kushnir acompanha Benito no uso da expressão, afirmando a importância de pensar nosso fazer “‘do outro lado do balcão’, onde o atendimento/acesso se dá quando o pesquisador chega”⁷, e não quando nos dirigimos a essas instituições no papel de pesquisadoras. Para Ancona Lopez,

Os arquivos são, ao mesmo tempo, o elemento mais importante e o menos discutido da construção histórica. A ausência de um diálogo efetivo entre historiadores e arquivistas, bem como a falta de conhecimento técnico e teórico sobre a ciência do “outro” são responsáveis pela situação lamentável em que se encontram duas pontas da mesma realidade, assim como pela enorme distância que as separa.⁸

Certamente esse distanciamento está relacionado ao desenvolvimento de tais áreas do conhecimento a partir do século XIX⁹: inicialmente não havia distinção formal entre historiadoras e arquivistas, e os arquivos eram organizados a partir de critérios temáticos e cronológicos, voltados aos interesses da pesquisa histórica. Progressivamente o surgimento de novas abordagens historiográficas e a crítica às fontes oficiais escritas, ao lado da especialização da arquivística, foram delimitando espaços, em que a arquivista assumiu

⁶ SCHMIDT, Benito B. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 187-196, dez. 2008, p. 189.

⁷ KUSHNIR, Beatriz. Desse lado do balcão: O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e seus 450 anos de documentos. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 267.

⁸ LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996. p. 15-36, p. 33.

⁹ Conforme será possível observar de maneira mais detalhada no Capítulo 1, ainda que não seja objetivo central da presente pesquisa traçar um histórico dessas trajetórias. No campo da história, nos é próxima (e vasta) a produção a respeito de sua constituição enquanto disciplina autônoma, da profissionalização da historiadora, e de diversos debates em torno de seu caráter científico, implicando discussões muitas vezes acirradas em torno das noções de verdade, objetividade e subjetividade, que são em geral acessadas durante nossa formação acadêmica. Assim, não me parece o caso de tecer indicações bibliográficas nessa seara. Porém, para iniciar um mergulho na problemática da constituição dos campos disciplinares sob o prisma da arquivística, que possui densa relação com a história, ver: SILVA, Armando Malheiro da, *et al.* **Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1998; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002; SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973; COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M.; **Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. Registro**, Indaiatuba/SP, n.3, jul.2004.

papel preponderante na organização dos arquivos, e a historiadora, em sua sala de pesquisa.¹⁰ Entretanto, os desafios contemporâneos postos à arquivística e à história – como o crescimento exponencial da produção documental, o advento de novas tecnologias aplicadas à produção e à gestão de documentos, a crescente valorização da memória – parecem-me evidenciar a necessidade de resgatar uma parceria há muito perdida.¹¹

Nesse caminho, muito falamos de arquivos e de documentos desde o aparecimento da historiadora profissional e de seu método crítico no século XIX – que nasceram com a essência irmanada às instituições arquivísticas – até a grande ampliação do conceito de fonte e dos objetos passíveis de análise pela historiadora. Mas precisamos falar, também, sobre quando nosso papel é empreender fazeres nos processos de sua gestão, tratamento e difusão, e debater sobre os mecanismos inerentes à ciência da história que legitimam ou permitem que a historiadora participe dessas atividades intelectuais.

Zita Possamai, debatendo a ampliação de nosso campo de atuação no Brasil a partir do final da década de 1980 e destacando a importância que teve para isso a “dimensão social e cultural alcançada pelas iniciativas voltadas à valorização da memória”¹², sistematiza questões que são provocadoras: o que as instituições esperam da profissional de História que nelas atua? Que obstáculos essas profissionais enfrentam? Como deve ser sua formação? Que habilidades ela deve possuir? O que a distingue de outras profissionais que atuam na área do patrimônio histórico-cultural? A autora faz apontamentos sobre atividades com as quais as historiadoras poderiam envolver-se em museus, arquivos, centros de memória e órgãos de gestão do patrimônio cultural, e destaca a existência de desafios teóricos e epistemológicos relacionados ao tema. Schmidt também se questiona a respeito, na tentativa de contribuir com o avanço das discussões sobre nosso ofício em tais espaços. Nesse sentido, afirma que nossa formação deve exercitar

a capacidade de voltar para os acervos aquele tipo de olhar que, por dever de ofício, eles [os historiadores] já devem lançar aos demais objetos que estudam: um olhar eminentemente histórico, que desnaturaliza os objetos (inclusive os papéis), seus arranjos, combinações, organizações e classificações, mostrando que tais operações, aparentemente desinteressadas, resultam de gestos, de escolhas, de omissões e de silenciamentos determinados pelas lutas sociais e políticas presentes em cada contexto histórico.¹³

¹⁰ MIRANDA, Márcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH. São Paulo, julho 2011, pp. 01-14.

¹¹ MIRANDA, Márcia Eckert. Os arquivos e o ofício do historiador. **Anais do XII Encontro Estadual de História** - ANPUH-RS. Rio Grande, julho 2012, pp. 900-911.

¹² POSSAMAI, Zita. O ofício da História e novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n.28, p.201-218, dez. 2008, p. 202.

¹³ SCHMIDT, 2008, op. cit., p. 190.

Mas segue ponderando que não é cômodo “questionar a fixidez de procedimentos e de ‘normas técnicas’”; que muitas vezes ao contratar historiadoras tais instituições desejam mais obter a “chancela científica” da história para seus procedimentos e identidades do que submetê-los a olhares críticos que evidenciem sua historicidade; e que é dever das historiadoras e de sua associação, a Associação Nacional de História (ANPUH), promover tais reflexões.

No mesmo sentido, são importantes as reflexões desenvolvidas por Margarida Dias Oliveira e Itamar Freitas sobre a formação da historiadora em relação às demandas de seu exercício profissional. Para tanto, identificam aqueles que lhes parecem ser “lugares da historiadora”, determinados por necessidades imediatas de seu trabalho e por demandas sociais: “os lugares de atuação profissional da história são marcados, inicialmente, pela ‘logística da pesquisa’ que lhes é imposta”¹⁴, que os levaria a atuar em arquivos, museus, bibliotecas, editorias de revistas e mídias virtuais, redações de jornais, estúdios e ilhas de edição voltadas à produção de telejornais, documentários e materiais didáticos diversos, secretarias de educação e cultura e outros espaços que se destinem a pensar políticas públicas de ensino e preservação da memória. Buscando evidenciar potencialidades e debilidades que parecem ser legadas pela formação acadêmica às historiadoras para que sejam capazes de exercer seu ofício “com destreza e honestidade” nesses lugares, afirmam que, se para a pesquisa histórica

é clara nossa forma de atuação, para todos os outros, devemos nos apressar em explicitar nossos posicionamentos e o que entendemos como nossas tarefas. No que diz respeito à pesquisa, há uma produção imensa, críticas de vários matizes, incorporações de teorias, metodologias de várias áreas de conhecimento. Ou seja, atualização constante dos debates.¹⁵

Na perspectiva das autoras, com a qual me identifico, em relação ao ensino há muitos problemas, e em relação à presença nos demais espaços, embora a comunidade historiadora reafirme a necessidade de sua presença, “não há produção de conhecimento no Brasil sobre quais seriam ali nossas funções e tarefas, já que, em todos esses espaços de atuação, há outros profissionais (arquivistas, museólogos, jornalistas, etc.) que já atuam”.¹⁶ Mais adiante, no

¹⁴ OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Formação do Profissional de História na Contemporaneidade. **Mouseion**. Canoas: UnilaSalle, 2014, p. 110.

¹⁵ *Ibidem*, p. 114.

¹⁶ *Ibidem*, p. 118.

momento em que direcionam a análise especificamente para os arquivos, são bastante enfáticos:

Os arquivos são espaços de disputas constantes pelos profissionais de História [...] Contudo, não conhecemos textos na bibliografia especializada consultada no Brasil que reflita sobre **quais são nossas tarefas** – para além da possibilidade da pesquisa – **em uma equipe interdisciplinar de trabalho** que, desejamos, exista em um arquivo.¹⁷ [grifo meu]

Concordo plenamente com Margarida e Itamar no sentido de que é ainda um desafio perceber ou delimitar quais são essas tarefas, posto tanto no ambiente de produção de conhecimento a respeito da história – a academia – quanto no lugar de minha atuação profissional cotidiana – dentro do arquivo.

Em artigo a respeito dos desafios colocados pelos arquivos e documentos textuais às historiadoras a partir do “entendimento de que tudo que os homens culturalmente produzem constitui fontes para a História [...] e diante do compromisso com a preservação da memória”¹⁸, Vera Barroso tece excelentes comentários a respeito das tarefas por nós enfrentadas tanto como pesquisadoras, frequentadoras das salas de pesquisa, quanto como profissionais dos arquivos. Entretanto, é interessante destacar que, ao referir os desafios colocados para “o lado de dentro do balcão”, Barroso na maioria das vezes não diferencia tarefas de historiadoras e de arquivistas, ou reúne-as na expressão “profissionais de arquivo”, ao mesmo tempo em que mobiliza diversos conceitos teóricos da arquivologia, como a “teoria das três idades”, sem abordar as fronteiras disciplinares. Ao tratar, por exemplo, dos motivos pelos quais uma pesquisadora não encontra o que procura no acervo, refere como possibilidade que “o historiógrafo/arquivista, por limites no conhecimento científico do arranjo, classificação e catalogação das fontes – no caso, textuais –, acabe por produzir um inventário que não revela a estrutura orgânica da sua produção (...)”¹⁹.

Ainda que eu reconheça que muitas historiadoras mundo-a-fora dedicam-se a atividades como arranjo, classificação e descrição de documentos arquivísticos, e sem questionar sua legitimidade ou competência, parece-me flagrante que nossa formação acadêmica “original” não nos prepara diretamente para isso. Historiadora e arquivista seriam mesmo agentes igualáveis nessa sentença?

¹⁷ Ibidem, p. 120.

¹⁸ BARROSO, Vera Lúcia M. Arquivos e documentos textuais: antigos e novos desafios. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n.31, p.197-206. Jan./jun. 2002, p. 198.

¹⁹ Ibidem, 204.

Ao encontro dessa evidência (de que não estão elucidadas as fronteiras), parece-me legítimo e até mesmo fundamental questionar “para que serve” a historiadora dentro do arquivo. Seria tão “natural” assim sua/nossa presença nessas instituições, a ponto de lidarmos com ela de forma tácita?

Há lacunas nesse debate, mas ele vem frutificando, especialmente a partir dos anos 2000. Como sinal, podemos citar a proliferação de simpósios temáticos nos encontros nacional e estaduais de História promovidos pela ANPUH relacionados à problemática da ampliação dos lugares de atuação profissional, e a consequente publicação de inúmeras reflexões em defesa da expansão desses horizontes. Um marco importante nesse sentido foi a realização, em dezembro de 2012, em São Paulo, do encontro “O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos”. O evento produziu um documento que apresenta as diretrizes gerais consideradas imprescindíveis à formação e atuação das profissionais da História que neles trabalham, e defende que “a presença de historiadores é imprescindível ao bom funcionamento dessas entidades custodiadoras”, sem deixar de mencionar a necessária atenção e respeito aos referenciais teórico-metodológicos “próprios da História”²⁰.

Essas discussões foram influenciadas pelo debate do Projeto de Lei que regulamenta nossa profissão, e que prevê entre suas atribuições, além do magistério e da pesquisa acadêmica, outros fazeres que podem ser identificadas com uma série de frentes de trabalho, como contratação por projetos em empresas privadas, atuação em arquivos, museus, centros de documentação, etc., conforme pode ser observado em seu Art. 4º, incisos II a VI:

Art. 4º São atribuições dos historiadores:

II – organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;

III – planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;

IV – assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;

V – assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;

VI - elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.²¹

²⁰ ANPUH-Brasil. O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos: documento final. **Encontro O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos**. Ciclo de eventos: Historiador - perfis profissionais. São Paulo, 06 e 07 dez. 2012, p. 2. Disponível em http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=37412. Acesso em 01 nov. 2015.

²¹ BRASIL. Senado Federal. Substitutivo da Câmara n.3 ao Projeto de Lei do Senado n. 368/2009. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de historiador e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4804039&disposition=inline>. Acesso em 18 set. 2018.

Isto coloca a necessidade de se (re)pensar a formação oferecida à futura historiadora, e de se aprofundar as reflexões de cunho epistemológico, teórico e metodológico acerca do ofício nesses espaços. Nesse sentido, a regulamentação também corrobora para estimular o presente trabalho, afinal, se regulamentar é fundamental para configurar o campo de atuação profissional e gerar maior demanda por historiadoras aptas a atuar em instituições de memória e outros espaços, concordo com Schmidt quando afirma que ela não é suficiente para legitimar nossa prática: além de adequar a formação e pensar as questões éticas diante dos embates entre memória e história, precisamos “definir com mais precisão as funções dos historiadores nestes novos espaços de atuação profissional”.²²

A partir dessas diversas inquietações nasceu, após alguns anos de imersão cotidiana no “mundo dos arquivos”, o problema de pesquisa que desenvolvo nessa dissertação: *que tensões e pressupostos do fazer historiográfico se expressam no exercício do ofício da historiadora em arquivos públicos na atualidade?* A partir dessa questão central, pretendo avançar na teorização e compreensão sobre as aproximações e os distanciamentos – que podem ser de múltiplas naturezas: epistemológicos, teóricos, metodológicos, éticos, políticos – entre a atuação das historiadoras nos arquivos em relação à atuação das historiadoras acadêmicas, socialmente reconhecidas como responsáveis pela produção do conhecimento histórico, e das historiadoras professoras que, empreendendo outras formas de pesquisa e produção de conhecimento, dedicam-se ao ensino da história enquanto disciplina.

Nesse empreendimento, considero como objetos de análise:

- a) as *trajetórias profissionais de historiadoras* vinculadas a arquivos públicos estaduais em todo o país, acessadas por meio de inúmeros contatos para mapeamento das instituições, de suas estruturas, condições de trabalho e perfil das equipes, assim como pela aplicação de um questionário específico voltado a tais colegas;
- b) *entrevistas e produtos das atividades desenvolvidas por historiadoras e historiadores* lotadas atualmente em quatro instituições: (1) *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (APERS) e (2) *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* (AHRs), por serem os arquivos públicos do estado em que atuo e no qual produzi essa dissertação, nos quais tenho trânsito entre as equipes e maior facilidade de acesso às fontes, além de ter maior proximidade com

²² SCHMIDT, op. cit., p. 194. Nessa discussão, importante ter em vista que arquivistas, bibliotecários, museólogos e jornalistas possuem profissão regulamentada.

a realidade local²³ em suas especificidades, marcada pela forte tradição da arquivística no estado²⁴; (3) *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro* (APERJ) e (4) *Arquivo Público do Estado de São Paulo* (APESP), por serem órgãos de reconhecida atuação no meio arquivístico nacional, com profissionais da história em seu quadro funcional que se colocam como agentes de reflexões a respeito de nossa profissão nos arquivos; por serem instituições nas quais eu teria a garantia de acesso a tais profissionais e suas trajetórias, ou seja, acesso às minhas fontes centrais de pesquisa; e por experimentarem outra realidade regional, com diferentes vinculações administrativas e diferentes condições materiais em relação às observadas no Rio Grande do Sul.

Parti do pressuposto de que analisando mais detidamente a realidade de nosso fazer em arquivos de três estados distintos seria possível observar e analisar com mais cuidado semelhanças, conexões e distanciamentos, o que ficaria prejudicado caso tomasse como amostra apenas as instituições do Rio Grande do Sul.

Além dessas justificativas para a escolha amostral, vale ponderar ainda que, como em muitas escolhas metodológicas, incidiram tanto critérios teóricos e técnicos quanto outros subjetivos. Neste caso, optar por deslocar-me apenas para Rio e São Paulo – e não para ao menos um arquivo de cada região do país, como cheguei a pensar – esteve intimamente ligado não apenas a limitações financeiras, mas também a minha dificuldade

²³ Essa realidade também é marcada pela existência de dois arquivos públicos institucionalizados no estado, um vinculado à Administração, e outro à Cultura, em uma dinâmica sobre a qual certamente ainda há muito o que pesquisar, mas que parece refletir a trajetória protagonizada pela área ao longo do século XX, como será melhor abordado no Capítulo 1.

²⁴ O Rio Grande do Sul recebeu o segundo curso de Arquivologia do Brasil, em 1976, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e hoje conta com mais dois, na UFRGS e na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Esses dois últimos são, respectivamente, o oitavo curso criado no Brasil, em 1999, e o décimo segundo, fundado em 2008, informação que deve ser considerada em um universo de apenas 17 cursos reconhecidos pelo MEC atualmente, em todo o Brasil, sendo um em universidade particular (Centro Universitário Assunção - UNIFAI, em São Paulo/SP) e dezesseis em universidades públicas – sendo seis desses criados pelo *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI), promovido pelo governo federal em 2007. Do total dos 17, três deles foram criados nos anos de 1970, cinco nos anos de 1990, sete nos anos 2000, e dois nos anos de 2010, distribuídos em 12 estados da federação: Amazonas (1), Bahia (1), Distrito Federal (1), Espírito Santo (1), Minas Gerais (1), Pará (1), Paraíba (2), Paraná (1), Rio de Janeiro (2), Rio Grande do Sul (3), Santa Catarina (1) e São Paulo (2). Estes dados ajudam a inferir a presença marcante de profissionais arquivistas no Rio Grande do Sul em relação ao restante do país. *Fontes para esta nota*: BRASIL, Ministério da Educação, **Portal e-MEC**: Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior, disponível em <http://emec.mec.gov.br/>, acesso em 08 set. 2018; **Breve história do curso de Arquivologia no Brasil**. In: Mundo Arquivista, 31 mar. 2013. Disponível em: http://mundoarquivista.blogspot.com/2013/03/breve-historia-do-curso-de-arquivologia_31.html. Acesso em: 08 set. 2018; FERREIRA, Rafael Chaves. KONRAD, Gláucia. O ensino de Arquivologia no Brasil: o caso dos cursos de Arquivologia do RS. **Biblos**: Rev. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v.28, n.3. Edição Especial. 2014, p.133-36.

em ausentar-me de Porto Alegre por longos períodos de tempo, afinal, toda a pesquisa foi realizada enquanto eu me tornava mãe.

Informar aqui essa condição parece-me importante não para justificar, mas para ajudar a entender algumas escolhas e limitações analíticas, que de forma alguma considero deslegitimadoras ou empobrecedoras de meu trabalho, mas apenas parte dos marcos em que ele foi construído. Como poderá ser observado ao longo do texto, registrar processos, ponderar questões subjetivas ou psicológicas, entraves e mudanças de rumos, para mim, é uma postura carregada de potência analítica e que denota honestidade intelectual.

Aqui, por exemplo, essa postura mune as leitoras e leitores de elementos para problematizar os resultados que encontrei; para questionar como poderia ter sido caso eu tivesse visitado, também, o Arquivo da Bahia, de Mato Grosso, ou do Pará; para pensar em novas pesquisas potenciais, ao contrário de tentar convencer que minha escolha era a única ou a mais correta. Em verdade, foi a escolha possível dentro do meu tempo e do meu coração de mãe-trabalhadora-estudante. Mas certamente foi uma escolha amparada em leitura e reflexão, em um conhecimento mínimo do mundo dos arquivos públicos estaduais brasileiros, e em forte intenção investigativa.

Desde o projeto apresentado à seleção de mestrado, pretendia realizar um mapeamento geral que oportunizasse visualizar melhor a realidade dos arquivos públicos estaduais de todo o país, por acreditar mesmo que falta (re)conhecimento desse cenário, tanto enquanto espaço de atuação profissional – para mim, o lado de cá do balcão – quanto como “laboratório de pesquisa” para milhares de historiadoras – essas que diariamente adentram as portas dos arquivos em busca de fontes, que comumente chamamos de pesquisadoras, ou de usuárias (arrisco-me a apostar que minhas leitoras já ouviram falar dessa “classe”!). Esse objetivo demonstrou-se muito ambicioso se considerada a complexidade da realidade nacional. Certamente muito mais poderia ser mapeado, analisado, escrito. Porém, de modo global, creio que ele foi alcançado com o primeiro capítulo da presente dissertação.

Porém, preciso confessar que, num sonho ingênuo de historiadora curiosa, imaginei um dia poder conversar de maneira mais próxima com colegas de cada canto desse país-continente, ouvir atentamente de suas experiências e a partir de suas narrativas tentar mirar seus “autorretratos” nos arquivos, manusear publicações por cada um deles produzidas, analisar detidamente os registros de exposições, ações educativas, mídias sociais, planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos com os quais se envolveram..., para enfim, após muita reflexão e cruzamento de dados, pintar um “quadro completo”, digno dos

maiores murais de Aurora Reyes Flores ou de Diego Rivera, que desse conta de representar de maneira detalhada e quase acabada qual o *lugar especial* da historiadora no Arquivo! Pressupunha, é claro, que este lugar existia.

Entretanto, a materialidade da vida, a efemeridade do tempo e a consciência teórica chamaram-me à realidade: seria impossível, ainda menos no prazo de um mestrado, construir uma dissertação nesses moldes, até porque – e isso eu fui aprendendo ao longo da própria pesquisa – por mais que seja possível traçar reflexões sobre quais podem ser as prerrogativas das historiadoras nos arquivos, quais suas contribuições potenciais, no que se aproxima ou se diferencia seu *métier* daquele exercido pelas historiadoras que se dedicam à pesquisa acadêmica ou pelas demais profissionais que atuam nos arquivos (como pretendo demonstrar ao longo desse texto), não há e nem pode haver um “croqui-modelo” capaz de enquadrar todas as experiências: ao contrário, em cada arquivo existem necessidades e expectativas diferentes, oriundas de histórias institucionais diferenciadas, talvez uns com centenas de metros lineares de documentos aguardando mínimo tratamento técnico enquanto diversos grupos batem à porta, sedentos por visitas guiadas e atividades culturais, e outros com ampla gestão documental e pouco reconhecimento ou acesso por parte da comunidade; em cada local de trabalho há pessoas com personalidades amplamente diversas, que mesmo a partir de uma formação acadêmica próxima responderão aos desafios cotidianos de formas muito distintas...

Seria um crime teórico-metodológico tentar amontoar centenas de relatos, de citações de publicações, de imagens mentais descritas em textos, cada qual disputando espaço no mural, tentando ser percebida e entendida, quando, ao fim e ao cabo, não poderiam ser todas observadas em profundidade, não teriam suas conexões e intertextualidades mobilizadas ou percebidas a contento.

Desta forma, admitindo a grande dimensão da rede de arquivos públicos estaduais do país, com seus 26 entes federados e o Distrito Federal (a maioria deles com arquivos institucionalizados), acredito que a opção por centrar o estudo, primeiro, na recolha e análise de questionários respondidos virtualmente por colegas de diversas partes do Brasil, e em seguida na atuação das historiadoras e historiadores lotadas atualmente nas quatro instituições acima referidas é uma forma qualificada de garantir a viabilidade da análise pretendida.

Entregando-me a uma reflexão no campo da teoria da história em intersecção com o campo da história pública, com forte inspiração etnográfica²⁵ – aqui uma das explicações para o fato de valorizar o registro dos processos e não apenas dos resultados da pesquisa –, busco colocar a práxis dessas historiadoras em evidência, a partir de suas narrativas e de alguns produtos diretos desse ofício nos arquivos, produtos esses que não têm necessariamente como resultado uma escrita a partir de um problema de pesquisa histórico, mas que são por mim inquiridos como resultados de uma operação historiográfica voltada a múltiplos públicos. Percebo, assim, a atuação das historiadoras em arquivos como objeto de conhecimento do campo da história, isso considerando que, ao fundamentar

a pretensão de racionalidade desse pensamento, a teoria da história abre a possibilidade de este vir a ser submetido à crítica racional. Com a teoria da história, o pensamento histórico expande sua capacidade de fundamentar-se e de criticar-se. [...] a teoria vai além da práxis e pode, com isso, basear-se nesta para evidenciar-lhe cognitivamente os fundamentos que, por exemplo, sem o resultado teórico, ficariam velados na práxis.²⁶

Somente assim, transformando a práxis da historiadora do arquivo em objeto do conhecimento, torna-se possível analisar suas bases, buscar seus pressupostos e fundamentos, aproximações e especificidades em relação à práxis da historiadora

²⁵ Espero que essa perspectiva fique mais bem explicitada ao ser empregada na construção do cenário dos arquivos públicos estaduais enquanto lugares de atuação dos historiadores na atualidade, no Capítulo 1. Por agora, creio que basta demarcar esse método como uma inspiração para todas as fases de análise da dissertação, não apenas nas visitas ao APERS e ao AHRS ou nas viagens às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, marcadas pela realização de entrevistas, conversas face a face, observação dos espaços, atenção aos gestos, tons e sutilezas da fala, etc., momentos em que se pode vislumbrar uma atividade de pesquisa mais próxima ao tradicional *trabalho de campo* antropológico, intrinsecamente vinculado à *observação* e *descrição densa* (cf. GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989, p. 13-41), mas também no contato virtual com as instituições de todo o país, que se deu através da troca de e-mail, do acesso a seus sites e mídias sociais (especialmente o Facebook, quando possuem), por ligações telefônicas e por aplicativo de mensagens via celular. Inclusive, nessa caminhada descobri que a *etnografia virtual*, ou *netnografia*, entendida como “a adaptação do método etnográfico para o ambiente virtual” tem-se afirmado na pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais (GOMES, Suely H. A.; SANTOS, Flávia M. Etnografia virtual na prática: análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. In: **Anais do 7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura**, 20 a 22 nov. 2013, Curitiba, Paraná, p. 4, disponível em <http://www.abciber.org.br/simposio2013/anais/>, acesso em 09 set. 2018), o que parece compreensível e até mesmo necessário em um mundo cada vez mais tecnológico, marcado pela conexão e interação por meio da internet. Mas claro, realizo essa comparação reconhecendo e guardando as especificidades: nos trabalhos de netnografia em geral os pesquisadores dedicam-se a conhecer profundamente e interagir com usuários de mídias virtuais em páginas e comunidades, apresentando-se com um perfil e tornando-se membros delas. No caso dessa pesquisa, a internet ora configura-se como fonte de informações sobre os arquivos, suas funções e a atuação de seus profissionais, ora como mecanismo de interação com as pessoas enquanto profissionais, e não na perspectiva de acessar uma realidade virtual construída. Sobre etnografia virtual, ver também POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, Ano 2, no 3, julho a dezembro de 2013.

²⁶ RÜSEN, op. cit., p.15.

acadêmica²⁷, para poder fundamentá-la, criticá-la à luz da racionalidade histórica e buscar formulações que possibilitem pensar “para que serve a historiadora nos arquivos”.

As reflexões relacionadas ao tema dessa pesquisa são numerosas e diversas, podendo ser acessadas a partir de produções oriundas de múltiplos cursos de graduação e pós-graduação, como história, filosofia, arquivologia, ciência da informação, memória e patrimônio cultural – isso para citarmos apenas as produções que têm a academia como origem. Mas, como já destaquei, até onde pude instruir-me são praticamente inexistentes as reflexões teóricas que problematizem diretamente o fazer historiográfico dentro dos arquivos – como acontece com nosso fazer nos âmbitos acadêmico e escolar – e que deem centralidade ao questionamento dos sentidos de nossa presença – não para duvidar ou negar, mas a fim de compreender, complexificar e qualificar.

Nesta direção, recentemente defendi uma monografia em que refleti sobre o fazer das historiadoras em arquivos analisando o processo de construção de uma oficina de educação patrimonial como operação historiográfica²⁸. Pude fazer uma primeira aproximação ao tema e à reflexão que empreendo nessa dissertação.

Também percebo nesse caminho o já citado artigo de Oliveira e Freitas (2014), que trazem uma importante pista ao apontar para “a especificidade do conhecimento que produzimos e sua necessidade para que outros profissionais se sirvam dele para confeccionar seus produtos, que podem ser vários”²⁹. Ou seja: podem mudar os lugares de atuação, mas mantêm-se as formas de construção do conhecimento histórico, tanto na pesquisa quanto no ensino, como atividades da historiadora. Entretanto, eles não se detêm em analisar o fazer cotidiano a partir de experiências concretas ou de produtos que sejam frutos desse fazer nos arquivos (até mesmo por tratar-se de uma análise limitada pelo espaço de um artigo, e que

²⁷ Embora eu entenda que não apenas dentro da academia são realizadas pesquisas históricas com o objetivo de responder perguntas sobre o passado – uma historiadora pode ser contratada por uma empresa para pesquisar e escrever sua história institucional, ou realizar diversas pesquisas estando vinculada a outro tipo de instituição, que não as universidades, que fomenta a produção de conhecimento histórico – prefiro utilizar a adjetivação “acadêmica” à adjetivação “pesquisadora” para demarcar a diferença entre atuar para produzir tais respostas enquanto narrativas sobre o passado e atuar em arquivos ou outras frentes de trabalho que demandam outros produtos por pressupor que “realizar pesquisas” seja inerente a qualquer das possíveis atribuições legadas a uma profissional da história: seja para construir planos de aula, para assessorar em uma produção cinematográfica ou jornalística, ou ainda para realizar uma palestra de divulgação histórica em um grande evento.

²⁸ ALVES, Clarissa L. S. **Reflexões sobre o ofício do historiador em arquivos a partir da construção da oficina Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos**. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História, Departamento de História, IFCH/UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132881/000984141.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em 10 jan. 2020.

²⁹ OLIVEIRA & FREITAS, op. cit., p. 119.

aborda os diversos lugares de atuação profissional). Desse modo, não desenvolvem a análise para refletir sobre quando as atividades realizadas pela historiadora do arquivo diferem daquelas associadas à produção de conhecimento histórico por meio de uma operação historiográfica, ou sobre qual a relação estabelecemos com esses “outros profissionais” que subsidiam seu fazer justamente nesse conhecimento que produzimos.

Certamente as produções que se relacionam ao campo de análise aqui reivindicado contribuem sobremaneira para traçar o cenário sobre o qual se desenvolverá a pesquisa, para contatá-lo e conhecê-lo, para vislumbrar a amplitude dos trabalhos desenvolvidos até a atualidade por historiadoras em arquivos, e dos arquivos em si como *locus* de pesquisa e reflexão teórica ainda candente. Além disso, muito já foi escrito a respeito das relações entre história, documento, arquivo e historiadoras, ou sobre a atuação da “historiadora de ofício”, acadêmica, em contribuições teóricas, metodológicas e empíricas fundamentais para meu percurso de reflexão. Porém, em todos esses casos, com mais ou menos conexão ao fazer do arquivo, a historiadora é pensada como usuária, ou seu fazer “por dentro das engrenagens” é posto como algo dado, como se os arquivos fossem um “lugar natural” de exercício do nosso *métier*; como se tratar, descrever, difundir e dar acesso a documentos de arquivo fosse algo inerente a nossa profissão.

Também há uma série de produções que lançam olhares históricos sobre a constituição de acervos e de arquivos, ou produções que se debruçam sobre serviços e projetos realizados em instituições arquivísticas, que muitas vezes são levadas a cabo por historiadoras, entretanto, o foco da análise recai sobre as atividades, seus fundamentos teóricos, objetivos, desenvolvimento e resultados, e não sobre os pressupostos do fazer historiográfico manejados para empreendê-las, suas especificidades, aproximações e relações interdisciplinares dentro destes espaços.

São exemplos de interessantes trabalhos acadêmicos construídos nesses sentidos: a tese de doutorado em História de Camila Silva, a dissertação de mestrado em História de Ana Arce, assim como a monografia de conclusão do curso de Arquivologia dessa última, enquanto trabalhos que pensam a história arquivística, a trajetória de constituição e patrimonialização da Coleção Varela, um dos principais acervos sobre a Revolução Farroupilha salvaguardados pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul³⁰; a tese de

³⁰ SILVA, Camila. **Arquivo, história e memória**: o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (a Coleção Varela – AHRs, 1858/1936). Tese de Doutorado em História, Unisinos, São Leopoldo, 2019; ARCE, Ana Inês. **Jóias para os museus da história**: o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940). Dissertação de mestrado em História,

doutorado em História de Ana Carla Fernandes, que aborda a trajetória da formação arquivística no Ceará a partir da instituição do Arquivo da Secretaria do Governo da Província, em 1835, e da criação do Arquivo Público do Ceará em 1932³¹; a dissertação de mestrado em História de Carmen Merlo, que investiga a história do APERS acompanhando sua atuação como instituição pública³²; a dissertação de mestrado em História de Andresa Oliver Barbosa, que analisa as ações educativas de difusão desenvolvidas por arquivos públicos brasileiros entre 1980 e 2011, como formas de extroversão do patrimônio documental por elas salvaguardado³³; a monografia de especialização de Gestão em Arquivos de Liziane Minuzzo, que descreve, analisa e avalia as oficinas de educação patrimonial oferecidas pelo APERS em parceria com a UFRGS³⁴; e o livro *Experiências em lugares de memória: ações educativas e patrimônio*³⁵, recentemente lançado em Porto Alegre, organizado e escrito majoritariamente por historiadoras, o qual apresenta e problematiza experimentos, estudos e práticas no campo do patrimônio cultural em diversas instituições de memória, como museus, arquivos, escolas, memoriais e praças.

Pensando diretamente a relação entre historiadoras, arquivos e a expansão de nosso campo de atuação, além dos artigos já citados de Benito Schmidt, Márcia Miranda e Zita Possamai, também é relevante a contribuição de Caio Boschi a partir de suas experiências com o tratamento técnico de acervos arquivísticos. Ressaltando a necessária aproximação entre historiadoras e arquivistas, afirma que a “organização e disponibilização de fontes documentais existentes ao abrigo das mais diversificadas instituições são trabalho demasiado sério para que os arquivistas sejam por ele os únicos responsáveis”, não por creditar debilidade a tais profissionais, mas, ao contrário, por reconhecer a complexidade do mundo dos arquivos e a multiplicidade de facetas que podem ou devem ser ali exploradas, conferindo vocação interdisciplinar inquestionável a estas instituições. Além de atribuir historicidade às fontes como um pressuposto do trabalho da historiadora, essas, nas palavras

UPF, Passo Fundo, 2015; _____. “Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades”: uma história arquivística da Coleção Varela. Trabalho de Conclusão de Graduação em Arquivologia, UFRGS, 2011.

³¹ FERNANDES, Ana Carolina S. “Archive-se!” **História, documentos e memória arquivística no Ceará (1835-1934)**. Tese de doutorado em História, Unisinos, São Leopoldo/RS, 2012.

³² MERLO, Carmen. **O palácio de papel: cem anos do arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul (1906-2006)**. Dissertação de mestrado em História, UPF, Passo Fundo, 2010.

³³ BARBOSA, Andresa O. **Arquivo e sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros (1980-2011)**. Dissertação de mestrado em História, PUC-SP, 2013.

³⁴ MINUZZO, Liziane U. **Educação Patrimonial: um estudo de caso das oficinas do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Monografia de Especialização, Gestão em Arquivos, EAD UFSM/UAB, 2009.

³⁵ FRAGA, Hilda Jaqueline *et al* **Experimentações em lugares de memória: ações educativas e patrimônios**. Porto Alegre/RS: Selbach & autores associados, 2015.

do autor, “precisam romper com a passividade com que se dirigem à consulta aos acervos”³⁶, sendo capazes de recuperar a organicidade dos documentos, suas relações e lógica interna. Também devem participar “das discussões em torno das formas de disposição e armazenamento dos conjuntos documentais recolhidos às instituições arquivísticas” e estar atentas às novas tecnologias para o tratamento das informações.³⁷

Também merecem destaque algumas produções recentes, que realizam análises de casos ou reflexões teóricas que dialogam com concepções de história, de memória e do fazer historiográfico que vão além da esfera acadêmica, relacionando-se à perspectiva da história pública, ainda que seus autores não o façam de maneira explícita: a dissertação de mestrado de Fernanda Ott, que analisa as “ativações patrimoniais” realizadas por empresas privadas no Brasil nas décadas de 1990 e 2000, no intuito de compreender as memórias e as identidades que tais práticas pretenderam construir, e a todo o tempo faz-nos pensar sobre o lugar das historiadoras enquanto profissionais nesses espaços privados de memória³⁸; a tese de doutorado de Rodrigo Bonaldo, que analisou o desenvolvimento dos conceitos de comemoração e de efeméride na longa duração, examinando encontros e desvios entre as práticas a eles associadas (fez isso através da análise de episódios intelectuais e de seus debates, que se davam na esfera pública, incidindo sobre a memória coletiva de gerações, e fazendo referências ao papel do historiador nesses processos)³⁹; a tese de Ana Celina Figueira da Silva, que desenvolve um exercício de pensar como o Museu Julio de Castilhos, em uma tríade com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, operou historiograficamente entre as décadas de 1920 e 1930 no sentido de construir uma narrativa histórica oficialmente chancelada para o estado, de modo que as políticas de aquisição e difusão de acervos entrelaçavam-se diretamente com a própria escrita da história sul-riograndense⁴⁰; e a tese de doutorado de Ângela Ravazzolo,

³⁶ BOSCHI, Caio César. O historiador, os arquivos e as novas tecnologias: notas para debate. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. **Outros combates pela História**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, p. 61.

³⁷ Ibidem, p. 66.

³⁸ OTT, Fernanda. **Os centros de documentação e memória criados por empresas privadas no Brasil das décadas de 1990 e 2000 e o caso Gerdau**: a construção de patrimônio, memórias e identidades. Dissertação de mestrado, PPG em História, UFRGS, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78140/000895712.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 nov. 2019.

³⁹ BONALDO, Rodrigo B. **Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos**. Tese de doutorado, PPG em História, UFRGS, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/114415>. Acesso em: 21 nov. 2019.

⁴⁰ SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações e evocações do passado**: O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939). Tese de Doutorado, PPG em História, UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180928>. Acesso em: 21 nov. 2019.

que, a partir da obra de Elio Gaspari sobre a última ditadura brasileira, analisa as relações entre história acadêmica e história produzida por jornalistas: a preocupação central de seu trabalho não está em inquirir *o que* Gaspari escreve sobre história, mas *como* faz, empreendendo uma discussão teórica em torno da *operação historiográfica* executada pelo jornalista⁴¹.

Assim como Ana Celina e Ângela, também recorro ao conceito de *operação historiográfica* para desenvolver o estudo aqui proposto, a partir das contribuições de Michel de Certeau e Paul Ricoeur, para investigar *se* e *como* esses “fazeres” das historiadoras dentro dos arquivos públicos correspondem aos caminhos e às práticas esperadas da historiadora profissional: quais têm sido ali os produtos de sua atuação? Seriam eles produtos percebidos como específicos ao fazer de historiadoras? Seriam partilhados com profissionais de outras áreas, resultando em textos colaborativos dos quais o saber histórico é parte? Para Certeau,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*.⁴²

Já Ricoeur apresenta as três fases dessa operação da seguinte maneira:

Denomino *fase documental* aquela que vai da declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos e que escolhe como seu programa epistemológico o estabelecimento da prova documental. Em seguida, chamo de *fase explicativa/compreensiva* aquela que concerne aos múltiplos usos do conector “porque” em resposta à pergunta “por que?”: por que as coisas se passaram assim e não de outra maneira? [...] Denomino, enfim, *fase representativa* a colocação em forma literária ou escrita do discurso levado ao conhecimento dos leitores de história.⁴³

Produzindo reflexões a partir desse conceito para além do fazer acadêmico, uma contribuição interessante é suscitada por Fernando Penna, que busca valer-se das formulações desses historiadores para afirmar o ensino de história como uma *operação historiográfica escolar*, expandindo a perspectiva epistemológica do conceito de forma que “o conhecimento histórico empreendido em ação não se limitaria ao meio acadêmico e incluiria

⁴¹ RAVAZZOLO, Ângela. **A escrita da história por jornalistas**: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso Elio Gaspari. Tese de doutorado, PPG em História, UFRGS, 2012.

⁴² CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65. Versão Digital Source. Disponível em <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CERTEAUMAEscritadahist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 28 out. 2015.

⁴³ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p.146-147.

outros lugares sociais de produção”⁴⁴ – para a análise de Penna, o espaço escolar, para a minha, os arquivos públicos. Produzir conhecimento histórico escolar e ensinar história também seriam formas do conhecimento histórico empreendido em ação, não menores, menos importantes ou simplesmente derivadas do formato acadêmico, mas diferentes dele, que envolvem o lugar social a partir do qual se coloca a historiadora, e as fases de levantamento documental, análise/explicação/compreensão, e escrita/representação do conhecimento produzido.

Se Penna propôs a expansão do conceito para alcançar as práticas historiográficas profissionais empreendidas no ensino de história, outro trabalho inspirador à minha reflexão foi o defendido por Sônia Maria de Meneses Silva, que se serviu teoricamente da formulação de Certeau para pensar o processo através do qual os meios de comunicação elaboram uma escrita da história, o que chamou de operação midiográfica.⁴⁵

Aqui, analisando o modo como as historiadoras atuam e percebem sua atuação nas instituições arquivísticas, assim como os produtos desse trabalho, é possível pensar em uma *operação historiográfica em arquivos*, ou é preciso *ir além* desse conceito?

Tendo trazido Fernando Penna ao debate, utilizo-me de referência a outro texto seu, em coautoria com Renata Aquino⁴⁶, para voltar à história pública como campo de reflexão no qual insiro essa dissertação: mesmo reconhecendo a importância da obra de Certeau ao articular a produção da historiadora a um lugar social, sobre o qual pesam questões práticas como as condições profissionais e materiais que viabilizam qualquer pesquisa, os autores explicitam uma crítica à noção empregada por ele de que somente seriam textos oriundos do fazer historiográfico àqueles voltados aos pares enquanto leitoras/interlocutoras, que os apreciariam “segundo critérios científicos diferentes daqueles do público”⁴⁷. Caso contrário, para o historiador francês, a obra cairia na categoria de “vulgarização” da história, não sendo percebida como um estudo historiográfico – já à primeira leitura não cai bem em nossos dias o termo “vulgarização”, que pode ser entendido como divulgação de conhecimento histórico

⁴⁴ PENNA, Fernando de Araújo. **Ensino de História**: operação historiográfica escolar. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, p. 02.

⁴⁵ SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em www.historia.uff.br/stricto/td/1296.pdf, acesso em 13 set. 2018.

⁴⁶ PENNA, Fernando de Araujo; SILVA, Renata C. Aquino da. As operações que tornam a história pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: MAUAD, ALMEIDA & SANTHIAGO, op. cit., p.195-205.

⁴⁷ CERTEAU, apud PENNA & SILVA, op. cit., p. 197.

para um público que está fora da academia, uma espécie de transposição ou tradução. Penna e Aquino defendem que esta posição está ultrapassada. Afinal, para eles,

A discussão sobre a formação do profissional da história deve abandonar a dicotomia entre o pesquisador do ensino superior e o professor da educação básica e pensar nas múltiplas operações historiográficas que estes podem realizar na nossa sociedade. Estas operações estão situadas em diferentes lugares sociais, recorrem a diferentes práticas, produzem textos de diferentes naturezas e têm diferentes formas de inserção no espaço público.⁴⁸

Concluem saudando os esforços de reflexão nesse sentido “graças a uma preocupação emergente com a história pública”⁴⁹, capaz de aglutinar discussões profícuas e variadas em torno dos diferentes “textos” produzidos pela historiadora, em diálogo com os mais variados públicos.

Certamente a expressão história pública é polifônica, carrega acepções diversas impressas a partir de uma trajetória que se desenvolveu de forma distinta nos diversos países por onde tem se afirmado. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde parece ter sido primeiramente identificada nesses termos – embora já se fizesse “história pública” em muitos lugares há muitos anos – a *public history* está fortemente identificada como uma área específica de atuação profissional, que exige treinamento sistemático para o exercício do ofício de historiadora pública⁵⁰. Na Inglaterra, está fortemente identificada com a história comunitária, produzida de maneira dialógica e colaborativa com os agentes das comunidades locais, associações, sindicatos etc.

Aqui, entendo-a como uma práxis de historiadoras profissionais – muitas vezes em diálogo e parceria com outros agentes que produzem narrativas *de* ou *a partir da* história – que pensam pontes de comunicação com a recepção social do trabalho histórico acadêmico

⁴⁸ Ibidem, p. 205.

⁴⁹ Ibidem, p. 205.

⁵⁰ De acordo com Ricardo Santhiago, um dos mais dedicados estudiosos da história pública no Brasil, essa parte da herança do modelo de *public history* desenvolvida nos anos de 1970 na University of California, Santa Barbara. SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, ALMEIDA & SANTHIAGO, op. cit., p.25. O campo vem se desenvolvendo desde a década de 1970, especialmente nos países anglo-saxônicos. Nos Estados Unidos o historiador público é uma categoria, representada pelo National Council on Public History sobre o lema “Putting history to work in the world” (<http://ncph.org/>), e conta com diversos cursos de formação próprios, especialmente mestrados. Em 2012 a historiadora Keila Grinberg repercutiu as discussões estadunidenses sobre a importância da atuação dos historiadores ligados à história pública, em uma defesa de que postos no ensino, em instituições de memória e em projetos históricos em geral não devem ser considerados apenas um “plano B” para os historiadores profissionais. GRINBERG, Keila. Historiadores pra quê? **Ciência Hoje**, 09 mar 2012. <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/historiadores-pra-que>. Sobre história pública, ver também: ASHTON, Paul. KEAN, Hilda. **People and their Pasts: Public History Today**. Palgrave Macmillan, 2009; e GLASSBERG, David. Public History and the Study of Memory. **The Public Historian**, vol. 18, n. 2, Spring, 1996, p. 7-23.

e não-acadêmico, podendo ser empreendida através de museus, arquivos, bibliotecas, escolas, associações, mídias em geral, etc.⁵¹ Em consonância com Ricardo Santhiago, percebo-a não como um novo e apartado campo disciplinar ou habilitação profissional da história, mas como uma atitude, um campo de reflexão, debates e ação, que congrega produção de conhecimentos e atuação profissional no sentido de mobilizar a história “em uma variedade de formas – para além dos foros acadêmicos”⁵², em que se está atento “a leitores e audiências ampliados, visando aumentar o acesso público ao passado”⁵³ – numa perspectiva que o autor chamou de “história feita *para* o público”, a qual aparentemente está mais diretamente conectada ao fazer da historiadora em arquivos públicos.

Mas também concordo com Santhiago que a história pública pode assumir outras categorias ou outros engajamentos: história feita *com* o público, colaborativa; história feita *pelo* público, incorporando formas não institucionais ou não profissionais de produção histórica; *história e público*, voltada à reflexão sobre este campo e dele sobre si mesmo⁵⁴.

Quem sabe considerar a diversidade das experiências profissionais das colegas espalhadas pelos arquivos públicos estaduais do Brasil seja um elemento capaz de mostrar que o espaço dessas instituições pode estimular todos estes engajamentos, ajudando inclusive a superar a dicotomia acadêmica/profissional *versus* público/audiência, que, conforme destaca Michael Frisch, torna muitas vezes estéril o debate, limitando a história pública a uma via de mão única, em que “o fluxo de inteligência, informação e ideias é entendido como sendo essencialmente unidirecional”⁵⁵ – de nós, historiadoras, para elas, o público – quando uma de suas riquezas potenciais seria estimular e refletir sobre formas plurais de produção histórica e de relação com a história.

No caso do trabalho dentro das instituições arquivísticas, interessante notar que a primeira expressão dessa dicotomia, antes mesmo de chegar ao público usuário, pode se dar justamente entre “nós-historiadoras” e “elas-outras profissionais do arquivo”, estabelecendo um fluxo vertical e hierarquizado de onde o conhecimento histórico legítimo vem da historiadora academicamente chancelada, enquanto as demais profissionais recebem-no como subsídio pronto para suas atividades próprias. Para refletir, podemos partir de um

⁵¹ ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. História Pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, jul. 2013, p. 01-10.

⁵² ZAHAVI, Gerard. Ensinando história pública no século XIX. In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. (orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.53.

⁵³ LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA & ROVAI, 2011, p.47.

⁵⁴ SANTHIAGO, op. cit., p. 28.

⁵⁵ FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD; ALMEIDA & SANTHIAGO, op. cit., p.59.

problema simples: uma pesquisa realizada para construir a descrição do histórico de determinado fundo documental responderá às necessidades das arquivistas que estão arranjando tal acervo se for realizada de modo isolado no gabinete da historiadora do Arquivo? A possibilidade de perceber as demais profissionais (colegas) como audiência para o conhecimento que podemos produzir dentro dos arquivos explicita uma condição ainda muito presente de isolamento ou pouco diálogo entre as diferentes áreas do saber que “habitam” o mundo dos arquivos, evocando a necessidade de falar em interdisciplinaridade, tema ao qual voltarei em breve e ao longo da dissertação.

Conectando diretamente história pública no Brasil e nosso fazer nos arquivos, percebo como relevante citar que, desde a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) e a realização de seu I Simpósio Internacional, em 2012, têm sido propostos simpósios temáticos ou apresentados trabalhos nesses eventos voltados à relação entre história pública e arquivos⁵⁶. São produções arejadas, atuais, que repercutem trabalhos cotidianos de historiadoras dentro dessas instituições, reconhecendo a validade da defesa de que as operações nelas empreendidas podem ser analisadas nos marcos da história pública.

Entretanto, a maior parte dessas comunicações apresenta ações, projetos ou produtos oriundos do trabalho realizado por historiadoras, ou por equipes multidisciplinares, como sendo exemplos da história pública em ação, sem problematizar que tensões e pressupostos do ofício de historiadora se expressam nesses fazeres. Precisamos pensar, parece-me, se não correremos o risco de acabar transformando a história pública em um grande guarda-chuva capaz de agrupar indistintamente as atividades e os produtos do trabalho de historiadoras em arquivos (ou em qualquer dos demais “lugares da historiadora” destacados ao longo dessa

⁵⁶ O I *Simpósio Internacional de História Pública*: A história e seus públicos, realizado em julho de 2012 na USP/São Paulo, ofereceu o ST Arquivos para o Público, no qual foram apresentados cinco trabalhos. Além dessas comunicações, outras relacionadas à história e arquivos foram compartilhadas no ST Memória e Instituições, e no ST Acervos e Centros de Memória, algumas diretamente relacionadas a arquivos públicos, outras voltadas a centros de documentação e arquivos privados. No II *Simpósio Internacional de História Pública*: Perspectivas da História Pública no Brasil, realizado em setembro de 2014, na UFF/ Rio de Janeiro, não houve GT específico, mas no GT História Pública e Patrimônio foram apresentados quatro trabalhos centrados em arquivos públicos e no diálogo entre história pública e arquivologia. O III *Simpósio Internacional de História Pública*: História Pública em debate, realizado em novembro de 2016 na Universidade Regional do Cariri/Ceará, contou com o GT História Pública e Arquivo, no qual foram apresentadas cinco comunicações, além de outros trabalhos afins que tiveram lugar em GTs diferentes, como reflexão sobre difusão em centros de documentação apresentada no GT 01 História Pública: questões teóricas e metodológicas. Já no IV *Simpósio Internacional de História Pública*, realizado em agosto de 2018, de volta à USP, agora no campus USP Leste, ocorreu em paralelo à 5ª Conferência Anual da Federação Internacional de História Pública, e trouxe o ST Arquivos, Centros de Memória e Museus como lugares de história pública. Dos quinze trabalhos nele apresentados, sete tinham arquivos como centro – tais informações foram acessadas por meio do portal da Rede Brasileira de História Pública, que dá acesso às páginas dos eventos, com programações completas de todos eles e os anais dos três primeiros. Ver <http://historiapublica.com.br/>, acesso em 10 set. 2018.

introdução), servindo para legitimá-los enquanto “textos” de história produzidos sob as “bênçãos de Clio”, ainda que tenham sido construídos distantes das regras do ofício academicamente reconhecidas, distantes do que pensamos enquanto operação historiográfica. Produtos sobre os quais na verdade nunca refletimos à luz da teoria da história.

Não seria tal atitude uma forma de lançar névoa sobre um problema de fundo que se mantém? Não poderá ela servir para seguirmos atribuindo um “selo de origem historiográfica” a um guia ou inventário de acervos, a um quadro de arranjo, a um catálogo, a um manual de gestão documental, apenas por terem sido construídos por historiadoras conscientes de sua audiência ampliada, encobrimo um necessário debate sobre os limites de nossa formação e sobre o trabalho interdisciplinar?

Entre as comunicações apresentadas nos referidos eventos da RBHP, o artigo de Marcelo Siqueira foi o que pude identificar como mais próximo da perspectiva com a qual imagino que a história pública possa contribuir para a análise de nossa atuação nos arquivos. O autor propõe uma discussão a respeito da relação entre história pública e arquivística, pontuando que

são poucas as reflexões envolvendo as duas áreas, sobretudo aquelas elaboradas por historiadores, devido, em parte, ao desconhecimento sobre as funções, práticas, metodologias, objetos e objetivos da Arquivologia. A história pública, sendo compreendida como uma possibilidade de divulgação do conhecimento histórico através da multiplicidade de disciplinas e da integração de recursos metodológicos e operacionais, trás consigo uma real possibilidade de diálogo e interação com a disciplina arquivística.⁵⁷

Enfim, creio que posso afirmar que essa dissertação insere-se em um esforço mais amplo empreendido no Brasil nos últimos anos no sentido de fazer avançar a própria formulação teórica no campo da história pública, colaborando para uma práxis que assuma os desafios relacionados a incidir de forma mais ampla sobre os processos de constituição da consciência histórica, sem abandonar os pressupostos da história enquanto fazer científico em meio às tensões de seus usos públicos na sociedade contemporânea, e sem invadir, atropelar ou desconhecer os saberes constituídos por outras disciplinas com as quais partilhamos este lugar social de produção.

⁵⁷ SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. História Pública e Arquivologia: Reflexões sobre acervos, patrimônio e memória. In: **Anais do 2º SIHP**, 2014, p. 190.

Talvez valha ainda ressaltar que a história pública aqui não se relaciona à “história de grande circulação” caracterizada por Beatriz Sarlo em oposição à história acadêmica, que se sustenta na esfera pública porque parece “responder plenamente às perguntas sobre o passado” e oferecer certezas, “ao contrário da boa história acadêmica” que oferece sistemas de hipóteses⁵⁸. Também não é uma história simplista e de fácil adesão escrita por historiadoras não profissionais.⁵⁹ Neste sentido, Hebe Mattos salienta que, no atual contexto multicultural, em que diversos grupos, coletivos e movimentos sociais reivindicam memórias como elementos fundamentais para a constituição de suas identidades, tornam-se cada vez mais frequentes os usos públicos e políticos do passado, em interações complexas com as historiadoras, aí residindo um importante vetor que ajuda a entender o desenvolvimento das reflexões em torno da história pública, tornando as formas de representação pública do passado um tema de interesse das historiadoras profissionais.⁶⁰

Também vale destacar que, ao longo da dissertação, farei uso de reflexões do campo da arquivística para pensar os conceitos e as práticas consideradas inerentes aos arquivos públicos, suas transformações ao longo da história, e as relações entre diferentes disciplinas que se dão nesses espaços. Terry Cook já sublinhou o quanto é escasso o reconhecimento, por parte de outras áreas, aos saberes específicos produzidos pela arquivística:

Enquanto alguns escritores começam a explorar determinados aspectos do “arquivo” em seu sentido metafórico ou filosófico, quase sempre isso é feito sem uma mínima compreensão dos arquivos como uma instituição real, e a arquivologia, como uma profissão real (a segunda mais velha!) e como uma disciplina real com seus próprios referenciais teóricos, metodológicos e práticos. De modo geral, a literatura arquivística profissional é raramente citada pelos não-arquivistas que escrevem sobre “o arquivo”.⁶¹

Reconhecendo que permanecer nesse caminho seria não apenas incorreto, mas infrutífero para o presente trabalho, lanço mão de diversos textos relacionados a essa área: a

⁵⁸ SARLO, apud SCHMIDT, Benito Bisso. Conhecimento histórico e diálogo social. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 332-33.

⁵⁹ Uma leitura apressada do artigo “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History”, de Jurandir Malerba, pode causar a falsa compreensão de que o autor relaciona a história pública apenas à história produzida por jornalistas e outros profissionais que não são historiadores academicamente formados. Entretanto, o objetivo do autor, ao que me parece, é ressaltar a necessidade de que os historiadores profissionais se posicionem sobre as visões muitas vezes problemáticas que são difundidas por não historiadores, e ocupem os espaços para além da academia em diálogo com a história pública. Ver MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **Revista História e Historiografia**. Ouro preto/MG, n. 15, ago. 2014, p. 27-50.

⁶⁰ MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 95-111.

⁶¹ COOK, op. cit., p. 15.

respeito de avaliação documental e atribuição de valor ao documento, escritos de Theodore Schelleberg⁶² e de Mariana Lousada⁶³; sobre as relações entre memória e arquivos e a crítica à neutralidade da gestão documental, produções como as de Terry Cook, de José Maria Jardim e de Ana Maria Camargo⁶⁴; sobre a história da arquivística, suas práticas e relações com outras disciplinas ou ciências, especialmente o já referido livro do arquivista português Armando Malheiro da Silva⁶⁵, a tese de Paulo Elían⁶⁶, a dissertação de André Pacheco⁶⁷ e os estudos de referência de Heloisa Bellotto⁶⁸, além, é claro, de dicionários de conceitos arquivísticos,⁶⁹ importantes para tornar palatáveis certas discussões ao significar conceitos mobilizados pela arquivística e quase desconhecidos entre as historiadoras.

A partir das reflexões desenvolvidas até aqui, e retomando o problema que norteia a pesquisa, tenho por objetivos com a presente dissertação:

- a) Contribuir para o (re)conhecimento dos lugares de atuação profissional das historiadoras, a partir do mapeamento dos arquivos públicos estaduais brasileiros assim como das historiadoras que neles atuam, de seu perfil acadêmico e profissional, e de suas atribuições nesses espaços;
- b) Debater as potencialidades e limitações legadas à historiadora e ao historiador por sua formação acadêmica para a atuação em arquivos públicos;
- c) Problematizar as formas de diálogo interdisciplinar e as tensões que se colocam para a atuação das historiadoras nos arquivos, especialmente na relação com

⁶² SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

⁶³ LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, p. 63-78, 2013.

⁶⁴ COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 129-149, 1991/1; SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro**, Indaiatuba/SP, n.3, jul.2004, p.18-33; JARDIM, José Maria. A Invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p.1-13, 1995; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Por um modelo de formação arquivística. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 197-206, Jan./jun. 2002; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro: Revista do Arquivo do Município de Rio Claro, Rio Claro**, n.1, p. 11-17, 2003.

⁶⁵ SILVA, Armando, op. cit.

⁶⁶ SANTOS, Paulo Roberto Elían dos. **A Arquivística no Laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Tese de Doutorado, PPG em História Social, USP, 2008.

⁶⁷ PACHECO, André. **Informação digital: o vértice comum entre a Diplomática e a Ciência da Informação**. Dissertação, Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, Universidade de Lisboa, 2015.

⁶⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; _____. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. 1 ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/arquivc3adstica-objetos-princc3adpios-e-rumos.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

⁶⁹ ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. RJ: Arquivo Nacional, 2005.

- profissionais arquivistas, buscando aproximar-me das atribuições que lhe são próprias ou das lacunas nesse sentido;
- d) Conhecer os possíveis produtos do trabalho dessas profissionais da história, buscando inquiri-los enquanto frutos de uma operação historiográfica em arquivos, analisando seus percursos e especificidades em diálogo com a história pública;
 - e) Levantar pistas a respeito de *se* e *como* os imperativos da memória na sociedade contemporânea podem incidir sobre a produção de conhecimentos e a construção de narrativas críticas por parte das historiadoras que atuam nas instituições arquivísticas.

Para dar conta destas questões, o trabalho divide-se em três partes, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira, intitulada *Prelúdio – Sobre percursos teórico-metodológicos, constituição do corpo documental e construção da narrativa*, funciona como um convite à leitura, informativo e sensibilizante, em que compartilho os percursos na construção da pesquisa em si e do texto que ora apresento. É um espaço da dissertação que, ao mesmo tempo em que alicerça suas bases, evidencia seus pressupostos e desnuda seus meandros, em algum aspecto toma autonomia em relação ao restante do texto, constituindo-se como uma espécie de ensaio sobre a possibilidade de empregar um olhar etnográfico e a dúvida como motor epistêmico à pesquisa no campo da teoria da história.

No *Capítulo 1: Arquivos Públicos estaduais brasileiros e suas historiadoras: entendendo o lugar social de atuação profissional*, evidencio as noções de arquivo com as quais trabalho no texto, e aproximo as leitoras de algumas problemáticas que envolvem a relação entre arquivos, história e arquivística, a começar pelas diferentes compreensões em relação ao conceito de documento, que implicam questões epistemológicas importantes, passando pelo processo de disciplinarização e profissionalização de ambas as áreas, chegando ao lugar ocupado pelos arquivos, enquanto conjuntos documentais e enquanto instituições, na cultura de nossa sociedade. A partir desse panorama, passo a tecer uma cartografia do que foi possível identificar nacionalmente através da pesquisa: que arquivos são esses? Quando foram criados e com quais vinculações institucionais? Quais suas condições estruturais e posições ocupadas frente à administração dos estados? Por fim, apresento o perfil de suas equipes, abordando números e formação acadêmica com especial atenção às historiadoras, buscando abrir espaço para problematizar os limites e as

possibilidades de operar historiograficamente dentre desses lugares. Ao final, considerando-se a escassez de conhecimento sistemático produzido a respeito dos arquivos públicos estaduais no país, o capítulo constitui-se como um texto de referência para quem deseja acessar uma cartografia atualizada de tais instituições.

No *Capítulo 2: Historiadoras no “lado de dentro do balcão” dos Arquivos: entre mobilizar a história e operar historiograficamente*, analiso os questionários respondidos por historiadoras de boa parte dos arquivos públicos estaduais do país, cotejados como as entrevistas presenciais realizadas com colegas de três dos arquivos que compõe a amostra qualitativa (AHRS, APERJ e APESP), buscando constituir um panorama das experiências profissionais por elas vivenciadas, de suas percepções quanto ao lugar que ocupam nas instituições e quanto à noção de que empreendem, ou não, operações historiográficas ali. Em seguida, ainda em diálogo com os questionários e entrevistas que deram voz às historiadoras, mergulho em produtos das atividades cotidianas desempenhadas pelas protagonistas dessa pesquisa: observo e analiso textos normativos e relatórios, materiais de difusão e ação educativa, instrumentos de pesquisa e descrição entre outras produções, o que me permite aproximar as lentes desse fazer cotidiano para problematizar as aproximações e distanciamentos do fazer nos arquivos em relação ao fazer que resulta na escrita acadêmica da história, evidenciando suas singularidades, problematizando os limites do que possa ser considerado atuar como historiadora nesses espaços, ativando conexões que podem ser feitas com a história pública, e mais, conduzindo a pensar para além do próprio conceito de operação historiográfica enquanto baliza da atuação em história.

Em algum momento dessa árdua trajetória de mestranda-servidora pública-mãe-mulher-humana (e até síndica!), imersa em questionamentos desestruturantes, insights aparentemente apoteóticos e muitas inseguranças, cheguei a me autorrecriminar por ter inventado e abraçado “mais esse problema”! Não foi sem contradições. Acreditando e atribuindo importância ao que se faz, quem em sã consciência decide questionar em profundidade, academicamente, tudo aquilo a que se tem dedicado profissionalmente nos últimos anos? E se, no fim da linha, eu descobrisse que aquele lugar, todo especial ou singular, que imaginei destinado às historiadoras nos arquivos, não existia? Em um arquivo público concluí minha graduação em história, nele passei a “ganhar o pão” e fui-me

constituindo, não somente como historiadora, mas como ser no mundo. E se minha vinculação tão próxima aos arquivos ofuscasse ou obliterasse minha capacidade de análise e compreensão?

Mas, por fim, compreendendo que, para avançar enquanto historiadora profissional e enquanto indivíduo socialmente situada, preciso enfrentar a reflexão profunda, e que o acordo entre os especialistas em torno do valor das obras históricas “é a primeira prova de cientificidade da história e a pedra de toque da objetividade histórica”⁷⁰, longe de negar a possibilidade de produzir conhecimento qualificado, crítico e ético relacionado ao meu fazer, aproveito toda a experiência como estímulo à reflexão. Encaro esse desafio retomando o diálogo aberto com Bloch nas primeiras linhas desse texto: “Eis portanto o historiador chamado a prestar contas. Só se arriscará a isso com certo estremecimento interior: que artesão envelhecido no ofício não se perguntou algum dia, com um aperto no coração, se fez de sua vida um uso sensato?”⁷¹

⁷⁰ LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. 7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 34.

⁷¹ BLOCH, op. cit., p. 41-42.

Prelúdio – Sobre percursos teórico-metodológicos, constituição do corpo documental e construção da narrativa

As ideias expressas nesse tópico trouxeram-me desassossego por algum tempo: onde deveriam ser alocadas? Até minha banca de qualificação estavam em sua maioria reunidas no segundo tópico do primeiro capítulo, até que, naquele momento, o professor Paulo Moreira ponderou, corretamente, que talvez devessem aparecer antes. Naquele nosso diálogo (ao qual sou muito grata) entendi que seria importante informar desde o começo quais foram meus passos para construir o caminho metodológico, e de onde veio ao longo do tempo de pesquisa a iluminação – teórica – para essa estrada trilhada.

São questões que em muitos trabalhos acadêmicos vêm apresentadas na introdução. Mas aqui, pareciam-me exceder àquele espaço, afinal, a introdução já traz uma abertura que localiza a leitora em relação ao lugar social da autora enquanto historiadora para explicar a origem do trabalho, assim como manifesta a justificativa para tal empreitada, explica seu problema central, compartilha breve revisão bibliográfica e o percurso que me leva a trabalhar com o conceito de operação historiográfica e com história pública, assim como apresenta os objetivos e a previsão dos capítulos. Sentia que tudo isso cumpria bem o papel de introduzir à dissertação, de forma que se ela fosse acrescida das reflexões teórico-metodológicas – ao menos com a centralidade que desejo que isso tenha – corria o risco de ficar hipertrofiada e pulverizada. Por outro lado, se tais reflexões viessem diluídas ao longo de toda a dissertação, certamente minhas interlocutoras e interlocutores teriam uma tarefa mais árdua para costurar referenciais e construir significados.

Li, reli, e enfim, o que ficou foi a sensação de que essa parte do texto funciona como um "bálsamo" que envolve e prepara a análise, e não faria sentido que essas páginas ficassem fechadas dentro de um dos capítulos. Foi quando veio a ideia de convidá-las a compor o "prelúdio", palavra que me remete tanto à noção de abertura, quanto ao universo musical, e é isso que desejo: que o prelúdio nos conecte, prepare o caminho e "soe melodioso" aos sentidos das leituras!

Não sei exatamente a partir de que linha de raciocínio, nesse processo de encontrar lugar para falar de referenciais teórico-metodológicos e constituição das fontes em processo, acabei lembrando da qualificação também no que tange ao incentivo recebido do professor Arthur Ávila para investir, sim, no olhar etnográfico – que eu havia apontado, porém sentindo-me um tanto insegura – e na dúvida como motor epistêmico, questões que fui

reconhecendo em sua centralidade e potencial especialmente a partir de uma leitura indicada por ele naquele momento: um artigo de Mario Rufer a respeito dos arquivos em uma perspectiva pós-colonial.

Pude ler esse artigo apenas um bom tempo depois da banca, talvez em um momento um tanto impróprio (pois sabia que já estava atrasada em relação aos prazos regulamentares), mas não pude passar ilesa a ele: o bendito texto chegou e “explodiu” minha mente de maneira positiva, compeliu-me a novas leituras e a algum tempo dedicado a “somente” pensar. Uma explosão que pôs saberes e dúvidas novamente em movimento, o que é fundamental para permitir-me refletir sobre o que é aparentemente “dado” no vai-e-vem rotineiro do cotidiano do arquivo⁷²: porque essas instituições públicas seguem quase sempre focadas apenas em fundos ou coleções oriundas das ações do Estado, embora muitas vezes sejam documentos bem mais áridos e de conteúdo informacional repetitivo do que os produzidos por indivíduos, sindicatos, ONG’s, partidos políticos? Porque seguimos classificando, avaliando e descrevendo os documentos a partir de normas e em formatos que, em geral, são pouco atrativas para usuárias e usuários? E nós, enquanto historiadoras, como nos movemos e como mobilizamos a história dentro desse universo?

Embora eu não tenha afinidade teórica em “gênero, número e grau” com o texto de Rufer, ou com Rufer nesse texto, para ser mais precisa – como o faz Adi Ophir em “*Das Ordens no Arquivo*” ao abordar a relação entre história, arquivo e discurso, creio que percebo a história mais como um “discurso sério” produzido por uma “investigação da verdade”⁷³ do que como um conjunto de “procedimentos discursivos” que constroem uma trama ficcional⁷⁴ – sua leitura foi central para fazer-me “juntar pontas”, que se conectam não de forma fixa e unilateral, mas que podem ser conectadas e reconectadas a outras, gerando insights e saberes múltiplos, o que me trouxe o conceito de rizoma, proposto por Deleuze e Guattari⁷⁵, como

⁷² Não sei o que você, que me lê, sente em relação a isso, mas para mim, exemplos diminuem a abstração dos textos, aproximam do universo de quem está narrando, estabelecem diálogo entre autor e leitor ampliando as possibilidades de compreensão (na medida permitida pelo texto escrito, é claro, diferente de qualquer diálogo presencial). Nesse sentido, mesmo correndo o risco de colocar em palavras elementos um tanto prosaicos, admito que por estilo autorizo-me trazer exemplos sempre que eles surgirem a mente. Espero que sejam úteis e não tornem maçante a leitura.

⁷³ OPHIR, Adi. *Das Ordens do Arquivo*. In: SALOMON, Marlon (Org.). **Saber dos Arquivos**. Goiânia/GO: Edições Ricochete, 2011, p. 75.

⁷⁴ RUFER, Mario. *El Archivo: de la metáfora extractiva a la ruptura pós-colonial*. In: GORBACH, Frida; RUFER, Mario (Coord.). **(In)disciplinar la investigación: Archivo, trabajo de campo y escritura**. México: Siglo XXI-UAM, 2016, p. 161 e 163.

⁷⁵ DELEUZE & GUATTARI. *Introdução: rizoma*. In: **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol 1**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Versão digital. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-guattari-mil-platos-vol1.pdf>. Acesso em 10 mar. 2019.

uma “imagem do pensamento múltiplo”⁷⁶ – mas essa é uma inspiração para outro momento do texto.

A partir de Rufer percebi que podia estabelecer vínculo entre pontas que estavam soltas em minha mente e algumas “apostas” da crítica pós-colonial, como o exercício etnográfico e a pergunta epistemológica⁷⁷. Tais pressupostos podem ser identificados no olhar crítico que dirijo ao que é familiar dentro do arquivo, como a definição de fundos, a maneira de elaborar certos instrumentos de pesquisa (justamente por perceber que muitas vezes ocultam o potencial dos acervos, e não o contrário, como se esperaria), ou a evidente monumentalização de diversos acervos arquivísticos, encoberta por uma legitimação dada por empregos equivocados dos conceitos de memória e/ou de gestão documental.

Encontrei acolhida para a percepção de que é importante que cada pesquisadora realize “reflexión epistemológica sobre sus fuentes, su objeto, su operación particular, cotidiana, de producción de evidencia”⁷⁸, o que vale para mim – lidando com trajetórias profissionais, questionários e entrevistas, publicações e relatórios de trabalho nos arquivos enquanto fontes, e mudando de direção em diversos momentos por perceber que subestimei inicialmente a composição desse corpo documental que se daria através da coleta de dados – assim como vale para as pesquisadoras das salas de consulta de qualquer arquivo – que abrem caixas e caixas de acervos, mudam o foco de sua abordagem por não conseguir acessar fontes que a princípio estariam disponíveis, ou por serem surpreendidas pela riqueza de algum conjunto de documentos que a princípio não seria tão interessante de acordo com o catálogo ou com a amostra consultada no momento de construção do projeto. Podemos – ou deveríamos? – escrever sobre os processos vividos até chegar à produção dos resultados, sem considerar que são apenas

gajes del oficio que no merecen la pena del registro académico, y no es propuesto por nosotros como un problema que amerite ser desarrollado en la escritura, como parte de los avatares del corpus y la evidencia. Por supuesto, no planteo que se tienen que introducir estas variables como un anecdotario infértil, sino como componentes analíticos que nos permitan comprender seriamente qué rituales enviste el archivo, qué ritos de pasaje implica, qué imaginación sobre el tiempo, la historia y la memoria imprime en quienes lo manipulan (desde el archivero hasta el que maniobra el montacargas), qué

⁷⁶ AGUIAR, Lisiane Machado. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Anais... Caxias do Sul/RS, 2 a 6 de setembro de 2010, p. 2 e 8. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4047519/mod_resource/content/0/Deleuze%20e%20o%20me%CC%81todo%202.pdf. Acesso em 10 mar 2019.

⁷⁷ RUFER, op. cit., p. 177-183.

⁷⁸ Ibidem, p. 160.

representaciones deja entrever sobre la propiedad y la custodia institucional, qué saberes sabidos inviste para los veteranos y qué desafíos nunca explícitos impone a los novatos.⁷⁹

Encontrar-me com o pensamento pós-colonial nesse momento trouxe significações não apenas para essas premissas teórico-epistemológicas. Da mesma forma, contribuiu para que eu pudesse entender melhor a crítica trazida nas últimas décadas pelo “pensamento arquivístico moderno”⁸⁰ ou pelo chamado “paradigma pós-custodial”⁸¹. Já havia lido sobre a centralidade dada por ele ao contexto sociocultural de produção dos documentos em detrimento da noção de fundo arquivístico, mas confesso que me parecia uma boa crítica teórica, porém sem grande aplicabilidade no cotidiano dos arquivos públicos brasileiros. Não conseguia pensar além das “caixinhas” dos fundos: como organizar os documentos a partir de outra lógica, e qual a relevância desse questionamento?

Entretanto, compreendi que a crítica do discurso colonial alcançou também a teoria arquivística, especialmente a partir dos anos de 1990, influenciando um forte repensar teórico que produziu a matização e ampliação da teoria da procedência (ou proveniência) e da ordem original dos documentos de arquivo – às leitoras pouco habituadas aos conceitos arquivísticos, vale mencionar que alguns deles serão melhor desenvolvidos no primeiro tópico do Capítulo 1, não exaustivamente, mas de modo conveniente aos objetivos desse trabalho. Esse repensar é certamente impactado pelo aparecimento do documento digital em nosso tempo, mas também pelas reflexões epistemológicas de Jacques Derrida e Michel Foucault sobre o arquivo, e pela compreensão de que seus documentos são marcados pelo que não dizem, quase tanto quanto pelos discursos oficiais que registram, de forma que o arquivo “se debe a uma autorevisión que permita la emergencia, dentro de esse porvenir derridiano, de descripciones y construcción de contextos más nivelados que incluyan la voz de los silenciados”⁸². Esta reflexão fez-me lembrar do método de *leitura em contraponto*, proposto por Edward Said: para ele, o texto cultural metropolitano “traz incrustado dentro de si, sob um signo de horror, a presença daqueles oprimidos e silenciados pelos mesmos

⁷⁹ RUFER, op. cit., p. 182.

⁸⁰ RODRIGUEZ, Luz Marie. El Archivo como dispositivo de poder. In: **Archivos e investigación: la importancia de la investigación en los archivos y centros de información**. Red de Archivos de Puerto Rico - ArchiRED, 2011, p.1.

⁸¹ COOK, Terry. The concept of archival fonds in the post-custodial era: theory, problems, and solutions. **Archivaria**, v. 35, p. 24-37

⁸² RODRIGUEZ, op.cit., p.6. Nesse ponto, a autora dialoga diretamente com o já clássico texto de Gayatri Spivak, com o qual pude voltar a encontrar-me nessas leituras, e que também ampara minha reflexão: **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

sujeitos que o texto celebra”⁸³. Poderíamos fazer um exercício e trocar “texto cultural” por “arquivo”? Nossos arquivos, oriundos de uma modernidade que é fruto do colonialismo, trazem dentro de si o horror causado por anos de dominação, exploração e preconceito?

Pensemos em um testamento hipotético, que burocraticamente registra e historicamente celebra os feitos de um rico estancieiro do século XIX, convertidos em um longo rol de propriedades – bens móveis, imóveis e “semoventes” – deixados em herança não apenas para a família e afilhadas, mas também para a igreja, como forma de enaltecer as virtudes daquele homem de bem. Estou convencida de que esse documento traz consigo o silêncio de sua esposa, que amargou uma vida monótona, solitária e submissa, fingindo não sentir nada ao ser calada após qualquer comentário à mesa, ou fingindo desconhecer a paternidade de algumas das filhas e filhos das escravas “da casa”. Traz também as marcas ocultas das lágrimas dessas mulheres negras, humilhadas, abusadas, estupradas, que tiveram seus corpos e suas almas despedaçadas sem necessidade de qualquer culpa por parte dos “senhores”, afinal, suas dores humanas não eram reconhecidas naquela sociedade racista e patriarcal. As páginas gloriosas desse longo documento ocultam as gotas de sangue na urina de homens e mulheres doentes por trabalhar horas a fio sob o Sol escaldante, pés descalços atolados no barro, hidratação e higiene precárias. Talvez ocultem mais do que gotas de sangue: hemorragias causadas por alguns “poucos” espancamentos, que deveriam servir de exemplo para garantir a ordem, manter o fluxo da produção e, ao fim de tudo, atestar a honra e o grande tino para os negócios daquele homem bom, cujo testamento hoje foleamos surpreendidos pelo tamanho do rol de bens...

Em diversos momentos da composição da dissertação angustiei-me com a sensação de que usava muitas referências históricas e teóricas produzidas no “Primeiro Mundo”, embora fale desde arquivos periféricos, certamente representativos da discussão a respeito do lugar e da voz subalterna. Na primeira versão do Capítulo 1 cheguei a justificar, em uma nota, a necessidade de referir a arquivística na França e nos países anglo-saxões quando objetiva-se narrar a constituição do mundo da arquivística no Brasil, e que isso não significava, de minha parte, aceitar como universal o conhecimento por eles produzido, ou consentir em escrever um trabalho teoricamente eurocentrado.

⁸³ CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2019, p. 122.

Nesse processo de leituras e reflexão, dei-me conta de que, muito melhor do que manter uma justificativa que acabava por circunscrever a questão a um lugar menor do texto, era dizer de forma evidente, como o fazem as e os intelectuais ligados ao chamado “giro decolonial”⁸⁴, que percebo o quanto as relações coloniais e de colonialidade marcam, ou constituem, nossa forma de ver e organizar o Estado e a sociedade, nossas relações com o saber, nossa forma de ser e estar no mundo. Dessa maneira, para empreender a análise aqui pretendida, não há como ignorar as matrizes de poder e saber a que estamos vinculados, berço ocidental da história e da arquivística enquanto disciplinas. José Maria Jardim expressa concordância com essa compreensão. Ao caracterizar a arquivística, circunscreve seu surgimento em meio ao processo de constituição dos estados nacionais, no século XIX, e sublinha que

Aquilo que tem sido legitimado internacionalmente como Arquivística permite-nos abordá-la como um saber de Estado. Resultado do Estado europeu do século XIX, a literatura da área aponta-nos para uma Arquivística com forte caráter de saber do e para o Estado. A Arquivística, nesta perspectiva, pode ser interpretada, inclusive, como uma das narrativas do Estado europeu e norte-americano.⁸⁵

Nesse caminho, o emaranhado das relações coloniais e de colonialidade ajuda a explicar que tenhamos buscado fortemente, no processo de constituição do mundo dos arquivos no Brasil, as referências internacionais mencionadas – fomos constituindo-nos tendo os saberes e o tempo universal europeus como “ponto zero”⁸⁶ de observação. Entre outros possíveis resultados dessa ancoragem, tivemos que, no processo nacional de disciplinarização e profissionalização, nos mantivemos dentro de uma lógica que privilegia a preservação dos arquivos oriundos do Estado e os descreve a partir de uma abordagem que lança luz sobre os poderosos; ou ainda, seguimos tratando acervos a partir da classificação e descrição de fundos e séries que têm os órgãos produtores da máquina pública como centro, e costumam silenciar as pessoas “comuns”, orientando as pesquisas a partir dessa estrutura que é expressão de uma série de relações hierárquicas de poder. Não é objeto de minha dissertação propor métodos revolucionários para o tratamento de acervos, porém, creio que

⁸⁴ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11. Brasília, mai./ago. 2013, pp. 89-117.

⁸⁵ JARDIM, José Maria, 995, op. cit., p. 1.

⁸⁶ Em diálogo com o filósofo colombiano Castro-Gómez e o semiólogo argentino Walter Mignolo, Luciana Ballestrin define “ponto zero” como “um ponto de partida de observação, supostamente neutro e absoluto, no qual a linguagem científica desde o Iluminismo assume-se ‘como a mais perfeita de todas as linguagens humanas’ e que reflete ‘a mais pura estrutura universal da razão’. A lógica do “ponto zero” é eurocentrada e ‘presume a totalização da gnose ocidental’” (BALLESTRIN, Luciana, op. cit., p. 104)

desnudar essas raízes contribui para refletir mais profundamente sobre que profissionais da história podemos ser, ou esperamos que sejamos, quando lotadas em tais instituições.

Certamente nossa relação histórica com o estado-nação é diversa da francesa. Certamente temos uma experiência letrada diferente, temos culturas orais e patrimônios imateriais riquíssimos que muitas vezes dizem mais ou revelam pertencimentos mais orgânicos das pessoas com seu entorno e suas relações com o tempo do que muitos papéis dos arquivos. Temos uma trajetória marcada por dores e vivências que passaram ao largo dos registros públicos. Estão nos corpos, nas cantigas, nas cartas trocadas, nas brincadeiras infantis, nas vozes de ativistas sociais, de gente do povo. Então, porque mantivemos as mesmas práticas de valoração, recolhimento, organização e difusão de acervos, que considera as informações registradas em papel, as palavras escritas em documentos oficiais, como sendo as legítimas evidências do passado? O que nos impediu, ou impede, de perguntar "qué constituye evidencia del acontecimiento por encima de la matriz eurocéntrica de poder/saber?"⁸⁷

Seguimos trabalhando com uma ordem que separa as "expressões da memória" (literatura, poesia, performances) dos "arquivos da história" (palavras, papéis, documentos). Nessa ordem, os arquivos determinam o limite do que pode ser dito, como já bem destacava Foucault⁸⁸. Seus processos de seleção não explicitam o que foi descartado, e o que é preservado é investido de legitimidade para aparecer como a expressão do que realmente aconteceu.

Ao refletir a respeito dos arquivos públicos estaduais brasileiros enquanto lugar social de atuação profissional das historiadoras, penso que é necessário não apenas ler os arquivos e seus acervos "a contrapelo", como se isso garantisse voz às silenciadas, mas também questionar a lógica de produção de nossos textos dentro das instituições, as ambiguidades que os constituem, os não-ditos que podem revelar sobre nossa constituição enquanto profissionais, tendo em mente que esses são lugares forjados a partir dos antagonismos e contradições inerentes às relações de colonialidade.

Embora meu trabalho não tenha como pretensão colocar-se como um estudo pós-colonial ou decolonial, a ótica por eles sugerida me acompanha: faz-me atentar para os não-ditos dos questionários, das conversas ao telefone, das entrevistas; faz-me manter a postura etnográfica e a reflexão crítica sobre os processos de construção da pesquisa como uma

⁸⁷ RUFER, Mario, op. cit., p. 178.

⁸⁸ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 147.

questão epistemológica central; ajuda-me a entender parte das dificuldades enfrentadas por mim enquanto pesquisadora ao longo desse percurso, e das vivenciadas no cotidiano das instituições arquivísticas por suas servidoras, seja na relação com a sociedade, representada por suas usuárias e usuários, seja com as administrações dos estados.

Nesse sentido, dentro do sistema que oportuniza a manutenção da “diferença colonial”⁸⁹, é sempre bom recordar que estamos na posição de colonizadas. Aqui, as influências europeias ou anglo-saxônicas não resultariam no estabelecimento de relações sociais e políticas com os arquivos idênticas as dos países hegemônicos. Philippe Artières, ao abordar transformações nas relações sociais estabelecidas pelos franceses com seus arquivos no final do século XX, ressalta o forte vínculo desta sociedade com seus documentos e a valorização de sua história. A partir desta afirmação, o autor aponta para uma viragem, algo que ele percebe como uma “pequena revolução arquivística”: a migração de uma cultura do arquivo “centralizado e público, hegemônico e dominante”, com origem na Revolução Francesa, para uma cultura de apropriação e monumentalização de arquivos inéditos, produzidos por pessoas anônimas, “até então negligenciados pelo arquivamento tradicional”⁹⁰. Para ele, uma mudança de paradigma, relacionada à ampliação e descentralização das políticas de patrimônio nas comunidades locais, acompanhada de vivaz interesse por acervos e histórias pessoais. Nota-se que, seja em um contexto de centralização ou de descentralização das políticas arquivísticas, a valorização e a identidade estabelecidas pelo povo francês com seus acervos são significativas.

José Maria Jardim, ao problematizar a relação entre a construção da memória e os arquivos públicos, destaca que “verifica-se, no mínimo, uma intensa, complexa e explícita relação da sociedade francesa com o seu passado”⁹¹, que se materializa em intenso desejo de preservação de seus vestígios, enquanto no Brasil

O Estado parece prescindir da memória – ao menos daquela que se expressa nos registros materiais da sua ação ao longo do tempo – como instância legitimadora. Até porque talvez

⁸⁹ “La matriz que permitió establecer las diferencias y justificar la colonización [...] es lo que en este libro identifico, siguiendo a Anibal Quijano, como *colonialidad del poder*. La colonialidad del poder es el dispositivo que produce y reproduce la diferencia colonial. La diferencia colonial consiste en clasificar grupos de gentes o poblaciones e identificarlos en sus faltas o excesos, lo cual marca la diferencia y la inferioridad con respecto a quien clasifica. La colonialidad del poder es, sobre todo, el lugar epistémico de enunciación en el que se describe y se legitima el poder. En este caso, el poder colonial”. MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, s/d., p. 91. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/decolonial/11-mignolo-un%20paradigma%20otro.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

⁹⁰ ARTIÈRE, Philippe. Monumentos de Papel. A propósito de novos usos sociais dos arquivos. In: **Saber dos Arquivos**... op. cit., p. 101.

⁹¹ JARDIM, José Maria, 1995, op. cit., p.9.

tenha constituído estratégias de legitimação pelo *esquecimento*, das quais os arquivos públicos seriam uma das expressões mais evidentes. Como tal, os arquivos públicos encontram-se também deslegitimados no aparelho do Estado e na sociedade em geral.⁹²

Essa citação é de um texto de 1995. Quando pensei em utilizá-la aqui, parei e refleti: será que isso ainda faz total sentido atualmente? Quase 25 anos depois da publicação desse artigo, que denunciava a situação de abandono dos arquivos no país, será que a realidade que encontrei a partir de meus contatos, ligações, e-mails, visitas, faz-me concluir que o Estado brasileiro ainda prescinde da memória em sua expressão documental? Talvez seja prematuro responder de uma vez a tal pergunta, afinal, essa é uma percepção que cada leitora poderá construir ao longo e até o final de minha narrativa. Entretanto, não julgo estragar qualquer surpresa ao afirmar que, infelizmente, o lugar dos arquivos não se transformou drasticamente nesse um quarto de século. Certamente houve avanços, temos experiências muito positivas em diversas unidades da federação, mas pensar em arquivos no Brasil – e quem sabe na maioria dos países colonizados? – a partir do esquecimento, embora pareça incongruente, faz muito sentido. Mario Rufer expressa-se de modo muito sensível ao corroborar essa chave de análise:

El estado-nación (occidental, poscolonial, **latinoamericano**) tiene una relación paradójica con el archivo. Por un lado, no hay estado sin “sus” archivos que lo legitimen y le den plena existencia en el continuo temporal. Por otro, el archivo es una amenaza latente para el estado [...] Más que en su habilidad para retener el tiempo, el poder del estado reside en su habilidad para consumirlo, o sea, para abolir el archivo y anestesiar el pasado. La acción que crea al estado es una acción de “cronofagia”. Se trata de un acto radical porque al consumir el pasado, es posible que el estado se conciba libre de toda deuda.⁹³ [Grifo meu]

Embora a passagem dispense explicações, sinto-me instigada a reafirmar: os arquivos, bons e velhos “laboratórios da história”, são campo fértil para a dúvida, a crítica, a (re)elaboração do passado, com o qual nem sempre o Estado está disposto a acertar suas contas. Sua dívida é onerosa demais. Assim, parece que, quando precisa legitimar-se pela memória, o faz a partir de outras marcas monumentalizáveis enquanto patrimônio, já que “as paredes a se conservar testemunham a glória das realizações dos homens incomuns, contra a qual os arquivos disseminam a dúvida e a confusão”⁹⁴. Trato aqui da inserção nessa

⁹² Ibidem, p. 10.

⁹³ RUFER, Mario, op. cit., p. 166-67.

⁹⁴ SALOMON, Marlon. A danação do arquivo: ensaio sobre a história e a arte das políticas culturais. In: _____. (Org.). **Saber dos Arquivos**. Goiânia/GO: Edições Ricochete, 2011, p. 36.

realidade enquanto historiadoras profissionais, entendidas como pessoas habilitadas por meio de formação em curso superior de história.⁹⁵

Minha tomada de consciência a respeito das múltiplas conexões entre todas essas questões – presença do debate sobre arquivos entre os estudos pós-coloniais e decoloniais, influências dos mesmos sobre a teoria arquivística, sentidos e amplitude do alcance da etnografia nas ciências sociais e humanas na atualidade, etc. – foi se dando de maneira processual ao longo do mestrado, de modo a tomar corpo e ocupar espaço nesse prelúdio. Mas confesso que, em uma de minhas primeiras reuniões de orientação, ao expor algumas ideias sobre analisar as experiências e os produtos do trabalho de colegas historiadoras em instituições arquivísticas, fiquei um pouco perdida quando ouvi de meu orientador que eu deveria lançar sobre os arquivos, e sobre minhas fontes, um olhar etnográfico. Em meio ao corre-corre com as disciplinas do primeiro ano de curso, com o trabalho no APERS e com as diversas e impactantes novidades que surgiram em minha vida pessoal justamente naquele momento – que hoje posso resumir na doce palavra *Valentim*, que toma a forma de um menino e que reatualizou tudo aquilo que eu entendia por *amor* – guardei aquele registro em uma gavetinha um tanto obscurecida da memória, obviamente sem ainda conhecer a Clarissa que hoje redige essas páginas...

Logo que passei a enfrentar de fato a pesquisa, produzindo instrumento de mapeamento dos arquivos (**Anexo 1**), questionário para as historiadoras lotadas nessas instituições (**Anexo 2**), buscando informações de contatos, fazendo ligações, enviando mensagens eletrônicas, refletindo sobre as palavras trocadas, sobre os muitos e-mails que

⁹⁵ A opção por esse entendimento não significa que eu desconheça ou menospreze as discussões que existem em torno dos critérios que conferem credibilidade ou legitimidade para que alguém não titulado reivindique-se historiador. Reconheço a própria aceitação pública – muitas vezes ampla – de produções históricas não-acadêmicas, embora mantenha a postura política de defender a regulamentação de nossa profissão. Certamente há muitos bons profissionais que produzem ou mobilizam amplos conhecimentos históricos em seus fazeres cotidianos sem terem passado pela referida graduação. Entretanto, precisei definir os marcos de circunscrição da presente análise, e o fiz optando por identificar as historiadoras das instituições arquivísticas estaduais a partir de suas habilitações profissionais academicamente conferidas. Em muitos casos estas profissionais ingressaram no estado a partir de *cargos comissionados* (que não são criados com determinação prévia de área de formação) ou de *concursos para cargos de nível superior genéricos*. São raros os casos em que pude identificar historiadoras contratadas como tal, embora a expectativa em relação ao seu trabalho seja de que atuem enquanto profissionais da história (desenvolvo melhor esses apontamentos no tópico 1.2). Logo, o nome do cargo através do qual as pessoas são contratadas nas instituições não poderia ser meu critério de pesquisa – não encontraria historiadoras ou historiadores.

não retornavam, anotando tudo em minha tabela de “Registro do Contato com Arquivos” (**Anexo 3**), não tive como manter aquela gavetinha fechada por muito mais tempo: eu parecia estar no meio de um *trabalho de campo*, e o mais próximo que eu havia chegado da antropologia com seu método etnográfico fora em uma disciplina introdutória no primeiro semestre da licenciatura em História, muitos anos antes!

Corri para alguns “clássicos” – ao menos aquela disciplina fornecera-me referências – e fui tentar entender um pouco melhor com Clifford Geertz, Gilberto Velho e Roberto da Matta como a etnografia poderia ajudar na constituição do meu corpo documental, nas minhas anotações “de campo”, em minhas análises a partir da aproximação do espaço das historiadoras em arquivo. Logo fui lembrada de que

O método etnográfico consiste num mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender. [...] não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos.⁹⁶

Ou ainda de que

Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”.⁹⁷

Fazer etnografia seria mais do que cumprir etapas de um método de pesquisa qualitativa, mas encarnar uma postura humilde e um olhar de estranhamento, de dúvida sincera que abre a pesquisadora ao entendimento do “exótico”, e torna-a capaz de produzir conhecimento interpretativo que, como qualquer “processo de conhecimento da vida social, sempre implica um grau de subjetividade e que, portanto, tem um caráter aproximativo e não definitivo”⁹⁸ – com essa observação Gilberto Velho não proclama “a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (Ibidem). Aqui estava a chave: a etnografia permitiria um mergulho a partir do qual seria possível produzir conhecimento

⁹⁶ URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe** (Online), n.11, 2012, disponível em <http://journals.openedition.org/pontourbe/300>, acesso em 14 set. 2018.

⁹⁷ GEERTZ, Clifford, op. cit., p. 15.

⁹⁸ VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 197, p. 129.

reconhecendo subjetividades, e fazendo delas instrumento de análise, de reflexão, de interpretação.

Mas surgiram interrogações: se percebi a etnografia tão adequada à análise que estou empreendendo, se a categoria *tempo* (elementar ao fazer historiográfico) parece ser menos central para minha descrição do que a categoria *espaço*⁹⁹ (o espaço do arquivo enquanto lugar social de atuação profissional das historiadoras, que se inscreve no presente), então meu trabalho é antropológico, e não histórico? Ou, na contramão, se o mergulho etnográfico exige estranhamento e longo convívio com a Outra, como admitir seu uso estando tão imersa em arquivos, a ponto de ser eu mesma objeto, eu mesma “a Outra”? Como estranhar o que me é tão familiar, a ponto de transformá-lo em exótico, como referira Da Matta¹⁰⁰? E mais, estando na maior parte do tempo da pesquisa distante fisicamente dos demais arquivos estaduais, e dedicando pouco tempo a um trabalho de campo mais próximo do “tradicional”, ainda assim poderia chamar isso de etnografia?

Mais uma vez o diálogo com Gilberto Velho tornou-se esclarecedor: familiaridade não é igual a conhecimento, embora ela possa ser impeditiva da análise se não for admitida, relativizada e mantida sob reflexão sistemática. Ao mesmo tempo, ele afirma: “posso estar acostumado com uma certa paisagem social onde a disposição dos atores me é familiar [...]. No entanto, isso não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos”¹⁰¹, o que me pareceu adequado para pensar a minha relação com os arquivos: embora eu seja servidora pública em um deles há anos, minha compreensão da realidade dessas instituições e do desempenho da profissão ali é bastante mediada, limitada até, pelas minhas tarefas imediatas, pelas relações interpessoais que estabeleço nesse espaço, por afazeres tantas vezes

⁹⁹ Em um caminho talvez inverso, mas certamente dialógico com o meu, ao aplicar a etnografia à análise de arquivos documentais e memória oral, a antropóloga Analúcia Sulina Bezerra sente a necessidade de tratar da relação entre história e antropologia, dos limites e aproximações de ambas, mencionando que a diferença “é tanto mais evidente quando a antropologia passa a se caracterizar, a partir do século XX, pelo trabalho de campo ou pela observação participante. Se no princípio de sua constituição ela era eminentemente diacrônica, tendendo à verticalização do tempo e à imposição de uma linearidade histórica, com a observação directa essa tendência vai ser completamente invertida. É a própria horizontalidade espacial que acaba se impondo. Essa dimensão, introduzida por Boas e que ecoa fortemente ainda hoje, privilegia a descrição de situações etnográficas cuja temporalidade se inscreve no presente. O pesquisador observa as relações que se realizam num determinado espaço e descreve essas relações considerando esse espaço.” – BEZERRA, Analúcia Sulina. Arquivo e memória oral na produção de uma ‘etnografia retrospectiva’. *Antropológicas*, n. 13, 2015, p. 76, disponível em <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/2573>. Acesso em 13 set. 2018. Reflexões como essa estimularam a interrogação em relação ao caráter antropológico de meu estudo.

¹⁰⁰ DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. *Boletim do Museu Nacional: Antropologia*, n. 27, maio de 1978.

¹⁰¹ VELHO, Gilberto, op. cit., p. 128.

burocráticos e repetitivos (que certamente fazem parte, em maior ou menor grau, de todos os exercícios profissionais) inseridos em uma longa carga horária, enfim, pelo meu lugar nesse microcosmo. Abrir-me para uma perspectiva etnográfica permite-me ver o familiar de outro modo, estranhando-o a ponto de ser capaz de percebê-lo não como exótico, mas como uma realidade muito mais complexa.

E se falar de algo tão próximo aparentemente poderia soar como uma cilada teórica, percebi por essas leituras ainda outra vantagem, se é que posso assim chamar: ao empreender a análise no seio de uma “sociedade complexa” (para usar mais um termo caro às antropólogas) conto com a possibilidade de interlocução com inúmeras especialistas – diferente do que acontece com a antropóloga que vai a campo mergulhar em uma sociedade nunca antes ou pouquíssimo contata – que poderão cientificamente contrapor minha interpretação, colaborando para qualificá-la.

Quanto à dúvida sobre poder atribuir a designação de etnografia, bastou-me voltar às lembranças daquela conversa de orientação: eu deveria empregar um *olhar* etnográfico. É uma *inspiração*, e não um trabalho de etnógrafa.

Aqui, aproximo-me outra vez da questão sobre estar ou não realizando um trabalho historiográfico, ao que respondo com uma postura pessoal de relacionamento com as ciências que ajuda a ir demarcando minha compreensão da relação entre as disciplinas: não acredito que seja possível, e menos ainda qualitativo, separá-las completamente e afastá-las cada qual em sua “caixinha”: a realidade é ao mesmo tempo indivisível e *complexa* demais; nós a compartimentamos para permitir sua análise, mas não preciso prescindir da história para acercar-me da antropologia, ou da arquivística, por exemplo. Posso lançar mão de dispositivos de diversas disciplinas para produzir conhecimento, sem que o eixo teórico central que move minha análise seja solapado, e sem que eu esteja deslegitimando as delimitações entre elas, embora eu parta do pressuposto de que as próprias fronteiras entre disciplinas são maleáveis, intercambiáveis, historicamente construídas.

Essa postura encontra acolhida na obra de Edgar Morin, que defende a assunção de que é possível e desejável um conhecimento que considere a especialização mas permita-se ir além dela, e para quem o pensamento complexo, fundado em relações inter-poli-transdisciplinaridade, é a chave para a reforma do pensamento e a reorganização do conhecimento em uma sociedade que sofre com o excesso de especialização. Morin reconhece a fecundidade das disciplinas na história das ciências, mas afirma que

há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários.¹⁰²

Destaca ainda que muitas vezes

a instituição disciplinar acarreta, ao mesmo tempo, um perigo de hiperespecialização do pesquisador e um risco de “coisificação” do objeto estudado, do qual se corre o risco de esquecer que é destacado ou construído. O objeto da disciplina será percebido, então, como uma coisa auto-suficiente; as ligações e solidariedades desse objeto com outros objetos estudados por outras disciplinas serão negligenciadas, assim como as ligações e solidariedades com o universo do qual ele faz parte. A fronteira disciplinar, sua linguagem e seus conceitos próprios vão isolar a disciplina em relação às outras e em relação aos problemas que se sobrepõem às disciplinas.¹⁰³

Esse alerta de Morin é muito fértil para a análise da trajetória da história e da arquivística enquanto disciplinas em relação, o que busquei fazer especialmente no tópico 1.1, assim como para a análise dos limites e possibilidades legados por nossa formação acadêmica em história para a ocupação desse lugar social de atuação profissional, reflexão que perpassa toda a dissertação. Quando defendo a atuação das historiadoras nos arquivos como um trabalho que deve ser interdisciplinar, não se trata de mero emprego do termo como se fosse auto evidente que há múltiplas relações entre as disciplinas no mundo contemporâneo, ou ainda, como se a presença concreta, mapeada, de equipes multiprofissionais em diversas instituições do país fosse sinônimo de existência de atuação interdisciplinar, ou suficiente para exigir que eu reivindique que nosso trabalho nesses locais deve ser assim. Considerando tanto a tradição de fechamento das ciências modernas, quanto as diversas possibilidades de estabelecimento de relações entre as disciplinas científicas, é possível que profissionais de áreas diferentes partilhem o mesmo objeto e a mesma sala de trabalho, e ainda assim não estejam atuando de modo interdisciplinar. Pode ser, inclusive, que estejam atuando de modo totalmente segmentado.

As arquivistas Angélica Marques e Natália Tognoli¹⁰⁴, buscando refletir sobre as relações estabelecidas pela arquivística com outras disciplinas ao longo da história,

¹⁰² MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução: Eloá Jacobina. 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 13. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4415469/mod_resource/content/1/Base%20A%20cabe%C3%A7a%20bem%20feita_Morin.pdf. Acesso em 01 nov. 2019.

¹⁰³ Ibidem, p. 105.

¹⁰⁴ MARQUES, Angélica A. C.; TOGNOLI, Natália B. Entre a arquivologia e outras disciplinas: promessas de interdisciplinaridade? **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas.** Portugal, série 3, n. 6, 2016. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/1546/1591>. Acesso em: 02 nov. 2019.

percebem na área ora uma tendência de naturalização da interdisciplinaridade como uma característica intrínseca às disciplinas no contemporâneo repetindo o discurso de que a arquivística é interdisciplinar sem refletir sobre o que se entende por esse conceito, ora a rejeição dessas relações em nome da autonomia científica da arquivologia. Duas percepções antagônicas que as levam a pensar, em diálogo com diversas autoras, sobre quais os diferentes tipos de relações são possíveis de se estabelecer, desde a multi ou pluridisciplinaridade, em que haveria contribuição de várias disciplinas para a solução de determinado “problema”, cada especialista colaborando com sua expertise, porém sem alterações ou enriquecimentos recíprocos; até a transdisciplinaridade, marcada pela transcendência das fronteiras estáveis entre as disciplinas a partir de novos sistemas cognitivos, em geral apontada como um programa, um processo, e não como uma realidade observada atualmente, seja em qual for a área do conhecimento – em especial, aqui, na área de arquivos, onde creio que estamos, na maior parte do tempo, entre a multidisciplinaridade e o isolamento, nesse último caso seja pela escassez de servidoras e a impossibilidade de dotar as instituições de equipes diversas, seja pela ausência de movimentos no sentido de integrar olhares.

Já a interdisciplinaridade estaria no intermédio entre as noções anteriores, marcada pela integração de conceitos, métodos ou abordagens em torno de um problema, assim como pela promoção de um diálogo entre áreas, propiciando a comunicação de conhecimentos, modelos e teorias, resultando numa ação que pode ser entendida como

a colaboração e conciliação entre conceitos pertencentes às diversas áreas do conhecimento a fim de promover avanços como a produção de novos conhecimentos. A interdisciplinaridade surge, portanto, como uma resposta à necessidade de reconciliação epistemológica das disciplinas.¹⁰⁵

Acolho essa compreensão, como pretendo demonstrar ao longo do texto, por tomar os arquivos como *locus* de produção de conhecimento e acesso a direitos, que acolhe múltiplas disciplinas e constitui-se como uma *área policompetente*¹⁰⁶, em que há espaço para a prática de historiadoras e arquivistas, bibliotecárias, museólogas, biólogas, restauradoras, administradoras, advogadas, cientistas sociais etc., assim como por acreditar que, para o bom desempenho de suas funções precípuas e o desenvolvimento de seu potencial estratégico e cultural, tais instituições necessitam mais do que a colaboração pontual ou segmentada

¹⁰⁵ Ibidem, p. 67.

¹⁰⁶ MORIN, Edgar, op. cit., p. 112.

entre áreas. Não é ilegítimo que ocorra – e haverá sim diversas formas de relações disciplinares sendo travadas com sucesso no mesmo espaço e tempo – mas parece-me que não basta que determinado Arquivo tenha historiadoras a frente da difusão, e arquivistas a frente da gestão documental, ou historiadoras pesquisando a história administrativa para instrumentalizar a descrição de determinado fundo, enquanto arquivistas precisam construir, sozinhas, seu arranjo intelectual e físico, muitas vezes sem considerar os elementos históricos que incidiram sobre sua produção e acumulação. Minha defesa é de que todos esses engajamentos e atividades merecem ser realizadas a partir de colaborações interdisciplinares.

Retomando o “fio da meada”, que deixei em espera para tecer os últimos comentários, pensando minha incursão de inspiração etnográfica e o acionamento de métodos de outras disciplinas, recordo-me das reflexões da historiadora Regina Weber que, ao analisar as aproximações e distanciamentos entre o trabalho de cientistas sociais e historiadoras do tempo presente que manejam a história oral – profissionais que vão a campo e colhem relatos – acredita que há muitas aproximações ainda que os procedimentos sejam diferentes “porque o tipo de trabalho dos dois grupos de pesquisadores também o é; [e sugere que] parte da experiência acumulada por cientistas sociais no trato com depoimentos deve ser incorporada por historiadores”¹⁰⁷, a começar pela habilidade de empreender relatos mais ricos a respeito das vicissitudes das experiências etnográficas¹⁰⁸, o que vai ao encontro de minhas escolhas teórico-metodológicas.

Nesse momento remeto-me ao diálogo que meu trabalho estabelece com a história do tempo presente (HTP) e a história oral para entender esse jogo de relações: assim como a historiadora que constrói suas fontes a partir da metodologia da história oral e busca lastro para suas análises na teoria da história¹⁰⁹, e a historiadora do tempo presente que produz conhecimento sobre “os vivos” que podem ler, se sensibilizar, concordar, criticar ou até

¹⁰⁷ WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 1996, p. 63-83. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/reginaweber/files/1996-relatos2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019, p. 1.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 4.

¹⁰⁹ Compartilho da definição de história oral defendida por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira na apresentação da já clássica obra *Usos & Abusos da História Oral*: não é uma técnica ou uma disciplina. É uma metodologia que “como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho (...) funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno a história oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história”. AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. xvi.

mesmo se ofender com as interpretações expressas em suas narrativas, em meu trabalho teórico também construo fontes, e faço isso a partir de atrizes do presente, com as quais, além de tudo, compartilho um campo de atuação profissional.

Ao refletir sobre o fazer da historiadora do tempo presente a partir da visão de um “historiador modernista”, Roger Chartier refere certa “inveja” sua do primeiro, por ter acesso a um manancial infindável de fontes, por ser contemporâneo de seu objeto e partilhar com ele

as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve.¹¹⁰

Mas logo enfatiza que as mesmas características que implicam aparente vantagem, implicam igualmente grandes desafios. Localizo-me perfeitamente nessa ambivalência: se é positivo partilhar um horizonte próximo com “minhas fontes”, por outro lado, isso exige um exercício constante de empatia e estranhamento; se disponho de muitas possibilidades de fontes, também me aflijo com esse mar de possibilidades, questiono-me a todo o tempo sobre escolhas necessárias, e enfrento dificuldades relativas ao caráter corrente de muitas delas: quando os projetos estão em curso, os relatórios entregues ainda não foram classificados e arquivados, os registros dos eventos ainda não foram sistematizados, é necessário disposição de diálogo, persistência, mas muitas vezes capacidade inventiva para traçar outros percursos de análise.

Isso me leva a outro fator central à HTP com a qual estou irmanada: a provisoriidade do conhecimento produzido. Como bem expressou François Bédarida, “Sua lei é a renovação”¹¹¹, afinal, trata-se de processos históricos em aberto. Se isso é uma realidade quando se realizam estudos sobre processos iniciados há cinquenta, trinta, ou dez anos atrás, mais ainda quando se estuda o passado imediato, que se coloca nas dobras entre o ontem e o agora.

Ao longo da constituição do corpo documental, das análises, da escrita, por diversas vezes já fui pega por essa lógica: em um dia acessei determinada mídia social para fazer contato, estabelecer entrevista, observar os fazeres na instituição, e no outro, por força da lei eleitoral, essa mídia foi desativada; em um dia alimentei certo campo de minhas tabelas com

¹¹⁰ CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO & FERREIRA, op. cit., p. 216.

¹¹¹ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO & FERREIRA, idem, p. 221.

o número de historiadoras, e alguns dias depois recebi a indicação de mais alguém recém-contratada para enviar o questionário; em uma semana acreditei ter lido quase tudo (ou quase tudo o que poderia ser importante no momento) sobre a relação entre história e arquivos, na outra, fui surpreendida pela publicação de um dossiê sobre o tema em respeitada revista da área; em determinado momento tinha dado por encerrada (pela enésima vez) a atualização de dados sobre os arquivos, e em seguida dei-me conta de que, devido à nova gestão nos governos dos estados iniciada em 2019, provavelmente haveria mudanças em organogramas, vinculações institucionais, contatos etc., questão que resolvi admitindo a necessidade de um “ponto de corte” para a coleta de informações, para não correr o risco de nunca concluir a dissertação; do começo ao fim da escrita do trabalho fui imaginando – tendo como referência as experiências vivenciadas a partir do APERS – quais deveriam ser os produtos do trabalho das historiadoras nas instituições, e a partir disso ia elencando e elegendo quais deles poderiam ser fontes expressivas para problematizar a operação historiográfica em arquivos. Construções mentais e mapeamentos mil, para em seguida perceber que eram conteúdo excessivo para o tempo de que eu ainda dispunha, e que talvez fossem mesmo sobressalentes: o resultado de meus questionários e entrevistas foi numeroso, denso e qualitativo. Se eu pretendo um exercício de imersão, devo primar pela profundidade e sensibilidade da análise, e não pela quantidade de exemplares em forma de exposições, introduções ou apresentações de publicações, editoriais de revistas, relatórios de gestão etc.

Até o final da escrita da dissertação fui fazendo autocríticas, percebendo lacunas, que na verdade poderão ser em seguida resolvidas, pois meus objetos são trajetórias em curso, são frutos de um trabalho em tempo *continuum*. Se percebo isso como um problema? Não mesmo. É uma particularidade que precisa ser considerada, mas que em nada subtrai a seriedade ou a pertinência de meu trabalho. Talvez nessa particularidade resida sua riqueza.

Ainda nessa reflexão aproximativa da HTP e da história oral, parece-me importante destacar a questão “dos valores e da relação entre ciência e ética”¹¹², concordando com Bédarida no sentido de que devemos reconhecer a função social da historiadora, “contanto que afinal de contas a exigência ética se manifeste ainda mais na sua busca do que no conteúdo de seu discurso”¹¹³. Acredito que a questão ética é indissociável do fazer

¹¹² BÉDARIDA, François, op. cit., p.226.

¹¹³ Ibidem, p.227.

historiográfico, como defendeu Paulo Knauss¹¹⁴: há uma grande diversidade moral na construção do conhecimento histórico, que salienta sua historicidade e define a historiografia como prática social, de maneira que a interrogação ética deve ser compreendida como parte da epistemologia da história como disciplina – o que se aplica queira ao estudo sobre os reinos africanos do século XIV, sobre os primeiros núcleos urbanos estabelecidos a partir da sedentarização há milênios na China antiga, ou sobre a Guerra do Iraque... Porém, sabendo dos imperativos da memória em nossa sociedade, das demandas sociais sobre nosso ofício, dos inúmeros usos do passado feitos na esfera pública, e das implicações em ter como interlocutoras aquelas que viveram determinadas histórias, creio que os dilemas éticos e políticos colocam-se de maneira ainda mais intensa para a HTP ou para a prática da história oral, assim como para meu trabalho e o de qualquer pesquisadora que estabeleça relações pessoais com suas fontes.

Inspirada no texto “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”¹¹⁵, como contestar práticas, mitos e seguranças das historiadoras cuja atuação eu pesquisei? Se as memórias dessas profissionais – dessas pessoas – constituem elemento essencial de suas identidades como profissionais e como seres humanos, como lidar com a evocação de lembranças que façam emergir frustrações e conflitos, sentimentos de competição *intra* categoria profissional e fora dela, encontros nem sempre previsíveis com as percepções de si e das outras? Como narrar o conhecimento produzido de forma crítica, porém sem expor colegas que, na maioria dos casos, dispuseram-se de muito bom grado a compartilhar um pouco de suas trajetórias profissionais e de vida comigo? Ao escolher analisar diretamente o fazer destas colegas, como não me indispor frente aos pares, com quem seguirei partilhando as trincheiras da história após a defesa da dissertação, e ao mesmo tempo não permitir que essa insegurança limite meu senso analítico e crítico? São inúmeros desafios, que espero ter tido lucidez e sensibilidade para encarar.

Tendo construído o quadro teórico e metodológico geral sobre o qual ergui a presente análise, passo a compartilhar de modo mais direto o percurso que trilhei para constituir meu conjunto de fontes e desenvolver a pesquisa.

¹¹⁴ MENDONÇA, Paulo Knauss de. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 12, n.2, p.140-147, mai./ago. 2008, disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5424>. Acesso em 30 jul. 2018.

¹¹⁵ FRISCH, M.; THOMSON, A.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO & FERREIRA, op. cit.

Durante a construção de um projeto de pesquisa científica em geral nos preocupamos com a explicitação da metodologia de trabalho, que deve ser capaz de demonstrar quais serão os passos dados e os recursos utilizados pela pesquisadora para a consecução de seus objetivos. Não foi diferente comigo. No momento de escrita do projeto de mestrado tracei um caminho a partir de referenciais. Entretanto, entendi que o método de pesquisa não precisa, e nem deve, ser seguido de modo engessado: quem nos antecedeu pode ter formulado aportes dos mais qualificados, mas a forma de empregar determinado método da maneira mais perspicaz e apropriada às necessidades de cada pesquisa somente será encontrada no fazer. Essa compreensão aproximou-me das reflexões de Deleuze e Guattari que mencionei rapidamente acima, em torno do rizoma. Um dos princípios do rizoma é a cartografia, que tem sido apropriada em diversas áreas do conhecimento como uma metodologia de pesquisa:

A cartografia possui a peculiaridade de não possuir um plano a ser executado, uma lista de passos a ser seguido. Assim, ao investigar um objeto de estudo amplo, aberto, irrigado de subjetividade, o pesquisador pode seguir de maneira não-linear a sua verificação. O processo vai se desdobrando e assumindo dimensões que levam a pesquisa para novos lugares.¹¹⁶

No caso dessa dissertação o processo foi tão rico que transformei até mesmo minha concepção de método, uma vez que foi em movimento que percebi a possibilidade de reivindicar um fazer cartográfico, aberto, que respeita a amplitude da própria realidade sobre a qual eu pretendia debruçar-me. De nada adiantaria fixar etapas muito rígidas.

Meu planejamento inicial previa determinado cronograma e alguns passos a caminho da constituição de *dois conjuntos de fontes* apresentados a seguir, nomeados apenas para fins didáticos como *Conjunto A* e *Conjunto B*. Acreditava que os dois seriam constituídos de maneira trabalhosa – afinal, exigiria o contato com instituições e colegas de todos os estados brasileiros – porém, sem percalços, já que eu poderia contar com a internet e com ligações telefônicas ilimitadas para formação do primeiro conjunto, e depois, na composição do segundo, disporia de tempo e recurso para algumas viagens, além do recebimento de materiais pelo Correio (cheguei a sonhar com isso!) e via internet, enviados pelas próprias historiadoras. A prática trouxe-me percalços, sim, que exigiram abrir mão de algumas

¹¹⁶ LEMOS, Cássio F.; OLIVEIRA, Andréia M. Mapeamento, Processo, Conexões: a cartografia como metodologia de pesquisa. **Paralelo** 31, edição 08, jul 2017, p. 49. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/13299>. Acesso em 10 mar. 2019.

ambições. Porém, depois de um longo trajeto¹¹⁷, ainda que o cronograma e os passos tenham sido um tanto transmutados, ambos os conjuntos se efetivaram, creio que a contento. Se não obtive, por exemplo, o retorno do mapeamento por parte de todos os arquivos estaduais do país, por outro lado, os contatos que ficaram pelo caminho ou os e-mails sem resposta também me disseram muito.

Etapas pensadas para o Conjunto A (base do 1º Capítulo):

- a) Confirmação da existência e *levantamento dos contatos* de todas as instituições arquivísticas públicas estaduais, considerando a possibilidade de que algum dos 26 entes federados mais o Distrito Federal pudesse não ter arquivo institucionalizado, ou ainda, ter mais de um, como era sabido que ocorre no Rio Grande do Sul. Isso seria feito através da internet, especialmente a partir da plataforma do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos¹¹⁸, que foi instituído pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) em 2009 para, a partir desse registro, fornecer o código previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), denominado Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ). Tal código viabiliza identificar cada entidade que custodia documentos arquivísticos no país. Sempre que necessário, eu faria confirmações através de sites, mídias sociais e ligações telefônicas;
- b) Aproximação de cada Arquivo por meio da *Tabela de Mapeamento* (modelo no Anexo 1) enviada por e-mail aos cuidados de suas coordenações. A Tabela confirmaria dados atualizados, traria informações a respeito da data de fundação, do

¹¹⁷ Apenas a título de demonstrar a extensão do processo de coleta de dados, os primeiros e-mails enviados em que me apresentava como mestranda da UFRGS, compartilhava o projeto e solicitava a resposta à Tabela de Mapeamento, foram enviados no final de 2016, e alguns contatos foram efetivados apenas julho de 2018, após envios e reenvios, muitos endereços e telefones desatualizados na internet, diversas mensagens retornando, provavelmente por problemas nos e-mails institucionais divulgados, assim como várias ausências de resposta. Ao total, entre e-mails enviados e recebidos, somaram-se 533 mensagens eletrônicas computadas até o dia 14/09/2018, momento em que, pela pressão da banca de qualificação, fui “obrigada” a encerrar a abertura para recebimento de novos questionários. Nesse número não estão relacionados, por exemplo, os diversos e-mails que foram enviados para agendar e tratar das entrevistas presenciais nos arquivos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, que fazem parte da amostra qualitativa, foram realizadas em outubro e dezembro de 2018 e compõem o segundo conjunto de fontes. A dimensão do esforço de acercamento e observação dos arquivos como trabalho de campo torna-se ainda maior se considerados os múltiplos acessos a sites e redes sociais institucionais, ligações telefônicas e mensagens via Facebook e WhatsApp enviadas diretamente para contatos de profissionais das instituições. Ao longo de todo o período de mestrado, mas especialmente ao longo de 2018, tive por hábito semanal conferir atualizações na internet sobre os arquivos estaduais, para acompanhar eventos realizados, notícias na mídia etc.

¹¹⁸ CONARQ, Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/2.html>. Acesso em 17 set. 2018.

vínculo administrativo, dos acervos salvaguardados, da estrutura organizacional e do perfil profissional das equipes. Pretendia a devolutiva por parte de 100% dos arquivos investigados;

- c) A partir da confirmação da lotação de historiadoras em cada Arquivo através do Mapeamento, solicitação de seus contatos diretos de e-mail e/ou telefone para envio do *Questionário de Entrevista* (modelo no Anexo 2), que traz questões relacionadas à formação acadêmica e experiências da entrevistada na instituição; às relações de trabalho com outras profissionais; estrutura física e condições de trabalho no Arquivo; relação da instituição com processos de gestão documental no respectivo estado; percepção da entrevistada quanto à relação entre sua formação acadêmica e as exigências do trabalho em um Arquivo, e quanto às possíveis contribuições de uma historiadora nesse espaço. No momento de planejamento inicial, ainda sem saber quantas profissionais faziam parte dos quadros funcionais, pretendia-se alcançar a todos e todas as historiadoras por e-mail ou telefone, para em seguida receber da maior parte delas a devolutiva do Questionário.

A partir das informações do *Conjunto A*, coletadas e analisadas, seria possível não apenas desenvolver o 1º Capítulo, no qual reconheceria o cenário de atuação profissional, seus desafios e possibilidades, mas também consolidar a escolha da amostra de instituições para aprofundar a análise – escolha esta que determinaria a recolha e análise do conjunto seguinte:

Etapas pensadas para o Conjunto B (base para o 2º Capítulo):

- a) Visita aos arquivos escolhidos como amostra para realização de observações e entrevistas presenciais com todas as historiadoras que tivessem respondido ao Questionário na fase anterior. Ao melhor estilo “inspiração etnográfica”, a etapa foi pensada com o objetivo de aprofundar questões pontuadas nas respostas aos questionários e oportunizar um mergulho no universo de atuação, na busca por explicitar tensões e pressupostos do fazer historiográfico percebidos tanto pelas entrevistadas quanto por mim. As entrevistas seriam guiadas por um roteiro semiestruturado – e não por um novo questionário fechado – construído com base nas informações até então coletadas entre troca de e-mails, currículo lattes, publicações online de cada profissional que fosse possível prospectar, etc.;

- b) Pensando que a atuação das historiadoras lotadas nas instituições em questão se materializa em produtos resultantes de suas atividades, como projetos e relatórios, folhetos e materiais de divulgação, encartes, revistas, livros, artigos, catálogos, inventários, materiais educativos, fotos, vídeos, exposições presenciais e virtuais, conteúdos para internet etc., uma amostra de tais produtos é encarada como fonte da dissertação, sendo analisada a partir de um olhar hermenêutico, que os encara como textos que podem ser interpretados e contribuir para acessar – ainda que de forma mediada por minha leitura – os conhecimentos e pressupostos (diversos) do fazer historiográfico mobilizados por suas autoras.

Tendo assumido a postura de que a validade do trabalho não está em compartilhar apenas o que deu certo, mas também em relacionar e buscar entender seus contratemplos e desvios, faço isso sem delongas ou moderação!

Quanto ao *Conjunto A, etapa a)*, imaginei que bastaria acessar o Cadastro de Entidades Custodiadoras, tomar nota de e-mails, enviar a mensagem de apresentação inicial (modelo no **Anexo 4**), e nos casos em que não obtivesse resposta em alguns dias, confirmar dados através dos sites institucionais ou das secretarias de estado a que estivessem vinculados os arquivos. Caso o e-mail seguisse com problemas, eu faria ligações para confirmar o endereço de envio dos materiais. Entretanto, a realidade demonstrou-se bem mais complexa, e o tempo dedicado a esta etapa, bem maior.

Os cadastros no site do CONARQ estão desatualizados para diversos órgãos, informando números inexistentes, endereços eletrônicos que já foram substituídos, entre outros problemas. Como exemplos – e já iniciando a pincelar o desenho do cenário que pretendo compartilhar – cito o caso do Arquivo Público do Rio Grande do Norte¹¹⁹, em que o e-mail fornecido é de uma antiga diretora, já aposentada; os telefones, embora corretos, demoram a ser atendidos, e quando fui atendida, ainda que de maneira cordial, passaram-me um novo e-mail que nunca chegou ao seu destino; e o caso do Amapá, em que o cadastro traz registro para o “Arquivo Público Estadual do Amapá”¹²⁰, com endereço, e-mail e telefone registrado, fundação no ano de 2010 e vinculação à Secretaria de Cultura. Entretanto, nunca fui atendida no referido número, os e-mails não foram respondidos, e a

¹¹⁹ APERN no CODEARQ: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-estadual-do-rio-grande-do-norte.html>. Acesso em 16 set. 2018.

¹²⁰ APEAP no CODEARQ: <http://www.conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-publico-estadual-do-amapa.html>. Acesso em 16 set. 2018.

partir de diversos outros contatos, feitos com historiadoras da região norte e com o próprio CONARQ, fui informada de que não há, nem nunca houve arquivo público em funcionamento naquele estado. O que ocorre? No dia 27 de maio de 2010 foi promulgada a Lei Ordinária 1.492¹²¹, que “dispõe sobre a criação de Arquivo Público Estadual e define as diretrizes da Política Estadual de Arquivos Públicos e Privados de interesse público e social do Amapá e cria o Sistema Estadual de Arquivos”, porém, ela nunca foi implementada – o que torna necessário explicitar que minha compreensão de arquivo público institucionalizado não se ampara apenas na legislação de criação, mas também em sua efetiva atuação.

Detalhe: a referida Lei expressa que o Arquivo nasceu vinculado diretamente ao Gabinete do Governador, instância hierarquicamente importante dentro do Poder Executivo de um estado, e com dotação orçamentária própria, algo muito raro no país – em geral os arquivos recebem recursos através de suas secretarias. Paradoxalmente, a instituição que ainda não existe na prática já possui até uma Associação de Amigos, fundada em 2014¹²².

Essa realidade percebida explicita a ausência de sistematização e controle por parte do Conselho Nacional de Arquivos sobre informações mínimas relativas aos arquivos estaduais, que dele fazem parte. A própria plataforma menciona que o “CODEARQ somente será fornecido às entidades custodiadoras que permitam acesso a seu acervo, mesmo que com algumas restrições” – não seria o caso, então, de se estabelecer algum filtro ou verificação antes de aprovar a inserção de informações no referido Cadastro?

Além disto, evidencia as limitações de pesquisas baseadas apenas nos levantamentos pela internet: além do caso do Amapá, outros dois estados possuem cadastro de entidades, pouco informativos, confusos até, mas registrados no site do CONARQ. Entretanto, também não possuem arquivos públicos em operação: Rondônia e Roraima. O Tocantins é o único entre os estados que não possuem arquivo público que também não tem nenhum tipo de cadastro no CODEARQ.

Enfim, conversando efetivamente com colegas das instituições, com professoras universitárias indicadas pelo meu orientador ou por contatos dele, e com uma representante

¹²¹ AMAPÁ. Lei 1.492 de 25 maio de 2010. Disponível em https://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=buscar_legislacao&n_leiB=1492,%20de%2027/05/10. Acesso em 16 set. 2018.

¹²² Associação dos Amigos do Arquivo Público do Estado do Amapá (AARPAP), em <https://aarpap.webnode.com/>. Busquei contato pelo e-mail e telefone informados no site da entidade, mas também nunca recebi retorno. Embora não seja possível fazer qualquer tipo de afirmação quanto aos objetivos que levaram à criação dessa Associação – talvez um grupo de pessoas bem intencionadas que se reuniu para pressionar pela efetivação da lei, mas que não teve sucesso nessa empreitada –, em um país tão marcado por denúncias de corrupção e desvios de verbas públicas, é no mínimo de se questionar.

do CONARQ, confirmei que há arquivos públicos institucionalizados e em funcionamento no Distrito Federal e em 21 dos estados, excetuando-se os quatro já referidos, localizados na região Norte, e a Paraíba, na região Nordeste.¹²³

Cabe salientar aqui o caso da Paraíba, tanto para elucidar meu universo de investigação quanto para exemplificar o “tempo *continuum*” que referi como caracterizando o objeto dessa dissertação: esse estado foi tratado até o final de março de 2019 como o quinto em que não havia arquivo nos marcos que analiso, embora haja três instituições em atuação, todas registradas junto ao CODEARQ, porém descentralizadas, nenhuma delas responsável por uma política de gestão de documentos paraibanos ou reconhecida pela comunidade arquivística daquele estado como o arquivo público estadual. No dia 27 de março iniciei uma série de postagens no blog institucional do APERS, como parte de meu trabalho como servidora, compartilhando em “pequenas pílulas” as informações e algumas reflexões sobre a situação dos arquivos estaduais no Brasil obtidas por meio dessa pesquisa. O texto foi compartilhado nas mídias sociais do Arquivo, disseminado por alguns perfis, e através de comentários em um dos compartilhamentos fui alertada para o fato de que, no dia 28 de dezembro de 2018, foi publicada a Lei 11.263/18 que “dispõe sobre a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público e social”¹²⁴, de maneira que precisei reformular algumas passagens do presente texto.

No Capítulo 1, tópico 1.2, relato em mais detalhe meus contatos em cada estado e a realidade percebida, trazendo tabelas e gráficos que ajudam a visualizar tais informações.

Tendo em vista a escassez de informações consolidadas em nosso país a respeito dos arquivos estaduais, Anna Beatriz Castro de Oliveira¹²⁵ realizou junto à pós-graduação em

¹²³ Por indicação da arquivista Débora Flores, ex-diretora do APERS, no dia 11 de julho de 2018 escrevi para o e-mail institucional de Domicia Gomes, especialista do Arquivo Nacional e integrante da Câmara Técnica de Preservação de Documentos, comentado que tinha dúvidas a respeito da existência de arquivos em Rondônia, Roraima e Tocantins, já que nunca consegui efetivar os contatos realizados. Solicitamente, no mesmo dia Domicia respondeu-me: “Prezada Clarissa, Tudo bem? Infelizmente nestes estados não temos nenhum cadastro e nem informações da existência de um arquivo público instituído. Já temos contatos inúmeras vezes, mas não obtivemos sucesso”. ARQUIVO NACIONAL. Domicia Gomes. **Informação sobre alguns Arquivos Públicos Estaduais** [mensagem pessoal eletrônica]. Recebida via clarissa.sommer@gmail.com em 11 jul. 2018.

¹²⁴ PARAÍBA. Lei 11.263 de 29 de dezembro de 2018. Disponível em: http://static.paraiba.pb.gov.br/2019/01/Diario-Oficial-30-12-2018-Total.pdf?fbclid=IwAR1p-AKafFxcMvgccHvsAYvIFulmejieOXBsn9ThaVgRyM_RQI7sWS3jeek. Acesso em: 30 mar. 2019. Agradeço a Ivana Parrela, professora do curso de Arquivologia da UFMG, e Carlos Ditadi, especialista do Arquivo Nacional, por terem interagido com as mídias do APERS e oportunizado o acesso a essa informação.

¹²⁵ OLIVEIRA, Anna Beatriz Castro e. **Gestão Documental de Documentos e de Arquivos no Poder Executivo Estadual Brasileiro**: Estudo de Identificação das Políticas, Programas e Instrumentos Metodológicos. Dissertação de Mestrado, PPG em Ciência da Informação, UFF, 2016.

Ciência da Informação da UFF um importante trabalho de identificação de políticas e programas de gestão de documentos e de arquivos no Poder Executivo estadual brasileiro, que consultei em diversos momentos de minha pesquisa. Entretanto, ao basear-se apenas em buscas pela internet, não consegui refletir alguns aspectos dessa faceta da realidade arquivística nacional, como por exemplo, a relação entre existência nominal de arquivos e seus respectivos sistemas e a existência real de trabalho para a implantação da gestão documental dos estados e das próprias instituições.

Quanto ao *Conjunto A, etapa b)*, no contexto do projeto eu tinha como hipótese que receberia a Tabela de Mapeamento preenchida por 27 arquivos: um em cada estado mais o Distrito Federal, considerando que os dados a respeito do APERS, que seria o 28º Arquivo, já eram de meu conhecimento. Entretanto, apenas 15 arquivos preencheram e devolveram o instrumento, nem sempre completo, exigindo um esforço muito maior de minha parte no sentido de coligar as informações que a Tabela poderia ter sistematizado. Entre os doze que não responderam estão, obviamente, aqueles que não existia, nos cinco estados em que não há arquivo institucionalizado em funcionamento. Os sete demais estão em: Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul (AHRS). A não devolutiva desse material tem significados diferentes em cada estado. Em alguns, realmente não obtive retorno efetivo aos meus contatos. Nos demais, não recebi o Mapeamento preenchido, mas busquei formas de contato alternativas e obtive informações.

Dessas duas primeiras etapas extrai a tabela *Arquivos Públicos Estaduais do Brasil - Dados Compilados*, que trago como o **Anexo 5**. É um produto simples, porém creio que pode ser útil a outras pesquisas na medida em que disponibiliza de forma sistematizada o ano de fundação, vinculação institucional, endereço, telefones, contatos virtuais e mídias sociais para cada Arquivo por região do país.

Quanto ao *Conjunto A, etapa c)*, eu pretendia ter seguido certa formalidade, recebendo primeiro a confirmação do número de historiadoras lotadas na instituição e seus respectivos contatos, para, a partir daí, escrever individualmente solicitando o preenchimento do Questionário. Com isso, queria estabelecer uma relação de proximidade, conversar ao telefone explicando os objetivos da pesquisa e a importância da colaboração de cada uma. Porém, em muitos casos, devido à demora na resposta ao primeiro contato e na obtenção dos emails ou telefones, tive que reencaminhar o primeiro texto, às vezes para vários endereços eletrônicos diferentes, já anexando o *Questionário para Historiadores*, explicando esta outra fase da pesquisa para colegas que na maioria das vezes não eram as

destinatárias desse instrumento, porém, que à distância, estavam configurando-se como os únicos contatos possíveis. Eu não tinha ideia do número de historiadoras que encontraria, e sei que estou trabalhando com um número aproximado, já que nem todos os mapeamentos foram entregues, vários dados foram fornecidos por telefone, e poucos sites ou mídias sociais institucionais trazem informações a respeito dos quadros funcionais. Quando as trazem, referem o setor de lotação e/ou funções, mas sem as respectivas áreas de formação de cada servidora. A título de exemplos, o Arquivo Público do Paraná traz a aba “Equipe”¹²⁶ em seu site, mas são todos arrolados a partir de setores. Somente após inúmeros contatos identifiquei que as duas historiadoras da instituição são as pessoas ligadas à Divisão de Documentação Permanente – DIP; já o Arquivo Público do Rio Janeiro traz o organograma institucional e logo abaixo informações sobre “Quem é Quem”, mas relaciona apenas o nome das servidoras responsáveis pelos setores¹²⁷.

Em alguns casos senti-me próxima às pesquisadoras referidas por Regina Weber que tiveram dificuldades para acessar informantes por terem entreposta uma complexa mediação:

É praticamente impossível efetuar observações diretas em estabelecimentos agrícolas de uma área em que os antagonismos de classe e os efeitos da repressão política são evidentes, pois não se entra nesses locais sem a autorização do proprietário e se for através deste que se chega aos trabalhadores, não se obtém “uma entrevista sequer”.¹²⁸

Se não dependi da autorização de um patrão ou patroa, por outro lado dependi das mediações feitas tanto pela distância física quanto pela pessoa responsável por intermediar meu contato com as historiadoras, de modo que muitas vezes se estabelecia um “telefone sem fio” difícil de manejar. Como os sites e mídias sociais não trazem a relação de profissionais acompanhada de suas formação e contato, enviei as mensagens de apresentação para os e-mails da direção, do setor de atendimento e/ou para os endereços institucionais gerais¹²⁹. Nos estados em que tive a primeira interlocução já com profissionais da história, como em Goiás e Mato Grosso, onde colegas da área estão lotadas no atendimento e responderam tanto ao Mapeamento quanto ao Questionário, o diálogo tendeu a ser mais rápido e aprofundado.

¹²⁶ Ver em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>. Acesso em 18 set. 2018.

¹²⁷ Ver em <http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeConteudo?article-id=2968362>. Acesso em 18 set. 2018.

¹²⁸ WEBER, Regina, op. cit., p. 5-6.

¹²⁹ No APERS, por exemplo, temos o e-mail apers@planejamento.rs.gov.br, acompanhado pela Seção de Apoio Administrativo, que é incumbida de encaminhar as demandas para a áreas correspondentes.

Também foi bastante perceptível o quanto o estabelecido de procedimentos contribui para a transparência e qualidade do atendimento ao público: em locais como Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, em que há responsáveis por captar as demandas das usuárias e distribuí-las ao setores encarregados, obtive êxito nos retornos, embora em alguns casos tenha sido demorado o percurso entre apresentar-me para a primeira interlocutora, receber o Mapeamento, encaminhar o Questionário explicando a segunda etapa da pesquisa e pedindo os contatos do pessoal da história, até enfim recebe-los respondidos.

Que o registro de minha dificuldade valha para alertar futuras pós-graduandas sobre a importância de estabelecer cronogramas sempre bastante generosos quando se trata de atendimento via internet, e expectativas sempre realistas, que considerem a grande quantidade de mensagens recebidas todos os dias nas caixas de e-mails das instituições, desproporcionais ao tamanho de suas equipes, em geral diminutas. Certamente esta é uma questão metodológica importante a ser observada por qualquer pesquisadora no tempo presente: embora a internet encurte distâncias, a verdade é que o volume de informações a serem processadas torna-se tão grande que parece inviabilizar o atendimento qualificado a todas as demandas. Recordo-me de, em diversos momentos, priorizar o contato virtual escrito, tanto por desejar registrar a troca de informações quanto por insegurança de falar ao telefone (provavelmente receio meu de ser inconveniente). Essa pode ser uma característica muito pessoal, relacionada à timidez, mas já refleti que também pode ser tanto uma “marca de origem” legada por nossa formação – somos habituados a dialogar com fontes que não retrucam nossas interpelações, ao menos não diretamente – quanto uma marca que começa a ser impressa em nós pela entrada em cena da própria internet e das redes sociais: estamos protegidos atrás delas e vamos nos habituando a não enfrentar diálogos por telefone ou presenciais. Mas desejo que esse não seja um caminho sem volta, afinal, pesquisar em ciências humanas deve exigir contato humano.

Neste processo um tanto tortuoso, nem todas as colegas identificadas receberam efetivamente o Questionário – em Pernambuco, por exemplo, ao telefone recebi a informação de que haveria “cerca de oito historiadores” no quadro, mas nunca obtive seus e-mails diretos, nem soube se a pessoa com quem tive interlocução chegou a encaminhá-lhes o material. Dessa forma, diminuiu consideravelmente o número de retornos em relação a minha expectativa inicial: das *90 historiadoras computadas*, distribuídas em 21 arquivos públicos, *44 responderam* ao Questionário – considerando que cinco estados não têm

arquivo e outros dois, Acre e Amazonas, não possuem historiadoras neles lotadas, ou ao menos não possuíam até quando deixei de provocar a atualização desse dado. Cabe ponderar que no APERS tivemos a satisfação de receber dois novos colegas historiadores, Rodrigo Weimer e Álvaro Klafke, em um período já adiantado da dissertação. Logo, eles não foram solicitados a responder meu questionário, mas foram computados para fins de levantamento do número de profissionais da história nos arquivos na atualidade.

Certamente é uma excelente amostra, traduzida em um volume considerável de informação a ser analisada. Pergunto-me agora como teria procedido caso realmente recebesse 90 questionários. Creio que a expectativa inicial foi fruto de inexperiência com esse tipo de projeção, afinal, são numerosas as demandas e nem todas as profissionais têm por praxe responder questionários. A meditação em torno da pertinência do questionário e do que ele representa já vinha de “longa data”, mas chamou-me atenção quando, em visita ao APESP, pude conversar informalmente (ou seja, sem ser em entrevista agendada) com Alexandre Bianchi, uma das pessoas a quem eu tinha enviado a solicitação e que não retornou. Ele comentou que recebeu, abriu o anexo e salvou com a intenção de contribuir, mas foi interrompido inúmeras vezes por outras atividades, de forma que não conseguiu fazê-lo no prazo que eu havia proposto na mensagem, e então optou por não responder. Esse diálogo sincero, com alguém que se demonstrou bastante profissional e competente ao longo da conversa – iniciada no setor de trabalho e estendida até o almoço entre colegas do qual tive o prazer de participar – serviu para relativizar a leitura inicial que eu vinha fazendo de que a ausência de respostas em muitos casos era um sinal de descomprometimento. Embora essa variável não deva ser excluída, muitos e múltiplos outros fatores incidem.

Neste ponto uma ponderação é pertinente, e acompanhou-me sempre no “trabalho de campo”: assim como já senti em diferentes momentos ao longo da atuação no APERS, parece-me que o cotidiano dos arquivos, envolvendo trabalho em equipe, atendimento ao público e tarefas muitas vezes repetitivas, em alguns casos não permite ou dificulta que se possa dedicar tempo para a produção intelectual mais reflexiva. Talvez em alguns ambientes de trabalho realmente não haja condições de estudo, leitura e reflexão profícua – o que pode estar relacionado, também, ao perfil de cada profissional, é claro, já que as pessoas se concentram de modos diferentes: algumas “funcionam muito bem” lendo e escrevendo em ambientes barulhentos ou com interrupções, outras, não conseguem. Se a leitura, a análise e a escrita são marcas indeléveis de nosso ofício, por uma simples pista podemos começar a questionar as aproximações e particularidades da atuação em arquivos em relação ao

trabalho da historiadora acadêmica, que pode organizar seu tempo de trabalho de modo a contemplar o estudo em gabinete.

Em relação ao mesmo ponto, cabe também uma autocrítica: entre as historiadoras com quem consegui conversar (seja pessoalmente, por e-mail ou telefone), quatro referiram dificuldade em responder ao questionário por ele ser longo, analítico ou denso demais. Do estado do Espírito Santo, por exemplo, recebi a seguinte mensagem:

Olá Sra. Clarissa, boa tarde!

Confirmo o recebimento do e-mail juntamente com o questionário.

Não tive tempo hábil para responder as perguntas, diante das minhas atividades no Projeto Imigrantes.

Seu questionário é muito analítico e infelizmente conto com pouco tempo livre em minhas atividades.

Tentarei responder até o prazo solicitado.

Atenciosamente [...] ¹³⁰

Esta colega foi gentil em seu retorno, mas realmente não conseguiu finalizar a escrita e não compartilhou seu questionário. Talvez outras o tenham recebido, e simplesmente tiveram que proceder da mesma forma, porém sem me escrever avisando. Embora as perguntas ali elencadas sejam realmente importantes para alcançar meus objetivos de análise nesse trabalho, cabe pensar criticamente sobre se este é um formato próprio para um instrumento qualitativo de coleta de dados a ser enviado por e-mail - talvez seria mais adequado para conduzir uma entrevista presencial.

Questionei-me também sobre se foi apropriada a opção por iniciar a pesquisa tentando traçar um panorama geral da atuação das profissionais da história em todos os arquivos estaduais por meio de questionário. Ou bastaria o mapeamento das instituições, e em seguida eu deveria ter me debruçado já sobre a amostra, para uma análise mais profunda e acurada sobre algumas trajetórias e seus produtos pensados sob a ideia de operação historiográfica?

Para esse questionamento não há apenas uma resposta, a depender também dos anseios de quem me lê. Ainda acredito na importância de ter dado voz a historiadoras em mais espaços, de estabelecer uma aproximação com mais colegas. Apesar da demora e dificuldades práticas, a qualidade do material recebido oportunizará, por exemplo, que os próprios questionários sejam utilizados na análise e escrita do Capítulo 2, quando

¹³⁰ APEES. **Contribuição em Pesquisa de Mestrado em História** [mensagem pessoal eletrônica]. Recebida via clarissa.sommer@gmail.com em 25 jul. 2018.

inicialmente pensei que apenas as entrevistas presenciais gerariam conteúdo para isso. Considerando a importância que tem para esse trabalho o contato com a “Outra historiadora”, com o que ela pensa e como percebe sua localização no “mundo dos arquivos”, com a forma como narra seu fazer, creio que valeu a pena.

Além disto, como o trabalho em arquivos é muitas vezes coletivo, cercado ainda pelo caráter institucional das ações – o que pode diluir a autoria expressa nos produtos, e colocar a questão da autonomia intelectual e da autoria em outros termos, já que é necessário compor com outros agentes¹³¹ –, acercar-me das historiadoras por meio de questionário qualitativo ou entrevista seria fundamental. Através desses materiais é possível apreender mais a fundo as compreensões de cada colega sobre as relações epistemológicas, teóricas, metodológicas e éticas que estabelece com seu ofício, assim como acessar os percursos de sua formação, o contato com outras profissionais, a incidência de interesses pessoais de pesquisa acadêmica sobre a atuação no trabalho etc.

Cabe um último apontamento metodológico em relação ao tratamento que darei aos Questionários recebidos, assim como a outras informações e impressões coletas a partir de minhas incursões ao telefone, por e-mail e outras mídias: quando comecei os contatos apresentando a pesquisa e solicitando contribuições não me pareceu necessário enviar também um termo de consentimento para o uso das informações, ou algo nesse sentido. Entendia que o gesto de preenchimento e envio, registrado nas trocas de e-mails, era suficiente para determinar que as participantes autorizavam seu uso e citação para os fins acadêmicos que eu havia proposto. E assim procedi, por meses em que fiquei entre fazer contatos, coligir dados e fazer leituras. Até que comecei a analisar as respostas que iam chegando, comecei a ler e reler minha tabela de “Registro dos Contatos com Arquivos” na qual anotei impressões pessoais, algumas delas em tom crítico. E então dei-me conta de que a citação dos nomes de cada historiadora ao referir suas respostas poderia ser uma exposição desnecessária de suas trajetórias profissionais, que não apenas estão em curso, como são marcadas por grande diversidade de condições de trabalho, de reconhecimento social, de oportunidade de formação continuada e reflexão. Percebi que individualizar as experiências,

¹³¹ Fernanda Ott atenta para isso ao analisar os produtos do trabalho de historiadoras em centros de documentação privados, demonstrando que as publicações não são assinadas pelos profissionais responsáveis, mas pela empresa. Para Ott, além de indicar “autoridade da empresa sobre a obra, dando papel secundário aos seus autores”, essa prática também visa apresentar a análise não como um discurso de determinado profissional, mas como o passado em si. (OTT, Fernanda, op. cit., p.130-31). As questões relativas ao trabalho coletivo, à autonomia intelectual e à autoria remetem também, e novamente, à história pública e seus desafios, como bem analisou Michael Frisch em “A história pública não é uma via de mão única, ou, de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa”, op. cit.

a umas atribuindo interpretação elogiosa, e a outras um tom crítico, como se se tratasse de uma avaliação positiva ou negativa do atendimento a mim enquanto usuária de arquivos, não faz sentido para meus propósitos.

No caminho de solucionar esse empasse metodológico, decidi adotar a seguinte prática: vou referir-me aos questionários a partir das experiências profissionais que eles registram, mas mantendo no anonimato suas autoras. Quando for necessário, no transcurso da análise, comparar realidades ou referir o espaço onde determinada situação se dá, farei referência à região do país ou, no máximo, ao arquivo estadual de onde vem determinada resposta – tomando cuidado para não identificar de quem estou tratando. Nesse sentido, os 44 questionários recebidos foram codificados para serem referenciados, a partir de uma letra que refere a região do país de onde vem o questionário, e um número em sequência para diferenciá-los, seguindo as regiões em a ordem alfabética:

Região	Número de Questionários	Códigos
Centro-Oeste	12	A1 até A12
Nordeste	5	B1 até B5
Norte	1	C1
Sudeste	18	D1 a D18
Sul	8	E1 a E8

Já em relação às entrevistas presenciais e aos produtos do trabalho das historiadoras, que analisarei especialmente no Capítulo 2, farei a referência completa às autorias, afinal, tive oportunidade de um contato mais próximo com essas colegas e pude explicitar os usos que faria das informações a que tive acesso.

Em relação ao *Conjunto B, etapa a)*, considero positivo ter conseguido visitar tanto o APERJ quanto o APESP, além é claro do AHRS – que já conhecia de longa data e voltei a visitar para entrevistar suas duas historiadoras – e do APERS – que há tantos anos tem sido minha segunda casa. As entrevistas realizadas foram gravadas apenas em áudio. Optei por não gravar em vídeo tanto porque não tenho experiência com equipamentos de captação de imagem e receei ter problemas durante as viagens, quanto por julgar que sendo filmadas as pessoas tendem a sentir-se menos à vontade, o que poderia dificultar a construção de um vínculo que nos permitisse diálogos mais abertos. As informações a respeito das pessoas entrevistadas serão compartilhadas oportunamente, enquanto for evocando suas falas ao longo da análise, para não transformar esse espaço do texto em um rol de nomes e setores.

Estive no Rio de Janeiro entre os dias 02 e 04 de outubro de 2018, oportunidade em que pude passar quatro turnos no APERJ (que eu não conhecia), realizar visita por suas dependências conhecendo seus setores, observar com atenção sua estrutura física e realizar quatro entrevistas, sendo três delas dentro do Arquivo, com as três pessoas que haviam respondido ao Questionário, e uma na casa de Paulo Knauss de Mendonça, historiador, professor da UFF e ex-diretor do APERJ que hoje está à frente do Museu Histórico Nacional. Decidi entrevistar Paulo por acreditar que seu relato poderia contribuir com muitos elementos à análise, uma vez que ele possui atuação reconhecida tanto na área de arquivos quanto no meio acadêmico e esteve à frente de uma gestão recente que deixou marcas na instituição. O mesmo ocorreu com a decisão de entrevistar, em São Paulo, Carlos de Almeida Prado Bacellar, historiador, professor da USP e ex-diretor do APESP.

Estive em São Paulo entre os dias 16 e 18 de outubro de 2018. Já conhecia o espaço do APESP, que visitara em dois momentos anteriores. Nesta estadia pude andar sozinha por suas dependências por alguns instantes, enquanto aguardava ou deslocava-me entre uma entrevista e outra. Foi positivo poder observar a amplitude e a qualidade dos ambientes, as formas de controle e organização da circulação de pessoas, a disposição dos setores. Em São Paulo tive um pouco mais de dificuldade para concretizar o que havia planejado, já que a estrutura do APESP é muito grande, como será mais bem observado na sequência. No Mapeamento foram arroladas 20 historiadoras na composição da equipe, porém compartilhados os e-mails de 15 delas, das quais dez retornaram o Questionário respondido. Inicialmente eu desejava conversar com todas essas dez pessoas, mais o professor Carlos Bacellar. Entretanto, sabia que dispo de apenas cinco turnos na cidade seria muito difícil conseguir encaixar tantas entrevistas. Quando tive a confirmação dos dias em que estaria em São Paulo, com antecedência, montei uma grade com proposta de horários para as conversas e enviei mensagens individuais convidando a todas. Uma pessoa não respondeu e outras duas informaram que estariam em férias na época de minha visita. Com os horários apertados agendei, então, oito entrevistas em três dias, seis no APESP, uma na USP, com Bacellar, e uma na Sé, com Stanley Plácido da Rosa Silva, colega que no momento da coleta de questionários estava lotado no APESP e no período das entrevistas já havia sido transferido para outro órgão, mas dispôs-se a conversar pessoalmente comigo. Porém, os tempos se sobrepuseram: a cidade é grande e os deslocamentos demorados, as trocas de ideias se estenderam em todas as conversas – o que certamente é positivo – e infelizmente acabei não

conseguindo falar com Stanley e com Maira Oliveira Santos, do Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca.

Agradeço-lhes mais uma vez pela disponibilidade; suas vivências foram incorporadas à análise por meio dos questionários. E aproveito para registrar mais um “conselho” a quem interessar possa: entrevistas devem ser programadas com tempo. Hoje creio que o ideal é não programar mais de uma por turno...

Inicialmente eu pretendia ter dedicado um tópico especial à análise das entrevistas presenciais, ponderando as complexificações trazidas por elas em relação ao que os questionários, respondidos por escrito e à distância, puderam apresentar, e traçando um perfil mais denso das entrevistadas, com foco em suas trajetórias profissionais. Felizmente, e ao mesmo tempo para minha inquietação, as entrevistas demonstraram-se muito ricas (apesar das excessivas intervenções e da tagarelice da entrevistadora), expressando diferentes realidades não apenas regionais, mas que lançam luz a uma espécie de “microcosmo” em cada arquivo, sempre permeado por relações profissionais e intelectuais, sim, mas também políticas e pessoais, evidenciando entrecruzamentos de trajetórias, caminhos traçados na intersecção de escolhas conscientes e inconscientes, além de meras contingências, apropriações técnicas e teorias bastante diversas – que se explicam não apenas por associações a diferentes “escolas” historiográficas ou arquivísticas, mas por conjunturas específicas das unidades federativas, por circunstâncias da Administração Pública e das próprias relações entre as pessoas dentro das instituições.

As entrevistas também carregam potencial para excelentes reflexões metodológicas em uma perspectiva autocrítica e etnográfica: analisá-las evoca a percepção de que tive dificuldade em ocupar a posição de “observadora-participante” de um universo tão familiar. Em alguns momentos elas soam mais como conversas de troca de experiências entre historiadoras dos arquivos, do que como entrevistas propriamente ditas, demonstrando o quão imiscuídas mantiveram-se as funções de pesquisadora de mestrado e historiadora do APERS – seria possível fazer diferente? Foi positivo ou negativo? Como essa postura interferiu na produção das entrevistas enquanto fontes? Enfim, parece-me tema suficiente para um bom artigo.

E assim percebi que não seria possível fazer uma análise aprofundada de todas as 12 entrevistas no espaço da dissertação, até mesmo pelo impacto psicológico e pela excessiva dimensão que esse texto passou a tomar em minha vida – eu precisava seguir em frente! Cheguei a pensar em suplantando a inserção delas na dissertação, pois sentia que o uso que eu

seria capaz de fazer delas nesse espaço não estaria à altura da generosidade com que fui acolhida pelas entrevistadas, da qualidade das informações e reflexões por elas compartilhadas. Entretanto, depois de um tempo de impasse, decidi conectar, ao longo de todo o segundo capítulo, excertos dessas conversas com os dados analisados a partir dos questionários e dos produtos do trabalho das historiadoras, dando maior substância aos argumentos na busca por aprimorar a nitidez da cartografia empreendida. Mas posso garantir que esse material não será esquecido. Em um futuro breve pretendo aproveitá-lo para a produção de novas reflexões.

Entre reformulações de cronograma, trocas de fraldas, músicas de ninar, leituras teóricas, choros, sorrisos e muito aprendizado, achei melhor entrevistar as colegas “de perto” depois de vivenciar o espaço dos historiadores e historiadoras “de longe”, para construir melhor uma abordagem e um olhar que me permitissem observar sem confundir-me totalmente como parte, ao menos naquele momento: não seria uma conversa para saber das últimas novidades, para comentar sobre como andavam as relações com as chefias ou sobre o quanto o governo do estado vem massacrando as servidoras com atrasos de salário e ameaças à extinção de direitos (ainda que tudo isso pudesse fazer parte do horizonte de assuntos). Seriam momentos para olhar “de fora”, perscrutando a maneira de cada uma expressar-se em relação ao seu *métier* de historiadora do arquivo.

Após ponderar bastante, defini que seria melhor entrevistar apenas Ananda Fernandes e Rejane Penna, do AHRS, que são colegas de perto, mas não tão perto. Nôva Brando e Caroline Baseggio, colegas de APERS com as quais partilhei também o mesmo tempo e horizontes no curso de história da UFRGS, já haviam respondido ao Questionário e fiquei com a sensação de que, conhecendo suas trajetórias, seus lugares de atuação cotidiana, seus esforços e dificuldades, estaria ultrapassando os limites colocados pela minha subjetividade, que não penso aqui enquanto par da objetividade, mas da ética.

Finalmente em relação ao *Conjunto B, etapa b)*, cabe destacar o processo de amadurecimento em relação ao que significa debruçar-me sobre os produtos de nosso trabalho dentro dos arquivos. Quando esta pesquisa ainda era um projeto cheguei a pensar em analisar todos os que fossem arrolados pelas historiadoras da amostra como sendo frutos de seu trabalho. Entretanto, logo percebi que a proposta era desmensurada, não apenas pelo tempo previsto para a realização de um mestrado – e que ainda assim ultrapassei um bocado – mas também pela fragilidade analítica que teria qualquer trabalho nesses termos.

Como exemplo a caminho desse entendimento, pontuo quais imagino que teriam que ser as fontes analisadas caso uma pesquisadora propusesse essa abordagem em relação aos produtos do meu trabalho no APERS considerando apenas a principal área a qual me dedico no momento: à frente do Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS (PEP) em parceria com a professora Carla Simone Rodeghero (Departamento de História/UFRGS), participo da construção, organização e realização de oficinas de educação patrimonial para público escolar, todas criadas a partir de pesquisa e seleção, digitalização e transcrição de fontes que fazem parte do acervo, contando também com materiais de apoio elaborados a partir de pesquisa em outras instituições, na internet, em bibliografia da área, etc.

Hoje, são oferecidas as oficinas *Os Tesouros da Família Arquivo*, que traz documentos relacionados à escravidão no Rio Grande do Sul; a oficina *Desvendando o Arquivo Público: relações de gênero na história*, que traz documentos de tipologias e períodos diversos destacando a presença das mulheres na história, a transformação nos papéis socialmente construídos em relação aos gêneros, etc.; e a oficina *Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos*, construída a partir de processos de indenização a ex-presos políticos no Rio Grande do Sul. Além das oficinas o PEP realiza capacitações deicineiros e cursos de formação para professores, o que ampliaria bastante o rol de fontes, pois exigiria a análise de materiais de apoio aos oficineiros, programas e materiais de divulgação dos cursos, entre outros. Considerando apenas minha inserção junto ao PEP, poderiam ser analisados não apenas todos os materiais das oficinas, seus textos, imagens, recursos didáticos e metodologia, como também produtos menos óbvios, porém muito importantes se considerarmos o tempo que dedico a tais tarefas cotidianamente, como agenda de oficinas, escala de oficineiras, e-mails de agendamento trocados com as escolas, textos de divulgação do PEP produzidos para as mídias sociais do Arquivo, etc. Estes produtos talvez sejam os mais ricos se quisermos pensar as peculiaridades do trabalho de uma historiadora voltado para um público amplo e diverso do acadêmico, e certamente são atividades que afastam um tanto nosso fazer do que se espera no processo de uma operação historiográfica – fica já registrada a observação de que para fazer história pública, ou fazer da história algo público, é preciso dedicar tempo para outras tarefas que não pesquisa documental, análise e escrita, assim como admitir a necessidade de outros aprendizados (uso de programas de edição de imagem e vídeo, ou de páginas e aplicativos para criação de mídias sociais, por exemplo).

Partindo desse entendimento, no contexto da banca de qualificação construí a compreensão de que seria possível selecionar uma amostragem dos “produtos” do trabalho das historiadoras em diálogo com elas mesmas, durante as entrevistas. Desejava, então, compor uma amostra que fosse representativa das atividades desenvolvidas por todas as doze pessoas entrevistadas, englobando tanto produtos identificados como sendo próximos do fazer historiográfico, quando outros que não fossem percebidos por elas como parte das atribuições diretas de uma historiadora.

A perspectiva não foi abandonada de todo – segui a análise meditando sobre tais aproximações e distanciamento – porém a estratégia de elencar concretamente um determinado número de produtos representativos caiu por terra, por muitos fatores: primeiramente, pela dificuldade que algumas colegas tiveram de apontar objetivamente quais seriam os produtos de seu trabalho como profissionais da história dentro do arquivo, o que por si parece denotar a interdisciplinaridade das atividades desenvolvidas nessas instituições e a ausência de reflexões sistemáticas a esse respeito dentro dos próprios arquivos e no campo da história acadêmica; em seguida, porque se conseguisse seguir a lógica desenhada, ao final do processo teria cerca de 24 produtos a analisar (de uma pessoa, os textos produzidos para uma exposição com temática histórica e um projeto escrito para captação de recursos; de outra, um material didático para uma ação educativa e uma série de e-mails burocráticos, e assim sucessivamente até a exaustão); e finalmente, por ter conseguido superar no processo de análise um raciocínio um tanto maniqueísta que buscava separar o que é do que não é fruto de uma operação historiográfica, como se quisesse ou pudesse separar o “joio do trigo” e de uma vez por todas determinar quais são os limites de nossa prática profissional nesses espaços. A dissertação me fez perceber que esse é um equívoco, afinal, como bem ponderou meu orientador em nossa troca de ideias, até mesmo as práticas que podiam parecer-me mais distantes do fazer historiográfico, como as atividades de restauro, por exemplo, podem estar impregnadas de uma lógica histórica, seja na escolha de quais documentos tratar, nas opções quanto a aproximar-se ao máximo do documento original ou deixar os indícios de restauração, etc.

Assim, defini que alguns poucos e expressivos exemplos oriundos da atuação de cada entrevistadas serão mobilizados, cruzando-se e trazendo ora elementos de aproximação ora de distanciamento em relação ao fazer da historiadora e do historiador que Michel de Certeau e Paul Ricoeur pareciam ter em mente enquanto teciam o conceito de operação historiográfica.

A partir desses conjuntos de fontes constituídos e de uma vivência de pesquisa inspirada na etnografia, que considere “olhar, ouvir e escrever”¹³² de forma densa, e eu acrescentaria “olhar, ouvir, *ler* e escrever” de forma densa, pretendo ser capaz de construir pontes de aproximação com nosso *métier* desempenhado dentro dos arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade, buscando considerar as trajetórias não com exemplares ou modulares de nossa prática, nem mesmo o lugar dos arquivos como estaque ou totalmente determinista sobre elas. Para tanto, recorro aos conceitos de *projeto* e *campo de possibilidades*, como trazidos por Gilberto Velho: nossas experiências profissionais se articulam em uma sociedade extremamente complexa, e resultarão em planos, reflexões e produtos que são o resultado mais ou menos acabado, mais ou menos reconhecido de nosso projeto ou “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, e do campo de possibilidades no qual a vida nos aloca, campo esse pensado como “dimensão sociocultural, espaço para formulação e implantação de projetos”.

Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades.¹³³

Tais categorias analíticas ajudam-me a pensar as diferenças e interrelações dentro do próprio grupo das historiadoras enquanto categoria profissional sem atribuir sua diversidade ora ao acaso, ora à competências individuais ou à estruturas deterministas impermeáveis.

Não desejo alongar-me ainda mais. Sei que corro o risco de que o clima melodioso que tentei instalar nesse prelúdio há dezenas de páginas atrás transforme-se em clima tedioso! Porém, antes de passar diretamente ao convite para que adentremos o próximo bloco, a última reflexão pede que eu registre, também, minha inspiração em Pierre Bourdieu para pensar esse grupo a que me refiro insistentemente e que nomeei enquanto categoria profissional: as historiadoras. Acredito que seja possível pensar que essas respondem como um *campo* com seus respectivos *habitus*¹³⁴, marcado tanto por hierarquias internas quanto por relações de parceria, estabelecidas com os pares e/ou interdisciplinarmente; por

¹³² O antropólogo Roberto Cardoso afirma que olhar, ouvir e escrever seria a base do trabalho etnográfico, em: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

¹³³ VELHO, Gilberto. Trajetória Individual e Campo de Possibilidade. In: **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 40.

¹³⁴ Cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; _____. **Homus academicus**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

formações acadêmicas e experiências socioculturais que as conectam e ao mesmo tempo são muito diversas; por maior ou menor inserção de suas integrantes em debates nos espaços públicos; por maior ou menor alcance da sua produção enquanto profissionais da história; por expectativas em relação ao que faz de alguém ser ou não reconhecida enquanto parte desse campo. A partir desse reconhecimento, partindo da problematização das conexões, tensões e limites do conceito de operação historiográfica para pensar os distintos modos de operar a história profissionalmente, meu trabalho acaba por contribuir para refletir a respeito das relações que se estabelecem entre historiadoras acadêmicas e historiadoras dos arquivos.

Em *Homo academicus*, Bourdieu analisa o campo universitário francês no contexto do Maio de 1968, de modo que “penetra nas estruturas do mundo acadêmico tentando desnudar conchavos, interesses, conflitos, relações de força, crises, rupturas de equilíbrio”¹³⁵. Nesse movimento, percebeu que havia hierarquias entre faculdades, e dentro delas, entre as disciplinas, pautadas em princípios de hierarquização antagônicos:

la jerarquía social según el capital heredado y el capital económico y político actualmente detentado se opone a la jerarquía específica, propiamente cultural, según el capital de autoridad científica o de notoriedad intelectual.¹³⁶

As transformações desencadeadas pelo Maio francês implicaram mudanças nesses sistemas de hierarquização, no entanto, elas seguem existindo, a partir de relações de força em constante modificação. Tal aporte faz-me atentar para a expressão de noções de pertencimento ao campo nas falas e escritos das historiadoras dos arquivos, para indícios de reconhecimento, incorporação, afastamento ou hierarquizações destas em relação às demais profissionais da área, assim como para os possíveis significados – talvez ainda subterrâneos – do avanço e da valorização das discussões sobre história pública em nosso país: olhar, cada vez mais, para o trabalho por nós desenvolvido além da academia, e para os produtos destinados a públicos diversos, pode apontar para tensões nesses sistemas de hierarquização num mundo marcado, entre outros fatores, pela aceleração do tempo, pelo excesso e a diversidade de informação disponível ao alcance dos dedos de todas.

Agora sim, com os sentidos aguçados para desbravar esse amplo horizonte de possibilidades analíticas, partimos ao Capítulo 1.

¹³⁵ MACHADO, Daiane Vaz. Delatando Segredos: a análise bourdieusiana do campo acadêmico. **Rev. Tempo, Espaço, Linguagem**, vol. 4, n. 1, jan-abr 2013, p. 99-100. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/5316/4003>. Acesso em: 20 out. 2019.

¹³⁶ BOURDIEU, Pierre, 2008, op. cit., p. 71.

Capítulo 1 – Arquivos Públicos estaduais brasileiros e suas historiadoras: entendendo o lugar social de atuação profissional

A democracia efetiva se mede sempre por este critério essencial: a participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação.

*Jacques Derrida.*¹³⁷

Por que a escolha pelos arquivos públicos? Um arquivo público é uma instituição de memória? Documentos salvaguardados em um arquivo coincidem com memória? Documentos de arquivo são como qualquer outro tipo de documento, partilham de uma mesma ontologia? Arquivos e documentos são o mesmo para a história e para a arquivística? Afinal, o que é um arquivo, e com que noção de arquivo trabalho nessa dissertação? São muitas perguntas, certamente, mas creio que funcionam como um bom pontapé inicial para este capítulo, no qual pretendo lançar luz sobre tais questões e apresentar o cenário atual dos arquivos públicos estaduais no Brasil.

Apresento-os como lugares sociais de possível atuação para a historiadora profissional. Neste momento, não me detenho em refletir sobre aspectos relacionados à “compatibilidade” ou não desse profissional com o espaço e as funções dos arquivos. Se levantar hipóteses e reflexões sobre a pertinência de tal presença é um dos objetivos da pesquisa, para isso é preciso, primeiramente, entender o que são, como funcionam, do que necessitam os arquivos. Na busca deste entendimento, concentro-me em tentar transformar em texto o amplo quadro mental que fui construindo a partir de centenas de e-mails trocados, conversas ao telefone, consultas na internet, leitura de questionários e de outras produções escritas pelos profissionais em questão.

Cabe ressaltar que este texto é produto de uma pesquisa qualitativa e autoral. Logo, é uma interpretação por mim estabelecida, em diálogo com fontes, bibliografias, observações atentas e densas. Mas não tem a pretensão de ser a verdade ou a análise completa e inequívoca a respeito da porção da realidade em análise. Não esgoto – nem pretendia esgotar – todas as possibilidades de olhar para os arquivos estaduais do país. Eles são muitos, diversos, historicamente localizados, criados e recriados cotidianamente pelo Estado, por

¹³⁷ DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 16.

suas profissionais, por suas usuárias. Compartilho de peito aberto minha contribuição, desejosa de que seja inspiração a outras muitas.

1.1 Documentos, memória e arquivos – história e arquivística: reflexões sobre uma longa e intrínseca relação

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, quando se fala em arquivo pode-se estar pensando em:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza ou suporte;
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;
3. Instalações onde funcionam arquivos;
4. Móvel destinado à guarda de documentos.¹³⁸

Quero, neste trabalho, pensar arquivos nas duas primeiras acepções. Enquanto conjunto de documentos especialmente porque, de acordo com o conceito citado, este conjunto não é aleatório, acidental ou fruto primeiro de uma intenção de perpetuar registros sobre quaisquer temas para o futuro. São documentos oriundos das atividades que são função de quem os produziu – e é aqui onde começa a desvelar-se a especificidade dos arquivos, e da arquivística, dentre outras chamadas instituições *de memória*, como bibliotecas, museus e centros de documentação.

Aqui, ao referir-me a arquivo na maioria das vezes invocarei uma instituição. E, por uma opção analítica, afino meu foco sobre as instituições arquivísticas integrantes das administrações públicas estaduais que, de acordo com a legislação brasileira são responsáveis pela gestão documental e proteção aos conjuntos de documentos produzidos e recebidos no exercício das atividades dos órgãos públicos estaduais, reconhecendo que tais conjuntos são instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e servem como elementos de prova e informação.¹³⁹

¹³⁸ Arquivo Nacional, Brasil. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27. (A partir daqui, o Dicionário será referido pela abreviatura DBTA).

¹³⁹ BRASIL, **Lei 8.159**, 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm, acesso em 12 set. 2018.

A opção por focar as lentes de análise nos arquivos estaduais, responsáveis pela documentação produzida pelo Poder Executivo, sem incluir o Arquivo Nacional, arquivos municipais ou outros vinculados aos Poderes Legislativo e Judiciário, deve-se centralmente à necessidade de recorte para o espaço de uma dissertação. Partindo do pressuposto de que tratar de arquivos nivelados quanto à esfera administrativa oportunizaria cruzar reflexões, realizar comparações, identificar aproximações e afastamentos com maior tranquilidade, sem incorrer no equívoco de equivaler instituições com competências, porte, abrangência e inserção social distintas. Qual seria o impacto teórico de traçar relações entre a atuação de historiadoras vinculadas ao Arquivo Nacional, que possui uma trajetória secular, acento em organismos internacionais e vinculação a um Ministério de grande porte – hoje ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – com a atuação profissional em um arquivo municipal localizado em uma cidade pequena e interiorana¹⁴⁰? Certamente seria possível empreender problematizações importantes, entretanto, era necessário escolher um caminho, e a opção por lançar um olhar que pudesse ajudar a construir uma cartografia dos arquivos estaduais enquanto um dos lugares para o *métier* da história acabou por conquistar-me.

Estes são os arquivos dos quais vou tratar por uma série de motivações, a maioria já referida na introdução: por ser um deles o *meu* lugar de atuação enquanto historiadora; por carecerem de análises teóricas a partir dos referenciais da história que os relacione ao ofício da historiadora no “lado de dentro do balcão”; por serem os arquivos públicos a principal

¹⁴⁰ Tive muita dificuldade para encontrar informação sistematizada a respeito da situação dos arquivos municipais brasileiros. Em notícia veiculada em 2014 pelo Portal Federativo estimava-se que apenas 3% dos 5.570 municípios do país teriam arquivo institucionalizado, entretanto, tal notícia não cita a fonte precisa da informação (SECRETARIA DE GOVERNO. Portal Federativo. Notícias. **Governo quer estimular a criação de arquivos municipais no país**. 08 dez. 2014. Disponível em: <http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/governo-quer-estimular-a-criacao-de-arquivos-municipais-no-pais>. Acesso em: 27 mar. 2019). Em publicação do CONARQ que estimula a criação de arquivos municipais, de 2014, não foram compartilhados dados nesse sentido. Apenas faz-se menção a que “De um total de 5.570 municípios, apenas uma pequena parcela conta com um arquivo público municipal formalmente constituído”. (CONARQ. **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, p. 7. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019). É possível referir, a título de exemplos: no estado do Rio Grande do Sul, em levantamento realizado em 2003, foram identificados 23 municípios com arquivos criados, de um universo de 496 municípios, logo, em apenas 5% deles, conforme pode ser observado no link a seguir, do site do APERS: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=cidades>; em 2006 foram identificados 39 arquivos municipais na Bahia, de um total de 417 cidades, ou seja, 9,5%. Provavelmente o número ampliou-se, pois no momento do estudo havia 15 arquivos em processo de implantação (MATOS, Maria Tereza N. de B.; PEREIRA, Maria Angela. Institucionalização e implementação de arquivos públicos municipais: a experiência da Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia. **Biblios**, vol. 7, n. 24, abr./jun., 2006, p.8). São Paulo, estado brasileiro que possui um forte Sistema de Arquivos, com o maior corpo técnico entre os arquivos do país e um setor específico para apoio aos municípios, possui atualmente 137 prefeituras com arquivo, de um total de 645 municípios, ou seja, 21% (APESP, Centro de Apoio aos Municípios. **Mapa Paulista**. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/municipios/mapa_paulista).

referência ou a principal frente de trabalho quando falamos em instituições arquivísticas no Brasil¹⁴¹; por serem instituições centrais ao exercício da cidadania, à garantia de direitos, à produção de conhecimento e à manutenção da democracia, como bem destaca a epígrafe do capítulo nos termos de Jacques Derrida, porém, pouco visibilizadas e compreendidas na sociedade brasileira, onde

o interesse conceitual pelo arquivo é teoricamente marginal e o desinteresse político e cultural pelos arquivos públicos e judiciários, estaduais e municipais, é institucionalmente dominante [...] [onde há] um menosprezo cultural e político (e também epistêmico?) profundo pelos arquivos públicos em geral.¹⁴²

Interessa-me falar desses arquivos, também, por percebê-los como um “prato cheio” à reflexão teórica em história a partir da problematização da especificidade apregoada à origem e constituição de seus acervos, que certamente trazem implicações ao ofício da historiadora: embora sejam comuns as referências aos arquivos enquanto instituições de memória, boa parte da teoria arquivística sugere que os arquivos seriam *neutros*, diferente de museus, memoriais, bibliotecas ou centros de documentação que são marcados pela intencionalidade de guardar e servir à pesquisa, por constituírem-se para “espelhar” o exercício das funções de seu produtor:

Os arquivos não são criados com o objetivo último de subsidiar a pesquisa. Um documento de arquivo é uma informação sobre um suporte e que possui, dentre outras qualidades específicas, a **imparcialidade** na sua produção, a **naturalidade** na acumulação e a **organicidade**. A imparcialidade decorre do fato de que os documentos de um arquivo não são produzidos com o objetivo de promover uma determinada leitura do passado, mas em decorrência das atividades da entidade produtora.¹⁴³ (Grifos meus)

Ou ainda:

Arquivo não é ou coincide com memória. O arquivo registra as ações no momento em que ocorreram, registro marcado, evidentemente, pelo contexto em que foi produzido; a memória reelabora continuamente o passado a partir das experiências presentes.¹⁴⁴

¹⁴¹ Para Luís Carlos Lopes, “a física dos arquivos brasileiros está, principalmente, no setor público. Quando falamos em arquivos por aqui, estamos nos referindo ao Estado, às repartições públicas federais, estaduais e municipais e a outros organismos ligados aos governos que tratam da guarda e do acesso à documentação oficial”. LOPES, Luís Carlos. O lugar dos arquivos na cultura brasileira. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.31, p.197-206. Jan./jun. 2002, p. 178.

¹⁴² SALOMON, Marlon. Saber dos Arquivos. In: **Saber dos Arquivos**. Marlon Salomon (Org.). Goiânia: Edições Ricochete, 2011, p. 15.

¹⁴³ MIRANDA, 2012, op. cit., p. 902.

¹⁴⁴ TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: um perfil. In: ALMEIDA e ROVAI, op. cit. p. 175.

A primeira vista, estas citações podem parecer um tanto paradoxais a uma historiadora desavisada. Afinal, não fomos ensinados que “tudo” pode ser usado como fonte sobre o passado? Não consideramos um avanço teórico e epistemológico a ampliação da noção de fonte que se deu a partir das transformações historiográficas no século XX? Não fomos praticamente “doutrinados” a duvidar das fontes, a questionar seus ditos e não ditos, a ler a contrapelo e nas entrelinhas? Como entender que um documento de arquivo pode ser imparcial ou natural? Para Hilary Jenkinson, considerado um dos fundadores da arquivística moderna, os arquivos “têm duas qualidades importantes – imparcialidade e autenticidade – as quais levam ao conhecimento da verdade”¹⁴⁵, nada mais, nada menos, do que a verdade!

Antes de qualquer estarcimento, é importante lembrar: essas são premissas de outra disciplina, que se constituem a partir de outro percurso, e que também não são estáticas ou totalmente consensuais, como veremos. Também é preciso considerar que documento arquivístico não coincide com fonte histórica. Henry Rousso já ressaltou que

a utilização de um "arquivo" pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de "fonte". Chamaremos de "fontes" todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não - sejam eles originais ou reconstituídos [...] e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma seqüência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa.¹⁴⁶

Se documento é uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”¹⁴⁷, Marcelo Siqueira ressalta a tênue, mas fundamental diferença entre documento em acepção geral, muitas vezes empregada em história como correlato de fonte, e documento arquivístico:

Para serem considerados documentos arquivísticos, eles devem ter sido criados ou acumulados na consecução de algum objetivo, guardando relações orgânicas com os outros documentos produzidos e/ou acumulados pela mesma entidade seja ela pública ou privada, individual ou coletiva, no transcurso de suas funções e atividades, ou seja, o que determina se o documento é arquivístico é a forma, o objetivo e, principalmente, o contexto de sua criação.¹⁴⁸

Para além de toda a diversidade teórica e metodológica que caracterize a história, pensando nos aspectos que dão coesão ao seu exercício enquanto uma profissão, creio que

¹⁴⁵ MALHEIROS, op. cit., p. 126.

¹⁴⁶ ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996, p. 2.

¹⁴⁷ DBTA, op. cit., p. 73.

¹⁴⁸ SIQUEIRA, Marcelo, op. cit., p.194.

haja algum consenso em torno de que essa utilização dos documentos, referida por Rousso, deve consubstanciar-se em um percurso que exige sua análise enquanto monumentos, na formulação de Le Goff: embora seja possível afirmar que os documentos de arquivo não carregam uma intenção primeira de edificação para o futuro (que é característica dos monumentos), por serem produzidos em função de um fim imediato, é necessário sempre analisá-los como documentos/monumentos, de maneira a desvelar suas condições de produção histórica, logo, intencionalidades conscientes e inconscientes do produtor, da instituição, de sua época,¹⁴⁹ e acrescente-se, de profissionais que o tratam e o constituem arquivo ao longo do tempo.

Isso não implica em interpretar que haja equívoco nas bases da arquivística, que segue tendo como objeto de sua reflexão e de sua prática os documentos – ou as informações documentadas, independente do suporte – enquanto fruto das atividades do órgão, coletividade ou indivíduo produtor, devendo ser coligido em um fundo, ou seja, mantido organizado junto aos demais documentos que “possuem a mesma proveniência”¹⁵⁰, permitindo assim entender seu contexto administrativo de criação, sua lógica de funcionamento e as funções de seu produtor.

Nesse sentido, Malheiro da Silva afirma que para Jenkinson “a verdade arquivística é distinta da verdade histórica, pelo que o arquivista não é, nem deve ser, um historiador. Em sua opinião, o arquivista deve servir, antes de mais, o seu arquivo, e só depois o público estudioso”¹⁵¹. Essa asserção de Jenkinson pode ser problematizada em certo aspecto atualmente, se considerarmos que a arquivística pós-custodial vem deslocando o eixo de sua práxis do *servir ao arquivo* para o *servir à sociedade*¹⁵², acarretando a busca por novas compreensões e métodos que ampliem a visibilidade dos acervos e seu acesso pelos mais diversos públicos. Entretanto, considerando o contexto no qual Jenkinson escreve e sua intenção de superar a visão da arquivística como ciência auxiliar da história, percebe-se que sua pretensão era reafirmar a validade dos princípios arquivísticos que deveriam orientar o tratamento documental, em detrimento da organização com base nos interesses de pesquisa histórica ou em métodos temáticos emprestados à biblioteconomia.

¹⁴⁹ LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. 7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 496.

¹⁵⁰ DBTA, op. cit., p. 97.

¹⁵¹ SILVA, Armando, op. cit., p. 126.

¹⁵² JARDIM, José Maria. A formação do arquivista na sociedade da informação. **ACTAS**. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, v. 7, 2001, p. 2. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/707>. Acesso em 01 mar. 2019.

Mesmo os questionamentos interdisciplinares, muitas vezes suscitados a partir de uma abordagem etnográfica¹⁵³, que a partir da década de 1990 procuram evidenciar a escolha como algo inerente aos processos de arquivamento, não chegaram para fazer terra arrasada de princípios como proveniência, ordem original, naturalidade, imparcialidade ou organicidade:

a percepção dos mecanismos de conformação dos acervos no ambiente das instituições de memória tem como maior dividendo arejar o debate e estimular a reflexão sobre o fazer arquivístico. Não se trata, necessariamente, de abrir mão de princípios, mas, antes, de empregá-los de forma criteriosa e crítica: a desnaturalização dos arquivos e da prática arquivística deve tornar-nos mais atentos a nossos automatismos profissionais e, ao mesmo tempo, mais estimulados a investir na literatura arquivística¹⁵⁴

Isso significa pensar que a verdade arquivística está relacionada à capacidade teórica e técnica de reconstituir os fluxos de produção documental e as funções que lhes deram origem. Em nada tem a ver com o conteúdo do documento, a precisão de sua escrita, a correspondência inequívoca do que ele descreve com os fatos ocorridos na realidade pretérita. Deve-se pensar a imparcialidade, então, vinculada à expressão da atividade geradora do documento.

Façamos, nesse sentido, um exercício imaginativo: suponhamos que, como secretária de uma instituição de ensino pública, eu deva produzir as “atas de resultado final”, que

¹⁵³ Importante referir aqui os trabalhos de Olivia Cunha, professora do Departamento de Antropologia Cultural da UFRJ, e de Luciana Heymann, professora na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ e na UNIRIO, que são inspiradores para minha análise. Cunha debruçou-se sobre arquivos etnográficos lançando um olhar que os percebe como construções culturais. Em *Tempo Imperfeito*, analisa a coleção Ruth Landes Papers propondo “uma reflexão acerca das lógicas que orientam a instituição dos limites temáticos dos arquivos, seus critérios de legitimidade e inclusão, a transformação de instrumentos de trabalho de seus titulares em “artefatos”, ‘documentos’ e ‘fontes’; suas concepções de ‘valor documental’, sua economia interna e seus usos na contínua (ainda que diversa) reificação da autoridade de seus ‘titulares’ como personagens de diferentes histórias da antropologia”. Já em *Do ponto de vista de quem?*, a partir de uma leitura comparativa entre duas coleções etnográficas, a autora “discute algumas implicações dos significados dos arquivos etnográficos e de seus usos na pesquisa de campo e na etnografia” (p. 31). Questionando os caminhos da constituição e dos usos de tais acervos, convidara a pensar sobre as sucessivas intervenções que os marcam ao longo do tempo. CUNHA, Olívia. *Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, out. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2019; CUNHA, Olívia. *Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 7-32, jan. 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2242>. Acesso em: 31 Mar. 2019. Já Heymann analisa etnograficamente a trajetória e os usos do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, pensados como uma modalidade de invenção discursiva de seu legado. (HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012). Enquanto as autoras concebem como uma etnografia a observação, descrição e interpretação das múltiplas instâncias que constituem as fontes de arquivo, eu procuro empreender a observação, descrição e interpretação do espaço dos arquivos e do fazer de suas historiadoras em uma perspectiva etnográfica.

¹⁵⁴ HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: *Seminário CPDOC 35 anos: A Interdisciplinaridade nos estudos históricos*, 2008, Rio de Janeiro, p. 7-8. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6728>. Acesso em: 15 jan. 2019.

registram a aprovação ou reprovação dos estudantes ao final do ano. Essa ata deve ser feita por mim, independente de eu concordar ou não com os conceitos atribuídos aos estudantes, de discordar dos pressupostos educacionais empregados pelos professores da escola, de estar ou não satisfeita com minha função pública, de sonhar ou não em mudar profissão, etc. A ata seguirá refletindo uma função da escola pública e uma atividade da secretaria como parte de sua estrutura naquele momento, será redigida por mim ou por qualquer outro profissional que ocupe a função para a qual estou designada. Nesse aspecto reside a imparcialidade da ata em questão enquanto espécie documental.

No ano seguinte, e pelos próximos anos, essa e muitas outras atas serão acumuladas na secretaria. Não serão descartadas, pois todos na escola atribuem a elas uma importância legal, um valor de prova: elas registram o desempenho e a frequência escolar de pessoas que, mais cedo ou mais tarde, podem vir à escola e solicitar uma cópia; podem ser consultadas dentro da própria escola para tirar dúvidas quanto a questões organizativas, para responder a questões de pais de alunos ao telefone, para estabelecer dados estatísticos que subsidiem decisões da coordenação escolar; ou ainda, podem ser requisitadas pelo órgão do estado ao qual a escola está hierarquicamente vinculada. Enfim, precisam ser guardadas para manter funcionando a engrenagem de um serviço público prestado pelo Estado, e para garantir direitos dos cidadãos. Aqui reside a naturalidade de sua acumulação.

Suponhamos, ainda, que em uma sociedade futura o sistema educacional seja amplamente transformado: as escolas deixem de avaliar seus estudantes com base em provas e conceitos, deixe de existir a figura da “repetência”, a progressão se dê por critérios de desenvolvimento social, cognitivo, emocional, etc. dos estudantes, as atividades de secretaria sejam partilhadas de forma horizontal entre todos os agentes da comunidade escolar. Digamos que uma historiadora desse futuro hipotético resolva dedicar-se a pesquisar como era, no passado, a escola pública. Mesmo que nunca tenha ouvido falar em “secretaria escolar”, “aprovação” ou “reprovação”, ao deparar-se com as atas, estando elas organizadas dentro de seu fundo e subfundo de produção documental, será capaz de entender a lógica de funcionamento deste órgão, e a partir daí lançar suas problematizações históricas, interpretando os documentos com amparo de métodos e teorias correspondentes à história.

No meio do caminho, entre a escola antiga e a historiadora do futuro, há uma arquivista no presente, com diversas atas e outros documentos escolares a classificar. Ela não tem por objeto de sua práxis os conhecimentos que se poderão construir a partir dos múltiplos sentidos que se pode depreender daquele conjunto de documentos – pois se tivesse

essa pretensão, aqui perceberíamos não uma arquivista, mas uma historiadora em ação —, e a ela não coube definir de antemão o que a secretária deveria ter escrito. Nesse caso, cabe à arquivista estabelecer a “correspondência que os documentos mantêm com as ações para as quais serviram de instrumento e que lhe conferem um caráter específico e único”¹⁵⁵. Deve, enfim, estabelecer contextos e relações de forma a prezar pela organicidade da documentação, classificando-os a partir do fundo e de suas subdivisões estabelecidas por um plano de classificação de documentos (PCD)¹⁵⁶, e não misturá-los aos documentos expedidos por outros órgãos produtores, seja por temáticas que lhes parecessem afins, por cronologia ou de acordo com seu suporte e sua forma.

Talvez a partir deste exercício torne-se um pouco mais compreensível a separação reforçada por Rouso entre a intenção de memória, de um lado, e o ato que origina o documento de arquivo, de outro:

O documento escrito (carta, circular, auto etc.) proveniente de um fundo de arquivo foi por sua vez produzido por instituições ou indivíduos singulares, tendo em vista não uma utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de "fonte" que poderia vir a assumir mais tarde.¹⁵⁷

José Francisco Guelfi Campos, ao problematizar a relação controversa entre arquivos e memória, afirma, com pertinência, que muitas vezes os profissionais da área “recorrem à associação entre arquivos e memória quando desejam justificar a importância de seu trabalho

¹⁵⁵ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Por um modelo de formação arquivística. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.31, p.197-206. Jan./jun. 2002, p. 194.

¹⁵⁶ De acordo com o DBTA, um PCD é um “esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido” (p.132). Importante destacar que, pensados como instrumentos de gestão documental, os PCDs são construídos a partir de referenciais diversos, não havendo consenso quanto a métodos de classificação, que podem ser funcionais, organizacionais ou por assuntos – ainda que esse último seja o menos aceito entre os arquivistas, derivando de um contexto, no final do século XIX, em que a arquivística ainda sofria forte influência da biblioteconomia (SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 88), não tendo estabelecido solidamente suas bases epistemológicas. Assim como não há consenso, também, sobre o que define um fundo de arquivo: no caso da escola aqui imaginada, em uma visão arquivística minimalista ela mesma poderia conformar um fundo, ou seja, ser considerada o “órgão produtor” da documentação. Já em uma visão maximalista, seria uma subdivisão dentro de um fundo mais abrangente, como a Secretaria de Estado à qual ela é subordinada, por exemplo. Uma das literaturas mais difundidas e aceitas para pensar a definição de fundos é DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>>. Acesso em: 15 Set. 2018.

¹⁵⁷ ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, jul. 1996, p. 87. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>. Acesso em 21 set. 2018.

ou seu lugar na sociedade”¹⁵⁸, estabelecendo uma relação que é pouco fundamentada e serve mais como um recurso retórico. Para ele,

Enxergar, portanto, nos arquivos a intenção de projetar, na posteridade, um determinado discurso ou certa imagem de seus titulares equivale a negar-lhes a natureza instrumental que preside a sua acumulação, cujo estudo conforma a essência da disciplina arquivística. Justamente porque o arquivo espelha as atividades e a estrutura do organismo que lhe deu origem é que se torna possível estudar a gênese dos documentos e reconstituir seus contextos originários, compreendendo as razões primeiras pelas quais foram produzidos e acumulados.¹⁵⁹

Nesse sentido, ficaria relativizada a compreensão do documento de arquivo como um documento-monumento ou do próprio arquivo como um *lugar de memória*¹⁶⁰?

Essa questão faz-me permitir um desvio momentâneo para um parêntese conceitual. Preciso referenciar o que penso aqui por memória, já que esse conceito intersecciona-se com meu objeto de análise em diversos aspectos e será recorrente ao longo de todo o texto da dissertação: pelo caráter memorial dos arquivos públicos, inclusive muitas vezes percebidos como eixos para políticas de memória levadas a cabo pelo Estado; pela relação controversa e intrínseca que estabelece com o conceito de arquivo e documento arquivístico, como aprofundarei em seguida; por reconhecer o papel que cumprirão nesta análise as memórias das historiadoras que serão alvo da reflexão; do quão sensível é o trabalho de ativar tais memórias, que nos conectam diretamente a percepções de nós mesmos e de nossa inserção na categoria das historiadoras; por identificar a centralidade, para a historiografia atual, dos debates sobre o lugar da memória na produção do conhecimento histórico em uma sociedade por ela marcada.

Nesse debate, faço referência às contribuições de Maurice Halbwachs¹⁶¹, que na década de 1920 formulou a noção de memória coletiva diferenciando-a da história. Para ele, memória coletiva seria

um sistema organizado de lembranças cujo suporte são redes de interrelação estruturadas, imbricadas em circuitos de comunicação. Essa memória assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Não é espontânea: para manter-se, precisa permanentemente ser reavivada.¹⁶²

¹⁵⁸ CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Escrita da História**, Ano II, vol. 2, n. 4, set./dez. 2015, p.102.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 116.

¹⁶⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

¹⁶¹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

¹⁶² MENEZES, Ulpino Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, 34:9-24, 1992, p.15.

Já Michel Pollak¹⁶³, nos anos de 1980, ao contrário de ressaltar o papel positivo que a memória coletiva poderia exercer, de coesão social por adesão afetiva a grupos, como faz Halbwachs, dá ênfase aos processos e sujeitos que atuam em sua constituição, ressaltando as disputas, silenciamentos e enquadramentos da memória – neste sentido valerá refletir: seriam os arquivos públicos agentes do Estado de enquadramento da memória, e qual seria o lugar da historiadora nessa dinâmica? Para matizar esta problematização e não construir um quadro que hipertrofiar o impacto dos arquivos enquanto instituições memoriais no Brasil, será importante ter referência em estudos como os de José Maria Jardim, para quem os arquivos públicos enfrentam debilidades no desenvolvimento de programas de gestão documental, com consequências para seu uso social. Jardim aponta ainda que a legislação arquivística incide sobre quantidade reduzida de estados, o que piora pelas debilidades científicas, tecnológicas e de recursos humanos, fazendo com que esses arquivos sejam periféricos na estrutura do Estado e pouco visíveis à sociedade.¹⁶⁴

Também são importantes as formulações de Jacques Le Goff, que destaca a memória coletiva como elemento importante nas lutas pelo poder, para quem “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar da elaboração histórica”¹⁶⁵; de Ulpiano Menezes, que destaca a memória como construção social trabalhada no presente, que não deve confundir-se com a história, “forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva”¹⁶⁶; e de Pierre Nora, para quem “A memória é vida”, está “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.¹⁶⁷

Todavia, além de compreender as diferenças entre história e memória, julgo importante pensá-las de maneira relacional, para o que me apoio nas formulações de Paul Ricoeur, Elizabeth Jelin e Enzo Traverso. Ricoeur lança um olhar positivo para tais relações ao identificar no “ato de lembrar” da memória uma intensão de verdade – quem lembra quer

¹⁶³ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

¹⁶⁴ JARDIM, José Maria. A construção de uma Política Nacional de Arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, out. 2011.

¹⁶⁵ LE GOFF, Jacques, op. cit., p. 51.

¹⁶⁶ MENESES, Ulpiano, op. cit, p. 22.

¹⁶⁷ NORA, Pierre, op. cit, p.9

lembrar o que realmente aconteceu – ao mesmo tempo em que a escrita da história é um conhecimento mediado pela dimensão testemunhal dos rastros do passado deixados em cada documento. Admite, assim, uma dimensão de proximidade, e influências mútuas entre ambas. Jelin, por seu turno, destaca que a memória estimula a elaboração da agenda de investigação da historiadora, enquanto a história permite questionar e provar criticamente os conteúdos das memórias, ajudando na tarefa de narrar e transmitir memórias criticamente estabelecidas.¹⁶⁸ Para Traverso, a interação entre ambas “cria [...] um campo de tensões no interior do qual se escreve a história”¹⁶⁹, havendo no ponto de encontro entre elas a emergência de um terceira instância, a consciência histórica: sendo o historiador devedor da memória, e ao mesmo tempo contribuindo para formá-la, não está “encerrado numa torre, participa na vida da sociedade civil”¹⁷⁰, contribui para aquilo que Habermas chamou de uso público da história, já que seus debates “ultrapassam largamente as fronteiras da investigação histórica. Invadem a esfera pública e interpelam o nosso presente”¹⁷¹.

Essa reflexão conecta a atuação da historiadora com a sociedade atual, marcada, segundo Jelin, pela “cultura da memória”, que seria uma reação à efemeridade e a uma vida sem raízes, cumprindo papel de fortalecer o sentido de pertencimento a grupos ou comunidades,¹⁷² e estaria relacionada às experiências traumáticas do século XX, já que resgatamos, ouvimos e damos publicidade às memórias das vítimas das atrocidades cometidas nas guerras, no Holocausto, no Apartheid, nas ditaduras baseadas no Terrorismo de Estado, entre outras situações de violência.

No mesmo sentido, Traverso afirma que o Ocidente do século XX, impactado pelas guerras, genocídios e crimes contra a humanidade, fundou sua memória coletiva na experiência do trauma do Holocausto, colocando no centro desse sistema de representações a figura da testemunha, como ícone vivo e vítima do horror. Nesse quadro, a memória “transforma-se em questão política e toma a forma de uma injunção ética, o ‘dever de memória’, que frequentemente se transforma em fonte de *abusos*”¹⁷³. Para ele, essa dimensão política da memória coletiva, e os abusos que podem acompanhá-la, têm efeito sobre a maneira de escrever a história – efeito não compreendido como manipulação ou abandono da cientificidade, mas como mudança.

¹⁶⁸ JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la Memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 75.

¹⁶⁹ TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Edições Unipop, 2012, p.40.

¹⁷⁰ Idem, p.51

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² JELIN, Elizabeth, op. cit. p.9-10

¹⁷³ TRAVERSO, Enzo, op.cit., p. 18.

Retomando a questão que motivou meu “parêntese” – estaria comprometida a compreensão do documento de arquivo como um *documento-monumento* ou do próprio arquivo como um *lugar de memória* por reconhecermos suas especificidades, expressas em imparcialidade, naturalidade e organicidade? – creio que esse entendimento está vinculado ao reconhecimento dos próprios objetos da disciplina arquivística, e não subtrai ou torna irrelevantes as discussões possíveis em torno da memória quando se trata de documentos de arquivo. Se em parte da literatura da área esse componente é afastado, como se realmente fosse contrário àquilo que define a arquivística em suas aspirações científicas, em outra parte – especialmente para a já referida arquivologia contemporânea ou pós-custodial – ele é retomado, justamente pelo reconhecimento da necessidade de ampliar e aprofundar reflexões teóricas que incorporem as transformações profundas por que passou a área ao longo do século XX, marcadas pelo “excesso de memória”¹⁷⁴ e produção desenfreada de documentos, com todos os desafios implicados à gestão documental e à garantia do acesso à informação.

Lançando um olhar dialógico para a relação entre documentos, memória e arquivos, é possível aproximar-me da compreensão de suas imbricações e limites, refletindo sobre como se localiza a historiadora do arquivo e seu ofício nessa problemática. Interessante notar que em diversos textos que evocam a necessidade de desnaturalizar a construção dos arquivos considerando o componente da memória e da escolha como artífices nesse processo, em geral são nomeadas as arquivistas enquanto profissionais responsáveis por esse trabalho, e não as historiadoras,¹⁷⁵ embora componhamos boa parte das equipes que desenvolvem o tratamento técnico de acervos arquivísticos, ao menos nos arquivos públicos estaduais do Brasil, como veremos a seguir. Como as historiadoras inserem-se e incidem nesse processo de formatação de uma determinada memória social arquivada a partir de atividades como classificação, avaliação, descrição e difusão de acervos? E mais, o que essa ausência – nos textos – diz-nos a respeito dos limites e intercâmbios entre as atribuições de cada profissão?

¹⁷⁴ Cf. HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

¹⁷⁵ Para citar apenas dois exemplos: ao tratar da crítica à noção de documento, que ilumina a dimensão contingente e construída do arquivo, Luciana Heynemann refere que, quando surgiu tal perspectiva, “estavam ainda um tanto obscurecidos [...] os debates em torno das fontes de natureza privada, bem como o papel fundamental desempenhado por *arquivistas e documentalistas*, nos processos de gestão, tratamento e difusão documental, ou seja, nos processos de ‘produção’ das fontes.” (HEYMANN, 2008, op. cit., p. 4). Já Ancona Lopez, abordando os filtros interpostos na relação entre historiadoras-pesquisadoras e documentos pelo tratamento dos acervos em um contexto de revolução tecnológica, refere que, com o gerenciamento de sistemas e bancos de dados “teríamos o arquivista fazendo uma dupla seleção: a dos documentos a serem utilizados e a dos dados a serem coletados”. (LOPEZ, op. cit., p. 19).

Creio que há diferentes respostas possíveis, em sentidos até mesmo divergentes, porém não excludentes: está se admitindo, implicitamente, que esta é a ceara de arquivistas de formação, ao que as historiadoras se somam por questões conjunturais (como a inexistência de arquivistas de formação em número suficiente para suprir as demandas das instituições)? Compreende-se que a experiência profissional em arquivos é suficiente para que pessoas graduadas ou pós-graduadas em história sejam reconhecidas como arquivistas, de maneira que se torna legítimo agrupar o contingente sob a rubrica de “arquivista” (e na contramão do que vem sendo defendido em relação à profissionalização da história, para a qual nossas instâncias representativas reivindicam formação superior específica)? Estamos vivendo um momento paradigmático em que a afirmação da profissão de arquivista gradualmente está movendo ou deslocando o lugar da historiadora profissional dentro dos arquivos, sem que tenhamos ainda formulado uma compreensão sobre esse processo? Ou ainda, essa discussão e aparente encruzilhada seria a explicitação dos próprios limites de nosso modelo de compartimentação do conhecimento e das profissões, que acaba por desencadear a constituição de identidades corporativas pouco produtivas para a área de arquivos, lugares policompetentes, como já defendi, sem que tenhamos avançado em uma práxis interdisciplinar?

A historiadora María Margarita Collazo nos traz uma pista ao escrever a respeito da formação em arquivística como uma profissão distinta da disciplina histórica. Observa que apenas nos anos de 1980 efetuou-se “un giro en la equiparación del historiador con la del archivero”, momento em que surge uma importante diferenciação e a arquivística alcança profissionalização com identidade própria, entretanto, “este acontecimiento disciplinario no ha estado exento de históricas convergencias y divergencias entre quienes ejercitan uno u otro tipo de práctica profesional”¹⁷⁶.

Embora possa parecer uma digressão demasiado longa nesse momento, entender melhor o surgimento da arquivística, bastante imbricado com o processo de disciplinarização ou profissionalização da história no século XIX, ajuda a entender tal problemática. Necessário sublinhar que o percurso narrado a seguir limita-se à cultura ocidental, oriunda de uma modernidade aberta com a expansão colonial, na qual se circunscreve a constituição

¹⁷⁶ COLLAZO, María Margarida F. Archivos, Archivistas e Historiadores: notas sobre uma trilogia retadora para pensar y hacer La Historia. In: **Archivos e investigación: la importancia de la investigación en los archivos y centros de información**. Red de Archivos de Puerto Rico - ArchiRED, 2011, p. 15.

dos arquivos e da história no Brasil, e para além da qual infelizmente não me sinto habilitada a resgatar no espaço desse texto.

Tanto a arquivística quanto a história têm origem em um longo percurso temporal, afinal, desde que há escrita e organização social há acúmulo de documentos. Se na perspectiva da história identificamos “o começo” em Heródoto e Tucídides, remetendo-nos à antiguidade clássica, devemos admitir que os arquivos, e logo, um fazer e um pensar em torno deles, também não são invenção recente:

eles existem como instituição desde as primeiras civilizações orientais (sumérios, egípcios, assírios e babilônios), servindo às autoridades como local de guarda de leis, normas e preceitos. Na antiguidade clássica (Grécia e Roma) os arquivos continuaram a serviço das autoridades, mas o cidadão começou a ter a possibilidade de consulta no que diz respeito a documentos notariais. O direito romano, por sua vez, imprimiu grande relevância ao arquivo, por causa da importância do ato escrito. Na Idade Média os arquivos passam a se limitar às autoridades feudais e, sobretudo, a Igreja. Com o advento do Estado Moderno e a centralização do poder, passa existir os grandes arquivos reais e arquivos notariais organizados, contudo seu uso ainda é restrito às questões jurídicas e administrativas, não havendo utilização para fins de pesquisa histórica e muito menos cultural. A Revolução Francesa representou um *marco na história dos arquivos* e de sua compreensão, pois o entendimento de um arquivo geral do país como elemento de identidade e unidade nacional, promoveu a reunião da documentação oficial dispersa e propiciou ao cidadão certa liberdade para consultar informações administrativas.¹⁷⁷

A partir das necessidades da Revolução de centralizar documentos, de ter acesso e controle sobre os registros de títulos de nobreza e de posse da terra que estavam sendo expropriadas da igreja e dos nobres, assim como do desejo de construir bases sobre as quais instaurar o novo regime – o que passava por uma nova ordem administrativa e pela constituição de um espírito de identidade nacional, para o qual concorreram na França daquele período não apenas os arquivos, mas outras instituições patrimoniais e todo um sistema escolar de instrução pública – os arquivos ganharam uma nova ordem naquele país¹⁷⁸. A rápida e massiva incorporação de documentos aos arquivos nacionais gerou uma situação de caos insustentável, que levou o arquivista historiador Natalis de Wailly, então chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, a publicar instruções para a ordenação dos papéis recolhidos. Essa instrução, de abril de 1841, traz a origem do conceito de fundo, que rapidamente se espalhou pela Europa e “tem sido considerado como o fundamento essencial da arquivística, em contraposição à ordenação por assuntos defendida no tempo dos iluministas”¹⁷⁹.

¹⁷⁷ SIQUEIRA, Marcelo, op. cit., p. 194.

¹⁷⁸ SILVA, Armando, op. cit., p. 103-105.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 107.

Em relação ao estabelecimento das disciplinas e profissões, a primeira metade do século XIX foi ainda um período de linhas tênues e lentas definições. Antoine Prost, ao datar o surgimento da profissão de historiadora na década de 1880, afirma que, antes disso, amadoras (muitas vezes geniais) dedicavam-se à sua escrita, mas sem pensarem-se enquanto uma “coletividade organizada com suas regras, seus rituais de reconhecimento e suas carreiras”. O autor segue referenciando que

os únicos especialistas, formados nos métodos da erudição pela *École des Chartes*, fundada em 1821, eram arquivistas paleógrafos, em geral, isolados nas sedes das administrações regionais e absorvidos pela edição de documentos e inventários¹⁸⁰, sem vínculo com liceus e faculdades.¹⁸¹

A referência a Prost revela o quão imbricadas ainda estavam estas áreas de conhecimento e prática de pesquisa. Mais que isso, evidencia que se verificava um processo de profissionalização. Interessante que o historiador francês notabilizou como marco para a profissão de historiadora o estabelecimento dos primeiros cursos efetivos de ensino de história na França, e vinculou a profissão aos liceus e faculdades.

O historiador estadunidense James Banner Jr., por seu turno, no livro *Being a Historian. An Introduction to the professional world of History*, em que pretende refletir sobre a redefinição social e profissional do lugar ocupado pelas historiadoras, problematizou o impacto do monopólio exercido pela universidade sobre a disciplina da história, lembrando que o ideal acadêmico a impregnou desde sua consolidação no século XIX, de forma que a todos os outros espaços de atuação para além da academia parece ser atribuído, até hoje, um *valor menor*¹⁸².

Enquanto marco, Prost também desconsidera em sua datação o desenvolvimento da história científica germânica, onde, a título de exemplo, desde 1859 circulava o periódico *Historische Zeitschrift* (Revista Histórica), em torno do qual se organizava a chamada Escola Histórica Prussiana¹⁸³. Isso sem referir a trajetória de Leopold Von Ranke, que desde 1824 já produzia estudos om base em fontes históricas, sem realizar mero arrolamento ou utilizá-las

¹⁸⁰ Para a reflexão realizada nessa dissertação, interessante notar que Antoine Prost parece caracterizar as atividades de *edição* e *inventário* de documentos como não sendo atividades de historiadores, e estas são, certamente, atividades com as quais nos envolvemos hoje nas instituições arquivísticas.

¹⁸¹ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 33-34.

¹⁸² BANNER JR., James M. *Being a Historian. An Introduction to the Professional World of History*. New York: Cambridge University Press, 2012. Resenha de PAIANI, Flavia Renata Machado. Os desafios profissionais do historiador. **Topoi. Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 354-358, jan./jun. 2015. Disponível em: www.revistatopoi.org, acesso em 30 ago. 2018.

¹⁸³ BENTIVOGLIO, Julio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. **Revista de Teoria da História**, Ano 1, Número 3, junho/2010.

como ilustração para confirmar opiniões¹⁸⁴, em suma, empregando seu uso demonstrativo e inaugurando o método histórico, o qual, apesar de toda a ácida crítica e caricaturização sofrida posteriormente por seu propositor, segue em diversos aspectos sendo a base da historiografia profissional até hoje¹⁸⁵.

Se até a Revolução Francesa os arquivos estavam centralmente voltados à administração do Estado absolutista, a partir de então passaram a ser pouco a pouco compreendidos como espaços da história nacional, em um processo que coincidiu, não à toa, com o desenvolvimento da história enquanto ciência, que via nos documentos de arquivo, carregados de fatos e suposta objetividade, seu manancial. Assim, no século XIX, história e arquivística desenvolvem-se juntas: a história, factual e política, de mãos dadas com o poder, supera a filosofia e se estabelece como grande paradigma de análise da realidade; a arquivística, amparada em instrumental da paleografia e da diplomática que permitem a crítica e atribuição de autenticidade e “verdade” aos documentos, ganha reconhecida importância, nos marcos de ciência auxiliar da história:

No campo dos arquivos trata-se de um momento de subserviência à ciência histórica, que para justificar seu estatuto de ciência utiliza-se da verificação empírica junto aos documentos escritos e que em sua maioria estavam nos arquivos, razão pela qual muitos autores atribuem à arquivologia um período de “ciência auxiliar” da história. Por outro lado, tendo sido ou não colocada em segundo plano, é fato que através desta posição de ciência auxiliar a arquivologia avançou ao desenvolver métodos e compreensões internas de modo a facilitar a organização e a pesquisa em documentos.¹⁸⁶

Diferente de argumentar pelo rechaço à proximidade umbilical com a história para afirmar a independência da arquivística, Angélica Marques e Natália Tognoli também reforçam essa compreensão de fortalecimento relacional entre ambas:

Observamos, portanto, que os estudos históricos se beneficiam dos documentos de arquivo para compreender o passado, apropriando-se deles como seu objeto de estudo; por outro lado, a Arquivologia irá se beneficiar dessa relação a partir da institucionalização das escolas europeias que, tendo o documento de arquivo como principal fonte de pesquisa, precisavam criar cursos de formação de arquivistas para a organização dessa documentação. Neste sentido, iniciam-se as primeiras obras técnicas que formulam regras para o arranjo desses documentos, marcando o início do saber arquivístico.¹⁸⁷

¹⁸⁴ WHELING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. **Revista de História**. São Paulo, v. XL (VI), n. 93, p. 177-200, 1973, p. 182.

¹⁸⁵ BARROS, José D’Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 17, n.3, p. 977-1005, set.-dez./2013, p. 979-980.

¹⁸⁶ SCHMIDT, Clarissa Moreira dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. Tese de Doutorado, PPG em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP), 2012, p. 66.

¹⁸⁷ MARQUES & TOGNOLI, op. cit., p. 72.

Nesse caminho, no final do século, mais precisamente em 1898, Muller, Feith e Fruin publicam aquele que viria a ser amplamente referenciado e conhecido como o “Manual dos Arquivistas Holandeses”, inaugurando as bases da arquivística enquanto disciplina, o que lhe permitiria trilhar um percurso distinto da paleografia e da diplomática, representando também “a libertação da Arquivística da posição secundária a que tinha sido remetida pelo historicismo no século XIX”¹⁸⁸.

Entender a centralidade da busca pela fidedignidade ou veracidade dos documentos para a arquivística desde seus primórdios, quando no processo de sua afirmação primeiramente serviu ao Estado e depois à história oportunizando provas de autenticidade, torna mais fácil perceber porque a área de arquivos permanece tão fortemente vinculada a esse paradigma, embora a história, por exemplo, já tenha transformado sua relação com a verdade documental, atribuindo-lhe um

novo estatuto epistemológico [...] Na visão tradicional da História, um documento falso era considerado nulo para o exercício da interpretação. Falsidade equivalia, na prática, a nulidade. Da mesma forma, não era considerado útil um documento obviamente fantasioso, mítico ou pouco preocupado com a visão empírica do mundo.¹⁸⁹

Essa transformação se deu especialmente a partir do começo do século XX, quando se operou uma reviravolta historiográfica da qual os *Annales*, organizados em torno de Revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* a partir de 1929, são geralmente identificados como principal expressão, embora seja mister reconhecer que são apenas uma de suas vertentes. Ampliou-se, então, sobremaneira o rol de fontes consideradas passíveis de serem analisadas pela historiadora, assim como se alteraram as relações epistemológicas com elas estabelecidas, em um processo que seguiu pujante ao longo do século passado, chegando-se, para Le Goff, a uma “revolução documental” quantitativa e qualitativa, e a uma “revolução tecnológica” paralela a ela, com o aparecimento do computador, vivenciada a partir da década de 1960.¹⁹⁰

Nessa época a arquivística também passou por significativas transformações. No primeiro quartel do século XX foram criados órgãos coordenados de políticas de arquivos e proliferaram os regulamentos e publicações normativas na área; o período entre guerras

¹⁸⁸ SILVA, Armando, op. cit., p. 116.

¹⁸⁹ KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 16.

¹⁹⁰ LE GOFF, apud LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996. p. 18-19.

assistiu ao crescimento paulatino da produção documental, e, embora fosse o momento de auge de uma arquivística descritiva, que buscava através do inventário, catalogação e transcrição de documentos dar apoio à história, começou a operar-se uma crise na relação entre ambas: por um lado, ocorreu a emancipação da história em relação às fontes tradicionais, o que fez diminuir o afã destas profissionais pelo espaço dos arquivos; por outro, a pressão exercida pelo crescimento físico dos acervos acumulados impôs novas reflexões, que deram origem às teorizações sobre avaliação documental, aspecto até então não pensado – as principais tarefas das arquivistas eram reunir, coligir, classificar e descrever os documentos à pesquisa.

Uma publicação sintomática desse processo foi “A Manual of Archive Administration”, do já referenciado Sir Hilary Jenkinson, de 1922, que contribuiu para estabelecer ou confirmar a arquivística como profissão diferente da história.

No período pós-guerras, ao passo em que as historiadoras diminuavam sua dependência das instituições arquivísticas públicas, tanto pela dedicação a outras fontes de pesquisa, quanto por distanciarem-se da elaboração teórica nesta área, as arquivistas passaram a aproximar-se mais e mais da administração, buscando dar respostas ao problema candente das massas documentais acumuladas, traçando um percurso bastante técnico, e muitas vezes pragmático, para suas formulações, já que as gestoras públicas e empresariais almejavam resolver o problema dos “depósitos lotados”.

Surgem, então, diferentes abordagens referentes ao tema da avaliação documental e a consequente necessidade de construção de critérios para a preservação ou descarte da documentação – estabelecendo uma frente que dialoga diretamente com as teorizações sobre a memória e os acervos enquanto construção – ora vinculando a responsabilidade da avaliação aos órgãos produtores dos documentos, ora vinculando-a às arquivistas.

Nos EUA, em 1956, Schelleberg propôs a *teoria dos valores primário e secundário* dos documentos: o primeiro expressaria sua função e importância para a entidade produtora; o segundo, vinculado aos interesses de pesquisa, se manifestaria cronologicamente após cessarem os interesses da administração.¹⁹¹ Neste contexto surge também a *teoria das três idades*, que estabelece um ciclo de vida para os documentos, buscando analisá-lo de sua produção até a destinação final: documento corrente, tramitando ou recém tramitado junto ao órgão produtor, bastante consultado ainda em função de seu valor primário; documento

¹⁹¹ Para esse apanhado histórico, ver SILVA, Armando, op. cit., Capítulo 2, tópico 4; SCHMIDT, Clarissa, op. cit., Capítulos 4 e 5.

intermediário, de uso pouco frequente por parte da administração, que aguarda destinação final, ou seja, sua eliminação ou recolhimento para um arquivo permanente; e documento permanente, com definição de preservação definitiva por seu valor secundário. A partir daí, desenvolve-se o conceito de gestão documental, que busca pensar o tratamento dos documentos de forma sistêmica, ao longo de seu ciclo de vida¹⁹².

Cabe destacar que, nos países anglo-saxões, no bojo das discussões a respeito dos imperativos da avaliação documental, surgiu o conceito de *records management*, correspondente à gestão dos documentos de sua produção e uso até o processo de avaliação / destinação final. O *records management* se dá próximo ao órgão produtor, separado do conceito de *archives*. Em tal tradição, é neste último arquivo que se insere fortemente a profissional arquivista, já que na etapa anterior a gestão fica a cargo das administrações.¹⁹³

Ainda pensando a partir das transformações vivenciadas internacionalmente, que influenciaram a área no Brasil, os anos de 1950 e 1960 assistiram a algum esforço teorizante quanto à demarcação dos limites entre a biblioteconomia, museologia e arquivologia, e também sobre o conceito de fundo, porém, as produções tiveram o *fazer* como preocupação central: a ordenação, descrição e normalização arquivísticas, a questão do acesso aos acervos, da microfilmagem, entre outros temas.

Já os anos de 1970 e 1980, impactados pelas novas tecnologias e a informática, vão assistir o aparecimento de um inédito campo de debates, voltado aos documentos em ambiente digital. Um estudo de Charles Dollar, citado por Malheiros da Silva, sobre a avaliação aplicada aos nascentes documentos digitais lança a perspectiva de analisar a importância da informação separada do suporte. Abre-se a possibilidade para desfazer a unidade que caracterizava o clássico documento estudado pela arquivística. A ausência física

¹⁹² A já referida Lei de Arquivos brasileira, em seu art. 3º, considera gestão documental como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Definição praticamente idêntica a apresentada pelo DBTA, op. cit., p.100.

¹⁹³ Esta diferença teórica e prática, a qual para os defensores da arquivística enquanto disciplina que pensa todo o ciclo vital dos documentos foi uma ruptura equivocada em seu seio (cf. SILVA, Armando, op. cit., p. 135), ajuda-me a aventar uma compreensão a respeito do por que, nos EUA, a formação em arquivística é, geralmente, uma especialização da biblioteconomia ou da história, e o arquivo é claramente visto como uma possível área de atuação do historiador público (como pode ser observado em SAYER, Faye. **Public History: A Practical Guide**. London: Bloomsbury, 2015; CAUVIN, Thomas. **Public History: a textbook of practice**. New York: Routledge, 2016): a formação volta-se apenas aos arquivos históricos, dialogando mais diretamente com nossas habilidades de formação. É uma pista interessante para pensar os lugares legados às historiadoras dentro dos arquivos brasileiros. No APERS, por exemplo, onde há tradição de arquivistas no quadro funcional, as historiadoras têm, geralmente, envolvido-se com atividades voltadas aos arquivos permanentes (descrição, difusão, ação educativa). Percebi mais historiadoras envolvidas (também) com a gestão documental em estados onde a presença de arquivistas com formação acadêmica é menor.

do documento digital gera transformações importantes não apenas na relação tecnológica com o suporte, mas em todos os procedimentos técnicos cotidianos que costumeiramente são aplicados aos documentos materiais, como o arranjo e a ordenação física, o acondicionamento e a transferência ou gestão de espaços dentro das salas dos arquivos de acordo com a posição dos conjuntos documentais em relação a um “ciclo vital” (como quer a teoria das três idades), as formas de descrever e dar acesso, etc. Em meio digital, após o desenho e criação de sistemas eletrônicos de gestão de documentos, eles podem nascer já classificados e com sua destinação final declarada, tramitando e sendo acessados em diversos espaços e a qualquer tempo de sua existência, de maneira que as próprias noções basilares de proveniência, fundo e “idades” sofrem deslocamentos.

Um exemplo interessante nesse sentido é o aparecimento do modelo *records continuum*, surgido na Austrália já na década de 1990, para quem “os documentos podem possuir múltiplas finalidades em espaços distintos, para pessoas distintas, ao mesmo tempo e ao longo do tempo”¹⁹⁴. Com essa compreensão suas defensoras opõem-se ao modelo norte-americano amparado pela separação entre *records management* e *archives*, e à própria teoria das três idades, defendendo que a gestão documental se dê “sobre quatro eixos em permanente interação: a produção, reunião, organização e acesso dos documentos de arquivo, configurando assim uma gestão contínua desde [sua] criação”¹⁹⁵

Foi grande o impacto do surgimento dos documentos nato-digitais sobre a área, abrindo espaço para aventar-se uma mudança de paradigma, suscitando inúmeras reflexões que aproximaram a arquivística da Ciência da Informação e afastaram-na da história, e que evidenciaram a necessidade do estabelecimento de parcerias com outras disciplinas para dar conta das demandas de recuperação da informação no mundo contemporâneo.

Com efeito, embora essa postura não seja unânime, defende-se atualmente a compreensão de que a arquivística, assim como a biblioteconomia, seja uma das

vertentes aplicadas da Ciência da Informação [e como tal] deve deslocar-se da análise das propriedades e das características de documentos individuais ou das séries para a análise das funções, dos processos e das transações que estão na base da criação desses documentos ou séries. Trata-se, no fundo, de focar mais o processo de gênese do que o produto final.¹⁹⁶

¹⁹⁴ COSTA FILHO, Cássio. SOUSA, Renato. Ciclo vital dos documentos e *records continuum*: discussões teóricas e práticas. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018, p. 2375.

¹⁹⁵ SCHMIDT, Clarissa, op. cit., p. 190.

¹⁹⁶ PACHECO, André. **Informação digital**: o vértice comum entre a Diplomática e a Ciência da Informação. Dissertação, Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, Universidade de Lisboa, 2015, p. 24-26.

Argumentando sobre os avanços da disciplina a partir da década de 1990 sob o impacto do documento digital, Angélica Marques e Natália Tognoli destacam as proposições da Arquivística Integrada, para quem

essa abordagem amplia o tradicional “Princípio da Proveniência”, numa tentativa de reconhecer e respeitar a intenção por trás desse tradicional princípio, relacionando a informação registrada com o contexto da atividade orgânica (pessoal ou institucional). O foco passa a estar nas propriedades do documento como testemunho de ações e transações do seu produtor e, portanto, no contexto orgânico da produção e manutenção dos registros, de forma que se analise e avalie a importância das funções estatais, seus programas, atividades e operações, bem como as interações com os cidadãos, ou seja, por que os documentos são criados. Nessa perspectiva, a avaliação deriva de uma leitura “hermenêutica” dos registros.¹⁹⁷

Nessa perspectiva, parece-me que as abordagens contemporâneas, longe de afastar, ampliam as possibilidades de diálogo entre história e arquivística, agora em outros termos: não mais nos marcos dessa sendo considerada como ciência auxiliar da primeira, mas como campos autônomos do conhecimento em diálogo interdisciplinar. Afinal, que disciplina melhor do que a história é capaz de empreender uma leitura hermenêutica dos registros enquanto testemunhos para entender seu contexto de produção? Esse é exercício eminentemente histórico.

No Brasil, a trajetória de ambas as disciplinas tem temporalidades um tanto distintas das percebidas internacionalmente: se na Europa, por exemplo, desde o século XIX a história e a arquivística figuravam entre os cursos de formação superior, aqui apenas a partir de meados do século XX esse processo se inicia. Entretanto, o percurso trilhado pela relação entre elas não se diferencia profundamente: iniciaram de mãos dadas um caminho marcado pela historiografia tradicional, quando a arquivística tinha a pesquisa histórica como sua maior demandante. Nesse sentido, Ieda Bernardes afirma que

Os historiadores brasileiros, no século passado [XIX], estiveram muito comprometidos com as questões arquivísticas, não apenas porque o exercício de seu ofício demandava a localização, recolhimento (ou cópia) e organização da massa documental, mas também porque acreditavam que somente uma história amplamente documentada poderia conquistar seu próprio território, peculiar e inconfundível, entre as demais Ciências. Uma necessidade empírica somou-se a uma convicção teórica.¹⁹⁸

¹⁹⁷ MARQUES & TOGNOLI, op. cit., p. 76.

¹⁹⁸ BERNARDES, Ieda Pimenta. A prática arquivística e o impulso da historiografia. Notícias bibliográficas e históricas, Campinas, n.160, p.31-49, jan./mar, 1996, p.32.

Depois, foram pouco a pouco se separando ao longo do século XX, em resposta às transformações tanto da historiografia quanto da arquivística, assim como percebido em nível internacional.

Como bem demarcado no prelúdio, certamente a forte influência arquivística, técnica e teórica, recebida dos países desenvolvidos se dá nos marcos de relações de colonialidade, e porque não afirmar, nos marcos de um *imperialismo cultural*, ou *orientalismo*, como defendido por Edward Said¹⁹⁹, o que se observa a partir da recorrência de certos nomes entre as leituras referenciadas no meio arquivístico até hoje, ou das opções feitas no contexto em que Brasil vivenciava a disciplinarização e profissionalização de sua arquivística, que priorizou o diálogo e intercâmbio com profissionais franceses e norte-americanos para ofertar formação às equipes dos arquivos. Até onde fui capaz de informar-me, especialmente até a década de 1980 evidencia-se a esterilidade de formulações orgânicas e autônomas, que busquem avançar em proposições teóricas e práticas em resposta às demandas de nossos arquivos.

Em relação à área da história, Ferreira e Silva²⁰⁰, explicitando a relação entre o processo de sua constituição enquanto campo disciplinar no país com o surgimento de cursos de nível superior em História, destacam que os dois primeiros cursos universitários foram criados em 1934 e 1935, respectivamente na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Distrito Federal (UDF), hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, somente a partir de 1955 esses e todos os demais cursos criados desde a década de 1930 passaram a ser oferecidos separadamente da Geografia. Notam também na década de 1950 um crescimento mais significativo do número de cursos existentes no país. Marieta de Moraes Ferreira identifica as décadas de 1930 e 1940 como o período em que se começou a perceber a história como profissão no Brasil – tempo também marcado pelas produções de Caio Prado Junior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, assim como pelas missões francesas ao Brasil, que oportunizaram o intercâmbio com intelectuais como Fernand Braudel e Claude Levi Strauss²⁰¹ – porém reconhece que apenas

¹⁹⁹ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; _____. *Ocidentalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁰⁰ Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. SILVA, Norma Lucia da. Os caminhos da institucionalização do Ensino Superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11242>. Acesso em 02 mar. 2019.

²⁰¹ Ver, entre outras reflexões: FERREIRA, Marieta. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013; PEIXOTO, Fernanda A. Franceses e Norte Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

na segunda metade dos anos 1950, o processo de profissionalização e especialização se aprofundou com a separação dos cursos de História e Geografia da FNF e a criação da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, que tinha a pretensão de refletir sobre as práticas do *métier*. No entanto, as expectativas acerca dos resultados da nova disciplina não foram muito animadoras. As mudanças de maior relevância só começariam a se dar, finalmente, no início dos anos 1960, quando o processo de politização do país estimulou os alunos a desenvolverem um maior interesse pela História recente, da África e do Brasil contemporâneo.²⁰²

O próprio momento de criação da Associação Nacional de História (ANPUH) e sua trajetória são sintomáticos desse processo de profissionalização, como pode-se bem observar pelo texto que apresenta a Associação em seu site:

Em 19 de outubro de 1961 foi fundada, na cidade de Marília, estado de São Paulo, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH. A entidade trazia na sua fundação a aspiração da profissionalização do ensino e da pesquisa na área de história, opondo-se de certa forma à tradição de uma historiografia autodidata ainda amplamente majoritária à época.²⁰³

Certamente a criação da ANPUH em 1961 é um marco em meio a um movimento amplo de demanda por profissionalização que remete à criação dos cursos universitários, assim como à produção de historiadoras que já vinham questionando a debilidade das reflexões nacionais acerca das teorias e métodos que deveriam embasar a pesquisa e o ensino em história. É o caso de José Honório Rodrigues que, bastante influenciado pelos estudos históricos que desenvolveu nos Estados Unidos entre 1943 e 1944, publicou em 1949 a obra *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. Com esse e outros textos Rodrigues pretendia consubstanciar o campo lançando bases teórico-metodológicas para a construção de uma historiografia nacional²⁰⁴ que, ao fim e ao cabo, seriam uma demarcação de limites entre o conhecimento histórico produzido por profissionais e o conhecimento sobre história produzido por pesquisadoras autodidas, em geral profissionais liberais como juristas e advogadas, médicas, engenheiras, literatas, etc. Como observa Francisco Falcon ao tratar da identidade das historiadoras,

Ao longo de muitas e muitas décadas a historiografia brasileira vicejou sob o signo do empirismo positivista, ou metódico. Tratava-se do que então se considerava como a única maneira séria e científica de escrever História. O historiador, basicamente um autodidata,

²⁰² FERREIRA, Marieta, op. cit., p. 12.

²⁰³ Ver ANPUH. **Quem somos**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 03 abr. 2019.

²⁰⁴ CAMARGO JR., Mauro Cezar V. Questões sobre a “Profissionalização da História”: a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961). **Fato & Versões - Revista de História**, vol. 8, n. 15, 2016, p. 72. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1950>. Acesso em 04 abr. 2019.

precisava unicamente do reconhecimento de seus pares – o universo dos intelectuais – para ser aceito de fato e de direito como historiador [...] Tal situação persistiu, salvo raras alterações, até o final dos anos 1950 e começos da década de 1960.²⁰⁵

Assim, a profissionalização empreendida especialmente a partir dos anos de 1960 foi “pensada na alteridade ao amadorismo de intelectuais ‘autodidatas’”²⁰⁶, e se deu amplamente influenciada pelos debates teóricos que impactavam a historiografia internacionalmente. Ao encontro do propugnado por Marieta Ferreira, Falcon prossegue sua caracterização abordando a renovação sentida especialmente a partir dos anos 1960, com o impacto das ideias defendidas pelos *Annales* e da perspectiva teórica marxista, ambos referenciais defensores de uma história totalizante, inovadores em relação às fontes e amparados em pressupostos teórico-metodológicos explícitos ou implícitos²⁰⁷. Tais novidades não foram capazes de soterrar a historiografia empirista, factual e descritiva, que se manteve sólida nas instituições de ensino superior, mas estabeleceu com ela embates crescentes que se acirraram na década de 1970 sob o ambiente autoritário vivido com a ditadura civil-militar.

Para a reflexão empreendida nessa dissertação, importante notar que, embora partindo de pressupostos muito distintos e colocando-se como antagônicas, tais matrizes historiográficas convergiam para a valorização da pesquisa em arquivos, seja por identificar os documentos escritos, em sua maioria oficiais, como aqueles favoráveis à escrita de uma história verdadeira, seja pela influência da história serial e o interesse em documentos que pudessem ser quantificados, entre outros fatores. Pode-se reconhecer, então, que nesse ínterim as historiadoras devotadas à pesquisa histórica coincidiam em interesse pelos arquivos com as historiadoras dedicadas ao tratamento de acervos dentro das instituições arquivísticas, em uma época de processo aberto para ambas as disciplinas: tanto história quanto arquivística buscavam a profissionalização, contatavam novas abordagens teóricas e transformavam suas práticas ainda de maneira muito próxima no cotidiano dos arquivos.

Já a partir das décadas de 1980 e 1990, sob o impacto de novas abordagens e de novos objetos trazidos à tona no mundo da histórica enquanto disciplina, a relação com os arquivos passou a transformar-se. O descrédito em relação à história totalizante e às grandes narrativas, o crescimento da história das mentalidades fortemente impactada pela obra de Michel Foucault e os debates em torno da chamada *linguist turn* chegaram para mover as

²⁰⁵ FALCON, Francisco. A identidade do historiador. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, jul. 1996, p. 8. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2014>. Acesso em: 07 abr. 2019.

²⁰⁶ CAMARGO JR., Mauro, op. cit., p. 71.

²⁰⁷ FALCON, Francisco, op. cit., p. 10.

estruturas da área, questionando inclusive aquilo que parecia um porto seguro quando se tratava da escrita da história: a percepção de que os arquivos podiam ser encarados como rastros ou vestígios deixados a nós pelo passado, e da própria possibilidade de haver relação entre o conhecimento produzido pela historiadora e a realidade histórica enquanto referente do real. Não se tratava, pois, apenas de uma ampliação no escopo das fontes, dos métodos ou das abordagens que poderiam ser utilizadas para a pesquisa, mas de um questionamento epistemológico profundo às noções de verdade, documento e representação historiadora, que inegavelmente acabaram por gerar afastamento, ou pelo menos desconfiança²⁰⁸, em relação às salas de pesquisa de instituições agora vistas quase que como a corporificação de uma história tradicional – dessa vez englobando baixo este rótulo não apenas a história dita metódica, mas também a história-problema de pretensões totalizantes.

Nesse contexto a profissionalização da história já era uma realidade (embora a regulamentação da profissão não tenha ocorrido até hoje), havia ampla gama de cursos de graduação e pós-graduação instalados no país, inúmeros periódicos e eventos científicos estabelecidos na área, com uma afirmação cada vez maior do espaço acadêmico como sendo o lugar por excelência da atuação e do reconhecimento da historiadora profissional, coincidindo com um período em que, não por acaso, a arquivística também aprofundou suas relações com a academia e buscou consolidar seu perfil de atuação, ao mesmo tempo em que sentia as implicações dos debates pós-modernos.

A tese de Paulo Elian dos Santos traz boa sistematização a esse respeito no que tange à arquivística, especialmente entre as páginas 95 e 153. Inicia afirmando que

A arquivística no Brasil desenvolveu-se buscando estabelecer laços estreitos com o conhecimento que se produzia na área em países da Europa e nos Estados Unidos. A formação dos principais quadros profissionais que atuaram no país entre os anos 50 e 70 sofreu, de alguma forma, a influência das escolas vinculadas às tradições norte-americana ou francesa. Nas décadas seguintes, os esforços de uma reflexão original, proveniente das

²⁰⁸ Creio que o impacto efetivo das formulações teórico-epistemológicas muitas vezes agrupadas sob o rótulo de “pós-modernas” na área da história e nos usos dos documentos de arquivo ainda está por ser estudado, e não se trata de tarefa simples. Embora o APERS ainda não tenha empreendido estudo de usuárias sólido que possa consolidar essa afirmação, é bastante presente a percepção de que a procura por sua Sala de Pesquisa por parte de pesquisadoras da área da história vem diminuindo ao longo dos anos. Já abordamos a questão em muitas reuniões de equipe e em conversas informais entre colegas. Também colocaram-se nesse sentido alguns diálogos travados com colegas de outros estados durante os contatos que fiz para o presente trabalho, embora a questão não figurasse em meu questionário. Stanley e Haike, ambas historiadoras à época lotadas no APESP, produziram estudo a esse respeito em 2016 e concluíram que há “uma perceptível tendência de queda na utilização da documentação de caráter permanente da instituição [APESP] pelos alunos de mestrado e doutorado em História dos programas de pós-graduação analisados”. SILVA, Haike R. Kleber da; SILVA, Stanley P. da Rosa. O Arquivo Público do Estado de São Paulo e a historiografia da pós-graduação paulista. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 26, n. 53, p. 141-170, dez. 2016. Disponível em: <https://uniarp.emnuvens.com.br/ra/article/view/611>. Acesso em: 07 abr. 2019.

instituições arquivísticas ou das universidades, valeram-se ainda de uma aproximação com outras escolas, entre as quais se destacam a canadense [...] e a espanhola.²⁰⁹

Antes do surgimento dos primeiros cursos superiores em Arquivologia, Elian destaca a importância das iniciativas empreendidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em âmbito federal em 1938, no sentido de profissionalizar e racionalizar a administração pública brasileira, inclusive no que concerne à informação, biblioteca e documentação, oportunizando a contratação de servidoras por concurso e a formação das mesmas em cursos, palestras e intercâmbios no exterior. Na área de arquivos é digna de nota a trajetória pioneira da bibliotecária Nilza Teixeira Soares, que entre as décadas de 1950 e 1960 esteve nos EUA, no Reino Unido e na França para especialização em gestão de arquivos correntes e administração de arquivos permanentes, podendo compartilhar sua experiência e formar colegas no retorno ao Brasil em um contexto em que as bases da área resumiam-se a gestão de protocolos e organização de documentos por métodos como o alfabético e o geográfico.²¹⁰ Do DASP nasceu a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo Sistema de Arquivos, criado em 1961, tornou-se referência no campo da gestão de documentos no país por muito tempo.

Elian referencia também a experiência do Arquivo Nacional (AN) durante a gestão inovadora de José Honório Rodrigues (1958-1964), que buscou desenvolver o órgão de acordo com os parâmetros da moderna arquivística europeia e norte-americana transformando-o em “um arsenal da Administração” e garantidor do acesso à informação e ao conhecimento para toda a sociedade, expressando uma compreensão que se mantém atual ainda hoje. Para isso, Rodrigues investiu em diagnóstico, planejamento e formação do quadro de servidoras, tendo ele mesmo realizado estudos nos Estados Unidos e em seguida trazendo ao AN pessoas como o técnico francês Henri Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de Sarthe (Le mans) – que ao final de sua estadia sugeriu fortemente a criação de um curso superior de estudos arquivísticos no país, recomendação que esteve na base da criação, no AN, do Curso Permanente de Arquivos – e o vice-diretor do Arquivo Nacional

²⁰⁹ SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. 2008. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 95. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>. Acesso em: 11 dez. 2018.

²¹⁰ Segundo afirmou a arquivista Marilena Leite Paes, uma das lideranças da implantação do referido Sistema de Arquivo, em entrevista a Paulo Elian (Ibidem, p. 109). Sua fala evidencia a presença de leituras praticamente canônicas da arquivística internacional como única base para o trabalho com arquivos à época: “Eu me lembro de a gente estudando alguns poucos livros que eram: Manual dos Holandeses, tudo era o Manual Holandês que era o básico, o Manual do Schellenberg que também era básico e o que mais? Tinha mais uns dois ou três livros e só”. (Ibidem, p. 110).

dos Estados Unidos, Theodore Schellenberg, que “sugeriu a tradução de obras fundamentais da bibliografia arquivística, realizou conferências e cedeu os direitos autorais de trabalhos seus”.²¹¹

Além de evidenciar o quanto as bases da arquivística nacional são lançadas como um “saber de Estado” amplamente influenciado por uma matriz anglo-saxônica (p. 120), na sequência da historicização feita por Elian torna-se notório que as profissionais envolvidas com essas e outras experiências precursoras (como a gestão de arquivos na administração pública do estado do Rio de Janeiro na década de 1960 e a criação da Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados em Brasília no início da década de 1970) foram as mesmas que encabeçaram o processo de articulação para a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, associação que naquele momento

passou a desempenhar papel central na institucionalização da arquivística no país e na constituição de uma comunidade profissional que reunia arquivistas, bibliotecários, historiadores, advogados, e administradores, entre outros, que procuravam compartilhar de um mesmo projeto.²¹²

A atuação vivaz da AAB foi fundamental para a criação dos primeiros cursos superiores em Arquivologia na década de 1970 (ver Introdução, p. 12) e para a dinamização da produção intelectual na área através de publicações e eventos, em um processo que foi deslocando o eixo de produção de conhecimento das instituições arquivísticas para as universidades. Outra conquista importante foi a regulamentação da profissão de arquivista, garantida em 1978. Porém, conforme pondera Elian, a partir daí a entidade voltou-se para uma ação corporativa que a isolou na defesa do exercício profissional,²¹³ especialmente o assegurado por meio de formação superior em Arquivologia.

Pelos últimos apontamentos creio que é possível perceber, ainda que eu tenha feito apenas uma aproximação, o longo caminho percorrido pela arquivística já distante da história. Não que isso seja um problema, ao contrário, a consolidação e o avanço dessa disciplina não dependia de manter-se de mãos dadas com a história. Todavia, ao problematizar o ofício das historiadoras vinculadas aos arquivos, torna-se importante observar que a área da história, de maneira geral, não acompanhou ou pouco se apropriou de boa parte das discussões aqui referidas. Afastamo-nos dos arquivos quando estes ainda

²¹¹ SANTOS, Paulo, op. cit., p. 117.

²¹² Ibidem, p. 125.

²¹³ Ibidem, p. 136.

tenham sua organização pautada por nossa profissão, percebendo suas salas de pesquisa como lugar nato para historiadoras, onde os documentos deveriam ser corretamente disponibilizados e de preferência em uma linguagem acessível ao nosso *métier*. Talvez em alguns momentos tenhamos esquecido que, como ocorre com qualquer área do conhecimento,

é fato que em relação à Arquivologia, a natureza, o uso e as funções dos arquivos carregam as características e marcas do tempo que estão enraizadas em sua trajetória [...]. Estas marcas temporais, que ficam claras quando analisamos as diferentes perspectivas que compreendem a área a partir de uma posição de disciplina auxiliar da História, da Administração, ou subárea da Ciência da Informação, apenas para elencar algumas, influenciam e são influenciadas pela história dos arquivos e pela concepção e desenvolvimento da Arquivologia como área de Saber.²¹⁴

E a arquivística modificou-se. Certamente não abandonou suas premissas basilares, não deixou de pautar-se pela prerrogativa de dar acesso público aos documentos, entretanto, nós historiadoras não somos mais as usuárias de arquivo por definição. E o tratamento documental precisa dar conta de atender os mais diversos públicos – um dos motivos pelos quais é tão fundamental a organização e a descrição com base na proveniência, e não em critérios temáticos que interessam ou facilitam a pesquisa somente à história, e em alguns casos, a alguns campos específicos da historiografia.

Retornando a Marlon Salomon, damo-nos conta de que

Nos últimos anos, a reflexão teórica sobre a escrita da história vem sendo circunscrita a um domínio que muitas vezes menospreza os arquivos e opõe frequentemente a reflexão sobre a arquitetura das ideias à pesquisa e à exatidão dos arquivos.²¹⁵

Creio que essa caracterização da historiografia atual ajuda a entender um pouco nossos movimentos de afastamento. Em algum momento, afirmar-se a pesquisa em arquivos públicos do Estado pode ter passado a soar *démodé*, como se usar fontes de arquivo, debater sua constituição e defender a manutenção, abertura e proteção dessas instituições fosse um atestado de vinculação à historiografia tradicional, um abraço teórico em Leopold Von Hanke, Langlois e Seignobos ao mesmo tempo, quando o equívoco teórico está localizado mesmo é nesta vinculação: se há tempos a história enquanto fazer científico mostrou-nos que “‘o arquivo não diz a verdade’, certamente ‘ele diz da verdade’, quer dizer, das forças

²¹⁴ SCHMIDT, Clarissa, op. cit., p. 30.

²¹⁵ SALOMON, Marlon, op. cit., p.14.

indissociáveis de suas condições de produção e de atualização historiográfica”²¹⁶. Há melhor locus para uma historiadora do que este?

O afastamento em relação a esses arquivos parece ter provocado também escassez de problematização em relação ao nosso papel frente às instituições arquivísticas, nos limitando, quando muito, a ser usuárias nas salas de pesquisa, com uma postura muitas vezes distante e pragmática, importando apenas o acesso ao material pelo qual se tem interesse, o que certamente implica questões para o fazer cotidiano daquelas que atuam dentro das instituições, mas também à própria pesquisa, que exigiria conhecer a lógica de produção documental e os quadros de arranjos elaborados dentro dos arquivos, sob pena de equívocos na produção historiográfica:

a atitude do historiador que não comece por colocar como problema epistemológico o próprio arquivo histórico onde desenvolve a sua investigação corresponde, sem dúvida, a renunciar ao conhecimento das condições que o predispõem a intervir no pólo empírico da sua investigação.²¹⁷

Parece-me que, exceto a parcela das profissionais brasileiras da história que se dedicam propriamente aos arquivos enquanto lugar social de atuação profissional, as demais saem das universidades e programas de pós-graduação com pouquíssimo contato com tais instituições e suas fontes, com o que Vera Barroso corrobora:

Na formação acadêmica específica de História, há um distanciamento do Arquivo, a instituição que custodia o recurso da produção da pesquisa – a fonte histórica. Ou seja, se ensina a fazer pesquisa (delimitação do problema, levantamento das hipóteses, definição da metodologia...), e carece a orientação de como se aborda o texto documental, de como se vivencia e se pratica concretamente a busca da fonte no Arquivo. Muitas vezes os alunos de História saem da academia sem nunca terem entrado num Arquivo!²¹⁸

Essa distância entre a história acadêmica e o arquivo já é um problema se pensarmos a reivindicação por ocupar postos de trabalho nestes locais – creio que, depois de toda a trajetória acima exposta, é possível perceber que o lugar de atuação não é tácito, não ao menos no lado de dentro do balcão. Mas torna-se uma questão ainda mais preocupante quando lembramos que o lugar de pesquisadora, nas salas de consulta das instituições, nos será imposto pelo ofício, mais cedo ou mais tarde. Como fazer? Confiar cegamente na organização arquivística e na boa vontade das servidoras que nos atenderem, acreditando

²¹⁶ Ibidem, p. 16.

²¹⁷ BOSCHI, Caio César. O historiador, os arquivos e as novas tecnologias: notas para debate. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (org.). **Outros combates pela História**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, p. 61.

²¹⁸ BARROSO, Vera, op. cit., p. 199.

que vão nos atalhar caminhos e entregar as “caixas de documentos” mais adequadas ao problema de pesquisa que trouxemos de casa? Correr atrás de formação continuada, de leituras e aprendizado empírico “por conta própria”? É claro que muito do fazer se aprende no caminho. Arrisco-me a afirmar que nenhuma formação acadêmica, em nenhuma área, dará conta de preparar a profissional para todos os desafios do cotidiano de trabalho. Entretanto, superar essa distância me parece urgente, por questões práticas e teóricas muito pertinentes ao nosso ofício.

Retornando à reflexão sobre a relação entre memória e arquivo, ou memória e documentos de arquivo, que interrompi (na página 88) para apresentar uma digressão que me pareceu necessária à compreensão da pertinência dessa própria reflexão no âmago da relação entre história e arquivística, apoio-me em uma citação de José Francisco Campos que, em diálogo com a produção da arquivista Laura Millar, defende a definição de

arquivos – e seus documentos – como gatilhos para os processos de memória, pedras de toque das quais uma pessoa (ou mesmo um grupo social) se serve quando deseja evocar uma experiência ou um aspecto do passado [...] A memória, desse modo, não está dada nos arquivos. É ela fruto de um trabalho, de uma elaboração executada conscientemente por diferentes sujeitos, articulada às demandas e aos anseios por determinados sentidos do passado, num processo enraizado no presente.²¹⁹

Porém, afirmar que os arquivos e seus documentos não são a materialização de uma ou mais memórias, sejam individuais ou coletivas, mas sim registros do passado que serão trabalhados nos processos de construção de narrativas históricas ou de memoriais, não implica negar a intrínseca relação que as instituições arquivísticas e seus acervos estabelecem com a memória. Também não há nada de incoerente em reconhecer a naturalidade de seus processos de produção e acumulação, afinal,

A “naturalidade” existe porque é obrigatoriamente necessário que haja registros, mas estes são carregados de intenções, de objetivos, de parcialidade, portanto a dita “naturalidade” só existe no que diz respeito ao ato mecânico, processual e necessário da produção, não no que é e como é produzido, pois no âmbito intelectual e na atribuição de valores do conteúdo informacional o que há são elementos carregados de intenção.²²⁰

²¹⁹ CAMPOS, José Francisco, *Ibidem*, p. 114.

²²⁰ SIQUEIRA, Marcelo, *op. cit.*, p. 193.

Malheiro da Silva, admitindo que a arquivística seja afetada pelo paradigma da interdisciplinaridade aplicado às ciências sociais, e ao mesmo tempo seja uma ciência epistemologicamente suscetível a ser redimensionada – e não seria assim também com as demais? – reconfigura o conceito de arquivo, ou de documento arquivístico, afirmando que

Arquivo é um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço / uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores.²²¹

Marcelo Siqueira, também atento a esta formulação que incorpora a implicação da memória ao conceito de arquivo sem, entretanto, negar-lhe especificidades, destaca que:

A memória, imbricada na natureza orgânica e funcional desse sistema, ou seja, intimamente ligada ao valor primário dos documentos, não se constitui em algo posterior ou de análises individuais, ideológicas, pontuais e pré-determinadas, como se costuma pensar dos valores secundários dos documentos arquivísticos. A memória, portanto, é elemento constituinte da ideia de arquivo, uma característica inerente ao documento.²²²

Não custa reafirmar: a memória não coincide com os documentos de arquivo, mas incide diretamente sobre os processos que lhes fazem chegar até nós enquanto tal, e isso não se dá apenas no processo de avaliação documental, aquela “etapa” do trabalho que pode gerar calafrios em historiadoras inadvertidas quando solicitadas a contribuir com a construção de “critérios” para a definição de quais documentos (ou quais conjuntos documentais) serão considerados de guarda permanente. É preciso admitir as implicações da memória desde o nascimento dos documentos, até para relativizar a ideia de que qualquer incidência de subjetividade é responsabilidade total da profissional que os organizou: não, a memória faz parte deste sistema, e estará presente consciente ou inconscientemente em todo o seu funcionamento. Melhor do que lutar uma luta perdida, é aliar-se a esta aparente oponente, e aproveitar tudo o que pode fornecer-nos de pistas, contextos, relações, pluralidade de perspectivas de abordagem.

E ainda que seja sublinhado o caráter natural da acumulação e o caráter técnico dos procedimentos de seleção, arranjo e descrição dos documentos, Ancona Lopez também alerta para a impossibilidade de ignorar a carga ideológica inerente a estes processos. Em sua perspectiva, quando tais procedimentos não repousam sobre a admissão de que há, sim, implicações da subjetividade e dos imperativos de memória, quando não há registros

²²¹ SILVA, Armando Malheiro da., apud SIQUEIRA, Marcelo, op. cit., p.191.

²²² SIQUEIRA, Marcelo, op. cit., p. 192.

evidenciando os percursos que levaram a determinadas opções, para que as usuárias dos arquivos tenham-nas em consciência, eles “podem condicionar a construção de uma memória embasada em elementos exógenos; podem ainda, a despeito da seriedade e do espírito crítico do historiador, propiciar uma visão restrita da história”, o que torna primordial a transparência em relação aos critérios de tratamento documental “para o estabelecimento de limites de análise e interpretação dos documentos; é preciso repensar o papel que os arquivos exercem diante da operação historiográfica”.²²³

Penso, pois, que devemos nos atualizar em relação a todas essas discussões, tomar nas mãos tais debates, e assumir posição frente a eles, assumindo posição também, conseqüentemente, em relação à situação dos arquivos em nosso país e no que tange a nossa incidência sobre esse campo de atuação profissional. Afinal, não são apenas os museus, como o **Museu Nacional**²²⁴, que agonizam sob o fogo ou sob uma morte lenta, imputada pelo descaso e o silêncio. Nossos arquivos, em sua maioria, sofrem do mesmo mal, com visibilidade social e política talvez ainda menor.²²⁵

E se servir de algum modo para aliviar certas consciências, temerosas de um contato tão explícito com as demandas da sociedade, com o fazer de uma história que dialoga de maneira mais direta com múltiplos públicos, enfim, temerosos de se perceberem incidindo de forma tão real sobre a constituição da consciência histórica, posso ainda referir que,

No jogo da criação e difusão da memória de Estados, indivíduos e grupos sociais, as instituições arquivísticas não atuam sozinhas. Tampouco se caracterizam como dispositivos medulares, absolutamente indispensáveis, algo que, sem dúvida, pode soar bastante perturbador para os arquivistas. Por vezes, as tradições orais, as cerimônias e até mesmo a paisagem desempenham papel mais relevante que os documentos no desencadeamento de processos de rememoração. Some-se, ainda, a função dos monumentos, do patrimônio arquitetônico, das datas, dos costumes, das regras de interação, do folclore, da música e das tradições culinárias como elementos de peso para os processos de criação, autorização e representação da memória, processos estes em que os arquivos desempenham também um papel, que pode ser o de protagonista ou o de

²²³ LOPEZ, André, op.cit. p.16.

²²⁴ Entre os diversos acontecimentos que marcaram o período ao longo do qual a presente dissertação foi produzida, no dia 02 de setembro de 2018 teve lugar um terrível incêndio no Museu Nacional, situado na Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, Rio de Janeiro. O mais antigo Museu do país abrigava um de nossos maiores acervos de antropologia e história natural, grande parte dele destruído em uma tragédia que chamou a atenção no mundo todo. Para uma série de reportagens a respeito ver BBC Brasil. **Incêndio no Museu Nacional**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/topics/32c72a30-f277-4775-9796-ae8fc3eb29ec>. Acesso em: 02 abr. 2019.

²²⁵ São raras as comoções em torno da situação dos arquivos públicos brasileiros, e as tragédias silenciosas seguem em marcha. Apenas a título ilustrativo, ver a seguinte reportagem de O Globo relatando as precárias condições em que se encontram muitos prédios que abrigam acervos, assim como a inexistência de espaço físico para recolhimento de documentação acumulada nos órgãos públicos ou de servidores para tratar os conjuntos documentais: BRUNO, Cássio, et all. Mau estado de arquivos públicos compromete a Lei de Acesso à Informação. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mau-estado-de-arquivos-publicos-compromete-lei-de-acesso-informacao-7350769>. Acesso em 29 mar. 2019.

coadjuvante, a depender das circunstâncias e de sua interação com outros mediadores sociais.²²⁶

Esta citação faz-me lembrar de uma dessas frases prontas que se ouve informalmente em espaços de militância: “não há espaço vazio na política!”, e isso é real. Se não ocuparmos esse espaço, em diálogo, para somar e fortalecer o campo, outras ocuparão. Algumas, pela via positiva, ocuparão enquanto lugares de atuação profissional a partir das habilidades legadas por sua formação, fazendo o melhor que puderem, sem nossa colaboração. Entretanto, haverá quem os ocupe pelo silêncio, o apagamento, o esquecimento, que sabemos bem, é parente muito próximo da memória.

Espero que a presente dissertação consiga ser um esforço positivo de reconexão nesse sentido, um incentivo ao enfrentamento dos desafios inerentes ao trabalho coletivo e interdisciplinar na área da gestão documental, do tratamento e difusão de acervos, do patrimônio cultural em nosso país. No próximo tópico busco conectar o quadro histórico e teórico geral aqui evocado com a realidade por mim percebida nos arquivos públicos estaduais do Brasil.

1.2 Sobre Arquivos Públicos estaduais no Brasil atual e suas historiadoras: uma cartografia

Utilizo o conceito de cartografia no título do tópico enquanto metáfora desse “mapa” que pretendo traçar em relação às instituições arquivísticas estaduais. Inspirei-me na já referida contribuição de Deleuze e Guattari (ver página 50), que introduzem a ideia de cartografia na filosofia como uma metodologia de análise em processo, em construção constante. Para eles,

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social.²²⁷

Cartografar seria mais do que representar em mapa de forma estanque, seria admitir que a produção recém compartilhada pode já não corresponder à realidade, e valorizar mais

²²⁶ CAMPOS, José Francisco, op. cit., p. 115-16.

²²⁷ DELEUZE & GUATTARI, op. cit., p. 20.

o processo de investigação em si do que o produto final. “É um processo de criação que se reinventa enquanto se pesquisa, e ao passo que a investigação está em curso, juntamente com o objeto de estudo, de acordo com as necessidades que aparecem”²²⁸. Poder mobilizar uma cartografia que vai além de um mapa estanque foi um alento, pois eu almejava fugir de conceitos que transmitissem a noção de uma descrição total ou acabada dos arquivos estaduais em questão.

No artigo em que analisa a aplicação do método etnográfico ao estudo do Arquivo Miroel Silveira²²⁹ como forma de buscar entender a relação que se estabelecia entre Estado autoritário e sociedade, a socióloga Maria Cristina Castilho Costa observa que mesmo após a independência política em 1822, com o estabelecimento do Império e

a vinda da família real portuguesa, a presença da corte, o longo reinado de D. Pedro II e o autoritarismo das instituições monárquicas abortaram os sonhos liberais e republicanos do país, fazendo com que mantivéssemos instituições políticas ainda semicoloniais por décadas. Talvez por essa razão, quando enfim a República foi proclamada não encontrou no Brasil um povo amadurecido pelos anos de submissão ao trono, mas uma população habituada à centralização e ao autoritarismo, com fracos sentimentos de cidadania e participação política.²³⁰

Já no período republicano, assegura ainda a autora, valores como a liberdade de expressão, a igualdade perante a lei e a necessidade de sucessão no poder seguiram desconsiderados, priorizando-se o controle e a censura, que se acentuou e estruturou no regime do Estado Novo: a ditadura comandada por Getúlio Vargas estabeleceu a burocracia estatal em novo patamar, organizou amplamente os serviços públicos, e percebeu no controle da informação algo indispensável para o exercício do poder e o controle sobre a população, em uma perspectiva paternalista autoritária.

E os ensinamentos do Estado Novo perduraram: as estruturas burocráticas, muitas delas vinculadas à censura, ao controle e à repressão política, se mantiveram, foram atualizadas e reforçadas pela ditadura civil-militar instaurada a partir do golpe de 1964. A

²²⁸ LEMOS & OLIVEIRA, op. cit., p. 47.

²²⁹ Arquivo composto por 6.205 processos de liberação de peças teatrais para apresentação pública, produzidos entre 1930 e 1970 pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) de São Paulo. De acordo com a autora, com a Constituição de 1988 e a desmontagem da estrutura de censura, esses documentos foram salvos da destruição por Miroel Silveira, diretor de teatro, crítico teatral e ensaísta brasileiro. COSTA, Maria Cristina. Etnografia de arquivos. Entre o passado e o presente. **Matrizes**, Ano 3, nº 2, jan./jul. 2010.

²³⁰ *Ibidem*, p. 172.

ditadura perdurou por 21 anos e teve seu fim marcado por um “processo de transição política, totalmente controlado pelos militares, [que] realizou-se sem a ruptura com o passado ditatorial”²³¹, legando à Nova República a impunidade como uma das principais marcas desse processo, ao lado da manutenção de diversos “entulhos autoritários”, como a estrutura administrativa de Estado construída pela ditadura e muitas relações civil-militares mantidas com o respaldo da Constituição de 1988, expressas nas “cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares estaduais, sistema judiciário militar e segurança pública em geral”²³². Triste admitir, mas é muito curta nossa experiência democrática, e os acontecimentos dos últimos anos mostram apenas que as marcas de uma história violenta e autoritária são, não apenas profundas, mas ativas.

Nesse cenário, não me parece muito difícil entender uma manchete como essa: “Obra do novo Arquivo Público do RN gera insatisfação na Polícia Civil e ADEPOL anuncia protesto”. Pode parecer “fake news”, mas é real, e refere-se à notícia de que o estado do Rio Grande do Norte, em 2013, pretendia investir 30 milhões de reais na construção de uma nova sede para seu já mencionado Arquivo Público. Comparando o valor previsto para a obra com orçamento de apenas dois milhões destinados para investimentos em compra de equipamentos e reformas na estrutura física da Polícia naquele ano, uma delegada que participava do protesto pareceu resumir o sentimento dos presentes: “A Polícia Civil está em coma e o Estado em vez de salvá-la fará uma cirurgia plástica”. Como apenas atribuir um rótulo de ignorância às manifestantes, ou de negligência pura e simples para com o patrimônio documental, sem considerar em profundidade nossa constituição histórica, a postura de nossa classe política em relação à transparência das informações públicas e ao

²³¹ BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memórias em ambos os países**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 36. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29576/000777584.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2019.

²³² ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. SAFATLE, Vladimir. TELES, Edson. (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010, p. 45.

patrimônio cultural²³³, nossos índices de desenvolvimento humano e de acesso a direitos básicos, como educação, saúde, alimentação e moradia?

Luís Carlos Lopes, ao problematizar o lugar dos arquivos na cultura brasileira, afirma que a ausência de pressão da sociedade civil na atualidade sobre o Estado para prestar contas em relação à gestão dos documentos, aos gastos públicos com a “guarda de imensa quantidade de documentos em todos os suportes, em sua maioria, sem avaliação, classificação, descrição, e acesso garantido aos cidadãos”²³⁴ está ancorada na fragilidade do reconhecimento da importância sociocultural dos arquivos, e na incompreensão sobre seu papel por boa parte dessa sociedade.

Logo, se podemos entender que *a democracia efetiva se mede* pela relação de uma sociedade com seus arquivos, conforme apontou Derrida, como esperar que essa sociedade, de pouquíssima tradição democrática, massacrada pela corrupção e a desigualdade social, estabeleça com eles uma relação de identificação e valorização? E ainda, em meio a esse caos aparente, qual expectativa criar em relação às condições de trabalho, experiências interdisciplinares e operações da história nesses espaços? Para essa última questão não há uma resposta linear. Em um mesmo país convivem realidades como a recém-mencionada, no Rio Grande do Norte, e outras em que modernos laboratórios de conservação e restauro são instalados, como em Alagoas²³⁵, ou grandes prédios e sistemas de gestão de documentos

²³³ A eleição presidencial de 2018 evidenciou a fragilidade dessas áreas, o que pode ser observado pelos programas de governo defendidos pelas então candidatas, que em sua maioria não apresentavam propostas voltadas ao patrimônio cultural e às instituições de memória. Isso ficou flagrante a partir da tragédia no Museu Nacional: apenas com o incêndio ocorrido em 02 de setembro de 2018, em meio ao processo eleitoral, a discussão sobre o descaso com os museus e com os bens culturais em geral no país veio à tona. Ver **Correio Braziliense** (via Agência Estado). Maioria dos presidentiáveis não tem plano para preservar patrimônio, diz ACRJ. 03 set. 2019. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/09/03/interna_politica,703700/plano-preservacao-patrimonio-museu-nacional.shtml. Acesso em 09 jan. 2019. Talvez ainda mais impactante do que pensar as ausências do tema ao longo do pleito, seja constatar que o projeto político vencedor nas urnas foi aquele que explicitou sua posição de descaso, seja pelo Museu Nacional, seja pela cultura de forma global: quando candidato, o presidente eleito Jair Bolsonaro sustentou a extinção do Ministério da Cultura – promessa de campanha efetivada – e deu declarações no mínimo desrespeitosas logo após o incêndio, afirmando que não podia fazer nada depois que já havia pegado fogo, e que embora se chamasse “Messias” não podia fazer milagres. Ver **BBC Brasil**. Governo Bolsonaro: Quem serão os ministros e os altos funcionários na futura equipe. 09 dez. 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46229653>. Acesso em 09 jan. 2019; CALGARO, Fernanda. **G1**. 'Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?', diz Bolsonaro sobre incêndio no Museu Nacional. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/04/ja-esta-feito-ja-pegou-fogo-quer-que-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-incendio-no-museu-nacional.ghtml>. Acesso em 09 set. 2019.

²³⁴ LOPES, Luís Carlos. O lugar dos arquivos na cultura brasileira. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.31, p.197-206. Jan./jun. 2002, p. 179.

²³⁵ Ver reportagem para TVE em Dia, **Laboratório do Arquivo Público de Alagoas**, de 02 de agosto de 2017, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hpao3RyjWEQ>. Acesso em: 10 abr. 2019. Até aquele momento já haviam sido investidos 70 mil reais com previsão de mais 100 mil na compra de equipamentos e montagem do espaço preparando a instituição para restaurar documentos, monitorar ambientes e desinfetar

são implantados, como em São Paulo, em que o Arquivo chega a tornar-se pauta para reportagem interessantíssima de quase cinco minutos em jornal veiculado em uma das principais emissoras do país²³⁶.

Tendo em mente o conhecimento mobilizado até aqui, passo a compartilhar a seguir a realidade que percebi a partir do que eu caracterizo como uma *pesquisa de campo virtual*, por e-mail, telefone, sites e redes sociais institucionais, vídeos e reportagens que pude encontrar através de divulgação pela internet, assim como pelos mapeamentos e questionários respondidos pelas colegas historiadoras. Farei isso sistematizando as informações coligidas e apresentando reflexões que transitam entre os dados de conjunto e relatos em escala ampliada, registrando alguns detalhes que ilustram o percurso da pesquisa. Vale recordar que o Anexo 5 traz uma tabela com dados atualizados de cada instituição. É uma sistematização que julgo importante, pois conforme já mencionei no Prelúdio, pesquisando por meio da internet tais informações encontram-se muitas vezes desatualizadas e bastante dispersas.

Meu exercício cartográfico inicia-se a partir de uma realidade estadual em que contamos com dois arquivos, um vinculado à área da cultura (AHRS) e outro à área da administração ou gestão (APERS), ambos com acervos riquíssimos, com muitas décadas de atuação e localizados em prédios nobres no Centro Histórico da cidade Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, porém os dois com passivos de reformas a serem realizadas e acervos a serem tratados, com um mundo a ser desbravado quando se trata de gestão documental em âmbito estadual, e com muito a ser pesquisado e escrito sobre suas histórias institucionais, imbricadas uma com a outra e com a história do estado.

A existência socialmente ainda pouco compreendida dessas duas instituições separadas, a composição de suas respectivas equipes, as funções associadas a cada um desses arquivos, e uma realidade estadual de forte organização profissional tanto entre historiadoras quanto entre arquivistas – com cursos de graduação em diversas universidades, associações profissionais ativas, eventos e publicações científicas em ambas as áreas – foram o cenário

acervos. A implantação foi realizada em parceria entre o Gabinete Civil do Estado, ao qual o Arquivo é vinculado, e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL) nos marcos das comemorações dos 200 anos desse estado.

²³⁶ Ver reportagem para SPTV, **Arquivo Público do Estado abre visitação a arquivos raros do acervo**, de 05 de junho de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/videos/v/g1/5917915/>. Acesso em 10 abr. 2019. A matéria foi veiculada para divulgar a programação da I Semana Nacional de Arquivos e enaltece o potencial do APESP enquanto local de pesquisa, gestão da informação e preservação da memória. Apresenta itens documentais que chamam atenção pela antiguidade, pela beleza ou raridade do suporte, por tratarem de temas caros à história de São Paulo, etc. Também explora o ambiente do arquivo, suas estantes, condicionadores e setores técnicos.

em que construí uma vivência enquanto profissional de arquivos marcada por um *sentimento* muito presente, embora latente, de segmentação entre os campos de atuação dessas profissões, embora eu tenha plena convicção do caráter policompetente do mundo dos arquivos. E não uma segmentação dada por delimitação lúcida das atribuições e contribuições de cada uma delas, mas por uma relação imprecisa que oscila entre a parceria em projetos específicos ou quando se trata de defender o papel e o lugar das instituições na sociedade, e a animosidade quando se trata de questões de fundo relativas à ocupação de frentes de trabalho e reconhecimento social por uma e outra área frente aos arquivos.

Por um lado, temos o AHRS, posicionado como equipamento cultural ao lado de museus, bibliotecas e instituições congêneres; guardião de expressivo acervo histórico sabido como sendo de guarda permanente; ambiente de trabalho ocupado por uma pequena equipe que até 2010 foi centralmente formada por pessoas da história. Por outro, temos o APERS, ao longo de sua história sempre posicionado como departamento de uma Secretaria voltada à administração ou gestão do estado; responsável legal pela implantação da gestão documental no Rio Grande do Sul e socialmente ainda vinculado à imagem de arquivo intermediário e fornecedor de certidões (embora seja, claro, *locus* de pesquisas acadêmicas e genealógicas); local de trabalho de uma equipe técnica maior, composta ao longo dos anos em sua maioria por arquivistas concursadas, desde a década de 1990.

Aproximando ainda mais a lente, no APERS – o Arquivo mais familiar entre os que precisei tentar estranhar – temos um organograma estruturado basicamente a partir de duas divisões²³⁷, além da Seção de Apoio Administrativo: a Divisão de Gestão Documental (DIGED), voltada à normatização e assessoria para sua implantação no estado, na qual hoje não há historiadoras lotadas e onde trabalha a maior parte das arquivistas do APERS; e a Divisão de Preservação, Acesso e Difusão, voltada ao gerenciamento dos acervos salvaguardados, seu acesso e promoção, na qual estão lotadas as analistas em assuntos culturais, cargo que acolhe pessoas com formação em história, letras e ciências sociais.

²³⁷ Desde minha entrada no APERS, há mais de uma década, trabalhamos em duas divisões. Porém, no exato momento em que reviso essas linhas, aproximando-me da banca de defesa, uma mudança estrutural está em curso: teremos uma terceira divisão, voltada ao tratamento e preservação de acervos. No último ano tivemos, também, algumas mudanças na equipe, com a saída de duas arquivistas e a entrada de dois historiadores, o que certamente implica em reordenação desse quadro que vivenciei por uma década. No que concerne a mim, a grande novidade é que, com a saída de uma colega, precisei assumir o tratamento do acervo da Secretaria do Interior e Justiça (1947-1975), recolhido ao APERS sem gestão, décadas atrás. Tem sido um desafio, sobre o qual esse não é o espaço para falar. Porém, acabe registrar que mesmo essas mudanças não inviabilizarão o desenvolvimento de meu raciocínio quanto a segmentação, tanto das atividades entre as profissões, quanto do próprio caráter dos Arquivos, como se o potencial para a administração e a gestão fosse incompatíveis com o potencial cultural.

Mesmo dentro dessa última Divisão, quando se trata de atividades que envolvam aplicação dos instrumentos de gestão documental – especialmente classificação e avaliação – o protagonismo ao longo dos anos vinha sendo de arquivistas, embora tenhamos equipes reduzidas e inúmeros fundos a tratar, ficando com as demais profissionais as atividades voltadas à descrição, indexação, extroversão do acervo e atendimento ou apoio à pesquisa. Não sei dizer exatamente se sempre foi assim, ou como se constituiu esse *modus operandi* que vivenciei no APERS. Como já referi, não são explicitadas algumas compreensões quanto ao que se espera das áreas de formação. Não tenho certeza se arquivistas não demandam historiadoras para colaborar em determinadas atividades por não sentirem abertura de nossa parte, ou se por acreditarem que essas não são atribuições que nos competem. Não sei se as historiadoras não reivindicam outras atividades por sentirem como se estivéssemos invadindo o espaço das colegas arquivistas, por realmente sentirem-se tecnicamente despreparadas para contribuir com elas no tratamento de acervos e na gestão, ou por questões mais práticas mesmo, como a necessária divisão de tarefas em meio a um cotidiano assoberbado, em que não resta tempo para se apropriar de distintas funções.

Como já mencionado no tópico anterior, a cultura arquivística anglo-saxã segmenta o ciclo de vida dos documentos e aproxima o *records management* (ou gerenciamento de registros correntes e intermediários) da administração, como um trabalho técnico de responsabilidade dos órgãos produtores dos documentos, enquanto os *archives* (documentos permanentes) são o campo por excelência de atuação de arquivistas, cuja formação é geralmente dada por especialização a partir da biblioteconomia ou da história. Um observador desatento poderia pensar na realidade encontrada no Rio Grande do Sul como inspirada por essa matriz teórica, onde o APERS, próximo à administração, fica responsável pela gestão documental, e o AHRs, ligado à cultura, fica com os acervos permanentes. Mas não, essa não é a realidade, até porque, a formação na área de arquivos é bem distinta no Brasil, dada em geral por meio de cursos de graduação e voltada à integralidade do ciclo de vida dos documentos. Temos arquivistas pensando e fazendo gestão documental nas “três idades”, assim como temos, hoje, arquivistas, historiadoras e acervos históricos em ambas as instituições.

Desse lugar de partida fui constituindo uma percepção inicial de que pensar a gestão documental – ou seja, construir e difundir os instrumentos que determinam os procedimentos a que devem ser submetidos os documentos desde sua produção até sua destinação final, para eliminação ou guarda permanente – não deveria ser tema para historiadoras, embora

podéssemos ser solicitadas a contribuir com argumentos quando necessário pensar critérios para a preservação de documentos de caráter histórico, como eu via ocorrer nas rarefeitas reuniões do Comitê Gestor do Sistema de Arquivos do Estado (SIARQ-RS).²³⁸

Por outro lado, as demais atividades de um arquivo voltadas ao tratamento de acervos permanentes, tais como a descrição e a difusão, poderiam ser desenvolvidas tanto por arquivistas quanto por nós, desde que respeitadas às normatizações arquivísticas.

Nesse sentido, uma breve observação da obra de referência “*Arquivos permanentes: tratamento documental*”, de Heloísa Bellotto, evidencia a aspiração de que as arquivistas deem conta de todas as frentes de trabalho nessa área. Já na Introdução à primeira edição a autora marca que seu texto está voltado ao “momento em que começa a atuar o arquivista, no âmbito da terceira idade documental”²³⁹. Na Introdução à segunda edição, menciona o diálogo com “as novas gerações de estudantes de arquivologia”.²⁴⁰ Um passeio pelos capítulos em seguida permite-nos verificar que as competências dessas profissionais devem passar pela identificação, classificação e ordenação de fundos documentais, descrição e produção de instrumentos de pesquisa, além de difusão editorial, cultural e educativa. Logo, nessa perspectiva, não haveria necessariamente um espaço específico no qual o saber-fazer da historiadora devesse estar alocado.

Essa realidade sempre me fez pensar a respeito dos limites e potencialidades da contribuição de historiadoras nesse lugar social de atuação, assim como sobre quais seriam as relações estabelecidas em outros arquivos públicos pelo Brasil. Decidi, então, “observar o familiar” e questioná-lo etnograficamente.

Vivendo o mundo dos arquivos, trazia alguns conhecimentos prévios: sabia que muitas instituições eram já tradicionais locais de pesquisa em seus estados, denotando sua antiguidade. Conhecia as discussões empreendidas na área a respeito da importância de conquistar boa posição hierárquica frente à administração pública – o que nem sempre tem se demonstrado um empreendimento fácil –, assim como tinha ideia geral sobre que tipo de documentos eram recolhidos, tratados e disponibilizados em tais espaços: apesar de grande variação na composição dos acervos, certamente custodiaríamos registros oriundos dos

²³⁸ Ora como titular, ora como suplente, tenho assento no SIARQ-RS como historiadora representante do APERS desde que ingressei como servidora na instituição. O Sistema foi criado em 1989, completando 30 anos em 2019. Foi reorganizado pelo Decreto 52.808, de 18 de dezembro de 2015, que determina que seu órgão gestor é Arquivo Público do Estado. Decreto disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1453134464.Decreto_52.808_2015_Reorganiza_o_SIARQRS.pdf. Acesso em 25 abr. 2019.

²³⁹ BELLOTTO, Heloísa, 2004, op. cit., p.15

²⁴⁰ Ibidem, p.17.

Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de Tabelionatos e Registro Civil, em alguns casos haveria bibliotecas, hemerotecas, setores especializados em iconografia e/ou cartografia, assim como coleções privadas doadas ou adquiridas - que historiadora não gostaria de trabalhar em um universo potencialmente tão rico à história?

Mas, na prática, trabalhar dentro de um arquivo significaria mobilizar as informações contidas nos documentos e a partir delas produzir conhecimento histórico, como se imagina do fazer de uma historiadora, ou as funções e atividades cotidianas específicas dos arquivos tornariam o potencial desses espaços enquanto lugar social de nossa atuação restrito à sua aura, à ilusória sensação de contato direto com os vestígios do passado que a materialidade dos documentos ali acumulados traz? Afinal, o que fazemos efetivamente sob essa insígnia de “historiadora do arquivo”? Fui em busca de respostas.

Primeiramente, através da Tabela de Mapeamento busquei conhecer o ano de fundação, a vinculação administrativa atual, a composição das equipes e dos acervos dos arquivos. Quanto a esse último dado, pretendia ter compilado a relação de fundos e coleções salvaguardadas por todas as instituições em questão, ou ao menos ter descrito a abrangência geral de seus acervos, porém, as dificuldades em consolidar meus contatos e obter respostas conclusivas ao instrumento de pesquisa fez-me perceber que essa era uma ambição que estava além das possibilidades para esse momento, até porque, colaborar com outras estudiosas compartilhando um material sistematizado a respeito seria importante, mas não contribuiria diretamente para os objetivos da dissertação, então declinei desse ponto. Todavia, tendo contato essa informação para a maioria dos arquivos, posso confirmar que a ideia geral que eu tinha a respeito da proveniência dos conjuntos que compõem seus acervos estava correta.

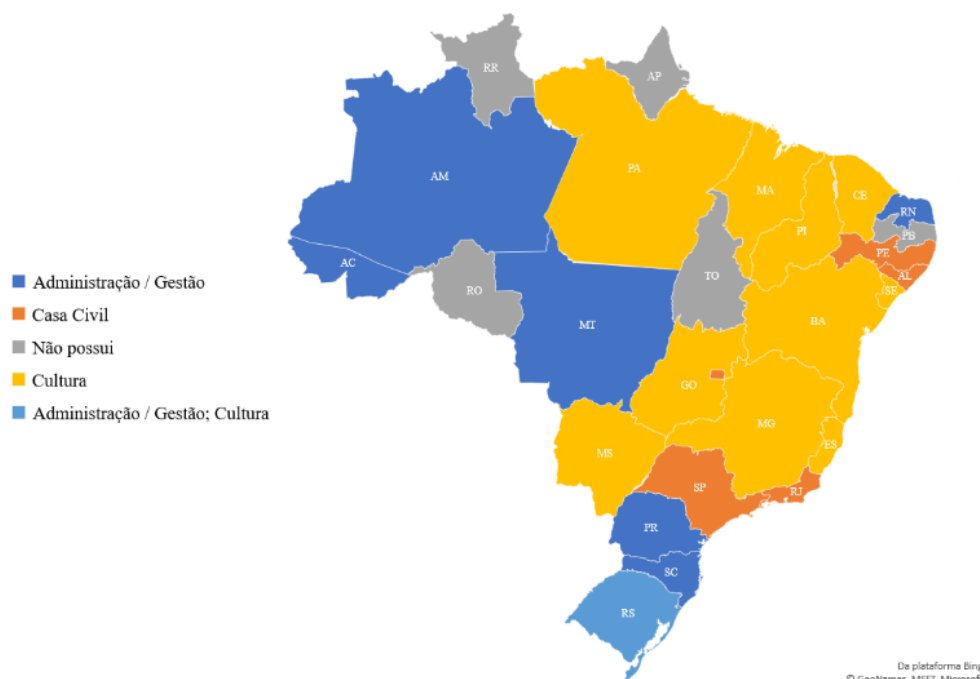
Quanto à fundação e vinculação administrativa das instituições, apresento os dados na tabela a seguir, que traz pela primeira vez no texto o nome completos dos arquivos sobre os quais me debrucei. Não figuram na tabela os estados em que não há arquivos públicos estaduais em funcionamento, permanecendo o horizonte de 23 instituições com as quais busquei aprofundar relação de pesquisa:

Tabela 1: Arquivos Públicos Estaduais - Ano de Fundação e Vinculação Administrativa.

UF	Nome da Instituição Arquivística	Ano de Fundação	Vinculação Administrativa Atual	Resposta ao Mapeamento
AC	Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre	1963	Secretaria da Gestão Administrativa	Sim
AL	Arquivo Público de Alagoas	1962	Gabinete Civil do Estado de Alagoas	Sim
AM	Arquivo Público do Estado do Amazonas	1897	Secretaria de Administração e Gestão	Não
BA	Arquivo Público do Estado da Bahia	1890	Fundação Pedro Calmon / Secretaria de Cultura	Não
CE	Arquivo Público Estadual do Ceará	1916	Secretaria da Cultura	Não
DF	Arquivo Público do Distrito Federal	1985	Casa Civil	Sim
ES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	1908	Secretaria da Cultura	Sim
GO	Arquivo Histórico Estadual de Goiás	1976	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	Sim
MA	Arquivo Público do Estado do Maranhão	1974	Secretaria da Cultura e Turismo	Sim
MG	Arquivo Público Mineiro	1895	Secretaria da Cultura	Sim
MS	Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul	1987	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	Sim
MT	Superintendência de Arquivo Público	1896	Secretaria de Estado de Gestão	Sim
PA	Arquivo Público do Estado do Pará	1901	Secretaria de Estado da Cultura	Sim
PE	Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano	1945	Casa Civil	Não
PI	Arquivo Público do Estado do Piauí	1909	Secretaria de Cultura	Não
PR	Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná	1855	Secretaria da Administração e da Previdência	Sim
RJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	1931	Secretaria da Casa Civil e Governança	Sim
RN	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	Não identificado	Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos	Não
RS	◦ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	◦ 1906	◦ Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão	◦ ---
	◦ Arquivo Histórico do RS	◦ 1954	◦ Secretaria da Cultura	◦ Não
SC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	1960	Secretaria da Administração	Sim
SE	Arquivo Público Estadual de Sergipe	1923	Secretaria da Cultura	Sim
SP	Arquivo Público do Estado de São Paulo	1892	Secretaria de Governo	Sim

Ainda que pareça árido, achei importante trazer uma tabela em que os nomes dos arquivos e das respectivas secretarias aparecessem por extenso junto ao texto, tanto para informar e localizar as leitoras quanto para dar os devidos créditos e realizar sua devida difusão. As informações da Tabela 1 podem ser melhor visualizadas a partir de gráficos:

Gráfico 1: Arquivos Públicos Estaduais & Vinculação Institucional Administrativa



Para fins de análise e visualização do Gráfico 1, que demonstra a quais Secretarias de Estado os Arquivos estão vinculados em cada unidade federativa, as vinculações foram agrupadas em três blocos, ou categorias, por afinidade das funções desempenhadas pelas Secretarias, já que há grande diversidade de nomenclaturas entre elas. Os blocos são:

- Casa Civil: e/ou Secretaria de Governo, Gabinete Civil, Desenvolvimento Econômico (05 Arquivos);
- Administração/Gestão: e/ou Modernização, Planejamento, Previdência, Recursos Humanos (07 Arquivos);
- Cultura: e/ou Educação, Esportes, Lazer, Turismo (11 arquivos).

Além das três categorias dadas por esses blocos, temos uma categoria específica para o Rio Grande do Sul, forma que encontrei de expressar graficamente a existência de duas instituições arquivísticas, e uma quinta categoria reúne os cinco estados que não possuem arquivo: Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins na região Norte, e Paraíba no Nordeste, entretanto, este último vive um momento de transição, como já mencionado, pois o Arquivo Público da Paraíba foi criado em dezembro de 2018, vinculado à Secretaria de Estado do Governo. Assim que tive acesso a essa informação fiz contato com Lúcia Guerra, historiadora que dirige o Departamento de Documentação e Arquivo da Fundação Casa de

José Américo e que respondeu minhas demandas ao longo do trabalho, com o objetivo de saber como estava se desenvolvendo o processo. Lúcia relatou que

A Comissão para Criação do Arquivo Público conclui seu trabalho entregando o Relatório e as minutas das normativas. Contudo, até agora só foi publicada a lei, faltando alguns decretos. A equipe diretora do Arquivo ainda não foi nomeada, mas os que integravam a Comissão continuam acompanhando e participando de reuniões para definir a sede. Pelas tratativas em andamento, esperamos que neste mês de abril tenhamos a direção definida e a sede.²⁴¹

Ou seja, o processo está andando. A última notícia a que tive acesso, de junho de 2019, dava conta de informar que, “após acompanharem o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas a arquivística paraibana e integrarem o corpo docente do Curso que é pioneiro no Estado”, a professora Esmeralda Porfírio de Sales e o professor Josemar Henrique de Melo, do curso de Arquivologia da UEPB, foram nomeados para os cargos de gerente-executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo e gerente-executivo de Gestão Documental e do Sistema de Arquivos, do novo Arquivo Público do Estado da Paraíba em processo de implantação.²⁴² Entretanto, para esse trabalho ainda não é possível considerar que temos um arquivo público em atuação ali, caso contrário, deveria reconhecer que também existe arquivo no Amapá, por exemplo, local em que toda a legislação foi publicada, mas a efetivação nunca se deu.

Salta aos olhos a dificuldade da região Norte se considerarmos que, embora possa haver debilidades em qualquer instituição existente, sua criação é uma primeira sinalização de que o estado reconhece a necessidade de gerir e preservar seus documentos. Por outro lado, sua ausência desvela grande fragilidade em relação à compreensão da importância da gestão de documentos na região. A situação do Amapá já foi referida. Para Rondônia o site do CONARQ referencia o “Núcleo de Arquivo Oficial de Rondônia”, porém sem dados de contato atualizados. Pesquisando nas páginas das Secretarias de Estado identifiquei um “Núcleo de Arquivo Geral” vinculado à Superintendência de Gestão de Pessoas, mas não consegui completar ligações para o telefone divulgado. Em maio de 2018 escrevi para a Casa Civil pedindo informações, mas não obtive retorno. Por meio de contato com professores universitários da região, acionando a rede da ANPUH, soube que o Museu Estadual de

²⁴¹ DDA-FCJA. Lúcia Guerra. **Pesquisa de Mestrado** [mensagem pessoal eletrônica]. Recebida via clarissa.sommer@gmail.com em 03 abr. 2019.

²⁴² MARQUES, Juliana. Docentes de Arquivologia da UEPB são nomeados para gerência do Arquivo Público do Estado da Paraíba. **Universidade Estadual da Paraíba**. Notícias. 8 jun. 2019. <http://www.uepb.edu.br/docentes-de-arquivologia-da-uepb-sao-nomeados-para-gerencia-do-arquivo-publico-do-estado-da-paraiba/>

Rondônia (MERO) teria uma seção de arquivo, bastante precária. A partir dessa informação cheguei à existência do “CEDOC”, Centro de Documentação Histórica de Rondônia, como equipamento cultural vinculado à Superintendência Estadual dos Esportes, da Cultura e do Lazer (SECEL), por sua vez vinculada à Secretaria da Educação. A página do MERO não cita existência de acervo documental. O CEDOC divulgar possui livros, jornais, fotografias, cartazes e acervos particulares doados, mas não encontrei indício de documentação proveniente do estado ou de qualquer política de gestão documental.

Em Roraima há o Projeto de Lei nº. 061, de 16 de dezembro de 2014, a partir do qual pretende-se criar o Arquivo Público e o Sistema Estadual de Arquivos de Roraima.²⁴³ Porém, não encontrei qualquer informação no sentido de que esse projeto esteja avançado. Ao que tudo indica, mantém-se a situação referida em artigo de 2010 que pretendia estabelecer um diagnóstico dos centros de documentação da capital, Boa Vista:

Sobre o arquivo público, sabemos que: O arquivo público [...] ainda não existe em Roraima. A informação é da Assessoria de Comunicação do Governo do Estado. Conforme o governo, o material produzido pelas secretarias é guardado no arquivo morto de cada órgão. A divisão de Patrimônio Histórico, localizada na avenida Jaime Brasil, possui arquivo de jornais e dados históricos sobre Roraima, com fotografias, discos (vinil e CD), além de livros que servem como fonte de pesquisa. Segundo a chefe da Divisão do Patrimônio Histórico, Meire Saraiva, nenhuma secretaria encaminha documentos para o setor.²⁴⁴

Já no Tocantins localizei legislação de 2012 que determina, de modo muito breve, que cabe “a cada órgão ou entidade da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, no âmbito de sua competência: I - assegurar o acesso aos documentos públicos; II - baixar os atos necessários à gestão de documentos públicos”²⁴⁵, ou seja, não há qualquer perspectiva sistêmica de gestão documental. Identifiquei, também, que há proposta de criação do Arquivo Público de Tocantins, encaminhada em 2009 à Comissão de Constituição, Justiça e

²⁴³ RORAIMA. Projeto de Lei nº 061, de 16 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a Definição de Arquivos Públicos e Arquivos privados de interesse público e social e define as diretrizes para a criação do Arquivo Público Estadual, para a implementação da Política Estadual de Arquivos Públicos e Privados de interesse público e social de Roraima e para a criação do Sistema Estadual de Arquivos de Roraima - SIAR. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/82739910/al-rr-22-12-2014-pg-2?ref=previous_button. Acesso em: 19 nov. 2019.

²⁴⁴ MORAES, Carla Gisele Macedo S. M.; RAMALHO, Paulina Onofre. Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização. **Revista CPC**, São Paulo, n. 9, p. 65-82, nov. 2009/abr. 2010, p. 70. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15655/17229>. Acesso em: 20 nov. 2019.

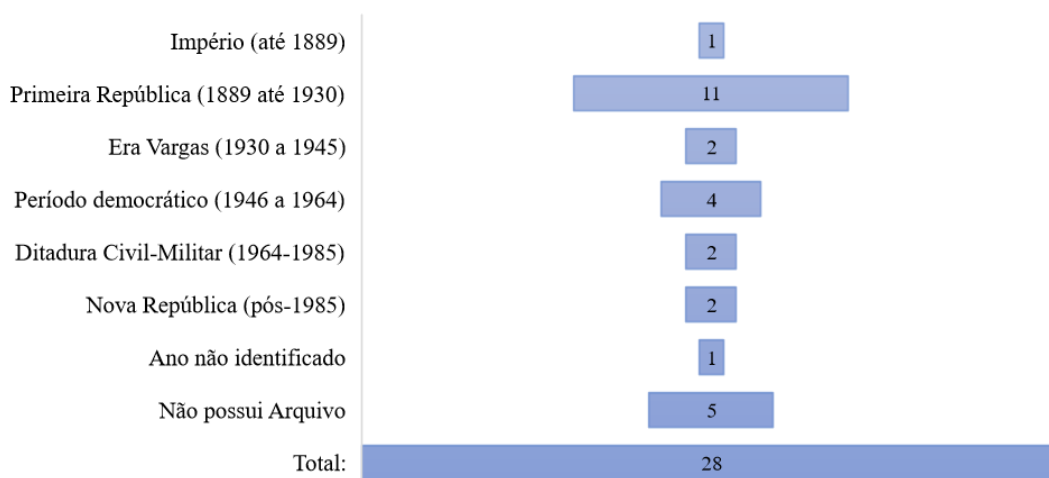
²⁴⁵ TOCANTINS. Lei nº 2.571, de 21 de março de 2012. Dispõe sobre a gestão dos documentos de arquivos públicos no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/legisla_estadual/Lei_2571_de_21_de_marco_de_2012.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019,

Redação (CCJ) do estado²⁴⁶, mas pesquisando via internet não localizei nenhuma atualização sobre esta proposta.

Interessante notar que Amazonas e Pará possuem arquivos que estão entre os mais antigos do país, 1897 e 1901, respectivamente. Parece-me justo pensar a associação desse dado ao rápido crescimento econômico e dinamização sociocultural vivenciados nesses territórios no período conhecido como “ciclo da borracha”, entre as décadas de 1870 e 1920, com pequeno revigoração na década de 1940. Certamente o *boom* econômico e a urbanização foram acompanhados de grande aumento da produção documental, assim como promoveram o intercâmbio com a Europa e a inspiração para grandes obras culturais, que têm seu apogeu monumentalizado pela construção do Theatro da Paz, fundado em 1878 em Belém, e do Teatro Amazonas, fundado em 1896 em Manaus.

Nesse mesmo sentido, observa-se que boa parte dos arquivos estaduais foram criados ainda na Primeira República, respondendo a um amplo processo de reorganização administrativa e social vivido no país após o fim do Império:

Gráfico 2: Período de Criação dos Arquivos Públicos Estaduais e Distrital



Um dado simples, como o ano de fundação dos órgãos, permite uma série de reflexões e deixa entrever um rico campo aberto de pesquisa a respeito da história das instituições arquivísticas brasileiras e da constituição de seus acervos – questão que não me pertencia diretamente nessa pesquisa, mas à qual quase me rendi, e com a qual efetivamente me perdi por um tempo ao encantar-me navegando em páginas, procurando reportagens,

²⁴⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO TOCANTINS. Notícias: Proposta de criação do Arquivo Público do Tocantins vai para a CCJ. 17 abr. 2009. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/noticia/2578/proposta-de-criacao-do-arquivo-publico-do-tocantins-vai-para-a-ccj>. Acesso em: 19 nov. 2019.

coligindo informações. Tal dado suscitou-me a percepção da estreita relação entre a história dessas instituições com a história política e administrativa do país no desenvolvimento de sua ocupação territorial e transformações estruturais, econômicas, culturais, assim como da escassez de pesquisas nesse sentido.

Como exemplo das reflexões que me foram suscitadas por tais dados, comento o caso da região Centro-Oeste: Mato Grosso (MT) possui Arquivo desde 1896, o quinto mais antigo do Brasil, enquanto Mato Grosso do Sul (MS) foi o penúltimo a ser criado, em 1987. Depois dele, apenas o novo Arquivo da Paraíba. Para entender, podemos observar que o território atual de MT é um dos mais antigos habitados no interior do país, tendo sido disputado por espanhóis e portugueses especialmente no contexto da chamada “corrida do ouro”, no início do século XVIII. Ainda em 1719 foi fundado o Arraial de Cuiabá, elevado à condição de Vila em 1726 e de Capitania em 1748. Já o estado de MS é fruto de um desmembramento do primeiro, ocorrido somente em 1977. Logo, a estruturação administrativa, a produção documental e a consequente necessidade de arquivamento poderiam ser estudadas como parte dessas transformações, levando até mesmo a uma investigação etnográfica da constituição dos arquivos.

O caso de Goiás é interessante, merecedor de uma pesquisa mais profunda a cerca da relação entre arquivos, memória e história: a região também participou do processo da corrida do ouro, efetivou-se enquanto capitania em 1749, teve seu território desmembrado dando origem ao estado de Tocantins em 1988 – significativamente um dos estados em que ainda não temos arquivo público em atividade –, mas seu arquivo estadual é bastante recente. Ainda que a partir de um olhar breve, podemos aventar questões: Goiás é um estado marcado pela história da mineração e de sua decadência, que gerou um período de estagnação econômica e populacional. Já na década de 1930 um projeto modernizador passou a ser empreendido, do qual fazia parte a chegada de uma estrada de ferro e a mudança da capital. Assim, Goiânia foi planejada e fundada em 1937, sob o signo do novo.

O mapeamento respondido pela equipe do Arquivo Histórico Estadual de Goiás toma como data de fundação da instituição o ano de 1976, mas as informações a respeito disponíveis na internet são parcas e desconstruídas. O breve verbete do Arquivo na Wikipédia²⁴⁷ menciona que “sua história está ligada aos primeiros tempos de Goiânia” e que “até 1924, competia a cada secretaria a custódia e a manutenção dos documentos”. Infere-se

²⁴⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo_Hist%C3%B3rico_Estadual_de_Goi%C3%A1s. Acesso em: 05 out. 2019.

daí que a partir dessa data tal função passaria ao Arquivo estadual, entretanto, o texto referido como fonte não pode mais ser acessado. O também breve histórico da instituição que pode ser acessado por redirecionamento na página atual da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE), menciona que

O nome Arquivo Público do Estado foi mantido, já em Goiânia, pela Lei n.º 441, de 8 de dezembro de 1944 e passou a ser subordinado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Em 1961, o arquivo passou a ser chamado Arquivo Geral do Estado e foi anexado à Secretaria de Administração, recém-criada. O Arquivo Histórico Estadual tem início com o Decreto 169/74 (...) Por esse decreto, a documentação considerada permanente ou histórica que se encontrava no Arquivo Geral do Estado, passou a pertencer ao Departamento Estadual de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura (Lei n.º 5613 de 13/11/1964). Este ato só foi efetivado em 1976, quando iniciou-se a organização do Arquivo Histórico Estadual.²⁴⁸

Provavelmente a confusão administrativa na organização do órgão reflita, entre outros aspectos, as transições e conflitos vivenciados no processo de definição do território e mudança da capital, assim como o esforço de coligir acervos históricos e refundar a instituição arquivística estadual em novos moldes talvez tenha feito parte de um anseio modernizador e identitário mais global experimentado no estado de Goiás²⁴⁹.

Quanto ao Arquivo Público do Distrito Federal, fundado em um contexto de abertura democrática, de maior amadurecimento da arquivística no país, e em que se debatia a necessidade da gestão documental e de uma política nacional de arquivos, nasceu com uma roupagem moderna. Sua fundação recente relativiza-se quando lembramos que Brasília foi inaugurada em 1960 e a atual organização administrativa do DF foi dada apenas pela Constituição de 1988.

Também podemos observar, quanto à posição na estrutura administrativa, que dois dos arquivos da região em questão estão vinculados à área da cultura (GO e MS), e dois à área da administração/gestão (DF e MT). Embora seja um tanto arriscado afirmar terminantemente – uma vez que não desenvolvi pesquisas aprofundadas a respeito da atuação de cada arquivo em particular – parece-nos que nessa região aqueles vinculados à esfera da gestão realmente conseguem maior visibilidade no estado e apresentam-se como instituições mais fortes, sendo identificadas como centrais à implantação de políticas de

²⁴⁸ GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE). **Arquivo Histórico Estadual**. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/arquivo-historico-estadual/>. Acesso em 10 nov. 2019.

²⁴⁹ A respeito desse processo modernizador e das disputas discursivas em torno dele, ver MELLO, Marcelo de; SILVA, Genilder Gonçalves da. A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. **Cordis**. Revoluções, cultura e política na América Latina, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/viewFile/19799/14707>. Acesso em: 15 abr. 2019.

gestão de documentos, enquanto os demais mantêm um perfil voltado à preservação de documentos permanentes e à promoção do acesso para a pesquisa histórica, talvez com uma visibilidade social menor, como denota da reportagem “Descobrimos o maior Acervo Histórico de Goiás *escondido* no meio da Praça Cívica”²⁵⁰, em que a instituição é divulgada quase como se fosse um achado arqueológico.

Essa perspectiva de análise é reforçada quando pensamos a composição das equipes e as condições estruturais de trabalho. Excetuando-se o número de estagiárias, que não foi possível contabilizarmos embora eu saiba da importância do trabalho das mesmas para manter ativos diversos serviços públicos, DF e MT possuem, respectivamente, 35 e 31 servidoras, em sua maioria concursadas, enquanto GO e MS possuem 5 e 7 servidoras, em sua maioria cedidas de outros órgãos ou em cargos comissionadas.

Em relação à estrutura, a partir dos questionários que foi possível aplicar com suas historiadoras, verificamos que as profissionais do DF e de MT referem boas condições gerais de trabalho (salas amplas, equipamentos etc.), embora os prédios necessitem de intervenções físicas para tornarem-se adequados à preservação de acervos. Em Mato Grosso foi destacada a debilidade infraestrutural do prédio, construído na década de 1940 e localizado em via muito movimentada, problema que vem sendo tratado com boa gestão e esforço das equipes. Em MS a infraestrutura foi elogiada pelas entrevistadas, já que recentemente o Arquivo conquistou espaço próprio em um prédio bem localizado e equipado, ainda que seja possível perceber pelos relatos que se trata de uma estrutura diminuta em termos de tamanho. Já em GO as condições de trabalho foram criticadas, já que o prédio não é adequado para ser arquivo, falta material e espaço físico.

Percebe-se que, embora haja na área de arquivos a defesa de que as instituições – nacional, estaduais e municipais – sejam posicionadas em nível estratégico da Administração Pública, inclusive conforme resolução da I Conferência Nacional de Arquivos realizada em 2011,²⁵¹ há diversidade de tratamentos ao tema, em um arranjo que é representativo da dicotomia muitas vezes enfrentada no mundo dos arquivos: eles são instituições culturais, voltadas à história e à pesquisa? Ou são instituições estratégicas de apoio à administração e gestão do Estado? Tal dicotomia é explicada em grande parte pela própria história de

²⁵⁰ ALEOTI, Marcos. **Curta Mais**. Disponível em: <http://www.curtamais.com.br/goiania/descobrimos-o-maior-acervo-historico-de-goias-escondido-no-meio-da-praca-civica>. Acesso em: 10 nov. 2019.

²⁵¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **I Conferência Nacional de Arquivos (I CNARQ)**: por uma política nacional de arquivos. Brasília/DF, 2012, p. 42. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/cnarq/Relatorio_cnarq_completo.pdf. Acesso em: 07 abr. 2019.

desenvolvimento dos arquivos, no país e internacionalmente, como vimos no tópico anterior, de modo que secundarizar o caráter histórico cultural em prol do caráter de gestão e apoio à administração ainda se coloca como um movimento necessário à assunção dos novos papéis construídos para as instituições arquivísticas na contemporaneidade.

Entretanto, penso que essa aparente bifurcação pode ser superada se pensarmos a historicidade de cada instituição, sua inserção no espaço geográfico que ocupa, as relações estabelecidas com elas pela sociedade que as circundam, os sentidos atribuídos e usos efetivamente dados, afinal, de nada vale afirmarmos arquivos legalmente reconhecidos como espaços estratégicos de gestão, se não conseguirem efetivar essa posição junto à administração pública ou tornarem-se instituições apartadas da sociedade. Vale aqui recuperar o raciocínio desenvolvido por Angélica Marques e Natália Tognoli sobre a arquivística enquanto disciplina, que nesse momento transfiro aos arquivos enquanto lugares sociais: considerando a complexidade da realidade as relações travadas por eles com usuárias, servidoras e com o Estado não são bilaterais²⁵² ou monolíticas. São relações diversas, quase sempre ao mesmo tempo e agora, apontando tanto para importância enquanto lugar de memória, de cultura e de saber, quanto para a tarefa de construir a gestão dos documentos públicos, que por sua parte também um dia comporão o rol do patrimônio documental num processo de construção sobre o qual a memória incide a todo o tempo.

Acredito que podemos derrubar muros e pensar os arquivos enquanto instituições híbridas, que devem atentar para todo o fluxo percorrido ao longo do ciclo de vida dos documentos, assim como para seu acesso e difusão, garantindo direitos às cidadãs e cidadãos e contribuindo para a produção de conhecimento de maneira ampla em nossa sociedade. Havendo essa compreensão, da qual decorre o reconhecimento de que se deve dotar tais instituições de estrutura e recursos compatíveis com seu papel estratégico, talvez o debate da vinculação formal se torne menos importante. Porém, toma corpo o argumento de que a

²⁵² As autoras discorrem sobre como a literatura da área tende a apontar para o estabelecimento de relações disciplinares bilaterais da arquivística ora com a história, ora com a administração ou com a ciência da informação. Nesse sentido, afirmam que há “tendência de se simplificar as relações da Arquivologia de forma bilateral, diante das suas estreitas relações com uma ou com outra dessas disciplinas, em um determinado contexto, diante do entendimento que se tinha do próprio objeto de estudo da Arquivologia (ou do seu não reconhecimento). Entretanto, parece-nos que, mais contemporaneamente, essas relações são bastante dinâmicas, complexas e fluidas, não se restringindo à bilateralidade” (MARQUES & TOGNOLI, op. cit., p. 65-66). Essa leitura das relações entre as disciplinas parece correlata à análise feita em relação ao caráter dos próprios arquivos como se, para acompanharem os movimentos de desenvolvimento na área, precisassem “migrar” de uma faceta para outra, quando na verdade poderíamos salientar seu perfil plural e utilizar essa riqueza como elemento fortalecedor de um âmbito a outro: justificar o investimento na gestão pelo impacto sobre a memória e o conhecimento, assim como utilizar-se dos “produtos” vendidos pela eficácia na gestão de documentos como elementos garantidores da preservação do patrimônio documental futuro.

implantação de uma política estadual de gestão documental – que deve ser acatada por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, e em alguns casos dos demais Poderes e de municípios – é facilitada quando dirigida e respaldada por um órgão cujo alcance dentro da máquina pública seja transversal e cuja participação no orçamento do estado seja maior, garantindo chances reais de dar consequência a seus planos de ação. Você pode imaginar a recepção dentro de uma Secretaria de Segurança Pública, ou Secretaria de Planejamento, a uma normativa expedida pela Secretaria de Cultura de seu estado? Será que a mesma norma seria acolhida com maior presteza quando publicada e articulada desde o Gabinete do Governador? Será que a chance de conquistar recursos humanos e financeiros para o Arquivo de seu estado seria maior se ele estivesse vinculado à Cultura ou à Casa Civil?

Enfim, são questões de estratégia em políticas públicas muitas vezes distantes dos debates travados na academia pelas historiadoras, mas das quais devemos nos apropriar se desejarmos incidir no campo do patrimônio documental. Embora a área de arquivos venha construindo esse entendimento, com o qual concordo e para o qual os dados por mim coligidos tendem a corroborar, não existe “receita pronta”. Percebi realidades diversas, ora com arquivos fortes vinculados administrativamente à gestão, ora vinculados à cultura.

Exceto o Arquivo do Estado de São Paulo (APESP), que é vinculado à Secretaria de Governo e que nos últimos anos obteve conquistas muito grandes, destacando-se em relação às instituições congêneres de todo o país em uma série de fatores, torna-se complexo comparar as demais instituições entre si em relação à vinculação administrativa para tentar identificar com precisão qual seria “o melhor lugar para se estar” na prática. A experiência paulista exerce sedução inegável que pode conduzir a afirmar apressadamente que se deve lutar para que os arquivos públicos estejam sempre vinculados à Casa Civil ou órgão que o valha, afinal, são mais de 200 servidores, em sua maioria concursados, formando uma grande equipe multidisciplinar; um prédio com instalações ideais construído especialmente para ser arquivo; condições de trabalho excelentes com salas amplas e equipamentos modernos; um Sistema de Arquivos Estadual atuante que tem o APESP como órgão central e bons resultados alcançados quanto à implantação da gestão documental nos órgãos do Poder Executivo estadual e em municípios; programas e serviços sólidos nas diversas frentes arquivísticas (gestão documental, promoção do acesso, preservação, difusão cultural, educativa e editorial etc.).

Mas condições correlatas não são observadas em nenhum outro arquivo, nem mesmo naqueles que ocupam posição hierárquica similar. Nesse aspecto creio que seja importante

considerar as condições econômicas, sociais e culturais mais gerais de São Paulo, assim como oportunidades contingentes, habilidades de indivíduos, relações interpessoais que se estabelecem, ou todos esses fatores que combinados podem propiciar que o melhor aconteça, como deixou evidente em entrevista o historiador Carlos Bacellar, ex-diretor do APESP, quando questionado a respeito das articulações que viabilizaram conquistas em sua gestão, como a transferência do Arquivo da Secretaria de Cultura para a Casa Civil, em 2007, o primeiro concurso público da história da instituição, em 2009, e a inauguração do novo prédio, em 2012. Contou-me que fora bolsista de iniciação científica no APESP ainda no final da década de 1970, tornando-se “historiógrafo” da instituição em seguida; relatou as grandes experiências de aprendizado em história que teve ao longo do trabalho com o tratamento e descrição de acervos – refere que aprendeu mais no Arquivo do que em sala de aula – desde a organização dos documentos do Registro Cartorial e Civil, passando pelo Tesouro Provincial, até a produção de um grande guia de fontes para a história da escravidão, em parceria com o Arquivo Nacional e a UNESCO.

Sobre a forma como tornou-se diretor, recorda que na gestão de José Serra como governador de São Paulo foi indicado ao Secretário da Cultura, João Sayad, por Francisco Vidal Luna, historiador que fora seu colega de tese, com quem chegou a dividir mesa no Arquivo, e que sabia de sua experiência profissional lá dentro. Vidal Luna, que naquele momento ocupava o cargo de Secretário de Planejamento, fundara o Banco SRL com Sayad e eram amigos além de sócios. Sayad enfrentava graves problemas na gestão do APESP, de modo que Bacellar sugeriu-lhe solicitar a vinculação do órgão à Casa Civil, pasta então liderada por Aloysio Nunes Ferreira. Inicialmente a ideia foi recebida com chacotas, mas enfim, sem alternativas, o Secretário da Cultura decidiu agendar reunião para a qual convidou Carlos Bacellar, Francisco Vidal Luna e Aloysio Nunes, reunião que resultou na “transferência mais rápida do planeta”²⁵³, nos termos do entrevistado. Sayad pediu que ele explicasse a Aloysio qual era o pedido:

Bom, eu vim pleitear que o Arquivo vá para a Casa Civil. Ele respondeu na hora. Fez exatamente isso [gesto], abriu os dois braços e disse “recebo de braços abertos”. Não precisei nem argumentar. Ainda bem que o Sayad tinha o peito para aparar o queixo, se não o queixo ia cair no chão. Não dava para acreditar. [Aloysio] Virou para Sayad e disse: “João, volta na Secretaria, faz a minuta, manda hoje à noite, o governador assina hoje e amanhã o Arquivo já está na Casa Civil. (...) A pessoa certa, no lugar certo, pronta para te ajudar. (Ibidem)

²⁵³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Carlos de Almeida Prado Bacellar**: entrevista [16 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Sala N-2, Departamento de História/USP, 2018. 2 arquivos em .m4a, áudio 1: 1h 34min., áudio 2: 19 min.

É claro que não se tratou apenas de uma decisão entre amigos. Carlos argumentou que Aloysio Nunes tinha sido secretário executivo de Pedro Parente, chefe da Casa Civil no governo de Fernando Henrique Cardoso quando o Arquivo Nacional foi para a Casa Civil, de modo que acompanhou todas as discussões teóricas e tratativas que embasaram a decisão. Ao mesmo tempo, foram múltiplos fatores que concorreram positivamente para que o APESP alcançasse a série de avanços vivenciadas nos anos de 2010. Sobre concursos, prédios e respeito dentro da Administração Pública, Bacellar afirma que contou com uma equipe ativa e apaixonada pelo que fazia, que sempre tinha um projeto pronto em mãos para aproveitar as oportunidades de recursos que pudessem surgir na Secretaria, além do que,

tínhamos um secretário não só disposto, mas duzentos por cento disposto. A primeira coisa que ele falou foi: São Paulo, o estado mais rico da federação, temos que ter o melhor arquivo da federação. E temos aquela porcaria num prédio caindo aos pedaços. O que tu precisas? (Ibidem)

Acessar essa história, contada por um historiador do arquivo na condição de gestor da instituição, ajuda a matizar o olhar que lançamos para a burocracia e a estrutura de Estado, pondo em evidência a ação das pessoas posicionadas dentro da máquina pública, cujas formações e experiências precedentes, as sensibilidades e habilidades individuais muitas vezes serão determinantes para as definições na administração pública e os rumos dos programas e projetos construídos a partir de muito esforço técnico e teórico das equipes nos órgãos. Enfim, as vezes não basta ter conhecimento e o argumento correto. É preciso ser dinâmica para aproveitar oportunidades, além de “mobilizar a sorte”.

Considerando todos esses elementos, gostaria de ter estabelecido uma metodologia de comparação não arbitrária para promover reflexões que ajudassem a costurar minha laboração cartográfica de maneira global, entretanto, embora tenha reunido muitos dados e alcançado uma amostra significativa, creio que o grau de imersão possível não é suficiente para tentar estabelecer um quadro comparativo sem correr o risco de aproximações grosseiras. Por exemplo: como nem todas as instituições responderam ao mapeamento, não tenho informações precisas quanto ao tamanho das equipes ou sua forma de contratação para todos os arquivos. Ou ainda, não tenho questionários de historiadoras respondidos em todos os estados, e nem todos os questionários respondidos trazem maiores detalhes a respeito da atuação efetiva dos sistemas de arquivos estaduais. Essa realidade imposta pelas fontes produzidas impede-me de afirmar que a estrutura dos arquivos, o grau de implantação da

gestão documental e a garantia do acesso ao patrimônio documental tendem a ser sempre maiores nos estados cujo arquivo está vinculado a órgãos mais estratégicos do que as Secretarias de Cultura, como fica perceptível no caso trazido por uma das colegas de Santa Catarina, na região Sul: legalmente o APESC, vinculado à Administração, é o órgão normativo do Sistema de Gestão Documental do estado desde 2007, mas sua funcionalidade é por ela caracterizada como praticamente inexistente²⁵⁴.

Em Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano é vinculado à Casa Civil e demonstra-se culturalmente bastante ativo. Em 2016 sua sede foi restaurada e em 2018 foi tombada pelo Conselho Estadual de Preservação de Patrimônio Cultural de Pernambuco. Orgulhosa de seu rico acervo de periódicos – um dos maiores da América Latina, conforme informa o gestor Evaldo Costa em entrevista à página *Curiosamente*²⁵⁵ – a instituição tem buscado explorar as ferramentas digitais e de mídias sociais para evidenciar seu potencial histórico-cultural e ampliar a difusão de seus acervos. Quem os acompanha nas redes, como o Facebook e o Instagram, nota a intenção de valorizar suas pesquisadoras e as múltiplas possibilidades de investigação a partir do acervo, que começa a ser descrito e disponibilizado online²⁵⁶. Porém, se ocupar espaço junto à Casa Civil deveria ser um elemento de fortalecimento da faceta da gestão documental como elemento estratégico para a administração pública, não encontrei informações sistemáticas em seu site ou mídias sociais que denotem a interferência proativa do APEJE nos rumos da Política Estadual de Gestão Documental, embora a legislação²⁵⁷ o coloque como eixo dela. Identifiquei que a digitalização, gestão e guarda dos documentos em caráter intermediário, assim como a digitalização dos documentos permanentes, estão a cargo da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), uma empresa de economia mista contratada para tanto. Talvez esse aspecto – que acabou por remeter-me à terceirização de acervos – não chamasse tanto minha atenção se não fosse a dificuldade de entender quais os critérios de classificação e avaliação

²⁵⁴ Considerando a grande quantidade de referências que farei aos questionários, a menção a eles será feita apenas pelo código com o qual os identifiquei, composto sempre por uma letra e um número (como A1 ou B5), conforme explicado no Prelúdio, p. 67.

²⁵⁵ PASCOAL, João Vitor. Há 70 anos, Arquivo Público preserva a história de Pernambuco. **Curiosamente**. Disponível em: <https://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/a-historia-de-pernambuco-no-acervo-do-arquivo-publico/>. Acesso em: 12 nov. 2019.

²⁵⁶ O APEJE passou a usar o ICA-AtoM como mecanismo de difusão de seu acervo. Disponível em: <https://www.acervo.pe.gov.br/index.php/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano>. Acesso em: 11 nov. 2019.

²⁵⁷ PERNAMBUCO. Lei 15.529 de 23 de junho de 2015. Dispõe sobre a Política Estadual de Gestão Documental. Disponível em: http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=43992947-ad9f-4dbb-89e9-fb3bc0657286&groupId=11927. Acesso em: 10 nov. 2019.

empregados pelo serviço CEPE Doc²⁵⁸. Ter acessado uma notícia intitulada “Governo implanta política de gestão documental” em que apenas a CEPE é mencionada dificultou-me a compreensão do papel do Arquivo Público. Uma das gerentes da empresa é citada afirmando que

É preciso que cada órgão faça seu *inventário* de documento, *catalogue* e armazene em caixas, especificando o que é e o que pode ser *expurgado*, mediante autorização do gestor responsável pelo documento. A partir disso, a Cepe irá realizar a migração de acervo para o ambiente digital. Disponibilizando os arquivos via web, *extinguindo a armazenagem em caixas*.²⁵⁹

Os termos por mim grifados deixam entrever uma série de questões em conflito com a teoria arquivística e a própria legislação de arquivos no país: falam em inventário e catalogação, e não em classificação e avaliação; mencionam expurgo de documentos mediante autorização de um gestor, e não em eliminação com base na aplicação de uma Tabela de Temporalidade de Documentos aprovada a partir da intervenção do órgão responsável, no caso, o APEJE; e referem a possibilidade de extinguir os papéis, dando a entender que todos poderiam ser eliminados após digitalização. Talvez esse quadro possa ter chegado até mim de modo enviesado, já que não consegui boa conexão com interlocutoras na instituição, ficando sem resposta tanto ao mapeamento quanto ao questionário. Talvez haja trabalho cotidiano dessa instituição para orientar a atuação da CEPE, porém, também não localizei publicados os instrumentos que deveriam respaldar o tratamento arquivístico tais documentos públicos (PCD e TTD), fazendo pairar dúvidas sobre qual o real impacto da vinculação à Casa Civil em abstrato: ela garante que a condução da política de arquivos seja acertada, construída com base na teoria e normativas arquivísticas nacionais e internacionais?

Já no Espírito Santo, cujo Arquivo Público vincula-se à Cultura, as duas colegas historiadoras que responderam ao questionário citam a atuação do Programa de Gestão Documental do Estado – PROGED como sendo uma importante atividade da instituição. A legislação²⁶⁰ define que tal Programa é vinculado diretamente ao APEES. Por seu site é

²⁵⁸ COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO. CEPE Doc. Digitalização, gestão e guarda de documentos. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/cepe-doc>. Acesso em: 11 nov. 2019.

²⁵⁹ PERNAMBUCO. Secretaria da Administração (SAD). Governo implanta política de gestão documental. Disponível em: http://www.portais.pe.gov.br/web/sad/exibir_noticia?groupId=11927&articleId=31371769&templateId=12770. Acesso em: 10 nov. 2019.

²⁶⁰ ESPÍRITO SANTO. Decreto 1552-R de 10 de outubro de 2005. Institui o Programa de Gestão Documental - PROGED do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/Media/sesp/Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20documentos/DECRETO%20N%C2%BA%201552-R.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019; ESPÍRITO SANTO. Decreto 4343-R, de 20 de dezembro

possível acompanhar ricamente a ações, normativas e instrumentos de gestão documental publicados. Percebe-se que há, por exemplo: emprego de sistema eletrônico de produção de processos administrativos e documentos avulsos no âmbito da administração pública estadual (Sistema E-Doc, desde 2017); Comissões de Avaliação instituídas em dezenas de órgãos; diagnóstico das condições arquivísticas nos órgãos do estado recentemente realizado (2018); Manual de Gestão Documental atualizado em 2019. Nesse caso, estar subordinado à Cultura não parece empecilho para o desenvolvimento da área. Quanto à infraestrutura e condições de trabalho, os questionários respondidos apontam para um ambiente adequado, em um prédio restaurado e amplo. A maior dificuldade apontada foi a falta de servidores diante do volume de trabalho a ser executado (apenas 11 pessoas, que contam com o apoio de nove estagiárias) e a defasagem dos salários – fatores que, à exceção de São Paulo, repetem-se em todo o país, em maior ou menor grau.

Tentando uma abordagem global a partir do elemento da vinculação institucional, é possível verificar a partir do diálogo estabelecido via questionários e da pesquisa virtual que, entre os cinco estados em que os arquivos estão junto à Casa Civil (AL, DF, PE, RJ e SP) – torcendo para que em breve sejam seis, contanto com o Arquivo paraibano – todos possuem legislação criando Sistemas de Arquivos ou Programas de Gestão de Documentos que dão à instituição arquivística estadual um papel central. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal percebo que há atuação efetiva (aqui pensada enquanto ir além de mera legislação publicada) nessa área, seja pelos relatos das colegas, pelas notícias veiculadas em suas mídias sociais mencionando reuniões e treinamentos realizados com órgãos públicos, pela realização de eventos tratando do tema, assim como pela publicação de Planos de Classificação de Documentos para atividades-meio e atividades-fim, Tabelas de Temporalidade, Manuais de Gestão Documental e criação de mecanismos para controle e padronização da produção documental nos estados, tanto em meio físico quanto eletrônico.

Em Alagoas uma das entrevistadas por questionário informou que o APA é a principal instituição do Sistema de Arquivos do Estado, atuando “no suporte a outros arquivos públicos, na promoção de eventos técnicos e de resgate da história local, além de prestar orientações na implementação de novos Arquivos Públicos Municipais.” (B2, p. 2), porém, tanto neste quanto em outro questionário (B1) destaca-se a informação de que as

de 2018. Atualiza as normas do Programa de Gestão Documental - PROGED, instituído pelo Decreto nº 1.552-R, de 10/10/2005. Disponível em: <https://proged.es.gov.br/Media/Proged/Legislacao/DECRETO%204343-R%202018.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

historiadoras não atuam diretamente como agentes desse Sistema, contribuindo apenas com a divulgação de suas atividades. Já para Pernambuco, como acima referido, não obtive informações que consubstanciassem a verificação de um fazer ativo do Arquivo Público nessa direção.

Ainda que as informações acessadas para Alagoas e Pernambuco não sejam suficientes para uma avaliação comparativa global da atuação em gestão documental para os cinco arquivos vinculados à esfera da Casa Civil, e embora haja outras experiências nesse âmbito fora da Casa Civil que chegaram até mim como bastante positivas – como em MT (Planejamento e Gestão), e ES (Cultura) – certamente a trajetória de DF, RJ e SP contribuem para formular o indicativo de que essa vinculação colabora para a visibilidade dos arquivos frente à administração pública e o desenvolvimento de seu potencial estratégico. Um exemplo nesse sentido vem da própria história recente do Arquivo Público do Rio de Janeiro, que pode ser dividida entre “o antes” e “o depois” dessa vinculação. Segundo Paulo Knauss, Mariana do Nascimento e Danilo Bueno,

marco essencial para a consolidação do APERJ e sua missão institucional ocorre quando passa a integrar a estrutura básica da Secretaria de Estado da Casa Civil, em 2007. Nesse mesmo ano, o governo do Estado solicita ao Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) a realização de um amplo estudo sobre as condições gerenciais de todas as áreas do governo, com o objetivo de identificar as áreas com maiores problemas no Estado, chegando à conclusão de que uma das áreas mais problemáticas, unindo-se à educação e saúde, era a gestão da informação pública. (...) [nesse sentido] em 2008 a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi contratada para desenvolver um estudo e uma proposta estratégica para a modernização e reestruturação do APERJ.²⁶¹ (p. 193-94)

Tais estudos projetaram a gestão documental na agenda político-administrativa do estado do Rio, em um processo que redundou na promulgação da chamada Lei Estadual de Arquivos²⁶² e na criação do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)²⁶³, ambos colocando o APERJ como órgão central à implantação da política estadual de arquivos. O PGD-RJ se estrutura a partir do trabalho das Comissões de Gestão de Documentos (CGDs) formadas em cada órgão e entidade da administração pública

²⁶¹ BUENO, Danilo André; MENDONÇA, Paulo Knauss de; NASCIMENTO, Mariana Batista do. Arquivos Vivos da Administração Pública: O Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ). **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9346/7247>. Acesso em: 16 nov. 2019.

²⁶² RIO DE JANEIRO. Lei 5.562 de 20 de outubro de 2009. Dispõem sobre a política de arquivos públicos e privados do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_43_747_-_05012_-2.htm. Acesso em: 11 nov. 2019.

²⁶³ RIO DE JANEIRO. Decreto 42.002 de 21 de agosto de 2009. Dispõem sobre avaliação e destinação de documentos produzidos e recebidos pela administração pública estadual e dá outras providências. Disponível em: http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_42_002_-_210809.htm. Acesso em 11 nov. 2019.

estadual e é coordenado por um comitê gestor presidido pela direção-geral do APERJ. As CGDs aplicam metodologia de Identificação Arquivística por meio do Sistema de Identificação de Tipologia Documental, cujas informações coletadas são a base para a formulação dos Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade. Esses instrumentos, por sua vez, são

estrategicamente desenvolvidos para integrar o Projeto Processo Digital, permitindo integrar a gestão de documentos com a produção de documentos eletrônicos da administração pública do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Esta metodologia se mostra muito eficaz, pois permite classificar o documento em sua origem, integrando os procedimentos de gestão durante todo o ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até a sua destinação final.²⁶⁴

Embora não faça parte do escopo desse texto mensurar os impactos do PGD na realidade da administração pública carioca, analisar seu encadeamento sistêmico, que coloca servidoras de todo o estado em movimento a favor da identificação e padronização da produção documental, tanto em suporte papel quanto em meio eletrônico, demonstra a existência de uma política estadual de arquivos pulsante, uma realidade que se fez a partir do ingresso do APERJ na Casa Civil.

Quanto ao tamanho das equipes, informação que voltará sistematizada em uma tabela a seguir, para fins de comparação entre as instituições considero que elas variam entre pequena (15 servidoras ou menos), média (entre 16 e 30 servidoras) e grande (mais de 30 servidoras). Vale ressaltar minha compreensão de que na verdade uma equipe de 31 pessoas não poderia ser considerada grande levando-se em conta a necessidade de garantia de direitos como o acesso à informação e à cultura, o expressivo volume de trabalho e a dinâmica lenta que é inerente aos procedimentos de arquivo, desde os estudos para construção de instrumentos de gestão documental, passando pela avaliação (especialmente quando aplicada a massas documentais acumuladas, uma realidade ainda muito presente nos estados), o arranjo e descrição de documentação permanente, até a higienização, reparos e restauros. Em arquivos o trabalho cotidiano é “de formiguinha”. Entretanto, considerando esses parâmetros não é possível afirmar que eu tenha percebido exatamente um padrão a partir da vinculação administrativa, já que em Alagoas temos uma equipe pequena (10 pessoas), no Rio de Janeiro uma equipe mediana (16), e no Distrito Federal a segunda maior equipe entre as mapeadas (35). São Paulo é a exceção entre todas as instituições arquivísticas estaduais (216): de um total de 471 servidoras mapeadas em 17 arquivos, 46% estão lotados

²⁶⁴ BUENO, MENDONÇA & NASCIMENTO, op. cit., p. 203.

em SP. Exceto Pernambuco, para onde não tenho essa informação, nos demais estados encontrei equipes multidisciplinares, com historiadoras, arquivistas, bibliotecárias, entre outras profissionais.

Já em relação à estrutura física, condições dos espaços de trabalho e de preservação dos acervos, São Paulo, cuja realidade já mencionei, e Alagoas apresentam características elogiadas pelas historiadoras. Neste último, mesmo o Arquivo contando com uma equipe pequena entre servidoras e bolsistas garantidos em parceria com a UFAL, busca manter um perfil de instituição cultural atuante por meio das redes sociais e da realização de exposições e eventos periódicos, como os promovidos por meio do projeto “Chá de Memória”, que objetiva socializar o acervo do APA a partir de atividades mensais como palestras e mesas redondas sobre os mais variados temas. Possui um moderno laboratório de conservação e restauração de documentos considerado referência no Nordeste²⁶⁵, assim como salas climatizadas com controle de temperatura e umidade. Também promovem visitas técnicas e cursos com orientações quanto à gestão e preservação de documentos nos órgãos do estado²⁶⁶.

Os prédios que sediam o APERJ e o ArPDF são referidos como sendo amplos e tendo passado por intervenções recentes para melhor acolher os acervos e as equipes, porém, não apresentam condições ideais, até mesmo porque não foram construídos com esse fim. Também preocupa a ausência de espaço físico para novos recolhimentos e o desafio estabelecido pela dificuldade de controlar as interferências climáticas.

Observando-se os sete estados em que os arquivos estão vinculados à Secretarias de Administração ou Gestão (AC, AM, MT, PR, RN, RS e SC) encontramos a maior diversidade de situações. De um lado contatamos realidades como a experimentada pelo APMT, cuja equipe é grande (31 servidores) e formada em sua maioria de profissionais concursadas, é o órgão central do Sistema de Arquivos estadual e está atuando ativamente para a promoção da gestão documental em Mato Grosso, possui sede própria com alguns problemas de estrutura que precisam ser sanados por reformas, mas em que as equipes trabalham em boas condições. É um quadro similar ao encontrado no APERS, instituição sobre a qual minha narrativa repousa ao longo de diversos momentos da dissertação: são 26

²⁶⁵ BARREIROS, Maria. Governo inaugura laboratório de restauração de documentos referência no NE. **Agência Alagoana**. 24 jul. 2017. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/17923-governo-inaugura-laboratorio-de-restauracao-de-documentos-referencia-no-ne>. Acesso em: 01 nov. 2019.

²⁶⁶ CARVALHO, Dayris. Arquivo Público de Alagoas preserva 3 milhões de memórias do povo alagoano. **Agência Alagoana**. 16 abr. 2019. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/29797-arquivo-publico-de-alagoas-preserva-3-milhoes-de-memorias-do-povo-alagoano>. Acesso em: 01 nov. 2019.

servidores com formações diversas; órgão gestor do SIARQ-RS com instrumentos de gestão documental publicados e assessorias aos órgãos sendo ofertadas com certa regularidade; conjunto arquitetônico próprio construído para ser arquivo, mas necessitando de restauro, e condições de trabalho dignas para as equipes – considerando existência de computadores e salas espaçosas, acesso a material de expediente, internet, equipamentos de proteção individual como máscaras e luvas, etc.

O Arquivo Público do Paraná também é uma instituição sólida. Conta com equipe pequena, porém multidisciplinar, formada por “bibliotecárias, arquivista, especialistas em preservação e conservação documental, profissionais da área de digitalização, além dos servidores mais antigos da instituição (...) que são indispensáveis nas áreas de sua atuação” (E1/E2, p.2), e das duas historiadoras que responderam em conjunto ao meu questionário. Sua sede atual

possui 12 áreas de guarda de documentos que podem abrigar até 13 mil metros lineares de documentos, ambientes próprios para as atividades de higienização e reparos, de microfilmagem e digitalização, sala de consultas e serviço de biblioteca, auditório, área administrativa, ambiente para cursos e oficinas e Espaço Cultural, totalizando 5.600 m². O projeto arquitetônico seguiu as recomendações técnicas voltadas para a conservação, guarda e manutenção do patrimônio documental.²⁶⁷

No âmbito da gestão documental e do tratamento de acervos o trabalho do Arquivo do Paraná também se demonstra ativo. Há dezenas de Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos instituídas, disponibilização online de manuais e formulários úteis à gestão dos documentos nos diversos órgãos, publicação atualizada do Guia de Fundos e de diversos catálogos seletivos de documentos, identificação de uma centena de fundos como arquivo permanente, entre outras ações e serviços.

De outro lado encontramos a situação dos Arquivos do Rio Grande no Norte e de Santa Catarina. Do primeiro não consegui obter respostas, seja ao Mapeamento ou ao Questionário, mas pelas notícias veiculadas na internet percebe-se que está bastante desestruturado, sofrendo com muitas infiltrações, perda de acervos, dificuldades no atendimento às usuárias etc. Não há qualquer mídia social ou site, o contato demonstrou-se difícil tanto por e-mail quanto por telefone, e as notícias as quais se tem acesso via internet são rarefeitas e desanimadoras. Como já referido, até mesmo os dados encontrados na página

²⁶⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Portal institucional. Sede Atual. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>. Acesso em: 16 nov. 2019.

do CONARQ estão desatualizados – o que infelizmente não é um fato isolado em relação aos demais arquivos públicos estaduais. A página do Instituto Histórico e Geográfico do RN refere que o Arquivo Público dispõe de:

acervo de jornais diversos: A República (a partir de 1912); Diário Oficial do Estado (1960-1997); Tribuna do Norte (1979-1996); Diário de Natal e O Poti (1979-1997); legislação do Brasil e do RN (a partir de 1982); Mensagens de presidentes de Província e Governadores (a partir de 1847); Acervo do DOPS: fichas e dossiês (a partir de 1935); acervo fotográfico diverso; biblioteca com autores do RN, entre outros.²⁶⁸

Entretanto, reportagens de abril de 2015 lamentam pela situação de abandono do poder público e a completa ausência de recursos: *Tribuna do Norte* – Arquivo e Histórias Ameaçadas²⁶⁹; *Portal No Ar* – Arquivo Público Estadual sofre com a chuva e o abandono²⁷⁰. O quadro parece ter se mantido, já que notícias de 2018 seguem com a denúncia de descaso: *Tok de História* – A triste situação do rico Arquivo Público do Estado do RN²⁷¹; *Tribuna do Norte* – Acervo do Arquivo Público se degrada a cada chuva²⁷². Aparente paradoxo é colocado quando se identifica que há Decreto²⁷³ estabelecendo Tabela de Temporalidade de Documentos no estado e reconhecendo o Arquivo Público como responsável pela proposição e aprovação dos instrumentos de gestão documental. Além desse Decreto, nada mais foi encontrado a respeito do trabalho na área da gestão de documentos, situação que alerta para a necessária problematização da avaliação de políticas públicas arquivísticas a partir, apenas ou principalmente, da existência formal de legislação publicada.

Já em relação ao APESC, recebi resposta de duas colegas da história e pude acessar a seguinte avaliação, que também aponta para uma situação de fragilidade:

O APESC está localizado junto à Diretoria de Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina – DIOESC. Vejo as instalações de forma um tanto precárias, sendo que os três acervos que possuímos não possuem condições adequadas para o armazenamento documental. O espaço é amplo, porém, antigo e sem manutenção. Algumas paredes têm infiltrações e os ambientes não possuem ventilação adequada. Carece também de

²⁶⁸ IHGRN. Repositório. Outras instituições. Disponível em: <http://ihgrn.org.br/repositorio>. Acesso em: 02 nov. 2019.

²⁶⁹ Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/arquivo-e-historias-amea-ados/310303>. Acesso em 02 nov. 2019.

²⁷⁰ Disponível em: <https://portalnoar.com.br/arquivo-publico-estadual-sofre-com-a-chuva-e-o-abandono/>. Acesso em: 02 nov. 2019.

²⁷¹ Disponível em: <https://tokdehistoria.com.br/tag/arquivo-publico-do-estado-do-rio-grande-do-norte/>. Acesso em: 02 nov. 2019.

²⁷² Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/acervo-do-arquivo-paoblico-se-degrada-a-cada-chuva/407396>. Acesso em: 02 nov. 2019.

²⁷³ RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 14.775, de 18 de fevereiro de 2000. Revoga o Decreto nº 8.620, de 11 de março de 1983, que instituiu e regulamentou a Tabela de Temporalidade de Documentos a ser observada pelos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC00000000056968.PDF>. Acesso em 01 nov. 2019.

equipamentos para o trabalho. Da parte profissional, tivemos uma grande perda de funcionários no final de 2017, quando o contrato com a empresa terceirizada encerrou e boa parte dos funcionários que atuavam no APESC perderam seus cargos. Atualmente estamos somente em cinco profissionais efetivos e um estagiário, o que acarretou na mudança da rotina de trabalho e principalmente no atendimento aos pesquisadores e pesquisadoras, que passou a ser agendado e restrito a somente duas pessoas por dia para que possamos dar um atendimento digno aos mesmos. (E8, p. 2) ²⁷⁴

Também localizei uma petição pública online criada pela Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina, que refere como “grande e notável o descaso e a falta de recursos ao APESC”, com problemas desde as instalações inapropriadas para receber pesquisadoras, o estado deplorável da área de armazenamento dos documentos, assim como “a falta de recursos financeiros, materiais e, principalmente, humanos [que] é latente e preocupante”, citando a aposentadoria de antigas servidoras e a perda de contrato terceirizado em janeiro de 2018, o que chegou a levar o Arquivo a suspender “a consulta à informação pública que custodia, sendo esse um dos maiores desacatos à legislação vigente e uma ameaça ao exercício da cidadania e acesso à democracia neste país.” ²⁷⁵

Ainda sobre os estados em que os arquivos estão vinculados ao bloco “Administração/Gestão”: a situação encontrada para o estado do Acre pareceu-me interessante por refletir um contexto de transição, em que a normatização arquivística é sentida como necessária aos órgãos públicos, em que o Estado parece já ter tomado consciência do mundo caótico aberto pela produção documental descontrolada, ao mesmo tempo em que os processos de construção e implantação das políticas públicas em arquivos caminham a passos lentos. Em maio de 2017 notícia divulgava processo de modernização do Arquivo em curso, com a compra de estantes deslizantes efetivada, plano de instalar sala de higienização e de publicar decreto para criação de comissões que trabalhariam na construção de PCD e TTD nas secretarias, já que

Atualmente, o Arquivo Público atende apenas as secretarias de Gestão Administrativa, de Educação e de Saúde, pois ainda não existe uma política de gestão documental

²⁷⁴ O questionário em questão foi recebido em 25 jun. 2018. Em julho de 2017, quando recebi a Tabela de Mapeamento do APESP respondida, a servidora que prontamente atendeu-me informou que havia sete arquivistas, duas bibliotecárias, três historiadoras, uma geógrafa, uma administradora também formado em direito e mais duas administradoras, além de quatro estagiárias da História, compondo uma equipe de vinte pessoas. Fiquei assustada e sentida quando recebi a contribuição de duas colegas, já em 2018, e soube da perda aqui referida.

²⁷⁵ PETIÇÃO PÚBLICA. Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina. **Manifesto em favor do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.** s/d. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR96095>. Acesso em 21 nov. 2019.

implantada. O governo está desenvolvendo vários projetos que pretendem modernizar e melhorar o Arquivo Público estadual e implementar uma política central.”²⁷⁶

Em meus primeiros contatos fui solicitamente atendida pela então gestora do Arquivo, que respondeu ao mapeamento e informou que não havia historiadoras lotadas na instituição, elemento que ela buscava amenizar com o pedido de contratação de estagiárias do curso de História – denotando a compreensão de que profissionais de nossa área são importantes ao fazer do arquivo. Em fevereiro de 2019 escrevi perguntando se os processos apontados na notícia acima tiveram sequência, sendo informada de que a conquista que tiveram foi a publicação, em abril de 2018, de Decreto que institui a gestão documental no Acre²⁷⁷, enquanto “outros projetos não andaram haja vista a crise econômica do país da qual o nosso Estado não ficou imune. Novo governo, nova gestão. Ainda arrumando a casa. Não sabemos qual vai ser a posição da nova gestão com relação a esses projetos.”²⁷⁸

Embora eu sustente que apenas a expressão em Lei não é suficiente para avaliar a efetividade das políticas de arquivo, achei importante notar que o referido decreto contemplou a criação de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) na qual o Arquivo cumpre papel estratégico, a criação de Comissões de Avaliação de Documentos (CAD) em cada órgão do Poder Executivo estadual no prazo máximo de seis meses a contar da publicação da norma, além de determinar a produção dos instrumentos arquivísticos e proibir eliminações de quaisquer documentos públicos até que estes instrumentos sejam publicados. A colocação de um prazo máximo para que se efetive a ação e a articulação de conceitos em diálogo com as discussões atuais da área são indícios de que há intencionalidade na concretização desses planos, vindos de uma unidade federativa bastante jovem em relação à história do país. Tal dimensão apenas poderá ser constatada com um acompanhamento próximo e a longo prazo.

Assim como percebe-se a partir da existência de duas instituições arquivísticas separadas no Rio Grande do Sul, ou com a segmentação de fazeres e de setores em arquivos de outros estados, o Arquivo Público do Amazonas, uma das instituições mais antigas do país, fundada em 1897, também parece viver a dualidade entre arquivo histórico *versus*

²⁷⁶ Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/governo-inicia-projeto-de-modernizacao-do-arquivo-publico/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

²⁷⁷ ACRE. Decreto 8.808 de 12 de abril de 2018. <http://diario.ac.gov.br/download.php?arquivo=KEQxQHI3IyEpRE8xNTIzNzM0MjExOTIyOS5wZGY=>

²⁷⁸ DIVAP/SGA. **Contribuição em Pesquisa de Mestrado em História** [mensagem pessoal eletrônica]. Recebida via clarissa.sommer@gmail.com em 14 fev. 2019.

arquivo voltado à gestão, perspectiva que soou-me evidente ao assistir o vídeo comemorativo dos 120 anos do APEAM: de um lado, encenações gravadas na atualidade e tratadas com filtros de envelhecimento, forte reivindicação do período de fundação da instituição, marcado pelo ápice do ciclo de borracha, exaltação dos documentos históricos salvaguardados, que “imortalizam” os feitos da “Paris dos Trópicos” desde seus primeiros anos como capital da província; de outro, o Arquivo tomando novos rumos, aprimorando suas funções, modernizando-se e “solidificando sua importância dentro da administração pública do estado”²⁷⁹. Nas palavras do então Secretária da Administração, Silvio Romano: “Queremos, nesse futuro, cuidar ainda melhor daquilo que já trazemos do passado. Queremos, nesse futuro, que as informações do presente possam ser acessadas com mais segurança e mais rapidez facilitando a vida do administrador público e do cidadão.” (Ibidem), o que se propunha fazer por meio da extensão do olhar não apenas à guarda de documentos, mas sobre todo o seu ciclo de vida.

O roteiro e a edição do vídeo deram um encadeamento que parece encontrar um caminho de diálogo entre história e gestão, apontando um rumo de fortalecimento de uma pela outra. Uma síntese necessária e enriquecedora, certamente, mas que não parece simples de alcançar na realidade cotidiana, e não somente no Amazonas, seja pela necessidade de romper com padrões culturais, de transformar rotinas administrativas, e mesmo pela insuficiência de recursos humanos e financeiros que deem conta de atuar em frentes de trabalho diferentes e coordenadas. Apesar do contato próximo que tentei estabelecer com a gestão do APEAM ao longo de 2018, obtive poucas informações consolidadas a respeito da equipe e do impacto real dos instrumentos de gestão documental já publicados pela instituição, em uma situação que denotou voluntarismo para o atendimento, porém, com ausência de procedimentos. Creio que o ano de 2019 tem sido de transição também para essa instituição, cuja direção foi recentemente assumida por Marcelo Araújo Silva, arquivista formado pela UFAM, que vem buscando estabelecer sua gestão como um marco de profissionalização no tratamento de acervos e na relação com os princípios arquivísticos. Telefones foram trocados, um novo perfil no Facebook criado, e senti, acompanhando alguns comentários pelas redes sociais, que há uma forte disputa afirmativa da importância de que a instituição tenha a sua frente arquivistas profissionais. Nesse caso, creio que não se trata de colocar em oposição a gestão levada a cabo por arquivistas e por historiadoras, afinal, não

²⁷⁹ SANTOS, Arnaldo. Arquivo Público do Amazonas: 120 anos. Mai. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vi0GnpGxnak>. Acesso em 15 nov. 2019.

havia nem mesmo historiadoras profissionais no quadro do APEAM até o ano passado. Mas sim a oposição entre a defesa de uma instituição arquivística moderna em relação a um arquivo que funcionava como “depósito” de papéis antigos, tratado de modo amador e pouco acessado por pesquisadoras e a comunidade em geral.

Voltando o olhar às instituições arquivísticas que são vinculadas à área da Cultura (BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PI, RS, SE), importante observar que para boa parte delas não obtive resposta à Tabela de Mapeamento ou ao Questionário, exigindo maior recurso às informações disponível pela internet. Já teci alguns comentários a respeito dos Arquivos do Espírito Santo, de Goiás e de Mato Grosso do Sul, que agora complemento em relação aos demais arquivos do “bloco” na tentativa de complexificar os elementos trazido a essa cartografia.

Pelas redes o Arquivo Público da Bahia é percebido como um tradicional espaço de pesquisas cujo acervo riquíssimo remete ao período inicial de colonização do Brasil, o que coloca o APEB entre as principais instituições arquivísticas do país. Ao que foi possível levantar, no momento da pesquisa contava com equipe de 37 pessoas, e possui uma direção que se mantém atuante junto aos fóruns da área de arquivos, participando de eventos e publicações. Seu acervo começou a ser descrito por meio do ICA-AtoM²⁸⁰. A instituição lutou ao longo de anos pela reforça de sua sede, o Solar da Quinta do Tanque, conquista que vem sendo alcançada por etapas desde 2012, estando o espaço em obras no momento da escrita dessas linhas.²⁸¹ Quanto à gestão documental, desde 1983 o estado possui legislação que dispõem sobre a política estadual de arquivos e regulamenta o Sistema de Arquivos da Bahia²⁸², tendo o APEB como órgão central. Não encontrei informações sistematizadas a esse respeito em um sítio ou publicação, mas, como parte das comemorações da 3ª Semana Nacional de Arquivos a instituição lançou um interessante infográfico²⁸³ que traz dados a

²⁸⁰ O sistema ICA-AtoM funciona como uma base de dados que amplia a difusão e o acesso aos acervos. Foi construído pelo Conselho Internacional de Arquivos (ou International Council on Archives – ICA) com base nas normas internacionais de descrição arquivística aprovadas pelo próprio ICA, como a ISAD-G, a ISAAR e a ISDF. Assim, os campos gerais alimentados respeitam uma padronização que é verificada em instrumentos de descrição de diversos arquivos pelo mundo, independente de terem ou não adotado o referido sistema. ICA-AtoM do APEB disponível em: <http://www.icaatom.apeb.fpc.ba.gov.br/index.php/arquivo-publico-do-estado-da-bahia-2>. Acesso em: 01 nov. 2019.

²⁸¹ FUNDAÇÃO PEDRO CALMON / APEB. Notícia: Requalificação do Arquivo Público segue em andamento. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1490> Acesso em: 01 nov. 2019.

²⁸² Para a legislação arquivística no estado da Bahia, ver: FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. Arquivo Público. Legislação. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=118>. Acesso em 17 nov. 2019.

²⁸³ Disponível em: http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/2019/APEB_InfogrAfico3.pdf. Acesso em 18 nov. 2019.

respeito de sua atuação quanto à preservação, acesso e difusão, assim como na área da gestão e do fortalecimento do segmento de arquivos no estado, apontando para um trabalho constante nas diferentes esferas. Também identifiquei uma apresentação montada por Adriana Sousa Silva²⁸⁴, servidora lotada junto à Coordenação de Gestão de Documentos do APEB, a respeito da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no estado, o que indica a participação ativa do Arquivo Público nesse processo.

Conforme informações obtidas por meio do Questionário, o Arquivo Público do Ceará teve sua sede recentemente restaurada: pintura externa e interna, reforma de banheiros, recuperação e pintura de esquadrias em madeira e vidro, reforma da cobertura, duplicação da estrutura do mezanino para acondicionamento dos documentos que compõem o acervo. Vem desenvolvendo projetos de digitalização de documentos²⁸⁵ para ampliar o acesso ao acervo, assim como atividades na área de gestão documental:

Conforme Lei Estadual de 29 de dezembro de 2000, o Arquivo Público do Estado do Ceará é o órgão central do Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Estado do Ceará – SEDARQ-CE, que compreende os arquivos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, inclusive o Ministério Público e arquivos municipais existentes. Entre 2014 e 2015 foi executado o projeto Implantação do Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Estado do Ceará, junto a algumas secretarias da Administração Direta do governo estadual, tais como: Secretaria das Cidades, Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo, Secretaria de Desenvolvimento Agrário. O referido projeto implicou em ações de supervisão e orientação dos processos arquivísticos de gestão documental junto às secretarias acima identificadas, para os processos de classificação e elaboração de suas respectivas Tabelas de Temporalidade de Atividades Finalísticas. (B4, p. 3)

Após o referido projeto, a instituição segue promovendo atividades na área, como o Encontro de Arquivos Públicos e Privados do Ceará, realizado em outubro de 2018²⁸⁶ e uma série de audiências públicas no intuito de sensibilizar para a criação de arquivos municipais. Cabe destacar também que o gestor do APEC, Márcio de Souza Porto, com quem estabeleci contato, ocupa uma das vagas de suplente da representação dos Arquivos Estaduais e Distrito Federal junto ao CONARQ, o que denota atuação no meio arquivístico²⁸⁷.

O Arquivo Público do Maranhão conta com equipe multidisciplinar de 33 pessoas, entre elas seis estagiárias e três vigias. O grupo distribui-se entre os serviços de Apoio

²⁸⁴ SILVA, Adriana Sousa. A importância da gestão documental para a implantação do SEI Bahia. Disponível em: <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/sites/default/files/documentos/2017-11/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Gest%C3%A3o%20Documental%20-%20SEI%20-%20O%20papel%20do%20administrador%20Local%20-%202021.11.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

²⁸⁵ Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/05/02/arquivo-publico-digitalizacao-de-arquivos-cartorarios-do-ceara-dos-seculos-xviii-xix-e-xx/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

²⁸⁶ Página do evento: <http://arquivece.com.br/encontrodosarquivos/>

²⁸⁷ Para a composição do Conselho Nacional de Arquivos, ver: <http://conarq.gov.br/composicao.html>.

Técnico, Processamento e Informática, Gestão do Sistema de Arquivo, Apoio Administrativo, Biblioteca de Apoio, Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis e Laboratório de Digitalização. Dessa instituição recebi apenas o mapeamento, logo, não tenho detalhes a respeito da atuação de suas historiadoras, mas pela internet pude observar que o Arquivo vem promovendo uma série de exposições para difusão do acervo²⁸⁸ e oficinas na área de conservação preventiva e preservação de documentos,²⁸⁹ além de reuniões com órgãos setoriais para promover a implantação de uma política de arquivos.

Já o Arquivo Público Mineiro, conforme minhas interlocutoras na instituição, ocupa um casarão do século XIX em situação razoável de conservação, que necessita de intervenção para sanar infiltrações e está dividido em áreas administrativas (diretorias, superintendência, apoio administrativo, sala de reuniões), sala de referência e consulta, ateliê da conservação, além de sala multimídias, onde ocorrem eventos. O prédio anexo possui cinco andares e foi construído para guarda do acervo:

Passou por uma reforma para ampliação e adequação às normas de conservação preventiva entre os anos 2005 e 2008, quando ganhou arquivos deslizantes e sistema de climatização e ventilação mecânica. Entretanto, o espaço para novos acervos já se esgotou. Neste prédio estão os depósitos de guarda, a biblioteca de apoio, a microfilmagem e digitalização e a diretoria de arquivos permanentes. (D4, p. 2)

Outro questionário expressou visão bastante crítica:

Trabalhamos com uma equipe reduzida devido a muitos funcionários estarem aposentando e trabalhamos com um espaço físico muito aquém do que o arquivo precisa. Há muita documentação para ser organizada e a falta de espaço/funcionários/maquinário nos dificulta e dificulta também termos um melhor atendimento dos consulentes. (D3, p. 2).

A debilidade em recursos humanos (com equipe de 22 servidoras mapeadas) faz sentir-se também na área da gestão documental: embora o APM deva ocupar papel principal frente à política estadual de arquivos do estado de Minas, no último período havia apenas uma servidora trabalhando no setor. Ainda assim, o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da área meio encontra-se publicado, assim como os instrumentos para as áreas finalísticas de 18 órgãos. Também possui dezenas de fundos documentais identificados

²⁸⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Notícia. Exposição: 196 anos da adesão do Maranhão à independência do Brasil. 22 jul. 2019. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/apem/index.php?page=noticia_estendida&id=79. Acesso em: 19 nov. 2019.

²⁸⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Notícia. Oficina: Conservação preventiva e preservação de documentos de arquivo. 10 mai. 2019. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/apem/index.php?page=noticia_estendida&id=74. Acesso em: 19 nov. 2019.

e disponíveis para a pesquisa, diversas publicações, além de forte atuação de difusão em mídias sociais.

Conforme já referido, a região Norte é a que apresenta maior debilidade em relação à institucionalização de arquivos públicos estaduais no país, ao mesmo tempo em que abriga duas das instituições mais antigas, entre elas, o Arquivo Público do Pará, que se coloca como uma instituição de caráter fortemente cultural, dedicada ao tratamento e difusão de acervos permanentes, sem relação com a gestão documental no estado. Na verdade, não consegui encontrar normativas que registrem a existência de uma política estadual sistêmica de gestão de documentos no Pará, independente de vinculação ou não com o Arquivo. Possui 17 servidoras, além de três estagiárias, sendo apenas uma das servidoras admitida por contrato temporário. Todas as demais são concursadas, algo bastante significativo na amostra que pude coletar, já que boa parte das equipes nos demais arquivos é formada por cargos em comissão, contratos temporários e cedências. Seu prédio “ocupa um prédio histórico do século XIX, recentemente foi restaurado²⁹⁰. Possui equipamentos modernos de preservação e conservação o que garante boas condições de trabalho para os servidores” (C1, p. 2), promove eventos com temáticas históricas e oficinas voltadas à leitura e ao tratamento do patrimônio documental, além de projetos voltados à digitalização do acervo para promover a ampliação do acesso.

De acordo com o que foi possível apreender à distância, o Arquivo Público do Piauí, ou Casa Anísio Brito, como também é conhecido, desenvolve as atividades comumente identificadas como sendo tarefas de um arquivo de caráter histórico, como atendimento à pesquisa, organização dos acervos, montagem de exposições, realização de visitas guiadas e eventos, como a presença fiel na programação da Semana Nacional de Arquivos. Nada foi encontrado acerca da existência de política ou sistema de arquivos no estado do Piauí, seja vinculado ao APPI ou não, assim como não foi possível identificar a composição exata da equipe. Enviei os instrumentos de minha pesquisa por e-mail inúmeras vezes e não recebi retornos. Ao telefone, a gestora da instituição informou-me que possuem uma historiadora, para quem ficou de encaminhar o questionário assim que voltasse de férias, porém, nosso contato não foi adiante. Em artigo do ano de 2012, estudantes do curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) referiam:

²⁹⁰ Sobre o amplo processo de restauro e reinauguração do prédio, assim como sobre as atividades desenvolvidas na instituição e seu potencial de pesquisa, ver: BOM DIA PARÁ. **Reportagem:** Arquivo público do estado reabre conservando obras centenárias. 25 out. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/bom-dia-para/videos/v/arquivo-publico-do-estado-reabre-conservando-obras-centenarias/6241941/>. Acesso em 31 out. 2019.

Os recursos humanos (cerca de vinte e dois funcionários, onde apenas a diretora do Arquivo possui especialização no trato com documentos) são insuficientes para a gama de documentos de dois mil metros lineares, uma biblioteca com quase dois mil exemplares; 15 mil fotografias, hemeroteca formada por 395 títulos de jornais piauienses; documentos em suportes sonoros e visuais constando de 226 fitas cassetes, 29 fitas de rolo, 14 microfilmes de jornais do período Imperial e Republicano e 37 microfilmes de documentos piauienses.²⁹¹

A realidade descrita pode ter mudado nos últimos anos, porém, o texto traz-nos uma dimensão da instituição. Matéria de 2011 denunciava más condições do prédio e promessas de reformas nunca concretizadas²⁹². Já notícia de 2016 refere a assinatura de um convênio entre Secretaria de Governo e Secretaria da Cultura para finalmente empreender a obra no prédio centenário que abriga a instituição desde 1909,²⁹³ mas não identifiquei notícias posteriores referindo o andamento das obras.

Voltando ao Rio Grande do Sul, agora para olhar em direção ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, percebe-se uma instituição cujo acervo é valiosíssimo para a pesquisa histórica, localizada no segundo andar do prédio que abriga o Memorial do Rio Grande do Sul, uma construção bastante imponente no coração do Centro de Porto Alegre. Porém, há muitas debilidades, que prefiro trazer a partir da voz de uma de suas historiadoras. Fundado em 1954 enquanto instituição independente

Ao longo dessas décadas, o AHRs passou por diversos prédios, que sofreram inundações e intempéries. Assim, quando o Memorial do Rio Grande do Sul foi concebido, a ideia era justamente que o AHRs fornecesse os subsídios históricos necessários para a sua implantação, manutenção e revitalização. Entretanto, ao longo das gestões percebe-se que o AHRs é visto como um anexo do Memorial do Rio Grande do Sul, inclusive porque desde 2012 o diretor das duas instituições é o mesmo. Antes, havia a preocupação de se nomear um historiador para o cargo de direção do AHRs, inexistente atualmente. Em 2015, o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul também se desloca para o prédio do Memorial, o que levou os servidores a proporem um centro de “história, memória e identidade” do Rio Grande do Sul, proposta não levada adiante por falta de interesse do poder público, que privilegia a cultura como “espetáculo”. Desde 2013, quando houve princípio de incêndio no ar-condicionado, o mesmo se encontra estragado. Foi solicitado o PPCI do prédio, que até agora não está pronto. A Sala de Restauro do AHRs, na qual também se realizam as aulas práticas do convênio do Curso de Arquivologia da UFRGS, tampouco é climatizada. Além disso, há infiltrações nas paredes e no telhado. (...) Há escassez de materiais de uso rotineiro, de materiais essenciais de proteção (luvas,

²⁹¹ ARRAES FILHO, Manoel R.; CARVALHO, Germênia A.; SILVA, Gregório J. Arquivo Público do Piauí: características de um patrimônio da informação. Múltiplos olhares em Ciência da Informação, v. 3, n. 2, 2013, p. 7. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2001/1278>. Acesso em: 02 nov. 2019.

²⁹² CARDOSO, Vinícius. Arquivo Público do Piauí. **OverMundo**. 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/arquivo-publico-do-piaui>. Acesso em: 31 out. 2019.

²⁹³ SANTOS, Edrian. Convênio confirma reforma e modernização do Arquivo Público do Piauí. **OitoMeia**. 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2016/12/15/convenio-confirma-reforma-e-modernizacao-do-arquivo-publico-do-piaui/>. Acesso em: 31 out. 2019.

máscaras, etc), não pagamento de salários em dia, projeto político de desmonte institucional, corpo funcional reduzido, assédio moral por parte de chefias, e os servidores travam uma batalha cotidiana contra essas situações, a fim de dar acesso aos documentos públicos, dever do Estado e direito da população. (E3, p. 2-3)

É notável o esforço feito pelas servidoras para manter a instituição viva, atuante, conectada com a sociedade: apesar das dificuldades, são organizados eventos, produzidos instrumentos de pesquisa e garantido o acesso ao acervo. Pergunto-me se a análise abertamente crítica aqui empreendida não esteve no horizonte de outras colegas, que talvez tenham optado por abordagens mais sutis devido à distância interposta entre pesquisadora e pesquisadas. No caso do AHRS, além do perfil pessoal da historiadora que colaborou com esse questionário, penso que nossa proximidade possa ter sido convidativa ao exercício de registrar de modo escrito as ideias que comumente compartilhamos em alguns encontros presenciais. Mas nas entrelinhas dos escritos vindos de outras partes do país também se percebe o desejo de afirmar que fazemos o possível enquanto servidoras, mas que ainda falta muito por parte do poder público para viabilizar que as instituições arquivísticas se afirmem e fortaleçam.

Por fim, o Arquivo Público de Sergipe, como último dos arquivos vinculados à esfera da Cultura, um dos poucos da região Nordeste para o qual consegui retorno do mapeamento e de um questionário. Localiza-se em prédio histórico que foi sede da Biblioteca Pública do Estado, desde 1974 tornou-se sede do APES e foi recentemente restaurado, reinaugurado em janeiro de 2019 conforme destacam notícias na página do governo de Sergipe²⁹⁴ e conforme reportagem da TV Sergipe²⁹⁵. Com informações compartilhadas em 2018 por Milton Barboza, então diretor da instituição, soube que o Arquivo possui “bons espaços de trabalhos, embora já esteja saturado quanto aos espaços de recolhimento dos documentos produzidos pela administração pública”. No momento de nosso diálogo a equipe era composta por 12 servidoras, entre historiadoras, pedagogas, agentes administrativas e uma restauradora, além de três estagiárias do curso de Biblioteconomia. Quanto à gestão

²⁹⁴ Links para notícias a respeito da inauguração: Governador e Celse inauguram reforma e modernização do Arquivo Público do Estado de Sergipe. 28 jan. 2019. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/governo/governador-e-celse-inauguram-reforma-e-modernizacao-do-arquivo-publico-do-estado-de-sergipe>. Acesso em: 17 nov. 2019; Pesquisadores destacam importância de Arquivo Público para preservação da memória sergipana. 28 jan. 2019. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/governo/pesquisadores-destacam-importancia-de-arquivo-publico-para-preservacao-da-memoria-sergipana>. Acesso em: 17 nov. 2019.

²⁹⁵ TV Sergipe. Arquivo Público de Sergipe é restaurado. 29 jan. 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/videos/v/arquivo-publico-de-sergipe-e-reinaugurado/7337196/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

documental, Sergipe instituiu seu Sistema Estadual de Arquivos (SIESAR) ainda em 1978, pela Lei 2.202²⁹⁶, e “desde então vem sendo implementado, lentamente, abrangendo os arquivos do Executivo, Judiciário e de alguns municípios. Ainda não foi possível a inserção (...) do Legislativo”. (B5, p. 3)

Creio que a exposição aqui empreendida demonstra, por um lado, a riqueza e a diversidade de experiências entre os arquivos públicos estaduais espalhados pelo país. A partir de um olhar global, em relação ao cenário citado ainda no Prelúdio, observado na década de 1990 por José Maria Jardim²⁹⁷, parece-me possível afirmar que houve mudanças para melhor. Independente da esfera de vinculação administrativa e do tamanho de suas estruturas, há muitas coisas acontecendo nesse universo: acervos importantes sendo organizados, descritos e pesquisados; atividades de difusão, educativas e culturais, sendo promovidas; na década em curso, além da aquisição de equipamentos voltados à conservação preventiva e de informática, restaurações, reformas ou mudanças de sede ocorrendo em arquivos de diversos estados como Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe; passos sendo dados em direção à implantação da gestão documental em quase todos os estados que possuem arquivo institucionalizado. Esse é o lado em mim que costuma enxergar o “copo sempre meio cheio”.

Olhando por outra perspectiva, é preciso admitir que as experiências positivas são, em sua maioria, fragmentárias, em geral fruto da criatividade e da atuação abnegada de servidoras que dedicam muita energia para manter os arquivos vivos. Não tive como pretensão, a partir desse trabalho, desenvolver um estudo profundo da implantação de políticas de arquivos ou da solidez das instituições arquivísticas estaduais brasileiras – na verdade, o desejo de construir uma cartografia aproximada dessa realidade que tanto me absorve acabou tomando uma proporção até mesmo maior do que eu pretendia ou precisaria fazer para que construir um arcabouço a partir do qual pudesse erigir minha problematização sobre o fazer das historiadoras no lado de dentro desses balcões. Porém, mesmo considerando a parcialidade de minha análise, creio que é possível afirmar que os relatos críticos feitos de modo aberto, assim como as ponderações expressas nas entrelinhas ou as notícias dispersas que chegam pela internet demonstram não ter havido uma transformação profunda na lógica de o Estado prescindir da memória expressa nos registros de arquivo:

²⁹⁶ SERGIPE. Lei 2.202 de 20 de dezembro de 1978. Institui o Sistema Estadual de Arquivo. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/videos/v/arquivo-publico-de-sergipe-e-reinaugurado/7337196/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

²⁹⁷ JARDIM, 1995, op. cit.

além dos relatos que trouxe ao longo do texto, de más condições estruturais e de insuficiência de recursos humanos e financeiros, que acarretam inoperância em determinadas frentes de trabalho, para essa constatação é preciso considerar que quatro estados que não possuem instituições arquivísticas públicas (considerando-se que o processo de institucionalização na Paraíba siga avançando, caso contrário, seriam cinco); que o CONARQ, enquanto órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) ²⁹⁸, que deveria estimular a institucionalização, o enraizamento e a atuação sistêmica dessas instituições no país, não possui nem mesmo seus dados atualizados ou completos em um cadastro online; que embora tenhamos a Lei de Acesso à Informação em vigor desde 2011, segue havendo pouca transparência em relação ao trabalho cotidiano dos arquivos em questão, o que se expressa pela ausência ou dubiedade das informações disponíveis nos sítios oficiais, pela dificuldade no contato com as equipes, na localização de relatórios e das normativas que amparam a gestão de documentos na maioria dos estados – nesse aspecto, já é um indício preocupante a constatação simples de que, dos vinte e três arquivos instituídos, apenas doze possuem site próprio – outros oito possuem uma aba dentro da página dos órgãos a que são vinculados, e três não possuem referência em qualquer site. Dentre os doze existentes vale ainda notar que percebi apenas seis (DF, ES, MG, MT, PR e SP) como mecanismos atualizados de interação com a instituição, disponibilizando tanto o acesso a notícias recentes, informações sobre acervos custodiados e mecanismos de pesquisa, quanto instrumentos de gestão documental e demais normativas nesse âmbito. Isso tudo em pleno 2019, época em que somos atropeladas pela imposição do documento nato digital e temos a tecnologia colocando informações de todo o mundo ao alcance das mãos via smartphones...

É claro que, na ausência de páginas oficiais, muitos arquivos valem-se das mídias sociais para ampliar a conexão com a sociedade. O APERS, por exemplo, vem desenvolvendo desde 2011 um serviço de difusão virtual, mantendo blog, que é atualizado semanalmente, página no Facebook, perfil no Twitter e no Instagram. Mas são ferramentas que possuem outro caráter, e por sua própria dinâmica podem dificultar a identificação de informações às pesquisadoras.

Em artigo recente, de 2016, a arquivista Fabiane Belém realiza uma reflexão a respeito da implantação de sistemas de arquivos na esfera governamental do país a partir da

²⁹⁸ Cf. Art. 11 do Decreto 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 22 nov. 2019.

análise das experiências encontradas no processo de construção dos Sistemas de São Paulo (SAESP) e do Rio Grande do Sul (SIARQ-RS). Nesse texto, constatando que embora o SIARQ-RS enfrente situação mais grave quanto à dificuldade em efetivar a implantação das normativas do Sistema, ambos os estados padecem com adversidades oriundas, principalmente, da falta de conscientização sobre a importância das instituições arquivísticas, da falta de recursos humanos e financeiros, problemas que, para a autora, possuem como cerne o descaso do Estado ante os arquivos. Afirma, então, que

No Brasil a maioria dos arquivos públicos é a imagem da precariedade organizacional das administrações públicas. Estes lugares, que deveriam revelar a transparência das ações do Estado, se acham no esquecimento pela falta de investimentos financeiros, bem como pela inexistência de políticas públicas arquivísticas. Diante disso, a lógica da disponibilização da informação governamental se torna vazia, pela incapacidade desses lugares preservarem e de fato tornarem acessíveis os seus conjuntos documentais.²⁹⁹

A formulação desse raciocínio é tecida por Fabiane em diálogo com o já referido texto de Jardim, escrito nos idos de 1995, e citado não apenas por nós duas, mas por diversas pesquisadoras e profissionais da área de arquivos quando pretendem tratar sobre a relação entre memória e arquivos no Brasil. Isso ocorre, em parte, porque realmente José Maria é uma referência quando o tema é política pública arquivística, mas também, pela escassez de produções a respeito.³⁰⁰ Chamou-me atenção que a maior parte dos textos nesse sentido buscam avaliar a situação dos arquivos estaduais a partir dos marcos legais e normativos publicados, estando praticamente ausente a realização de pesquisa de campo ou mesmo o mapeamento por questionário, provavelmente pelas mesmas razões que alongaram ou

²⁹⁹ BELÉM, Fabiane Gestão Documental sistêmica e as adversidades na implantação de um sistema de arquivos na esfera governamental. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 3, 2016, p. 6. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/artigo_01.php. Acesso em: 15 nov. 2019.

³⁰⁰ O próprio Jardim, quando já em 2011 vai referir-se à realidade dos arquivos públicos estaduais, dialoga com textos razoavelmente antigos: “No plano dos arquivos municipais e estaduais, conforme os trabalhos de Fonseca (1996) e de Côrtes (1996), as dificuldades de gestão dos acervos e os obstáculos ao acesso à informação arquivística parecem adquirir proporção ainda maior que nos níveis federais e estaduais.” JARDIM, José Maria. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, v.7, n.1, mar./2011, Rio de Janeiro, p. 197-213, p. 206. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2011/04/pdf_6f2e24c766_0015656.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019. O trabalho de Maria Odila Fonseca versa sobre a realidade dos arquivos municipais, tendo como recorte a análise das capitais estaduais, sendo que à época apenas 11 possuíam arquivo institucionalização (FONSECA, Maria Odila. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. Rio de Janeiro. 1996. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/UFRJ). Já Maria Regina Corte centrou sua análise nos arquivos estaduais, enviando 25 questionários e obtendo resposta de 15 arquivos estaduais, o que permitiu-lhe contar, por exemplo, a existência de grandes massas documentais acumuladas ainda nos órgãos públicos, assim como a ausência de arranjo em mais de 60% dos acervos já recolhidos aos Arquivos (CÔRTEZ, Maria Regina P. Armond. **Arquivo Público e Informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**. 1996. Mestrado em Ciência da Informação. Escola de Biblioteconomia/UFMG).

transformaram um bocado tortuoso o percurso de minha dissertação: país de tamanho continental, rede extensa de arquivos e ausência de informações sistematizadas sobre eles, além, é claro, de um possível desinteresse pelos arquivos públicos estaduais enquanto objeto e ao mesmo tempo campo de pesquisa.

Meu objeto aqui é a atuação das historiadoras, e por isso minhas fontes foram construídas sem atentar para a identificação de massas documentais acumuladas ou de acervos não arranjados em metros lineares, para os números de recolhimentos realizados nos últimos anos, para a quantidade de acervos ainda aguardando descrição, ou para dados que pudesse mensurar e construir critérios de avaliação sobre a efetivação da gestão documental nos estados. Porém, considerando a passagem de mais de 20 anos entre aquele artigo de José Maria Jardim e a vivacidade das inúmeras atividades que pude mapear como sendo desenvolvidas pelas historiadoras nos arquivos, penso que a atualidade merece novos estudos que se debrucem sobre o próprio cenário dos arquivos, que possam concretizar uma imersão mais profunda do que essa que pude realizar aqui.

Enquanto compartilhei apontamentos sobre todos os arquivos estaduais, fui mencionando informações dispersas sobre seus quadros de servidoras. Chegando ao fim da caracterização das instituições, recomponho esses dados na tabela a seguir para aproximar um pouco mais a lente do perfil das equipes: que há historiadoras nos arquivos, já está claro. Mas, quem são e com quem partilham o cotidiano nessas instituições?

Tabela 2

Perfil das equipes a partir dos Mapeamentos respondidos											
	Historiadoras	Arquivistas	Bibliotecárias	Administradoras	Direito	Tecnologias da Informação	Conservação e Restauro	Outras Nível Superior	Outras Nível Técnico	Profissionais de Nível Médio	Total Servidoras por instituição
Acre	3	.	10	13
Alagoas	3	.	4	.	.	.	1	.	.	2	10
Bahia ³⁰¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37
Distrito Federal	4	11	1	2	3	2	.	8	.	4	35
Espírito Santo	3	3	1	.	.	.	1	2	.	1	11
Goiás	2	1	1	.	.	1	5
Maranhão	2	2	3	1	.	1	2	3	.	10	24
Minas Gerais	4	.	2	1	3	1	1	3	4	3	22

³⁰¹ Fui informada por telefone sobre o número total de servidoras (37) e de historiadoras (três), porém, não obtive as formações das demais trabalhadoras do APEB.

Mato Grosso do Sul	2	3	.	2	7
Mato Grosso	10	.	1	2	1	17	31
Pará	6	.	5	3	.	3	17
Paraná ³⁰²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Rio de Janeiro	5	9	2	16
Rio Grande do Sul	APERS	5	8		1			3		9	26
	AHRS	2	3	1	6
Santa Catarina	2	.	1	1	.	.	1	.	.	.	5
Sergipe	2	.	1	.	.	1	1	2	.	5	12
São Paulo	20	4	5	15	13	10	.	118	4	27	216
Total de servidoras	71	42	26	23	20	15	8	148	8	98	508

A Tabela 2 traz uma aproximação do quadro de profissionais nos arquivos estaduais, já que nem todos responderam ao mapeamento e não foi possível identificar as informações pela internet. Hoje penso que poderia ter desenvolvido uma estratégia diferente para coleta desses dados, realizando entrevistas por telefone com servidoras responsáveis pelos setores de pessoal ou administrativos, e não me desgastando com o envio de dezenas de e-mails não respondidos. A dificuldade em identificar estes dados denota os desafios da implementação da chama Lei de Acesso à Informação (LAI)³⁰³ e da mudança de mentalidade que ela pretende representar. Vivemos em uma realidade marcada pela lógica do sigilo às informações como regra, e não como exceção, de forma que o Estado não apenas detém poder através deste controle, como também se blindava contra possíveis questionamentos e cobranças por parte das cidadãs. Há, ainda, uma cultura de acesso para pesquisa apenas aos documentos considerados “históricos”, e não aos documentos que registram as informações consideradas correntes ou intermediárias, onde se inscreveriam as que eu busquei acessar.

Chamou-me atenção a diversidade de formações que partilham o espaço dos arquivos, reforçando meu argumento da importância de pensarmos a interdisciplinaridade como um dos pilares para nossa atuação enquanto historiadoras nesses locais. Também chama atenção a forte presença de historiadoras: entre as instituições cujas equipes foram globalmente mapeadas comuniquei 72 em atuação, um número de longe maior do que o de

³⁰² Recebi a Tabela de Mapeamento do Arquivo Público do Paraná, porém, no item em que solicitei descrição do perfil das equipes, fui remetida à aba do site que apresenta o organograma com os contatos das servidoras, sendo viável contabilizar o número total, mas não identificar suas formações. Tentei outros contatos para consolidar esses dados, mas não obtive retorno.

³⁰³ BRASIL. Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm, acesso em 18 set. 2018.

arquivistas (42), bibliotecárias (26) e administradoras (26), na sequência as três formações mais presentes. Há muitos profissionais de outras formações superiores, entretanto o dado é alavancado especialmente pela equipe do APESP, para o qual o concurso para o cargo genérico de Executiva Pública admitiu cientistas sociais, jornalistas, museóloga, economista, bióloga, fisioterapeutas, enfermeira, pedagoga, química, entre outras profissionais.

Além das 72 historiadoras localizadas pelo mapeamento, identifiquei por conversas ao telefone mais 18 em arquivos onde o preenchimento da tabela tornou-se inviável: Bahia (3), Ceará (3), Paraná (2), Pernambuco (8), Piauí (1) e Rio Grande do Norte (1). Não registrei essas 18 colegas na Tabela 2 para não causar distorção na comparação com as demais profissões, já que por telefone não consegui perguntar a composição completa das equipes. Pelo mesmo motivo a tabela não considera as vagas de estágio, já que nem todos os arquivos informaram este dado. Penso que faz sentido não imiscuir uma análise das contratações de estágio com a de servidoras já que pessoas em formação não deveriam ser computadas como profissionais das respectivas áreas, com as responsabilidades que cabem às servidoras, embora seja perceptível a intenção de, algumas vezes, suprir a necessidade que se tem de determinadas profissionais na equipe a partir da contratação de estagiárias. No Acre, por exemplo, em que não há historiadoras na equipe, a gestora que atendeu meus contatos foi enfática em compartilhar que já havia solicitado a contratação de estagiárias da história na impossibilidade de abrir concurso. No Pará, não há arquivistas contratadas, mas há estagiária do curso de arquivologia. Em todos os estados em que recebi informações sobre estagiárias, elas distribuem-se especialmente entre as áreas da história (maioria), biblioteconomia e arquivologia. No Espírito Santo há estagiária das artes plásticas (voltada ao restauro de documentos) e Minas Gerais há estagiárias do curso superior em conservação e Preservação.

O desejo de contratação de estagiárias de História pode se dar por diversas razões: indisponibilidade de estudantes de Arquivologia para preenchimento das vagas; real compreensão de que os conhecimentos mobilizados na área da História precisam estar presentes na instituição, ainda que através de estagiárias quando não é possível tê-los por meio de concurso ou outras formas de contratação; ou ainda por algo que aparentemente paira no imaginário coletivo: uma intenção de legitimação do trabalho desenvolvido dentro do Arquivos que a "presença da história" daria.

Como escrito anteriormente, dentre as 90 historiadoras identificadas nos 21 arquivos em questão 44 responderam ao Questionário, oriundos de 16 instituições diferentes, a partir

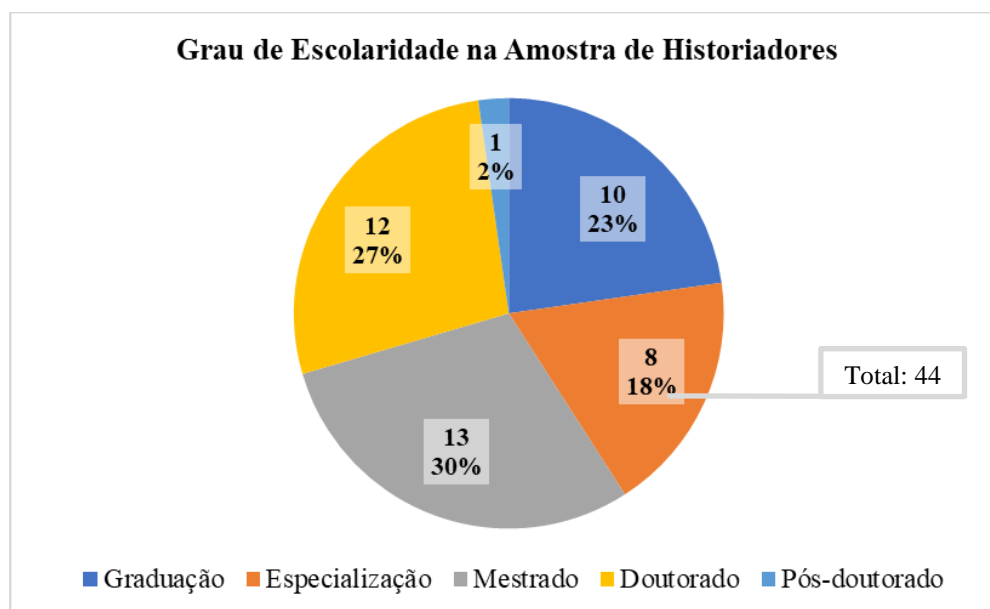
dos quais pude estabelecer uma amostra quanto à gênero e grau de escolaridade, dados expressos na tabela a seguir:

Tabela 3

Gênero e escolaridade das historiadoras a partir dos Questionários									
	Historiadores identificados por Arquivo	Questionários Respondidos	Gênero		Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós-Doc.
			F	M					
Alagoas	3	3		3	.	1	1	1	.
Bahia	3	0
Ceará	3	1	.	1	.	.	.	1	.
Distrito Federal	4	2	2	.	1	.	1	.	.
Espírito Santo	3	2	.	2	1	1	.	.	.
Goiás	2	1	1	.	1
Maranhão	2	0
Minas Gerais	4	4	2	2	3	.	1	.	.
Mato Grosso do Sul	2	2	.	2	1	1	.	.	.
Mato Grosso	10	7	3	4	1	2	2	2	.
Pará	6	1	.	1	.	.	1	.	.
Pernambuco	8	0
Piauí	1	0
Paraná	2	2	2	.	.	.	2	.	.
Rio de Janeiro	5	2	1	1	.	.	2	.	.
Rio Grande do Norte	1	0
Rio Grande do Sul	APERS	2	2	.	.	2	.	.	.
	AHRS	2	2	2	.
Santa Catarina	2	2	1	1	1	.	1	.	.
Sergipe	2	1	.	1	.	.	.	1	.
São Paulo	20	10	6	4	1	1	2	5	1
Totais:	90	44	F 22	M 22	10	8	13	12	1

Embora esteja trabalhando com uma amostra, conversando com as pessoas ao telefone, percebendo nomes expressos em reportagens e notícias acessadas via internet, aprofundando o contato com as instituições durante as entrevistas no APERJ, APESP e AHRS creio que é uma amostra bastante representativa: temos realmente um número equitativo entre mulheres e homens desempenhando nosso ofício nos arquivos, assim como temos um expressivo número de servidoras com formação em pós-graduação, como pode ser melhor observado em gráfico:

Gráfico 3



Cabe destacar que mesmo as historiadoras com menor grau de escolaridade (graduação e especialização), em sua grande maioria – 16 de um total de 18 – fizeram cursos de aperfeiçoamento na área de arquivos, como conservação de documentos, gestão de arquivos, gestão de documentos, paleografia, microfilmagem, entre outros. Na verdade, a busca por aprimoramento, seja em cursos técnicos ou de extensão, é uma realidade para praticamente todas as 44 entrevistadas via questionário. Também há muitas cursando atualmente um novo título, de forma que logo teremos mais mestras e doutoras nas instituições. Acredito que esta busca é um indicador de qualidade técnica e engajamento profissional, assim como uma evidência do quão necessária é a formação continuada para a atuação de historiadoras em arquivos: certamente é preciso abrir-se para novos saberes, para o diálogo interdisciplinar, e ir além do que a graduação em história pode oferecer.

Outro dado que chama atenção a partir da análise dos questionários é relativo à forma de contratação das profissionais, tanto pelo número exíguo de estados para os quais há concurso específico para a área de história, quanto pela forte presença de pessoas nomeadas com cargos em comissão ou temporárias, como pode ser observado a seguir:

Tabela 4

Formas de Contratação a partir da amostra de historiadoras		
	Questionários Respondidos	Forma de Contratação
Alagoas	3	3 Bolsistas
Ceará	1	1 Cargo Comissionado
Distrito Federal	2	◦ 1 Concursada requisitada ◦ 1 Concursada cedida com CC
Espírito Santo	2	◦ 1 Cargo Comissionado ◦ 1 Concursada Especialista em Desenvolvimento Humano e Social
Goiás	1	1 Contrato Temporário
Minas Gerais	4	◦ 2 Cargos Comissionados ◦ 2 Concursadas Gestoras de Cultura
Mato Grosso do Sul	2	◦ 1 Concursada Gestora de Arte e Cultura ◦ 1 Concursada cedida (professora estadual)
Mato Grosso	7	◦ 1 Concursada Nível Médio ◦ 5 Concursadas Téc. da Área Instrumental / Perfil Historiador ◦ 1 Concursada / Perfil Biblioteconomista (dupla formação)
Pará	1	1 Concursada Téc. em Gestão Cultural / Habilitação História
Paraná	2	2 Cargos Comissionados
Rio de Janeiro	2	2 Cargos Comissionados
Rio Grande do Sul	4	◦ 1 Concursada Historiógrafa ◦ 3 Concursadas Analistas em Assuntos Culturais
Santa Catarina	2	◦ 1 Concursada Téc. Administrativo ◦ 1 Concursada
Sergipe	1	◦ 1 Concursada Assuntos Historiográficos
São Paulo	10	◦ 2 Concursadas Oficial Administrativa / Nível Médio ◦ 8 Concursadas Executivo Público / Nível Superior
Total:	44	44

A respeito dos cargos em concurso, percebe-se uma tendência à criação de carreiras genéricas, em que são aglutinadas profissionais cuja formação de origem é diversa. São Paulo é o caso de concurso mais genérico, como já mencionei anteriormente, mas há diversos casos de concursos para as áreas das ciências humanas e da cultura. Apenas no RS e em SE percebemos cargos intitulados como historiográficos (sendo que no RS convivem nos mesmos arquivos historiadoras concursadas como historiógrafas e como analistas em assuntos culturais), assim como em MT e no PA há com cargos mais amplo, porém com habilitação específica. Quanto às formas de contratação, em um universo de 44 historiadoras cuja atuação foi mapeada por questionário, 15 delas (ou 34%) estão nos arquivos com contratos temporários, cedidas ou em cargos comissionados. Não se trata de hierarquizar as formas de acesso, mas de questionar o quão frágeis são as garantias que as profissionais e o arquivos têm nessa relação. Partindo do exemplo de Santa Catarina, em que o contrato com uma empresa terceirizada foi perdido e mais da metade da equipe se foi com ele, realmente é importante que estejamos unidas em torno da defesa de que haja concursos. A questão

torna-se ainda mais preocupante se considerarmos, primeiramente, a defasagem geral do número de servidoras, e em seguida se observarmos que nos arquivos de alguns estados, como em AL e RJ, a presença integral de historiadoras é garantida por intermédio de um vínculo muito frágil.

Falaremos, agora no Capítulo 2, do fazer cotidiano das historiadoras em arquivos a partir do que foi possível acessar da trajetória dessas profissionais, oriundas de universidades de todas as macrorregiões do país, a maioria (33 de 44) formadas por instituições públicas, com graduação obtida entre os anos de 1980 e 2015. Uma amostra diversa para pensar fazeres também bastante diversos.

Algumas Notas Etnográficas

Antes de “mudar de frequência”, registro algumas anotações que poderiam quebrar o encadeamento do texto nesse tópico, então optei compartilhar à parte. Creio que ajudam a colorir a cartografia sobre a qual seguiremos trilhando, ampliando a dimensão da necessidade que tive de buscar dados e sistematizar informações em diversos sítios, por caminhos que pouco a pouco contribuíram para construção de um percurso etnográfico mais amplo, não restrito aos arquivos em que obtive mapeamentos e/ou questionários.

Parece-me interessante ponderar que até determinado momento eu estava reticente em utilizar mídias sociais ou aplicativos de mensagens como ferramentas de pesquisa, desejosa de manter algo que eu sentia como certo “rigor metodológico”. Entretanto, com o tempo fui abrindo mão dessa prerrogativa ao perceber que imergir na realidade dos arquivos estaduais também passava por admitir fragilidades tecnológicas ou de organização e gestão desses órgãos, ausência de procedimentos normatizados de atendimento a pesquisadores em meio virtual, informalidade e até mesmo manutenção de um *modus operandi* personificador, que imiscui funções públicas com a vida privada de membros das equipes. Evidentemente que isso não é uma crítica às pessoas, gestoras ou funcionárias das instituições arquivísticas. Na verdade, além dessa perspectiva mais crítica, também é necessário observar que fornecer e-mails e números de telefone pessoais, responder em perfil próprio de mídias sociais, entre outras formas de atender minhas demandas de pesquisa denota boa vontade e presteza, assim como sinaliza para uma transformação profunda – e ainda não problematizada o suficiente

– nas próprias relações de trabalho, quando o fim do horário de expediente ou a ausência física do local de trabalho deixam de marcar o limite entre estar ou não trabalhando.

Trago alguns comentários a respeito desse caminho trilhado em relação aos estados em que não obtive resposta a nenhum dos instrumentos formais sobre os quais pensei inicialmente circunscrever a pesquisa (AM, BA, PE, PI e RN), por acreditar que narrar essa aproximação contribui para que minhas leitoras também possam construir mentalmente um mapa (aberto e dinâmico) sobre os arquivos estaduais no país, evidenciando a complexidade como elemento crucial da análise, e estimulando que sejam produzidos mais e mais reflexões que busquem adentrar o rico mundo dos arquivos, para além da superfície.

Quanto a minhas incursões buscando informação sobre o Arquivo Público do Rio Grande do Norte, creio que já escrevi o bastante, logo, nessas notas, restrinjo-me aos demais.

No estado do *Amazonas* os contatos disponíveis no site do CONARQ e em outras páginas estavam desatualizados, vinculados ainda à diretora anterior, que já está aposentada. Após enviar e-mails para os quais não obtive resposta e discar várias vezes para um número cuja ligação não completava, fiz contato telefônico com a Secretaria da Administração e Gestão. Depois de passar por alguns ramais em que não conheciam o Arquivo ou não tinham o contato, consegui no setor de informática o número do celular da então diretora, que na época (primeiro semestre de 2018) havia assumido o APEAM há apenas três meses, não possuía nem mesmo e-mail institucional ativo ainda. Pelo celular a diretora foi bastante solícita, explicou a situação de transição e forneceu o e-mail pessoal para que eu pudesse encaminhar o Mapeamento e o Questionário. Ficou de responder o primeiro e encaminhar o segundo ao historiador do Arquivo. Entretanto, quase um mês depois eu não havia recebido retorno. Arrisquei utilizar o aplicativo WhatsApp e fui muito bem acolhida. Por esse meio confirmou-me que havia recebido o material, pediu um pouco de paciência, já que estavam passando por grandes mudanças, pedindo que eu acompanhasse esse processo por meio da página institucional no Facebook, e adiantou algumas informações: relatou falta de espaço físico e de material de expediente para toda a demanda de trabalho; confirmou que infelizmente não havia historiadora de formação na equipe, mas contavam com uma pesquisadora que “dá de dez a zero em muito historiador” (pessoa para quem ela sinalizou que encaminharia meu questionário, o que parece não ter acontecido pois não recebi retorno); registrou sua formação em Administração, Serviço Social e Direito, além do desejo de iniciar especialização “em arquivismo” na UFAM. Comentou, ainda, que historiadoras em visita à instituição reconheceram que a nova gestão estava fazendo um lindo trabalho,

“ainda melhor que de arquivista”. Enfim, não recebi informações por meio dos instrumentos iniciais de pesquisa, mas observando postagens na página indicada pela diretora, considerando o diálogo com ela e o percurso das tentativas de aproximação, que incluiu o acesso a vídeos disponíveis no Youtube alusivos aos 120 anos da instituição comemorados em 2017, percebo uma instituição centenária que possui uma equipe apaixonada pelo que faz, mas que precisa lidar com a falta de recursos e uma aparente contradição entre a identidade de arquivo histórico tradicional, voltado à preservação monumentalizante dos documentos, e a necessidade de modernização que acompanhe os avanços e imperativos da gestão documental, que estão sendo incorporados, ainda que lentamente, à dinâmica do estado.³⁰⁴ Cabe destaque à fala da diretora, que tensiona as identidades profissionais de historiadora e arquivista, colocando em evidência que a titulação acadêmica nem sempre é o critério para reconhecimento social das profissões: uma boa pesquisadora de documentos antigos pode ser excelente historiadora; alguém imbuída de vontade e energia para tratar acervos pode cumprir o papel de arquivista. Para ela, o que parecia prevalecer eram as necessidades objetivas da instituição e o atendimento a suas demandas, que podem ser correlatas a profissões estabelecidas, mas, ao fim e ao cabo, o critério seria a atuação prática, e não a formação acadêmica – vale recordar, depois de concluído o prazo que dei a mim mesma para estancar os contatos com os estados e direcionar-me à análise dos dados obtidos, em 2019 ainda soube que a gestão fora substituída, assumindo alguém com formação em arquivologia, como mencionei a cima.

No estado da *Bahia* há acervos riquíssimos e um arquivo público sobre o qual eu já havia ouvido falar diversas vezes em minha trajetória no APERS. Antes mesmo de enviar os materiais eu sabia que havia atuação de historiadoras na instituição, e acabei por

³⁰⁴ Nesse sentido, ver: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO. Os 120 anos do Arquivo Público do Estado do Amazonas. Vídeo institucional. Set. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LBUh5Htj9BA>. Acesso em: 06 jun. 2018. Nesse vídeo o secretário de estado refere a celebração concomitante do passado e dos avanços no presente. No evento foram lançados tanto o Manual Técnico do Sistema de Arquivos e Gestão de Documentos, com a primeira Tabela de Temporalidade de Documentos do estado do Amazonas em 120 anos de Arquivo, quanto uma reedição da Revista *Archivo do Amazonas*, publicada entre 1906 e 1908; TV ACRÍTICA. Jornal Acrítica na TV. Reportagem 120 anos do Arquivo Público do Amazonas. 05 set. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LjTkW3CpkHw>. Acesso em 06 jun. 2018. Aqui pesquisadores do APEAM destacam exemplares do acervo que registram datas e fatos importantes para a história administrativa do Amazonas. Também falam do desafio de conservar os documentos destacando manuscrito do século XIX que recebeu tratamento, “limpeza”, para em seguida ser identificado, “juntado” e “colocado no plástico” para ser melhor preservado, uma ação que aparenta colidir com princípios de conservação preventiva. O sonho do acesso total por meio da digitalização também está presente: em sua fala o secretário de estado afirma que no futuro haverá um sistema integrado com documentos digitalizados para que toda a sociedade tenha acesso a eles através de um toque em seu próprio computador.

estabelecer expectativas quanto às respostas que viria de lá, entretanto, não obtive muito sucesso. Encaminhei e reencaminhei e-mails, sem resposta. Depois de alguns meses confirmei por telefone com uma das servidoras que ambos os questionários haviam chegado, mas não puderam ser respondidos pela grande demanda de trabalho de uma equipe diminuta, especialmente em função da organização da I Semana Nacional de Arquivos. Mas fui informada de que a diretora, historiadora, responderia em breve. Esperei que o evento passasse e reencaminhei, inclusive para o endereço eletrônico pessoal da diretora, que localizei a partir de artigo por ela publicado. Novamente, sem respostas. Tentei algumas ligações sem sucesso até que em julho de 2018 voltei a conversar com a mesma servidora, que deixando externar algum incômodo comentou que meu questionário era muito grande, que precisaria tirar um dia todo para responder, e por isso estava demorando. Embora eu tenha me sentido embaraçada – afinal, estava há quase um ano tentando contato por escrito e por telefone – tentei aproveitar a ligação para conseguir algumas informações sobre o quadro funcional, não disponíveis pelo site. Minha interlocutora afirmou que havia 37 funcionárias no Arquivo, sendo três delas da área da história. Não houve abertura para mais questões, então agradei e não voltei a telefonar, porém, achei válido enviar mais um e-mail, para registrar a importância do questionário:

(...) Escrevo para desculpar-me nesse sentido. Entendo que [o mapeamento] seja realmente muito analítico. Gostaria apenas de comentar que é uma pesquisa que pretende lançar um olhar mais aprofundado sobre nossa atuação profissional, o que não seria possível com um questionário objetivo. Certamente este que enviei seria mais apropriado para uma entrevista presencial, mas infelizmente os prazos do mestrado e meus recursos pessoais não me permitem viajar para cada estado do país. Enfim, agradeço a tentativa. Caso possam encaminhar algum retorno, aguardo até o final dessa semana.³⁰⁵

Assim como no diálogo (mencionado no Prelúdio) com a colega do estado do Espírito Santos que não conseguiu tempo hábil para responder-me, aqui apareceu a crítica ao questionário, que se demonstrou inapropriado ao cotidiano de trabalho de algumas colegas. Tentei ainda conseguir contato direto de servidoras do APEB que pudessem me responder sem a necessária mediação da direção. Nesse sentido escrevi para um professor da UNEB indicado por meu orientador, que é pesquisador de arquivos na Bahia, compartilhando meu questionário e perguntando se ele teria acesso a alguma funcionária da instituição formada em história. Após elogiar o instrumento e minimizar seu tamanho como justificativa para não me atender enquanto pesquisadora, o professor passou-me o contato de um historiador

³⁰⁵ APB. **Contribuição em Pesquisa de Mestrado em História** [mensagem pessoal eletrônica]. Enviada via clarissa.sommer@gmail.com em 04 jul. 2018.

autônomo que, segundo ele, atuaria há anos no local. Porém, infelizmente também não recebi retorno, e enfim achei por bem contentar-me com as informações gerais obtidas pela internet, aceitando que a importante atuação das historiadoras do Arquivo Público da Bahia não figurariam diretamente em minha amostra. Entretanto, uma busca direta pelo currículo lattes da diretora, Maria Tereza Navarro de Britto Matos, ou da servidora Rita de Cássia Rosado (que consegui identificar pela internet como historiadora) já são suficientes para saber do amplo envolvimento que elas têm com a área de arquivos, desde a participação e organização de eventos, gestão de acervos, articulações políticas na luta por recursos para a restauro do prédio³⁰⁶ e modernização da instituição, representação em órgãos colegiados, etc.

O estado de *Pernambuco* é outro sobre o qual depus alguma expectativa, por ter em mente a história antiquíssima da região, a presença de documentos coloniais desde os primeiros tempos de ocupação portuguesa, assim como a vivacidade cultural do estado. Porém, também não consegui acessar contribuições de historiadoras ou informações atualizadas sistematizadas no mapeamento, embora as informações que pude acessar pela internet façam-me conceber uma instituição de porte e com boas condições de atuação, situada em prédio tombado, valorizada em vídeos institucionais e mídias sociais, detentora da maior coleção de periódicos do Brasil, vinculada à Casa Civil e coordenadora do Programa de Gestão Documental do Estado. Fiz inúmeros contatos por e-mail e telefone desde o final de 2017, confirmei o recebimento dos questionários, mas não recebi nenhum deles respondido. Em determinado momento, conversando por telefone no segundo semestre de 2018 com uma das servidoras, recebi a informação de que haveria oito historiadoras trabalhando no APEJE, mas seus endereços diretos não foram disponibilizados. A mensagem deveria ser respondida pela direção da instituição. Voltei a ligar em 2019, e novamente pediram que eu encaminhasse minha solicitação ao e-mail da direção, o que fiz, mais uma vez sem retorno. Nesses momentos recordava-me do texto de Regina Weber, que citei ainda no Prelúdio (à página 57), em que a autora reflete sobre as dificuldades de acessar depoimentos de trabalhadoras em meio rural quando a mediação para acessá-las precisava ser feita pelos patrões e patroas...

³⁰⁶ Tudo indica que finalmente sairá a obra, de grandes proporções: em dezembro passado foi assinada ordem de serviço para o início do restauro. Ver Jornal Correio. **Ordem de serviço para reforma do Arquivo Público é assinada; obras vão durar 9 meses.** 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ordem-de-servico-para-reforma-do-arquivo-publico-e-assinada-obras-vao-durar-9-meses/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Por fim, em relação ao Arquivo Público do Estado do Piauí, entre as páginas 139 e 140 tece alguns comentários sobre o processo de busca de informações, mas talvez seja interessante apenas mencionar a sensação inicial que eu tive de descaso, como se minha pesquisa não tivesse sido acolhida, já que no final de 2017 enviei e reenviei e-mails nunca respondidos, em maio de 2018 fiz ligações, inicialmente sem que soubessem responder se minhas mensagens eletrônicas estavam chegando, e em seguida recebendo a afirmativa de que em breve devolveriam o mapeamento e o questionário. Lembro-me que foi uma época de ansiedade em torno de cada notificação no celular, e de alegria a cada novo e-mail recebido. Nenhum, porém, do Piauí. Até que, em 25 de julho de 2018, quando estava caminhando no Centro de Porto Alegre, cheia de sacolas, recebi uma ligação com o prefixo 86: era a diretora do APPI! Atendi um tanto atabalhoada, sem conseguir aproveitar aquele momento para coletar o máximo de informações possíveis. Ela desejava dizer-me que havia recebido meu material, que ficara feliz pelo tema da pesquisa, mas que entre as tantas atribuições do cotidiano não conseguiram tempo de encaminhar o preenchimento. Comentou, também, que a historiadora do quadro estava em férias, mas que seria solicitada a escrever-me assim que voltasse. Isso acabou não acontecendo, mas a experiência ensinou-me que a performance ótima no desempenho de uma pesquisa com fontes em construção, a partir da ação de pessoas vivas e em trânsito, não depende de fatores unilaterais ou estáveis. Os pré-julgamentos, meu nervosismo, as sacolas, o momento da ligação que conectava dois cantos tão distantes de um país continental, fizeram com que o resultado objetivo daquela conversa tenha sido “apenas” um número “um”. Entretanto, nesse movimento todo estava implicado o senso de responsabilidade e colaboração das colegas do Piauí – não era mero descaso – assim como meu amadurecimento para a pesquisa, que passou por entender o quanto o sucesso de um estudo qualitativo pode configurar-se longe dos números.

A partir da cartografia aqui empreendida, caminho rumo ao Capítulo 2.

Espero ter sido capaz de construí-la de modo a evidenciar a complexidade dos arquivos enquanto lugar social de atuação profissional para as historiadoras, ajudando a sacudir as bases que poderiam respaldar um olhar engessado pela perspectiva historicamente construída de que essas instituições seriam um campo de atuação natural para nós, ou que o

poderiam fazer-nos igualar, apressadamente, o fazer historiográfico na escola ou na academia do fazer do arquivo

Se voltamos a mirar as Tabelas 3 e 4, na verdade a certeza que nos toma é a de que há diversidade de profissionais nos arquivos, e que a forma de contratação das profissionais da história em sua maioria se dá por meio de cargos genéricos, sem que carreguem o “título” de historiadoras. Veremos em seguida que elas estão desempenhando atividades aparentemente diversas daquelas pensadas como ligadas à história, e daqui decorre pensar: nossa formação dá conta das demandas sociais a nós lançadas? Exercemos uma profissão “de história”, ou os conhecimentos mobilizados a partir da formação em história colaboram para uma atuação profissional diversa? Dialoguemos a respeito a partir da análise dos questionários e produtos dessa práxis.

Capítulo 2 – Historiadoras no “lado de dentro do balcão” dos Arquivos: entre mobilizar a história e operar historiograficamente

Ao iniciar este capítulo defrontei-me com uma “velha” ideia, que carreguei no fundinho de alguma gaveta da mente desde que comecei a pensar na construção do projeto que resultou na presente pesquisa: seria possível forjar um conceito, inspirado no de operação historiográfica, que demarcasse as operações desenvolvidas pelas historiadoras nos arquivos? O mais óbvio seria pensar em operação arquivística, porém, também por óbvio, a expressão evidenciaria as imprecisões e tensionamentos já abordados entre os limites e conexões dos fazeres de historiadoras e de profissionais formadas em arquivologia. Operações arquivísticas são, legitimamente, desempenhadas por arquivistas!

Por alguns instantes invejei a “sorte” – e a perspicácia, é claro – de Sonia Meneses ao poder cunhar o conceito de *operação midiográfica* enquanto pensava o campo da comunicação como um (outro) lugar de produção de narrativas históricas, em que “há a elaboração de uma escrita da história de forma sistematizada fora do campo da ciência histórica”³⁰⁷. Se Certeau propôs a reflexão sobre essa escrita a partir da operação historiográfica problematizando a disciplina da história como lugar de possibilidade e de interdição da própria produção de conhecimento histórico, Sonia manteve como eixo de sua análise o produto (narrativa histórica), mas deslocou-se em direção a outras atrizes sociais: as profissionais da mídia.

Aqui, creio que o movimento aproxima-se mais daquele empreendido por Fernando Penna em sua já citada tese, quando dedicou-se a pensar a atuação das profissionais da história nas escolas, tensionando o conceito para explicitar aproximações e distanciamentos, entretanto, defendendo que, há sim, uma operação historiográfica sendo empreendida nesses espaços, o que levou-o a adjetiva-la de “escolar”. Mantenho como eixo analítico as profissionais, historiadoras, e abro-me ao deslocamento em relação aos produtos, buscando entender, mais do que a produção de narrativas históricas em si, quais os efeitos sobre nosso trabalho dos arquivos enquanto lugares de produção.

A partir de um raciocínio inicial quase “lamurioso” – por não conseguir propor um conceito “redondinho” que tivesse solidez teórica e ao mesmo tempo apelo estético – a seguir veio a percepção de uma boa chave de leitura: em arquivos, ou em outros lugares de atuação

³⁰⁷ SILVA, Sonia, op. cit., p. 23.

profissional que acredito poder caracterizar no campo da história pública, somos chamadas a *mobilizar conhecimentos* produzidos pela história enquanto disciplina, de modo a elaborar

reflexões, serviços e produtos que articulem o arcabouço de pesquisas historiográficas às demandas sociais, intelectuais, políticas e comerciais específicas sobre a história, mantendo, simultaneamente, os **fundamentos epistêmicos** da história como ciência, **pressupostos ético-profissionais** e a **didatização** de determinado tema ao público-alvo.
[Grifo meu]

Essa definição foi retirada do edital de seleção para a primeira turma do primeiro mestrado em história pública do país,³⁰⁸ oferecido pela Universidade Estadual do Paraná, e me pareceu bastante pertinente como *start* à aproximação e problematização que o presente capítulo faz das experiências de trabalho e percepções de si enquanto profissionais da história, assim como de produtos do fazer das historiadoras nas instituições arquivísticas estaduais.

Como veremos a seguir – e isso é um convite! – nos arquivos somos chamadas cotidianamente a mobilizar o arcabouço da história para produzir reflexões, serviços e produtos demandados pelas próprias instituições no exercício de suas funções, pelos órgãos e entidades da Administração Pública, por suas usuárias nas salas de pesquisa, em visitas mediadas, oficinas educativas e eventos culturais. Certamente isso tudo se dá tendo como lastro os referidos fundamentos e pressupostos apontados pelo edital – estamos falando de historiadoras profissionais em ação. Entretanto, considero importante pensar sobre o quanto esse lastro é preponderante, tensionado ou interdito pelo lugar dos arquivos, refletir a respeito de como as exigências desse lugar de atuação compelem à reorganização dos fundamentos da disciplina, assim como ao uso da criatividade e da interdisciplinaridade para a produção de outros saberes, o que me fez recordar de interessante reflexão proposta por Fernando Nicolazzi, para quem, ao analisar a atuação de historiadoras profissionais, é preciso considerar que

além dos diplomas e mecanismos disciplinares de reconhecimento, do domínio das técnicas metodológicas e dos protocolos teóricos que conformam a disciplina, são realizadas também algumas “técnicas de si” (utilizando o vocabulário foucaultiano) que não se justapõem necessariamente aos requisitos epistemológicos demandados pelas normas “internas” do ofício. Em outras palavras, falar em ética profissional equivale aqui a situar o discurso em um plano mais amplo do que o simples cumprimento das regras da disciplina, buscando compreender igualmente as demandas que são colocadas no âmbito

³⁰⁸ UNESPAR. Programa de Pós-Graduação em História Pública. **Edital 01/2018 – PPGHP/Unespar**. Disponível em: <http://www.unespar.edu.br/noticias/mestrado-em-historia-publica-seleciona-alunos-brasileiros-e-estrangeiros/edital-selecao-mestrado-historia-publica-unespar-2019.pdf>. Acesso em 01 mai. 2019, p. 1.

dos diferentes espaços públicos da sociedade e as formas com que historiadores e historiadoras lidam com elas. [...] não basta que a reflexão epistemológica sobre o fazer histórico se concentre única e exclusivamente em seus postulados de produção, isto é, nos modos e princípios que orientam a construção do saber historiográfico. Creio que, sem desconsiderar estes postulados, a atenção deve igualmente ser voltada para os planos da circulação e da recepção do conhecimento produzido.³⁰⁹

Tenho consciência de que nesse trabalho não dou conta de analisar a esfera da circulação e da recepção dos conhecimentos por nós produzidos dentro dos arquivos, até mesmo por que isso exigiria a construção de outras fontes e outros procedimentos analíticos, o que me afastaria do problema central de pesquisa proposto à dissertação – vale recordar, ancorado na problematização de como se expressam os *pressupostos do fazer historiográfico em nosso trabalho nos arquivos*. Ainda que o interesse dos diferentes públicos seja, concordo com Nicolazzi, elemento de forte tensionamento frente ao nosso posicionamento público enquanto profissionais, tais pressupostos não têm sido construídos diretamente a partir da recepção ou dos interesses dessa audiência ampla, mas sim da recepção e dos interesses de nossos pares, nos marcos da própria disciplina que, como já defendi, vem orbitando em torno da academia desde sua institucionalização.

Assim, embora não seja possível dar conta da relação com o público, ao considerar o lugar social de produção como elemento fulcral da operação historiográfica – como propõe Certeau – e estando este lugar fora da academia – no caso, os arquivos – creio que já estou trabalhando com essa variável, uma vez que as “virtudes epistêmicas” dessa profissão têm sido alicerçadas a partir da academia, sendo os produtos desse fazer construídos majoritariamente para interlocutoras desse meio.

Atuar como historiador ou historiadora fora da academia já nos coloca em outra posição diante das demandas sociais, do(s) público(s) e de suas expectativas, perspectiva que explicita a importância de acolhermos e aprofundarmos os debates em torno da história pública, até mesmo para contribuirmos com o delineamento de seus contornos e nos afastarmos da possibilidade de transformá-la em uma panaceia: consolidar compreensões sobre seus pressupostos evitará que tudo o que se fizer para além da academia, ou de dentro dela voltado a amplos públicos, seja quase que automaticamente rotulado como obra de história pública. Não acredito que um guia de arquivo, ou um catálogo de determinado acervo, possa simplesmente receber essa “etiqueta” apenas por ter sido o produto do trabalho

³⁰⁹ NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 18-34, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31121>. Acesso em: 30 abr. 2019, p. 20-21.

de uma historiadora posicionada nas fileiras de dentro da instituição, considerando inclusive que esse produto pode ser fruto do trabalho de outras profissionais. Não há exclusividade nesse fazer, ou, ao menos, não é um fazer exclusivo da história pública ou da história, de modo que se torna importante problematizar qual o olhar específico essa disciplina tem a lançar no sentido de contribuir com as demandas dos arquivos e de seus públicos.

Nicolazzi está correto ao propor que nossas reflexões epistemológicas não se concentrem apenas nos postulados de produção, mas que sejam expandidas para “os planos da circulação e da recepção do conhecimento produzido” (Ibidem, p. 21). De acordo com a análise que apresento a seguir, parece-me certo que a “dimensão da legitimidade do trabalho intelectual” (Ibidem, p. 27) nos arquivos em muitos casos depende de virtudes que nossas interlocutoras estabelecem como demanda, mais do que de virtudes epistêmicas dadas nos marcos da disciplina da história. Resta pensar se a expansão das reflexões epistemológicas para incorporar a esfera da recepção é suficiente nesses casos, ou se a própria reflexão sobre os postulados de produção precisa ser ampliada, afinal, mesmo os “modos e princípios que orientam a construção do saber historiográfico” (Ibidem, p. 21) não parecem ser suficientes para analisar os saberes e produtos originados de nossa prática em arquivos.

Com isso em mente, adentro o mundo dessa produção já com uma provocação: se as praticantes da história como disciplina acadêmica aprendem a serem historiadoras na relação objetiva e subjetiva com sua “classe”, ou com seu campo (para dar consequência à invocação de Bourdieu como inspiração) e a partir dessa relação, do compartilhamento de conceitos, de textos, de opiniões, desenvolvem “habilidades cognitivas específicas, mas também referências não-epistêmicas em relação às quais eles se posicionam como historiadores – política, ética e esteticamente”³¹⁰, como fica a praticante da história pública, distante da disciplina acadêmica? Com quem partilha relações objetivas de formação e subjetivas de constituição enquanto profissional e ser no mundo? Estaríamos tratando de pessoas que acabam por constituir um *campo* diverso, marcado por *habitus* próprios?

Penso que, ao reconhecer a história pública como esfera importante de atuação, e ao admitir a pressão da demanda de públicos diversos sobre ela – pressão que precisa ser considerada e problematizada – não é possível descuidar das virtudes epistêmicas, sob o risco de diluirmos nossa identidade profissional a ponto de restar apenas certo “capital

³¹⁰ OHARA, João Rodolfo Munhoz, apud NICOLAZZI, Fernando, op. cit., p. 28-29.

simbólico”³¹¹ quando carregamos o título de historiadoras, ou de deixarmos de qualificar nossos espaços de formação a ponto de adequarem-se às novas demandas.

Formular estes questionamentos reportou-me a um diálogo que, embora seja extenso quando trazido em forma de citação direta, me parece proveitoso compartilhar nesse momento inicial mais provocativo, que convida a pensarmos juntas. Foi travado em uma das entrevistas presenciais realizadas em São Paulo, com o historiador Bruno Pereira Silva Cunha, lotado no Centro de Gestão Documental do APESP. Nos encontramos em outubro de 2018, e o ingresso de Bruno na instituição havia se dado em dezembro de 2017. Concursado para o cargo de executivo público, articulou-se por meio de contatos pessoais para conseguir a transferência de sua unidade de origem, setor de contratos da Secretaria Estadual de Educação, e desde então presta assistência aos órgãos que fazem parte do SAESP. Quando o questionei sobre onde enxerga a contribuição de sua formação no cotidiano de trabalho no Arquivo, ou se chega a pensar nisso no dia a dia, o entrevistado comentou, em tom reflexivo:

B: A **questão da história** ficou muito em relação ao trato pessoal que eu tenho com as pessoas, para fazer o meio campo, que não sei por que, mas parece que **dá uma chancela**, não sei por que, né... Chega lá e dizem: “oh, tem historiadores aqui para fazer uma reunião conosco, que é do Arquivo”. Parece que dá uma chancela. Mas na parte de tudo o que eu vi em historiografia, **aquilo que eu vi na graduação mesmo, hoje na prática eu vejo pouco**, porque basicamente aqui o que eu vejo é mais a questão da estrutura dos órgãos, né? E da análise do documento. Então acho que se eu fosse alguém da Letras, ou das Sociais, da Filosofia, que seja...

C: *Não faria diferença...?*

B: A meu ver, acho que não. Depende do que você interpreta do documento naquele momento ali. **Talvez exista algo perdido** na relação da minha compreensão do documento para a prática, algo que tenha a ver com a história, **mas agora, assim, eu não consigo te dizer**. [...]

C: *Quando há uma discussão a respeito de temporalidade, amostragem, ou o que será de guarda permanente e o que não vai ser, essas discussões passam por ti de alguma maneira?*

B: Passam, passam.

C: *E tu acredita que o teu olhar enquanto historiador contribui para isso, ou é muito mais o que a administração pública vai precisar dessa documentação?*

B: Nas reuniões **esse embate na minha cabeça sempre existe**, existe. Porque se fosse como historiador diria: esse documento precisa guardar por 60 [anos] ou permanente. Mas se é da administração pública diz: esse documento aqui, em cinco anos prescreve. Então esse debate acontece, por conta do lado do historiador mesmo, que alguém vai precisar disso para fazer uma pesquisa.

C: *E tu verbaliza isso ou só fica pensando...?*

³¹¹ Cf. BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, jul./2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

Não, **eu só fico pensando**. [*risos*] Fico pensando mesmo, porque, como nas reuniões com os órgãos, porque os órgãos são... posso falar...? **querem que a reunião acabe logo**. Me falam: “vou eliminar esse prontuário quando?”, “eu posso queimar?”, falam: “eu posso queimar quando?”.

C: E chegam a falar nesses termos?

Ah, direto! Direto. Direto. Eu estava [prestando assessoria] na Administração Penitenciária por dois meses, que também é outro órgão super sensível, né? E tinha uns que em tom de brincadeira “barra” sério: “não vejo a hora de ter uma outra rebelião aqui”. Só para queimar, porque precisa de espaço. É uma piada que podia ser verdade. Porque eles arquivam tanta coisa que em tese não precisa, que o espaço acaba ficando prejudicado, né? E acaba ficando essas piadas: “oh, quando teve rebelião em 2012 sei lá onde **teve uma queima de arquivos aqui e gerou espaço**”.³¹² [Grifo meu]

Muito pode ser considerado para localizar as impressões de Bruno e auxiliar na análise: a escassez de espaços oportunizados dentro e fora das instituições arquivísticas para questionar e consubstanciar o lugar da história no fazer cotidiano; seu ingresso recente no APESP e consequente curto prazo para maturar sua inserção; assim como sua lotação em um setor dedicado à gestão documental – ao longo do capítulo abordarei essa questão, mas creio que não gero dúvidas ou discordâncias iniciais se apontar, desde já, que essa costuma ser a frente de trabalho dos arquivos que guarda maior distância teórica e prática em relação ao conhecimento adquirido junto à formação acadêmica em história. Talvez, com o tempo, sua percepção quanto ao impacto de ser historiador possa alterar-se. Considerando minhas fontes de modo global, creio que as habilidades de escrita, interpretação, historicização e argumentação, adquiridas no curso de história, certamente incidem, e incidirão, positivamente em sua atuação. Mas alguns apontamentos são marcantes: assim como senti-me ao chegar ao APERS, e assim como ouvi de outras colegas nessa trajetória (tanto profissional quanto de mestranda), confirma-se a dificuldade em identificar como e quando mobilizamos a história ao adentrar em uma instituição arquivística: “talvez exista algo perdido... mas agora, assim, eu não consigo te dizer”; há, sim, pressões de diferentes públicos, como percebemos na dicotomia entre a possível pressão de pesquisadoras da história desejando acessar certos documentos *versus* a pressão de quem deseja que “a reunião acabe logo” e de preferência com a definição de um curto prazo de guarda para determinado conjunto documental; nem sempre é fácil lidar com as pressões – as vezes precisamos ficar “só pensando” –, nem sempre estamos preparadas para isso, por mais que determinados

³¹² CUNHA, Bruno Pereira Silva. **Bruno Pereira Silva Cunha**: entrevista [18 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio de 1h e 02 min.

imperativos éticos nos compilam a defender alguns interesses “do campo” e estejamos travando verdadeiros “embates” internos.

É claro que estou pensando um tanto a argumentação a partir desse trecho de entrevista para conduzir quem me lê em certa linha de raciocínio. Talvez o próprio Bruno não sinta essas pressões de modo tão intenso como eu fiz parecer – tomara que em um futuro breve ele tenha a chance de conhecer o texto e devolver-me comentários sobre como se sentiu lendo tudo isso! Mas a sensação de entrave, ou a dificuldade de enunciar-se desse lugar, não ficou perceptível apenas na conversa com ele, assim como não ficou restrita a quem trabalha na área da gestão documental, expressando-se de diferentes modos também entre quem atua com o tratamento de acervos ou difusão, por exemplo. Perguntar onde se expressa, no trabalho do arquivo, a historiadora que há em nós, certamente provoca em muitas um movimento de reflexão ao qual nem sempre somos convidadas, e que talvez por isso se torne tão complexo. Uma das colegas, ao ser questionada sobre “quais as principais possíveis contribuições de uma historiadora atuando em uma instituição arquivística” (pergunta 9 do Questionário), escreveu:

Infelizmente, não houve tempo hábil para desenvolver a reflexão proposta (...) É importante ter em mente que, por vezes, a alienação provocada pelo trabalho nos afasta de pensar nossa ação no mundo. Algo profundamente prejudicial. De todo modo, o papel do historiador é fundamental para a instituição arquivística, assim como [de] outros profissionais, tais como: o próprio arquivista (muito poucos no [*nome do Arquivo*]), advogados, administradores, geógrafos, etc. Ultimamente, venho trabalhando com documentos digitais e penso sobre as mudanças pelas quais passarão a memória e de como profissionais cuja matéria-prima são os registros da ação humana, tais como o historiador, precisarão repensar seu ofício. (*D11*, p. 2)

Poucas linhas que condensam conceitos e sentimentos densos. Em nossa sociedade o trabalho ocupa um lugar central na constituição dos sujeitos. Um lugar material, é claro, mas também simbólico. Investir em uma profissão; engajar-se nela; almejar valorização para si e para a área; por vezes obter sucesso, por outras, frustrar-se, e em algum momento ter que olhar para isso tudo em um movimento de avaliação pode mobilizar muitas reflexões e sentimentos. O quanto falar de si no arquivo – e digo no arquivo porque este é o objeto da presente dissertação, mas creio que a reflexão caiba para pensar outros lugares de inserção profissional – ocupa em nós não apenas um lugar teórico, mas *emocional*?³¹³ Lendo

³¹³ Essa compreensão sempre esteve presente para mim. Tanto que desde o projeto de pesquisa abracei o diálogo com Marc Bloch para dizer que sabia o quão sensível pode ser para qualquer “artesão envelhecido no ofício” refletir e prestar contas de seu fazer (ver pág. 30). Mas decidi escrever este parágrafo e seu entorno a partir do contato com a introdução do livro “**Flavio Koutzii: Biografia de um militante revolucionário – De 1943 a 1984**” (Porto Alegre: Editora Libretos, 2017), escrito por Benito Bisso Schmidt, meu orientador. Não

questionários, conversando com pessoas que ocupam um lugar muito similar ao meu, fui aos poucos percebendo a densidade do convite que eu estava fazendo ao pedir que, junto comigo, refletissem sobre o que significa ser historiadora no lado de dentro do balcão dos arquivos.

Parece-me que, ante as diferentes transformações, pressões e demandas do(s) público(s) e do mundo do trabalho, a relação entre a flexibilidade qualitativa e a descaracterização de nosso ofício pode colocar-se como um imperativo ético, para o qual não encontraremos consensos sem firmarmos bases epistêmicas que coloquem a prática acadêmica e a prática pública em diálogo, sem hierarquias, o que passa por permitir-se olhar para dentro, questionar certezas e desvelar os meandros do fazer cotidiano: a partir do aspecto com o qual poderá contribuir a presente dissertação, o que realmente fazem e como percebem-se as historiadoras dos arquivos quando estão em ação?

2.1 Historiadoras em Arquivos: experiências de trabalho e percepções de si enquanto profissionais da história

Concluí o primeiro capítulo trazendo um panorama a respeito de quem e quantas são as historiadoras lotadas nos arquivos públicos estaduais, qual sua formação acadêmica e formas de contratação. Agora, parto das atividades referidas nos questionários como sendo as atribuições e os tipos de produtos por elas desenvolvidos – que busquei categorizar e quantificar em uma estratégia de acercamento dessa realidade – para, cotejando questionários e entrevistas, construir uma narrativa a respeito de suas experiências, de como se afirmam enquanto profissionais da história na relação com a própria formação e com um

foi uma indicação dele. Na verdade, eu queria muito ler essa biografia, não por necessidade acadêmica direta, ou por um interesse específico na história de Flávio, mas porque ansiava por dedicar um tempo maior a “conhecer” o Benito como historiador, ler um texto dele atual e com o qual eu sabia que ele havia se envolvido de modo profundo. Mas o atropelo da vida e a obrigação com o mestrado me fizeram prometer “às deusas” que não iniciaria nenhum livro “por prazer” antes de acabar a dissertação, e assim o fiz. Mas um dia desses (já em 2019, todos os prazos esgotados) a Laryssa Fontoura, que atua como estagiária no núcleo que eu coordeno no APERS, estava lendo-o em nossa ilha de trabalho, e suspirou, super envolvida. Eu, que já nem estava curiosa, pedi que Laryssa comentasse. Foi quando ela leu uns dois parágrafos da introdução, suficientes para que eu pudesse reafirmar a certeza de que não havia sentido em tentar escamotear ou apartar sentimentos quando da análise e da escrita dessa dissertação. Benito reflete sobre o quanto o processo de construção da biografia de Koutzii mobilizou do universo emocional de ambos, biografado e biógrafo, ao longo dos anos. Fala dos tempos necessários que deram entre si nesse percurso. Para mim, aqueles eram dias difíceis, de poucas energias e muitas tarefas. De questionamento interno quanto a minha capacidade de dar sentido e pôr em texto a enorme quantidade de dados, produtos, experiências e sentimentos que mobilizei. Mas naquele instante, reconectei-me com o exercício de pensar sobre quem sou no mundo ocupando os espaços que ocupo, e sobre o quão legítimo é afirmar as subjetividades epistemologicamente. Comprei a biografia, li a introdução, voltei para acrescentar algumas linhas no texto, e nesse momento enxergo-a na estante: falta pouco.

cenário interdisciplinar de atuação. Compartilho reflexões que são a forma como eu identifiquei e senti aproximações, distanciamentos e tensões desses fazeres em relação ao que temos percebido quase “canonicamente” como sendo o fazer da historiadora profissional, que produz conhecimento histórico a partir de perguntas sobre o passado operando historiograficamente.

As atividades foram citadas especialmente em resposta à questão três do questionário: “quais foram ou são as principais atividades com as quais te envolveste na instituição?”. Na maior parte dos casos foram mencionadas de modo geral, embora eu tenha solicitado que, sempre que possível, fossem registrados “o título das ações e links para acesso a seus registros/produtos, ou outros caminhos pelos quais eu possa acessá-los – locação em bibliotecas, consulta local no Arquivo, compra, doação”. A seguir, um primeiro exemplo de como se manifestaram:

Atuei até o momento em gestão de documentos orientando órgãos da administração pública federal, elaboração de instrumentos de pesquisa (inventários, guias, catálogos, incluindo estudo de história administrativa e biográfica dos produtores dos acervos), produções editoriais (séries temáticas como Cadernos de Pesquisa do ArPDF, publicação do guia de acervos do ArPDF e de Sistemas informatizados de acesso), organização de eventos, concepção e montagem de exposições, atendimento aos usuários, cursos de capacitação de servidores em gestão de documentos, organização de fundos documentais. (A1, p. 1)

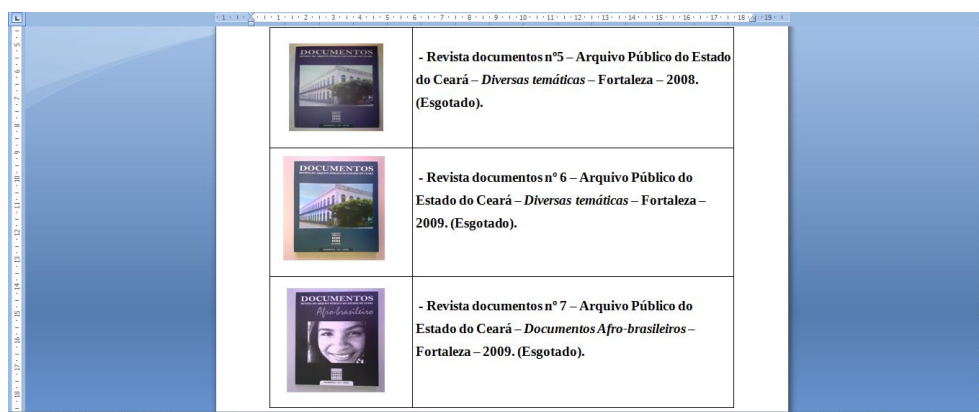
Partindo desse exemplo, logo que recebi os primeiros questionários acreditei que seria um problema para a análise que pretendia empreender não ter recebido o título e a indicação de como acessar ao menos um dos instrumentos de pesquisa, uma das produções editoriais elaboradas, ou quais os temas, programas e acervos mobilizados nos eventos e exposições produzidas, quais os procedimentos no atendimento às usuárias, quais foram exatamente os fundos documentais tratados, qual o programa dos cursos e as orientações específicas quanto à gestão documental, etc. Desejava problematizar *se e como*, na produção de um guia de acervos, por exemplo, manifestar-se-iam ou não as fases da operação historiográfica, conforme discutidas por Michel de Certeau e Paul Ricoeur (o que aprofundarei no tópico seguinte em diálogo direto com os produtos selecionados enquanto amostra). Para isso apenas saber que determinadas colegas produziram “guias” ou “exposições” não me parecia suficiente. Entretanto, recebi outros questionários com apontamentos mais detidos, como este:




Coordenação do Projeto de Higienização, identificação, descrição e digitalização de documentos do período colonial e imperial produzidos e recebidos pelo governo da

capitania e governo da Província do Ceará; Coordenação do Projeto Memórias Reveladas: as lutas políticas no Ceará (1964-1985), em parceria com o Arquivo Nacional; Exposição sobre as Secas no Ceará (1877-1879-1915 e 1932), realizada em 2016; Coordenação do Projeto de Implantação do Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Estado do Ceará (2013- 2014); Membro do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO (2013-2016); Membro do Conselho Nacional de Arquivos (3/06/2015 a 3/06/2017 e de 3/08/2017 a 03/08/2019), suplente do representante de Arquivos Públicos Estaduais do Brasil; Supervisão da elaboração do *Guia de Fontes da Chefatura de Polícia da Província do Ceará (1826-1889)*, 2013, 2014 e 2015. (B4, p. 1)

Aqui, após a resposta à última pergunta, entre as páginas três e seis foi elencado um rol de publicações institucionais em uma tabela, como pode ser observado abaixo:

Figura 1: Print do Questionário B4, pág. 6.



	- Revista documentos n°5 – Arquivo Público do Estado do Ceará – <i>Diversas temáticas</i> – Fortaleza – 2008. (Esgotado).
	- Revista documentos n°6 – Arquivo Público do Estado do Ceará – <i>Diversas temáticas</i> – Fortaleza – 2009. (Esgotado).
	- Revista documentos n°7 – Arquivo Público do Estado do Ceará – <i>Documentos Afro-brasileiros</i> – Fortaleza – 2009. (Esgotado).

Logo me dei conta de que, se não seria possível realizar análises mais detidas dos produtos oriundos do fazer de cada historiadora que respondeu ao questionário, não tinha sentido preocupar-me no espaço do mestrado com a referência completa a eles, assim como reconheci que nem sempre seria viável às entrevistadas completar meu instrumento de pesquisa de modo minucioso, devido ao grande volume de trabalho cotidiano, ao grande número de produções ao longo dos anos de atuação, e ao próprio caráter desses resultados, que envolvem autoria compartilhada em equipe e muitas vezes expressam-se na forma de serviços prestados permanentemente, como o atendimento às usuárias ou o restauro de documentos.

A partir dessa compreensão, li e reli os questionários destacando os diversos envolvimento e traçando conexões entre eles para afinar categorias a partir das quais fosse possível analisá-los. Achei importante apoiar-me em referências para não construir uma classificação aleatória, e de forma quase natural fui recorrendo a leituras da área de arquivos, a maioria já citadas até aqui, que abordam as diversas atividades desenvolvidas dentro das instituições, como a própria legislação, os escritos de Heloísa Bellotto sobre o tratamento de

arquivos permanentes, ou a coleção “Como Fazer?”, publicada entre 1998 e 2003 pelo Arquivo Público de São Paulo em parceria com a Associação de Arquivistas daquele estado.³¹⁴

Nesse processo ficou evidente que o trabalho das historiadoras no lado de dentro do balcão dos arquivos, e os produtos dele resultantes, em geral não são analisados no campo da história. O único texto que consultei mais diretamente nesse momento da análise produzido por e para historiadoras, pensando nossa atuação nessas instituições, foi o documento resultante do já referido evento *O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos*,³¹⁵ que aborda a diversidade de fazeres e contribuições possíveis a partir das necessidades ou funções dos próprios arquivos, mas que não tinha como objetivo propor uma reflexão epistemológica a respeito do que significa e implica ser historiadora a partir desse lugar social.

Ler tais respostas e perceber que essas historiadoras abordam seu fazer empregando uma linguagem adversa aos canteiros da história e por vezes confundem ou amalgamam o “ser historiadora” com o “ser arquivista” parece-me um indicativo do quão rarefeito é o pensar em torno de seu lugar de produção intelectual dentro da disciplina, ou ainda, o quão limitada tem sido nossa forma de pensar a própria “aplicação” da disciplina: evidencia-se que, na prática, atuar como historiadora tem significado fazer mais do que (ou fazer diferente de) construir saberes sobre o passado ou narrativas historiográficas. Significa, também, empregar esses saberes para outras produções.

Apenas ao final de meu exercício classificatório percebi que o quadro que constituí, se pouco dialoga com categorias debatidas no seio da teoria e metodologia da história, pode ser pensado à luz das chamadas “sete funções arquivísticas”,³¹⁶ comumente reconhecidas na

³¹⁴ Dessa coleção consultei especialmente: BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. Projeto Como Fazer, vol. 1. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998; GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. Projeto Como Fazer, vol. 2. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998; CASSARES, Norma Cianflone. MOI, Cláudia. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. Projeto Como Fazer, vol. 5. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000; LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. Projeto Como Fazer, vol. 6. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002; BERTOLETTI, Esther Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo**. Projeto Como Fazer, vol. 7. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. Disponíveis em: <http://arqsp.org.br/biblioteca-digital-da-arq-sp/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

³¹⁵ ANPUH, O perfil profissional..., op. cit.

³¹⁶ As funções arquivísticas são consolidadas pelos escritos de COUTURE, Carol e ROSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Portugal: Lisboa, Dom Quixote, 1998. Para a escrita desse e do próximo parágrafo, além da consulta a Couture e Rosseau, utilizei-me também de SOUSA, Fábio Nascimento. **Funções Arquivísticas**: contribuições para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Monografia de Especialização, Curso de Especialização à distância em Gestão em Arquivos, UAB/UFSM, Cachoeira do Sul/RS, 2013. Disponível em:

literatura da área de arquivos como sendo as esferas de atuação das arquivistas para dar consecução às funções sociais dessas instituições.

As sete funções nem sempre aparecem na mesma ordem, mas seriam: produção (1), enquanto processo controlado de criação ou recebimento de informações registradas; classificação (2), organização a partir de um agrupamento intelectual lógico que respeite a proveniência dos documentos produzidos; avaliação (3), feita a partir da atribuição de valores a eles com vistas a definir prazos de guarda e sua destinação final; descrição (4), enquanto conjunto de procedimentos que permitem recuperar e localizar os conjuntos documentais ou cada um dos documentos a partir de suas características e conteúdo; aquisição (5), ou entrada dos documentos nos arquivos, o que pode se dar por diversos meios, desde o ingresso via protocolo, até “comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência”;³¹⁷ difusão (6), materializada em ações que garantam a divulgação da instituição e de seus acervos, assim como sua acessibilidade, dando a conhecer e aproximando arquivos e suas usuárias, sejam elas reais ou potenciais; e preservação (7), entendida como política integral de combate à deterioração dos documentos, abrangendo tanto estratégias de conservação preventiva que retardam a deterioração dos suportes quanto a intervenção direta por meio da restauração em documentos já degradados.

Creio que as aproximações e os distanciamentos podem ser mais bem observados ao analisar os exemplos recém citados, oriundos dos questionários A1 e B4, separando cada uma das frentes de atuação ou produtos mencionados e compartilhando as categorias que lhes atribuí:

Tabela 5: Exemplos de atividades citadas nos questionários

Exemplo	Atividades Citadas (recortes dos questionários)	Categoria
A1	- Gestão de documentos orientando órgãos da administração pública federal / Capacitação de servidores em gestão de documentos	Assessoria e capacitação em Gestão Documental
	- Elaboração de instrumentos de pesquisa (inventários, guias, catálogos, (...))	Descrição documental
	(...) (incluindo estudo de história administrativa e biográfica dos produtores dos acervos)	Pesquisa histórica para tratamento técnico de acervos
	- Produções editoriais (séries temáticas como Cadernos de Pesquisa do ArPDF, publicação do guia de acervos do ArPDF e de Sistemas informatizados de acesso)	Descrição documental / Produções editoriais

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/114/Souza_F%EBio_Nascimento_pdf?sequence=3. Acesso em: 21 mai. 2019.

³¹⁷ DBTA, op. cit., p. 85.

	- Organização de eventos - Concepção e montagem de exposições	Organização de eventos e exposições
	- Atendimento aos usuários	Atendimento aos usuários
	- Organização de fundos documentais	Tratamento técnico de acervos
B4	- Coordenação do Projeto de Higienização, identificação, descrição e digitalização de documentos do período colonial e imperial produzidos e recebidos pelo governo da capitania e governo da Província do Ceará	Tratamento técnico de acervos / Gestão de projetos e institucional
	- Supervisão da elaboração do <i>Guia de Fontes da Chefatura de Polícia da Província do Ceará (1826-1889)</i>	Descrição documental / Gestão de projetos e institucional
	- Coordenação do Projeto Memórias Reveladas: as lutas políticas no Ceará (1964-1985), em parceria com o Arquivo Nacional	Tratamento técnico de acervos / Difusão / Gestão de projetos e institucional
	- Exposição sobre as Secas no Ceará (1877-1879-1915 e 1932), realizada em 2016	Organização de eventos e exposições
	- Coordenação do Projeto de Implantação do Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Estado do Ceará (2013- 2014)	Normatização da Gestão Documental / Gestão de projetos e institucional
	- Membro do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO (2013-2016) - Membro do Conselho Nacional de Arquivos (3/06/2015 a 3/06/2017 e de 3/08/2017 a 03/08/2019), suplente do representante de Arquivos Públicos Estaduais do Brasil	Representação da instituição em Órgãos Colegiados

A partir da tabela percebe-se que algumas atividades são citadas pelas colegas em unidade, porém envolvem mais de uma função arquivística: as produções editoriais, referidas por A1, exigem habilidades que oportunizem o planejamento e organização de publicações que visam a difusão, especialmente no que toca à construção das séries temáticas – quais conceitos, abordagens teóricas e layout vão conduzir determinada série temática? – assim como exige conhecimentos a respeito do acervo e de fundamentos teórico-metodológicos que permitam sua descrição³¹⁸, seja em nível mais genérico, para a produção de um guia³¹⁹, seja em nível específico ou particular, para a alimentação de sistemas informatizados de acesso que em diversos casos exigem a descrição dos acervos documento a documento. Por isso atribuí a tais atividades tanto a categoria “Produções editoriais”, que é parte da função de difusão, quanto a categoria “Descrição documental”.

Já a coordenação da implantação do Sistema Estadual de Documentação e Arquivos no Ceará, referida por B4, exige não apenas conhecimentos sobre gestão documental – como saber o que são e como construir Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de

³¹⁸ O DBTA define descrição como “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (DBTA, op. cit., p. 67). Já “instrumento de pesquisa” é o termo comumente utilizado quando se trata de acervos permanentes, e designa o “Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas” (Ibidem, p. 108). Podem ser catálogos, guias, índices, inventários, repertórios, entre outros.

³¹⁹ O guia é o “instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos” (Ibidem, p. 102).

Documentos, atividades de impacto sobre quase todas as funções arquivísticas – mas também saberes em relação à administração pública, habilidades para articulações políticas e convencimento sobre a centralidade da gestão de documentos no Estado, etc. Por isso atribuí as categorias “Normatização da Gestão Documental” e “Gestão de projetos e institucional”, esta última pensando em uma esfera de atuação que não é afeita necessariamente à história ou à arquivística – na verdade creio que esteja relacionada à gestão de pessoas e à administração envolvendo outros campos do saber – mas que perpassa o cotidiano de trabalho de todas as profissionais que assumem a coordenação de equipes, setores e instituições, e exige habilidades nem sempre desenvolvidas a partir de nossas formações de origem, explicitando mais uma vez os desafios e a riqueza do universo interdisciplinar dos arquivos.

Em outros casos, embora seja necessário mobilizar habilidades distintas até chegar ao resultado almejado, entendo que a atuação está centrada em uma das referidas funções arquivísticas, como na realização de eventos e exposições, que são atividades de difusão das instituições, de seus acervos e do próprio conhecimento produzido em seu seio; ou no tratamento técnico de acervos, que passa pela classificação, avaliação e em alguns casos projetos de microfilmagem, digitalização e indexação de documentos com o objetivo final de tornar os fundos e coleções acessíveis à administração pública e à sociedade.

Ainda com os olhos na Tabela 5 podemos problematizar: quem de nós, na graduação em história ou nos fóruns da área, foi levada a estudar a respeito de gestão documental ou tratamento arquivístico de acervos? Quantas chegaram a manusear instrumentos de pesquisa em arquivos enquanto pesquisadoras de suas salas de consulta, ou ainda, quantas foram estimuladas em alguma disciplina, grupo de trabalho ou seminário em eventos a pensar sobre saberes e técnicas que podem ser empregadas para produzir bons instrumentos, que atendam às necessidades de acesso à documentação do público em geral?

A ausência desses conhecimentos como parte da formação ofertada nos cursos de história foi bastante destacada nos questionários e entrevistas, exceto em um deles, questionário B5, em que foram referidas como fundamentais os seminários de Paleografia e as disciplinas de “Arquivos I” e “Arquivos II” ofertadas durante a graduação.³²⁰ Dos outros

³²⁰ A formação em questão se deu na Universidade Federal de Sergipe (UFS), na década de 1980. Consultei o currículo do curso de história dessa Universidade, já que foi o único caso em que disciplinas específicas voltadas à área de arquivos foram citadas, mas atualmente a grade não mais as prevê. Hoje fazem parte do currículo obrigatório da UFS disciplinas como História e Patrimônio Cultural; Teoria da História I e II; Metodologia da Pesquisa Histórica; e Práticas de Pesquisa. Uma disciplina chamada “Arquivologia” é ofertada

43 questionários recebidos, 21 das pessoas que buscaram estabelecer relações entre as disciplinas cursadas na graduação ou pós-graduação em história e sua atuação profissional (conforme suscitei a partir da questão oito) referiram diretamente não haver qualquer cadeira na grade do curso que capacitasse especificamente para o trabalho em arquivos, a exemplo do que se observa na citação a seguir:

Na graduação em História que fiz na UFMT, não teve nenhuma disciplina relacionada especificamente sobre organização, tratamento e preservação dos documentos. Inclusive, defendo a ideia que os cursos de História contemplem esse assunto, pois a historiografia depende dos vestígios da humanidade deixados através dos documentos. Quando entrei no Arquivo Público, tive que estudar e fazer especialização na área para atender as demandas da Coordenadoria de Gestão de Documentos. (A6, p. 3)

Aqui, pensando para além dos limites disciplinares e tendo a necessidade da preservação das fontes (enquanto vestígios do passado) como justificativa primeira, a historiadora defende a incorporação aos cursos de história de disciplinas que deem conta de saberes arquivísticos. Como ela, muitas outras mencionaram a falta que sentiram de cursos sobre patrimônio cultural, conceitos básicos da arquivologia, noções de tratamento de acervos, paleografia e diplomática.

É perceptível que a compreensão dessa ausência na formação acadêmica se dá mediada pela falta que fazem determinados conhecimentos específicos para atender às demandas das instituições, saberes esses que são a base da formação em arquivologia e que diversas vezes são exigidos das historiadoras pela ausência de profissionais dessa área nos quadros de pessoal. Tais conhecimentos acabam sendo buscados pela unanimidade das colegas respondentes ao questionário, seja por meio de cursos de extensão, especialização, participação em eventos da área de arquivos, ou mesmo através de aprendizado autodidata e com colegas que possuem mais experiência.

Esse último elemento – o aprendizado empírico – também está bastante presente nos relatos. Ao menos 15 pessoas citaram expressamente sua importância, como pode-se perceber através dos seguintes excertos: “acredito que técnicas de arquivo se aprende praticando” (A2, p. 2); “dos pontos mais atinentes ao arquivo, precisei buscar conhecimento paralelamente – sobretudo, a partir de indicação e ajuda dos profissionais com mais ‘tempo de casa’ (A4, p. 3); “senti falta da disciplina de restauro de documentos, infelizmente aprendemos somente com a experiência diária” (B3, p. 2); “nenhuma disciplina trouxe

elementos para o trabalho no Arquivo. Todos os elementos que precisei, fui buscar fora, em cursos de formação continuada ou leitura” (D12, p. 3); “não houve disciplina que me auxiliasse nos trabalhos; tudo o que aprendi foi durante os estágios, os seminários e os cursos livres. Depois, na experiência de trabalho nos arquivos públicos” (D17, p. 3); ou ainda:

(...) busquei ler muito sobre a formação e organização do Poder Judiciário no Brasil e no RS, fiz um curso sobre o tema no Memorial do Judiciário bem específico sobre isso. (...) A parte da gestão documental também realizei curso ministrado pelos nossos próprios colegas arquivistas, muito produtivo por sinal. E fiz leituras por conta para me familiarizar com o tema. (E5, p. 3)

Creio que essas passagens demonstram que estamos tratando do exercício de atividades profissionais distantes daquelas tradicionalmente construídas e pensadas pela disciplina da história, o que exige tanto um esforço de reflexão para a incorporação de saberes que deem maior lastro à atuação dessas historiadoras dentro dos arquivos, quanto o diálogo com o campo da arquivística reconhecendo suas especificidades, sua complexidade – nesse sentido, chama atenção a dissociação ainda feita entre teoria e prática quando o tema é a aplicação de “técnicas de arquivo” – e, sobretudo, reconhecendo a importância do trabalho interdisciplinar, afinal, não seria possível incorporar aos cursos de história todos os conhecimentos demandados pelo trabalho em tais instituições.

Em entrevista, Clarissa Ramos Gomes, diretora do Departamento de Gestão de Acervo/APERJ, destacou tanto a importância do aprendizado empírico dentro da instituição – “Cheguei aqui crua de historiadora, crua de arquivos, de tudo, fui aprendendo tudo aqui”, disse ela – quanto o afastamento entre as áreas a partir da distância que observa em relação à formação das pesquisadoras em história:

Você sai da faculdade sem saber o que é fundo, o que é sério, o que é uma organização multinível mínima. E nesse mundo Google, em que as pessoas acham que basta digitar algo ali e tudo vai aparecer, ou acham que eu sou o Google Imagens – “Clarissa, eu quero foto de um preso político fazendo greve de fome em Ilha Grande” – saem sem esse conhecimento mínimo de como você vai se comportar como pesquisador. Na UFF a Faculdade de Arquivologia está próxima fisicamente, mas numa distância absurda, não tem um intercâmbio, uma comunicação, ninguém sabe quem é professor dali. E o desconhecimento é recíproco. Hoje em dia o curso de Arquivologia também não tem nenhuma cadeira de História. Temos uma colega arquivista aqui que fez na época em que havia uma cadeira de História do Brasil, mas o pessoal que se forma atualmente não tem base nenhuma, e a formação é muito técnica, muito voltada a arquivos correntes, muito voltada para concurso público, tanto que a gente tem dificuldade e não consegue nem trazer arquivistas para cá.³²¹

³²¹ GOMES, Clarissa Ramos. **Clarissa Ramos Gomes**: entrevista [02 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2018. 2 arquivos em .m4a, áudio 1: 45 min., áudio 2: 17 min.

Essa sua percepção não é isolada. Foi manifestada, de algum modo, em todas as entrevistas realizadas. Para Rejane Penna, historiadora que atua no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul há quase 15 anos, a distância entre os cursos de história e de arquivologia é grande, e “ainda falta um longo caminho a ser percorrido para que possamos dar o nome de interdisciplinar para o trabalho conjunto do Arquivista e do Historiador”³²².

Trago mais um exemplo a partir da fala de Daniel Guimarães Elian dos Santos, diretor da Divisão de Processamento Técnico, vinculada ao Departamento de Gestão de Acervo do APERJ. Atualmente cursando arquivologia como segunda graduação, referiu que percebe maior interesse de seus colegas em abordar arquivos correntes e intermediários, gestão documental, e não o tratamento de arquivos permanentes. Para ele, parece haver pouca disposição para a pesquisa em relação aos órgãos produtores dos documentos, uma frente de trabalho que conectaria mais diretamente arquivistas e historiadoras. Comenta o afastamento, também, nos seguintes termos:

Na faculdade de história eu não vi nada sobre arquivos, apenas como fontes mesmo. Não tem nem sinais de como pesquisar, como encontrar, quais são as instituições, o que tem em cada instituição, o que um arquivista faz, sabe? Apenas a fonte. Percebo também pela postura dos pesquisadores no Arquivo [APERJ], pois a documentação volta da sala de pesquisa muito desorganizada. As pessoas não sabem nem manusear o documento.³²³

Ressalto que defender a aproximação entre história e arquivística está longe de significar a defesa da incorporação dos fazeres de uma profissional pela outra, ou que uma área do saber possa ser suplantada pela outra. Creio que uma defesa nos termos de que a formação em história dê conta do trabalho nos arquivos de modo geral seja, além de inviável, atualmente indesejável, sob pena de nos chocarmos com o espaço legítimo que vem sendo construído pela arquivologia, de negligenciarmos os avanços teóricos e as transformações tecnológicas que impactam hoje a ciência da informação, e mais, de desconstituirmos a essência da formação em história naquilo de próprio que ela tem para legar à área. Se em alguns casos as historiadoras não referiram nos questionários essa “ausência” da formação, foi justamente quando optaram por responder abordando a colaboração específica da

³²² PENNA, Rejane Silva. **Rejane Silva Penna**: entrevista [05 dez. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 29 min. e 09 seg.

³²³ SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. **Daniel Guimarães Elian dos Santos**: entrevista [03 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2018. 2 áudios em formato .m4a, áudio 1: 56 min. e 06 seg., áudio 2: 05 min. e 02 seg.

formação em história de modo global, destacando a conexão entre as habilidades desenvolvidas no curso, os acervos das instituições e suas lógicas de produção ao longo do tempo, como demonstrado nos trechos a seguir:

De certa forma minha formação como todo é ligada ao arquivo uma vez que a história vai sustentar todo o acervo do arquivo [que] é composto por documentação histórica. (A3, p. 1)

O curso de História me tornou hábil em construir a estrutura temporal da produção documental do Governo de Mato Grosso. Isso me permitiu montar Códigos de Classificações extremamente complexos que dão conta da documentação (a iconográfica) produzida pela sucessão de secretarias criadas, encerradas, fundidas, separadas, ao longo de mais de 120 anos de República. (A5, p. 2)

De forma geral, as atividades que desenvolvi e desenvolvo [...] guardam relações muito próximas com minha formação. Considero o curso de história importante em sua totalidade para minha atuação profissional. Destacaria as disciplinas de Teoria e Metodologia como fundamentais, sem as quais qualquer trabalho sério na área do conhecimento histórico seria [im]possível. Acho que o curso de história da UFRGS ofereceu uma base bastante sólida, sobre a qual, evidentemente, foram necessários erguer novos conhecimentos, como os da área da informação/arquivologia, por exemplo. (E6, p. 2)

Como entender as diferenças de avaliação em relação a esse tema? Porque para umas historiadoras a formação em história não contribuiu em nada específico para a atuação em arquivos, e para outras expressa-se como fundamental, ou totalmente relacionada? Certamente não são fruto de uma grande diferença entre os currículos dos cursos de formação frequentados, já que há opiniões distintas vindas de profissionais que passaram por cursos de graduação e pós-graduação muito semelhantes, em alguns casos na mesma instituição e em períodos similares.

Paulo Knauss de Mendonça, professor da UFF, ex-diretor do Arquivo Público do Rio de Janeiro e atual diretor do Museu Histórico Nacional, trouxe-me um raciocínio que condensa uma série de sentidos, lançando um olhar que ajuda a compreender essa aparente contradição:

[...] o curso [de história] dá bagagem, mas é ou por acidente, ou por entusiasmo. No fundo, nossas grades curriculares e nossa forma de pensar a disciplina não favorecem isso. Acontece no percurso, nas zonas que escapam do controle. Porque a nossa formação é muito civilizacionista, é muito de respostas e não de perguntas, ou de como é que você faz a pergunta. [...] É preciso entender que o campo do estudo da história é um campo infinito de possibilidades de interrogação.³²⁴

³²⁴ MENDONÇA, Paulo Knauss de. **Paulo Knauss de Mendonça**: entrevista [03 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Rio de Janeiro: residência do entrevistado, 2018. 2 arquivos em .m4a, áudio 1: 50 min. e 04seg., áudio 2: 48 min. e 45seg.

Consideração central: sim, o curso de história nos oferta uma bagagem para o trabalho em arquivos. Entretanto, ela nem sempre se configura de modo direto, com a oferta de disciplinas e atividades voltadas diretamente ao campo do patrimônio, das instituições de memória, da história pública, entre outros, já que nossos currículos são muitas vezes condicionados pelo que ele caracteriza como modelo civilizacionista de formação, o que entendi como um modelo marcado pela dedicação ao estudo da história de determinadas civilizações humanas ao longo de períodos definidos, que acaba por estabelecer redes, vinculações ou identidades dentro de nosso campo; por delimitar as próprias estruturas dos cursos e, em consequência, por forjar espaços de influência e poder, hierarquizando saberes. Tais redes materializam-se em concursos para professoras-pesquisadoras da área de “história do Brasil”, ou de “história da África”, por exemplo, ou em departamentos de história nas universidades organizados em setores como “história da América” ou “história Antiga”, sendo possível observar especializações dentro desses setores, com professoras dedicadas à “história da América contemporânea”, ou à “história Antiga greco-romana”.³²⁵

Na opinião de Knauss, esse modelo acaba por engessar as ofertas ao longo da graduação e pós-graduação, o que não significa que não sejam contemplados quaisquer conhecimentos úteis à atuação como historiadora em arquivos. Aqui, é significativo notar a relevância posta por Knauss naquilo que “acontece no percurso”: nossa formação não se dá apenas dentro das salas de aula, como bem destacado em tantos questionários e entrevistas que marcaram a importância do aprendizado em bolsas, estágios e monitorias, como pode-se observar pelo seguinte trecho, reflexão de Ananda Simões Fernandes, historiadora do AHRs:

³²⁵ Minha curiosidade excessiva e o gosto por (quase) tudo o que se correlaciona com a área da história fez-me tergiversar em diversos momentos ao longo desse processo – outro aprendizado para o futuro, sobre como não é possível proceder muitas vezes. Nesse momento do texto, lutei para não iniciar uma pesquisa a respeito das transformações nos currículos dos cursos de história nas universidades brasileiras ao longo da última década, para pensar se há e como se dá o impacto dos avanços nas discussões e pesquisas em áreas “não civilizacionistas”, para manter o diálogo com Knauss, como memória e patrimônio, educação patrimonial, história e gênero, história pública, história digital ou ensino de história. Percebi que a questão renderia, ao menos, mais um bom artigo, então contive-me. Canalizei tal energia para essa nota, limitando-me a compartilhar o raciocínio com minhas leitoras como quem roga para que alguém abrace essa sugestão de pesquisa (ou indique-me a leitura caso já tenha sido realizada!), e a referir duas iniciativas que fixaram em minha mente e parecem indicar ares – ou seriam ventos? – de mudança: a criação, em 2013, e a manutenção do Mestrado profissional em Ensino de História – ProfHistória, oferecido em rede nacional a partir de programa de pós-graduação stricto sensu vinculado à UFRJ, atualmente com 34 universidades públicas parceiras; e o concurso recentemente aberto pelo Departamento de História da UFRGS para o cargo de professora de História Pública e Patrimônio Histórico Cultural. Seu edital foi lançado em maio de 2019, e a seleção encerrou-se no processo de finalização da presente dissertação.

Cursei Licenciatura e Bacharelado em História, e em nenhum dos dois cursos (com destaque para o Bacharelado) tive acesso a disciplinas que tratassem de arquivos enquanto instituição e o tratamento com fontes que não fosse do trabalho de análise do historiador. Na disciplina de “Técnica de Pesquisa I”, tivemos algumas discussões sobre arquivos e suas fontes, mas em decorrência da necessidade de escolhermos o objeto de pesquisa para a elaboração da monografia. Um aprendizado riquíssimo que tive foi ter sido estagiária por dois anos do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, nos Setores de Publicidade e Propaganda e de Imprensa. Aí tive contato com uma instituição cultural e com um museu que é considerado misto, visto ter setores de arquivos, nos quais trabalhei. Também participei como estagiária voluntária na Organização do Arquivo Particular Tarso Dutra (ironia do destino, do qual sou coordenadora agora!). Tive uma bolsa de pesquisa sobre mão de obra colonial no Rio Grande do Sul, na qual durante dois anos pesquisei no APERS. Essas experiências possibilitaram que eu tivesse acesso às fontes e à pesquisa ainda no período acadêmico, bem como à compreensão do funcionamento e da dinâmica dos arquivos.³²⁶

Ananda parte da explicitação de que o curso de história, em si, não prepara para atuar em arquivos, não traz disciplinas que apresentem conhecimentos específicos dessa área. Porém, logo em seguida, valoriza uma série de vivências experimentadas ao longo da graduação, que foram constitutivas da profissional que ela se tornou. É preciso reconhecer que tal bagagem é oportunizada através da experiência acadêmica, alargando as margens dos processos de ensino-aprendizagem durante o curso para além das disciplinas curriculares. Do mesmo modo, a formação também não se limita ao que está explicitamente grafado nas ementas das disciplinas, ao passo em que não haver uma disciplina específica sobre arquivos no currículo de determinado curso de história não implica negar a contribuição dessa formação acadêmica para a atuação na área em questão.

Com isso, não quero dizer que é desnecessário repensar os currículos e estimular a diversificação das atividades extracurriculares. Mais precisamente, quero referir que não se trata apenas da inclusão de uma ou outra disciplina, mas de uma mudança – ou de um cuidado maior – em todas as abordagens ao longo da formação, de modo que as leituras e discussões presenciais animem a reflexão sobre de onde vem as fontes que embasaram determinadas pesquisas, que por sua vez resultaram nos textos lidos em aula. Para usar um exemplo clássico de nossa historiografia, pensemos nas fontes que estimularam a escrita sobre o

³²⁶ FERNANDES, Ananda Simões. **Questionário**. Região Sul. Recebido em 13 jun. 2018 pelo e-mail clarissa.sommer@gmail.com, p. 3. Optei por empregar, aqui, um excerto do questionário preenchido por Ananda, e não um trecho transcrito de nossa conversa, pois sua escrita deu conta de sistematizar a experiência. Tal relato foi reforçado na entrevista presencial, realizada em dezembro de 2018, de modo que me sinto à vontade para identificar a autoria, diferente do que venho fazendo com as citações dos demais questionários. Procederei dessa forma nos casos em que as historiadoras foram entrevistadas tanto por questionário quanto presencialmente.

“Antigo Sistema Colonial”³²⁷ e o “Arcaísmo como projeto”³²⁸, que instigaram acalorados debates. Mais do que isso, além de suscitar a observação de quais são e onde estão as fontes referidas pelos autores, as mesmas aulas de história do Brasil poderiam ser palco para discussões sobre que percursos garantem o acesso a elas, sobre as implicações da construção de hipóteses de pesquisa com base em conjuntos de documentos que são, hoje, o que restou, fragmentos de produções provavelmente maiores, que acabaram protegidos seja pelo acaso, seja pela ação humana intencional exercida em algum ponto do caminho trilhado entre o passado e o presente.

Nesse sentido, ler Fernando Novais, João Fragoso e Manolo Florentino poderá contribuir para entender, nos campos da teoria da história e da história da historiografia, os processos de construção e de questionamento de modelos explicativos em história. As mesmas leituras informarão e formarão, de modo mais óbvio, sobre o período colonial brasileiro, as relações entre metrópole e colônia, a formação das elites locais e sua mentalidade aristocrática calcada em uma lógica de Antigo Regime, o tráfico transatlântico de escravizadas etc. Mas, além disso, tais textos permitem pensar, também, a respeito do universo de fontes empregado pelos autores, que demarcaram o alcance de interpretações distintas acerca de um mesmo contexto histórico. Como os documentos foram organizados dentro dos arquivos? Como foram identificados e acessados por esses historiadores? Como a análise de inventários *post-mortem* e registros de transmissão de bens consultados por Fragoso e Florentino na década de 1990 possibilitou a formulação da série de constatações sobre a realidade colonial que levou ao questionamento do Antigo Sistema Colonial enquanto principal modelo, formulado por Novais, para explicá-la? Quais as relações se estabeleceram entre a história e as disciplinas que fizeram a mediação entre historiadores e fontes? Quais os instrumentos oportunizaram a gestão e o acesso a elas? Quais as implicações analíticas e explicativas de terem acessado determinado conjunto de fontes, certos tipos documentais relativos a determinado espaço e tempo, em detrimento de outros? Enfim, muitas reflexões mais seriam possíveis. Suscitei algumas para evidenciar que, sim, a formação de historiadoras para atuar em arquivos pode perpassar toda a nossa vivência acadêmica e não somente disciplinas específicas.

³²⁷ NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

³²⁸ FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Porém, concordando com a reflexão de Paulo Knauss, penso que é necessário ponderar o quanto nossa formação está centrada em debater resultados da produção do conhecimento histórico e suas implicações teóricas, “treinando-nos” para buscar respostas a problemas de pesquisa sobre o passado – algo central às demandas da história acadêmica – de modo que acaba pouco estimulando a problematizar a própria formulação de perguntas, deixando de preparar para perceber o universo de “possibilidades de interrogação” existentes no campo da história. Mudar as fontes ou o ângulo do olhar lançado sobre elas já condiciona ou transforma as respostas que podemos encontrar, diria Knauss. Esse vetor da formação – que aponta no sentido das respostas – entrega um obstáculo que se torna mais visível quando nos tornamos profissionais de arquivo: lá dentro, na maior parte do tempo, nossa função não será buscar respostas para perguntas, mas lidar com perguntas, ajudar a identificar fontes que se relacionem com elas, que as aprimorem, muitas vezes as redirecionem ou reformulem. Lidamos com múltiplas possibilidades de interrogação em relação ao passado, certas vezes colaboramos para o sucesso da consecução de operações historiográficas, mas certamente mobilizamos as ferramentas da história de modo diverso do empreendido na pesquisa acadêmica.

Quando contemplamos percepções ora de ausências na formação, ora de conexão entre ela e o fazer dos arquivos, creio que estamos na verdade nos deparando com uma expressão de contradições ainda latentes da própria relação entre a história e a arquivologia no processo de disciplinarização e profissionalização de ambas, abordado acima, de modo que a presença marcante de historiadoras nos arquivos, o ainda pequeno número de arquivistas em seus quadros, e o escasso diálogo entre as áreas obliteram a possibilidade de construir consensos (mesmo que provisórios) quanto a suas contribuições e parecem redundar na exigência de que as profissionais da história deem conta de todas as tarefas que deveriam ser partilhadas em equipes multidisciplinares.

Haike Roselane Kleber da Silva, ex-diretora do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do APESP, que entrou na instituição em 2007 e lá permaneceu por 10 anos, sendo transferida, por sua demanda, para o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), referiu em entrevista ter percebido maior tranquilidade e parceria na atuação de historiadoras com arquitetas do que com arquivistas, já que, no trabalho interdisciplinar entre história e arquitetura, “fica bem claro o que é papel de um e o que é papel de outro, o que ainda não

fica bem na área de arquivos, até porque são poucos os arquivistas” nas instituições do país.³²⁹

Já Maria Teresa Villela Bandeira de Mello, diretora do APERJ,³³⁰ concordou em nossa conversa que meu tema de pesquisa toca em uma “questão de fundo” que se tornou subterrânea, mas nunca plenamente pacífica no Brasil, qual seja, a questão do desenvolvimento de um modelo de arquivística no país organizado a partir da exigência da formação em nível de graduação, segundo ela diferente do que ocorre em muitos outros países, nos quais essa se dá a partir de especializações geralmente cursadas por historiadoras ou profissionais da conservação. Não identifiquei sistematização atual a respeito desse cenário em nível internacional. Em publicação de 1996, Luis Carlos Lopes referia que nos Estados Unidos e Canadá a formação estava centrada em cursos de mestrado, vinculados à biblioteconomia, ciência da informação e história, enquanto na América Latina oscilava entre a formação em nível técnico, de graduação e de pós-graduação, sublinhando uma polêmica entre T. R. Schellenberg e H. G. Jones, nos anos de 1970, a respeito de qual deveria ser a vinculação acadêmica dos cursos:

Jones acreditava, à moda europeia, que o ensino arquivístico deveria ser uma especialização dos cursos de história e que deveria estar intimamente atrelado ao sistema público de arquivos permanentes do país. Schellenberg advogou a associação com os cursos de biblioteconomia, mesmo reconhecendo o risco de se difundir a ideia de que a metodologia biblioteconômica era suficiente para a gestão arquivística. Temia que um pendor excessivo para a história pudesse impedir uma administração dos arquivos mais objetiva e vinculada a interesses mais amplos. (...) Todavia, o problema permanece em aberto.³³¹

A referida polêmica³³² insere-se no cerne das transformações já referidas da arquivística e da história a partir de meados do século XX, e que Maria Teresa traz à

³²⁹ SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Haike Roselane Kleber da Silva**: entrevista [17 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 57 min.

³³⁰ MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. **Maria Teresa Villela Bandeira de Mello**: entrevista [02 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 1h 01 min.

³³¹ LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996, p. 132-33.

³³² Couture, Ducharme e Martineau, em publicação de 1999 a respeito da formação e pesquisa em arquivística, também referem essa polêmica, afirmando que a questão da vinculação institucional, seja aos departamentos de história ou de biblioteconomia/ciências da informação “fez com que se gastasse bastante tinta desde o início do século XX. Na década de 1980, chegou a um ‘consenso apático’, o qual consiste em aceitar indiferentemente todas as fórmulas possíveis”. (COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel; MARTINEAU, Jocelyne. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999, p. 33.). Interessante notar que, no parágrafo seguinte, após colocarem a corrente da ciência da informação como nitidamente dominante, as autoras comentam que “Mesmo em estado de regressão, a tendência pró-história tem retomado sua força, de modo ligeiro, nos Estados Unidos, sob a impulsão dos especialistas em história

discussão de modo bastante perspicaz, fazendo refletir sobre a permanência de disputas entre campos profissionais e de embates teóricos nem sempre consensuais:

Tem uma questão de fundo que nem se coloca mais, até em função dos números de cursos de arquivologia, né? Mas assim, o Brasil é um dos poucos países do mundo em que a arquivologia é graduação. Mudou um pouco isso, mas entre as escolas mais tradicionais que a gente conhece, francesas, a inglesa, etc e tal, eram historiadores ou conservadores que foram fazer um curso de especialização, enfim. Na década de 80 e 90 tinha muita [discussão], quando começaram os embates, né? Até com a questão justa e legítima dos arquivistas de quererem ocupar os espaços nos arquivos, nas instituições, não acho que não seja justa, não, mas se levantava muito isso: na verdade, precisa de ter graduação? Hoje em dia não se coloca mais isso, mas é uma questão de fundo. Eu acho que a arquivologia se desenvolveu no mundo, não só nos cursos de graduação, tem várias pós-graduações agora, né? E muitas vezes mesmo, tirando aquelas figuras que foram as figuras que meio que fundaram alguns cursos, que vieram da história.³³³

Maria Teresa desenvolveu uma reflexão que nos conectou com o tempo da “fundação” da arquivologia brasileira, fortemente marcado pela atuação de profissionais com formação original em história, mas que passaram a dedicar-se à consolidação de cursos universitários de arquivologia, de programas em instituições arquivísticas e de bases teórico-metodológicas para a área. Assim, tendo em vista o ainda escasso número de arquivistas formadas, mas o paulatino crescimento desse contingente na atualidade, a diretora do APERJ ponderou a necessidade de historicizar essa relação, de considerar a existência e a convivência de diferentes gerações de profissionais formadas em realidades diversas, e que hoje, de modo legítimo, buscam inserção nos espaços dos arquivos.

A ótica das gerações ficou especialmente evidente a mim quando passei a analisar os áudios das entrevistas: parece-me sintomático ouvir Daniel Elian e Clarissa Ramos, jovens profissionais da história, na casa dos trinta anos, relatando a necessidade que sentiram de buscar formação em arquivística não apenas para instruir seus trabalhos técnicos, mas também para sentirem-se respaldados dentro do arquivo. A fala de Ananda Fernandes também fortalece a possibilidade de análise da relação entre historiadoras e arquivistas por esse prisma. Ela relata a experiência de atuar no AHRS antes e depois da chegada das primeiras arquivistas em décadas de existência da instituição, e da assinatura de um convênio

pública que desejariam juntar uma especialização em arquivística no seu currículo.” (Ibidem). Considerando os marcos dessa dissertação, é importante pensar nos aportes a literatura e o diálogo com a experiência norte-americana poderá trazer para a reflexão sobre a atuação de historiadoras nos arquivos brasileiros. Nesse sentido, vale sublinhar que a tradição estadunidense de separação entre *archives* e *records management* corrobora a essa construção, já que os processos de gestão da documentação corrente e intermediária ficam sob responsabilidades das administrações, enquanto os documentos permanentes – já de caráter históricos – são o eixo central de atuação das pessoas com formação em arquivística naquele país.

³³³ Ibidem.

com o curso de Arquivologia da UFRGS, a partir do qual pôde atuar em parceria com o professor Jorge Vivar, finalmente entendendo “o que é um quadro de arranjo, como é que se classifica, as tipologias, aprendi a fazer uma descrição nas normas arquivísticas”.³³⁴ Ela conta que, em sua atuação inicial, “tudo foi muito em cima do pragmatismo mesmo, na prática. Os primeiros fundos fazendo bastante errado, né? Mas claro, dando a difusão e o acesso ao pesquisador” (Ibidem), e reconhece um processo de transformação marcado pela identificação da necessidade de acolher procedimentos arquivísticos internacionalmente normatizados, superando equívocos quanto ao tratamento de acervos ao longo dos anos na instituição, muito pautado em interesses temáticos da área da história.

Ouvir e analisar sua fala colaborou para que eu pudesse entender que a força motriz desse processo geracional de mudanças na práxis dos arquivos não está centrada na metamorfose de uma ou outra profissão apenas, mas em um processo dialético de transformação da própria concepção de arquivo, em resposta a novas tecnologias, novas demandas sociais, novas formas de produzir documentos, de organizá-los, transmiti-los e usá-los. Assim, para perceber gerações em correlação, não precisamos que haja a convivência no mesmo espaço e tempo entre arquivistas da “velha guarda” e recém-formadas. Se, durante muitos anos, no Rio Grande do Sul não havia arquivistas de formação no AHRS, ao passo em que no vizinho APERS elas atuam há quase três décadas, é porque a ideia muito arraigada no Brasil de um arquivo voltado à história (no qual a atuação das historiadoras sempre foi peça-chave) *versus* um arquivo voltado à administração e à gestão do Estado (mais identificado com o perfil profissional das arquivistas) fez-se presente e alcançou sentido, expressando-se de forma marcante no Rio Grande do Sul – com a manutenção da existência de dois arquivos institucionalizados – mas certamente não apenas aqui: embora a literatura e os fóruns internacionais da área apontem na atualidade para a indissociação entre o caráter histórico cultural e o caráter estratégico de gestão dos arquivos pensando suas funções e o próprio ciclo dos documentos de modo integrado ou em fluxo contínuo,³³⁵ como já apresentei no primeiro capítulo, há estados em que tais instituições públicas ainda são denominadas como “históricas” e centram suas ações nos chamados

³³⁴ FERNANDES, Ananda Simões. **Ananda Simões Fernandes:** entrevista [12 dez. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 46 min. e 24 seg.

³³⁵ Essa perspectiva de compreensão é característica de algumas das mais atuais abordagens teóricas da arquivologia, como a australiana *Records Continuum* ou a canadense *Arquivística Integrada*, que fazem parte de um quadro mais amplo dentro do pensamento arquivístico que Clarissa Schmidt chama, em seu esforço de sistematização, de “Arquivologia Contemporânea”. Ver: SCHIMDT, Clarissa, op. cit., p. 216-23.

documentos permanentes, não mantendo relações com os processos que se estabelecem desde a produção documental (o caso de Goiás e do Pará), e há outros em que suas atividades seguem voltadas centralmente ao atendimento da pesquisa histórica, embora não carreguem o termo “histórico” no nome, sem que ainda tenha sido possível desenvolver a percepção do lugar estratégico que a gestão documental pode ou deve ocupar frente à Administração Pública (como percebi em relação aos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Sergipe, por exemplo).

Essa tensão entre concepções também ficou candente no diálogo com as servidoras do APESP, que foram unânimes em narrar, por diversas óticas, os conflitos vivenciados internamente ao longo do processo de enraizamento do atual Departamento de Gestão do SAESP, já nos anos 2000, quando a direção da instituição passou a investir mais nesse papel estratégico, chocando-se com a tradição de arquivo histórico, que lá mantinha-se identificada com o Departamento de Preservação e Difusão do Acervo (DPDA). Marcelo Antonio Chaves, historiador que atuou no DGS AESP, especificamente no Centro de Apoio aos Municípios (CAM), e atualmente faz parte da equipe do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, vinculado ao DPDA, como editor da Revista do Arquivo, chegou a referir a impressão de que existiam “duas instituições dentro de uma”³³⁶.

Entendo que a simultaneidade de gerações, que parece marcar um período de transição, não seria vivida sem tensões – tensões essas que eu já sentia quando construí o projeto para essa pesquisa. Nesse sentido, inicialmente pensei tangenciar alguns “vespeiros”, afinal, atuando no dia a dia de um arquivo público estadual, com colegas de distintas áreas, quem gostaria de, em alto e bom tom, levantar perguntas que poderiam soar como: quem de nós aqui é realmente necessária aos arquivos? Ou, quais os limites da contribuição de cada uma, dados por nossa formação? Embora eu já tenha entendido que essas perguntas são falsos problemas, já que todos os conhecimentos que possam ser canalizados para garantir a gestão, o tratamento, a difusão e o acesso aos arquivos são bem-vindos, e já que os limites da contribuição não são dados de forma monolítica, no fundo eu sabia que estas questões estavam presentes, movendo meu interesse de pesquisa. Vivendo em meio à tensão sem saber exatamente onde ela estava, sem saber nomeá-la, eu almejava debatê-la.

³³⁶ CHAVES, Marcelo Antônio. **Marcelo Antônio Chaves**: entrevista [17 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 01h 25 min.

Entretanto, buscando uma saída proveitosa e pretendendo superar a ingenuidade das perguntas que são feitas sem a mediação da historicização e da teoria, amparei-me na análise das experiências e dos produtos do trabalho de colegas historiadoras mediada pelo arcabouço da operação historiográfica para, ao refletir sobre o que de fato fazemos quando somos historiadoras em arquivos, abrir uma agenda positiva de questionamento sobre o papel de nossa disciplina nesse lugar social na atualidade, de modo que não seria intelectualmente ético “escamotear vespeiros”. Nosso papel, sem sombra de dúvidas, é mais um processo do que um dado, e esse processo é constituído em relação: circunscrito, datado, comprimido, alargado ou extrapolado no diálogo, ora mais suave, ora mais conflitivo, com o papel desempenhado pelas demais profissionais com as quais partilhamos o pensar e o fazer cotidiano, como bem alerta Ana Maria Camargo, de sua parte tratando da formação em arquivologia:

Como todo saber introduz descontinuidade na continuidade empírica do mundo, recortá-lo, com o propósito de configurar espaços disciplinares, pressupõe admitir que as contradições derivadas do próprio recorte devem ser objeto de contínuo questionamento. Se entendemos por interface uma superfície de contato, de tradução e de articulação entre ordens de realidades diferentes, no sentido que lhe empresta Lévy, podemos elegê-la como mecanismo profícuo para trazer à tona, compreender e dilatar, em todas as oportunidades que os currículos acadêmicos oferecerem, com seus conteúdos teóricos e práticos, o estatuto ontológico dos arquivos.³³⁷

Se é natural que haja reconfigurações no mundo dos arquivos, respondendo às transformações mais amplas da sociedade, penso que o mesmo tratamento pode ser dado à reflexão sobre a configuração do espaço da história enquanto disciplina nesse universo. Essa linha de reflexão reconectou-me com o pensamento de Pierre Bourdieu em *Homo academicus*, obra citada ainda no Prelúdio: ao analisar o campo universitário francês, o autor percebe uma "crise de gerações" universitárias, exacerbada pelo que ele caracteriza como uma sincronização de crises no Maio de 1968, em um momento de mudanças "morfológicas" na sociedade francesa. No quarto capítulo ele desenvolve o argumento de que a década de 1960 assistiu ao crescimento do número de estudantes e de professoras “subalternas”, assim como ao crescimento da influência externa à academia na consagração das intelectuais, especialmente a partir do reconhecimento na mídia. Pontua também a criação do “Centro de Pesquisa” como elemento que tensionaria a legitimidade da Universidade, assim como a emancipação científica de diversas disciplinas. Tudo isso levava a mudanças morfológicas na academia francesa, e à conseqüente crise de gerações universitárias.

³³⁷ CAMARGO, 2002, op. cit., p. 194.

Em um raciocínio análogo, percebo intensas transformações que geraram análogas “mudanças morfológicas” na relação entre história e arquivística, e, conseqüentemente, uma crise de gerações em seu âmago: o aumento exponencial da produção documental ao longo da segunda metade do século XX – que propulsionou o desenvolvimento de teorias como a das três idades, do valor primário e secundário dos documentos, e da avaliação documental, por sua vez provocando a complexificação do arcabouço da arquivística enquanto disciplina –, o fortalecimento da área de arquivos e sua profissionalização, e as transformações teórico-epistemológicas pelas quais a história enquanto disciplina passou, tudo isso condensado no Brasil especialmente a partir da década de 1980, período marcado pela redemocratização do país, as mobilizações em torno da Constituição de 1988, a complexificação da máquina pública e dos atores sociais, gerando maior demanda por serviços públicos e acesso a direitos, em processo conectado ao rápido crescimento dos cursos de graduação e pós-graduação em história, logo em seguida impactados de diversos modos pelas discussões geradas a partir da *linguistic turn*.

Assim, sinto como se a “nossa crise de gerações”, que correlaciona historiadoras e arquivistas, tenha a ver com uma mudança “morfológica” dentro dos próprios arquivos, a partir do fortalecimento das teorias arquivísticas, da gestão documental como uma necessidade e das novidades trazidas pelo documento digital – permeadas por discussões teóricas e técnicas muito pouco acompanhadas pelas historiadoras – em detrimento da operação historiográfica como paradigma de atuação nesses espaços. A geração mais “antiga” é legatária de um tempo em que essas instituições eram pautadas pela lógica da produção historiográfica, voltadas centralmente aos documentos permanentes. A mais “jovem” nasce inserida em um contexto pautado pela necessidade imperiosa de “controlar” as massas documentais acumuladas – via gestão documental – e pela pressão por expandir o acesso aos documentos e à informação para outros públicos, além da história – a própria Lei de Acesso à Informação explicita essa mudança ao romper, como já referi, a cultura do acesso apenas aos acervos permanentes, tornando obrigatório que o Estado garanta acesso público aos documentos desde a sua produção.

Janice Gonçalves corrobora nesse sentido ao debruçar-se, em sua tese, sobre as trajetórias de arquivos públicos municipais e estadual em Santa Catarina durante o século XX para, em diálogo com elas, analisar os processos de definição, constituição e interação do campo historiográfico e do campo arquivístico naquele estado. A autora afirma que na “década de 1990, os arquivos transitaram entre a memória como culto ao passado e a

memória como exercício de cidadania, atrelando-se a esta última também os imperativos da racionalidade administrativa.”³³⁸ Para mim, esse paralelo ajuda a tornar inteligível a relação entre as diferentes gerações de historiadoras e arquivistas dentro das instituições na atualidade, e a explicitar meu argumento de que o trabalho das historiadoras dentro dos arquivos é importante, mas exige interdisciplinaridade.

Na sequência do diálogo com Maria Teresa Bandeira de Mello, ela comentou uma série de contribuições que lhe parecem próprias, embora não exclusivistas, nas quais as historiadoras podem engajar-se nos arquivos: colaborar com a construção de quadros de arranjo e a descrição de acervos considerando seu contexto histórico de produção de modo qualificado; no âmbito da gestão documental, emprestar seu senso crítico, alimentado pela consciência histórica, para auxiliar na tomada de decisões quanto à destinação final dos documentos; em diálogo com as reflexões e ferramentas trazidas pela história pública, propor e produzir instrumentos de pesquisa e difusão mais amigáveis às usuárias e conectados com as demandas da sociedade. Esse trecho de nossa conversa acabou por sistematizar a essência das contribuições específicas apontadas no material que pude coletar – questionários e entrevistas – e, ao falar de contribuições, sem escamotear as tensões, apontou para um sentido construtivo, justamente o sentido com o qual busquei ler as observações que me foram oportunizadas por essa dissertação, e que me fazem pensar que o enfrentamento das dificuldades e incertezas encontradas no cotidiano de trabalho dos arquivos deve passar – além da luta política e econômica por sua valorização, é claro – pelo esforço de composição de equipes multidisciplinares e pelo estímulo a esse diálogo, tanto na academia quanto dentro das instituições, de modo que as próprias historiadoras sejam provocadas a (re)pensar o lugar e a contribuição específica de nossa área diante da realidade dos arquivos do século XXI, entendendo que as transformações não se dão apenas no âmbito das profissões, mas no âmbito dos próprios arquivos, por vezes colocando em confronto dentro de tais espaços institucionais diferentes concepções do que eles são, ou deveriam ser.

Tendo em perspectiva tais reflexões “de fundo”, como bem classificou Maria Teresa, retomo a tentativa de analisar de forma geral as atividades desempenhadas pelas historiadoras a partir dos questionários e buscar visualizar em que frentes de trabalho estão mais ou menos inseridas. Após classificar as atividades em categorias, agrupei essas últimas

³³⁸ GONÇALVEZ, Janice. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, PPG em História Social, USP, São Paulo, 2006, p. 221. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012007-110719/publico/TeseJaniceGoncalves.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

por áreas de atuação, aproximando atividades que concorrem para um mesmo objetivo e mobilizam conhecimentos próximos. Obtive a seguinte tabela:

Tabela 6: Categorização das atividades referidas nos questionários.

Categorias	Nº. de Menções	Área de atuação	Número por Área
Atividades Administrativas	2	Administração / Gestão institucional	34
Captação de Recursos	3		
Gestão de projetos e institucional	19		
Representação da instituição em Órgãos Colegiados	10		
Atendimento às usuárias	18	Atendimento às usuárias	18
Ações educativas / Educação Patrimonial	6	Difusão	60
Organização de eventos e exposições	26		
Produções editoriais	15		
Visitas mediadas	13		
Assessoria e capacitação em Gestão Documental	12	Gestão documental	23
Normatização da Gestão Documental	11		
Pesquisa/assessoria à pesquisa histórica em acervos para difusão e produções diversas	5	Pesquisa histórica	11
Pesquisa histórica para tratamento arquivístico de acervos	6		
Descrição documental	26	Tratamento de Acervos	58
Preservação de acervos	7		
Tratamento técnico de acervos	25		
Soma:	204		204

Quanto às “**Categorias**”, para não engessar o texto, opto por descrevê-las a partir de exemplos de atividades em uma tabela completa localizada no **Anexo 7**. Elas foram propostas a partir do que os questionários explicitaram a mim, embora em alguns casos seja possível imaginar que, para alcançar determinado objetivo, é necessário empreender esforços presentes em outras categorias. Por exemplo: apenas três pessoas apontaram diretamente que escrevem ou escreveram projetos para captação de recursos, porém, sabendo que diversas referiram coordenar projetos realizados a partir de parcerias e com recursos externos, muitas vezes oriundos de editais, e conhecendo o cotidiano das instituições, em que há equipes reduzidas e envolvimento com praticamente todas as fases de um projeto para que ele seja efetivado, é possível inferir que mais historiadoras envolvam-se com esse tipo de tarefa.

Outro aspecto interessante a destacar são as duas categorias acolhidas pela área “Pesquisa Histórica”: de um total de 204 menções, apenas 11 estão entre aquelas que mais diretamente pareceriam aproximar-se da operação historiográfica. A partir dos

questionários, considero “pesquisa histórica” dentro dos arquivos como equivalente a realizar ou assessorar pesquisa em acervos variados para subsidiar diversas produções de caráter histórico, como laudos e relatórios, publicações impressas ou em mídias sociais, exposições, filmes e documentários; ou ainda, realizar pesquisa, especialmente de história administrativa e biográfica, para embasar a construção de quadros de arranjo e a classificação de acervos em geral, assim como para a descrição arquivística de fundos e coleções, como se observa no seguinte trecho em que a profissional afirma realizar:

Tratamento técnico de acervos (identificação, descrição e organização), **elaboração de história administrativa**, elaboração de instrumento de pesquisa, participação em exposições e seminários, seleção de estagiários e equipe de projetos, **pesquisa histórica**, treinamento de estagiários, visitas técnicas. (D7, p. 1) [Grifos meus]

Tomei o cuidado de computar nessas duas categorias³³⁹ apenas os casos em que as historiadoras especificaram a realização de “pesquisa histórica” entre suas atribuições cotidianas, embora eu saiba que, em muitas outras situações, a pesquisa sobre o passado a partir das fontes está presente. Com isso pretendi evidenciar o quanto tais profissionais são imbuídas de outros instrumentais e manejam outros conceitos, a partir de objetivos distintos daqueles perseguidos pelas historiadoras acadêmicas, tanto que, quando questionadas a respeito de sua atuação, não sentem a necessidade ou não veem sentido de explicitar a pesquisa histórica como parte desse fazer, talvez por termos sido treinadas a reconhecê-la enquanto uma escrita para responder perguntas sobre o passado, que se materializa em determinados formatos de textos, e não em acervos classificados e avaliados, ou em instrumentos de pesquisa que os tornam acessíveis, por exemplo.

Entretanto, apesar do pequeno número de explicitações, é possível afirmar que a pesquisa histórica está presente em muitos outros casos. Percebo essa presença, por exemplo, na resposta à questão três do *Questionário D16*:

Minha principal atividade é a organização e descrição do acervo textual da instituição, que conta com aproximadamente 25 milhões de itens documentais. Isso envolve a elaboração de instrumentos de pesquisa, mas não só, pois precisamos cuidar da movimentação do acervo, do atendimento ao usuário, da produção de certidões e do controle de acesso de alguns documentos de caráter especial. (...) Também somos

³³⁹ Para pensá-las, além da reflexão a partir das próprias respostas aos questionários, apoiei-me na síntese feita pelo GT “A pesquisa feita por historiadores que trabalham em arquivos”, que teve lugar no já referido evento: “[É] necessário chamar a atenção para dois tipos diversos de pesquisa histórica promovida institucionalmente em arquivos: aquela que visa a apoiar o tratamento técnico dos conjuntos documentais e a que se destina a divulgar documentação custodiada, de forma a afirmar a importância da instituição e de seu acervo, chamando a atenção para a potencialidade dos documentos enquanto elementos probatórios e como fontes para a pesquisa acadêmica. Nos dois casos a figura do historiador é central”. ANPUH, O perfil profissional..., op. cit., p. 11.

solicitados para auxiliar na difusão e montagem de exposições. No passado montamos uma exposição baseada num trabalho de mergulho na documentação da colônia, compreendendo seu conteúdo e contexto.³⁴⁰

Entre historiadoras, pensar um “mergulho na documentação” do período colonial pode não deixar dúvidas de que se está empreendendo pesquisa histórica, porém, em geral, espera-se que o resultado seja destrinchar aspectos desse período para elucidar um problema de pesquisa. Aqui, o principal objetivo era lançar luz sobre um riquíssimo acervo salvaguardado pelo APESP, tendo a história como pilar de atribuição de sentido a uma exposição. Foi necessário mobilizar conhecimentos históricos e a participação de historiadoras na equipe parece ter sido fundamental. Ainda assim, se observarmos a difusão enquanto função arquivística, há a reivindicação de que ações correlatas a essa sejam desenvolvidas por arquivistas. Não há na literatura acessada qualquer menção imperativa à presença de historiadoras em equipes de difusão, embora seja possível observar que essa é a área de atuação com a qual mais se envolvem as 44 profissionais que responderam ao questionário, seguida pela área de tratamento de acervos (60 e 58 menções, respectivamente). Reforçando o argumento, trago mais um exemplo no mesmo sentido, de outra região do país:

(...) nossa atuação está voltada para a atualização e catalogação do acervo do arquivo. Contudo, em alguns momentos, nos voltamos para a realização de pesquisas específicas, sobretudo, quando serão realizados eventos ou exposições propostas pelo arquivo. Em 2017, Alagoas comemorou 200 anos da sua independência de Pernambuco, e em comemoração a essa data, foi elaborada uma exposição sobre Alagoas e os seus 2 séculos de independência. Mensalmente o arquivo realiza o projeto "Chá de memória" onde são abordados diferentes temas da sociedade, cultura e política local. Logo, ficamos encarregados de selecionar o material para ser utilizado em tais eventos. (B3, p. 2)

Em ambas situações as pessoas envolvidas atuam centralmente no tratamento de acervos, mas também fazem pesquisas para a montagem de exposições e realização de eventos. Penso, por um lado, que os processos intelectuais e práticos empregados ao selecionar e contextualizar documentos para a difusão da instituição, de seus fundos e coleções não são idênticos àqueles empregados ao realizar pesquisa para a escrita da história. Por outro, acredito que seja possível construir eventos, exposições, publicações e outros

³⁴⁰ A exposição referida chamou-se “Em nome d’El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)”. Foi construída para visita presencial naquele ano, mas segue disponível em sua versão virtual, que exigiu um novo grande esforço da equipe envolvida na adaptação para que todos os materiais expostos continuassem acessíveis e inteligíveis de acordo com a abordagem proposta para a exposição, agora em uma plataforma tecnológica. Disponível em: http://200.144.6.120/exposicao_morgado/index.php. Acesso em 20 mai. 2019.

produtos de difusão com enfoque em temáticas históricas, que resultem até mesmo na produção de narrativas originais sobre o passado, o que pressupõe operações historiográficas nos arquivos próximas à empreendidas na pesquisa acadêmica. Mas essa é uma possibilidade, uma escolha, entre outros caminhos que podem ser adotados para dar sentido narrativo a determinadas ações. Como exemplificarei no tópico 2.2 a partir da análise dos produtos, os fazeres no campo da difusão e ação educativa, ao lado da pesquisa de história administrativa e biográfica para tratamento de fundos e coleções, aparecem a mim como os que guardam maior conexão com o conceito de operação historiográfica, embora isso não me faça defender que apenas nessas áreas a história seja mobilizada ou o trabalho das historiadoras seja importante ou legítimo.

A exposição sobre os 250 anos do governo Morgado de Mateus, por exemplo, não teve como objetivo central fazer com que as visitantes entendessem quaisquer feitos ou conflitos da referida administração, mas evidenciar a lógica da produção e acumulação de documentos naquele período, conhecendo os tipos documentais salvaguardados pelo APESP e percebendo seus múltiplos potenciais à pesquisa, não apenas na área da história. Enxergar que para isso foi necessário mobilizar conhecimentos, critérios e lógicas históricas faz-me defender que, se não há por que tentar igualar as operações intelectuais exercidas na pesquisa acadêmica e na pesquisa dentro dos arquivos tentando abarcá-las enquanto operações historiográficas correlatas, também não me parece o caso de abrir mão do reconhecimento da contribuição da história enquanto disciplina nesse percurso.

Como argumento até o fim do capítulo, defendo que isso se dê a partir de um movimento duplo: de diálogo com a arquivística no sentido da complementariedade e colaboração de saberes, e de aprofundamento das reflexões no campo da história pública no sentido de reforçar bases metodológicas, teóricas e epistemológicas que amparem a atuação dessas historiadoras. Conforme já reivindiquei, há importantes esforços de reflexão inspirados pela antropologia e a etnografia, pela filosofia, pelas problematizações pós-coloniais e decoloniais, que reintroduzem o arquivo no centro do debate teórico-epistemológico da história, como os citados trabalhos de Mario Rufer e Luciana Heymann. Entretanto, ao menos entre a produção que pude ter acesso, não encontrei escritas preocupadas em abordar o que faz a historiadora, e de que textos se acerca – textos aqui entendidos em sentido amplo, “ricœuriano”, como abordarei a seguir – quando mobiliza seus conhecimentos para contribuir com as funções dos arquivos.

Têm-se investido na formulação filosófica em torno do caráter construído do arquivo – quase sempre no singular, demarcando a perspectiva teórica e simbólica –, explicitando-se a importância de historicizar e desnaturalizar seus processos de acumulação. Isso solapa concepções de pretensa neutralidade e invisibilidade das profissionais de arquivo (em geral nomeadas como arquivistas), expondo “a necessidade de romper com o chamado ‘mito da objetividade e da imparcialidade’, e de atentar para a dimensão ativa da prática arquivística”³⁴¹, para o que certamente a formação em história contribui sobremaneira.

Mas, além dessa perspectiva, percebo o ascenso da história pública como *campo de possibilidades* para avançarmos na conexão entre reflexão filosófica sobre os arquivos e reflexão sobre suas *condições de produção concreta*, como reivindica Étienne Anheim,³⁴² pensando também a agência das historiadoras profissionais nesses processos de conformação. Reconhecer no fazer cotidiano das instituições arquivísticas especificidades de quem mobiliza a história para produzir outras coisas, que não narrativas históricas canônicas, ajuda-me a ampliar a questão de “o que faz a historiadora quando faz a história” para “*o que fazem as historiadoras quando fazem e mobilizam a história?*”.

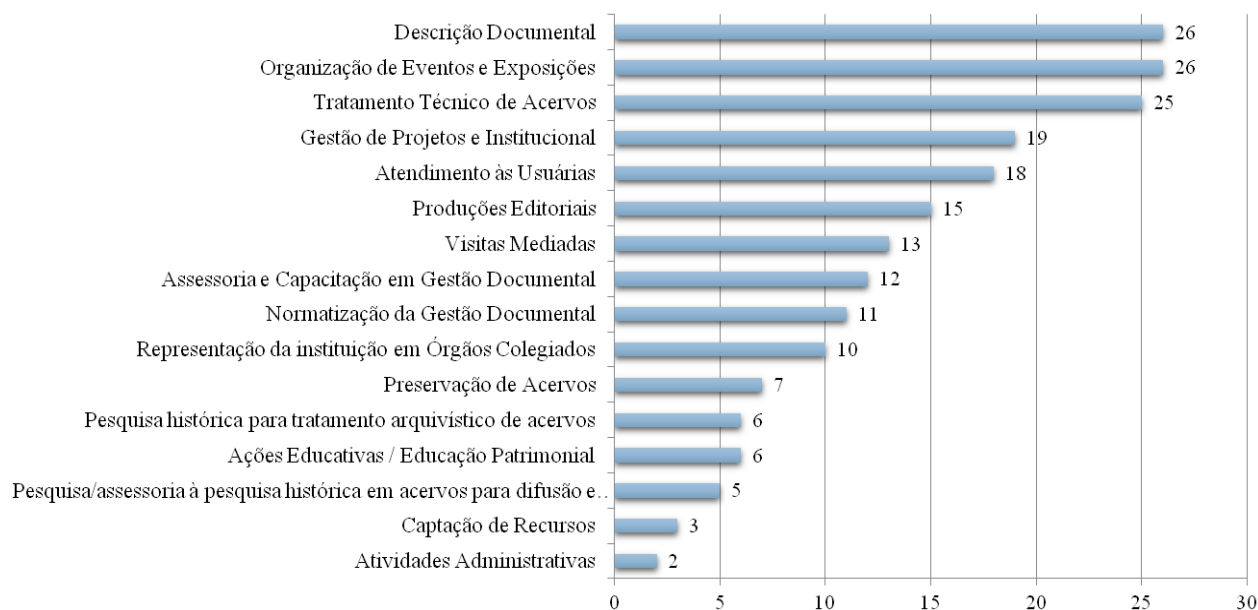
Voltando à análise da Tabela 6, a coluna “**Número de Menções**” corresponde à quantidade de historiadoras que citaram realizar tarefas em determinada categoria. Em quase todas as experiências, as profissionais atuam ao mesmo tempo ou já atuaram ao longo da carreira em distintas frentes de trabalho. Em diversos casos, uma mesma pessoa referiu muitos produtos desenvolvidos em uma mesma categoria (várias publicações, eventos ou exposições; assessoria a diversos órgãos públicos em gestão documental; participação na organização de inúmeros fundos e coleções), porém, marquei apenas uma vez, quantificando os envolvimento por categorias, e não o número de resultados expressos em produtos.

O gráfico a seguir facilita a visualização comparativa entre as categorias:

³⁴¹ HEYMANN, Luciana, 2012, op. cit., p. 32.

³⁴² ANHEIM, Étienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento, de Paul Ricoeur. In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia. (orgs.) **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 143.

Gráfico 4: Quantificação das atividades desenvolvidas pelas historiadoras, por categorias.

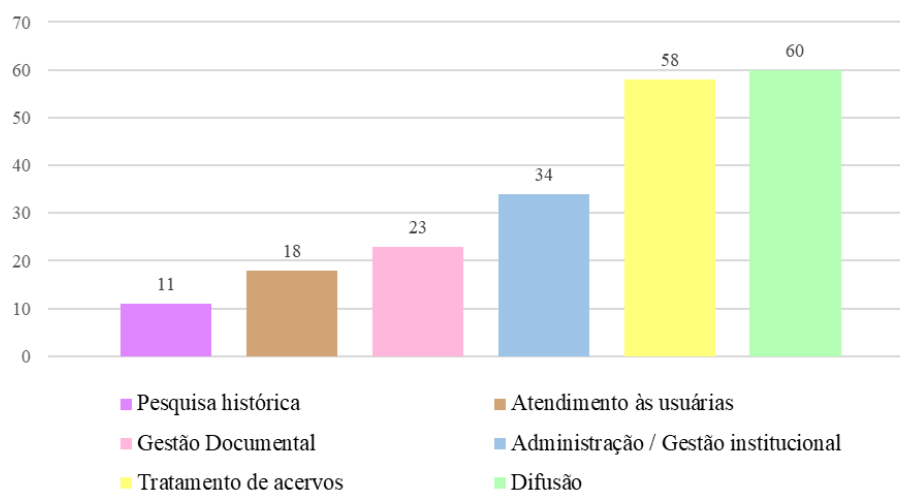


Observa-se, por exemplo, que, de um universo de 44 historiadoras, apenas duas referiram desempenhar atividades administrativas, aqui compreendidas como tarefas de apoio administrativo necessárias à manutenção do funcionamento das instituições, não vinculadas diretamente à área da história ou arquivística, como trâmites para contratação de pessoas e serviços, compra de materiais, supervisão de manutenções e limpeza etc. Por outro lado, no mesmo universo, 26 profissionais realizaram descrição documental, ou seja, envolveram-se com a produção de instrumentos de pesquisa como guias, inventários, catálogos e índices; descreveram fundos a partir de normas arquivísticas como ISAD-G e NOBRADE; indexaram e descreveram documentos em sistemas informatizados internos de gestão de acervos ou sistemas e softwares para acesso e difusão, como o ICA-Atom. Também foram 26 os registros de contribuições com a produção de eventos e exposições, seguidos pela explicitação do envolvimento com o tratamento técnico de acervos.

Já a coluna “**Área de Atuação**”, ainda na Tabela 6, corresponde ao agrupamento de categorias por frentes de trabalho que mantêm relação, assim como o “**Número por Área**” corresponde à soma das menções em cada uma dessas frentes, de modo que se possa comparar mais evidentemente a intensidade do envolvimento das historiadoras entre elas. A partir do gráfico a seguir, percebe-se que há participação significativa em praticamente todos os espaços e momentos das atividades realizadas nos arquivos, com destaque para o campo da difusão, onde nossa participação realmente demonstra-se grande. Porém, de certo modo deve ser relativizada ao observar-se o diagrama, afinal, para permitir uma visão mais

aproximada das atividades citadas nos questionários, precisei considerar uma diversidade maior de categorias nessa área, o que acaba por hipertrofiar sua representação.

Gráfico 5: *Envolvimento das historiadoras por áreas de atuação.*



As observações quanto à área “Pesquisa história” já foram feitas a partir do gráfico anterior, argumentação que apenas é reforçada pela visualização do Gráfico 5: mesmo com a soma das referências à duas categorias (pesquisa para o tratamento arquivístico de acervos e pesquisa ou assessoria à pesquisa para difusão), a *explicitação* desse trabalho mantém-se como de menor recorrência.

Das 44 entrevistadas via questionário, 18 citaram atuar ou já terem atuado no atendimento às usuárias nas salas de pesquisa dos 16 arquivos estaduais em questão. Refletindo a partir das sete funções arquivísticas, o atendimento pode ser correlacionado à área da difusão, já que o acesso é pensado dentro desse campo. Entretanto, considerando as especificidades dessa tarefa, que envolvem contato permanente com o público, manuseio cotidiano de acervos diversos, necessidade de conhecimento global a respeito dos fundos e coleções salvaguardados pelas instituições etc., preferi mantê-la como uma área em separado, composta por apenas uma categoria, o que demonstra um envolvimento numericamente importante das historiadoras nessa frente de trabalho.

Entre aquelas que se detiveram em comentar o impacto da formação em história para o desempenho do atendimento, foi consenso afirmar sua relevância: “minha formação me ajuda a compreender o contexto de produção do documento e também a entender as demandas dos pesquisadores.” (D14, p. 2); “minha formação como Bacharel em História foi importante para as minhas atuais atividades no atendimento ao público do APEES.

Disciplinas como História do Espírito Santo e Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica foram importantes” (D2, p. 2), ou ainda:

Não tenho dúvidas de que a arquivologia é a base de qualquer tratamento arquivístico, porém eu procuro acompanhar os trabalhos acadêmicos de história e conversar com os pesquisadores que frequentam o APESP, para me manter atualizado das atuais linhas de pesquisa e dos seus aprimoramentos. Estou sempre apresentando conjuntos documentais recém identificados para os pesquisadores que chegam com um “tema” na cabeça, mas que não tem ideia do que é um arquivo e de como aproveitar todo o acervo disponível para realizar trabalhos inovadores, independente do tema. (D16, p. 2)

A partir dos questionários percebe-se a assunção de que, embora não haja obrigatoriedade da formação em história para atuar na área do atendimento às usuárias, ela é muito bem-vinda e capaz de qualifica-lo a partir da capacidade de conectar o conhecimento dos acervos disponíveis nas instituições com as abordagens teóricas, metodológicas e temáticas trazidas pelas pesquisadoras.

Não é demais ressaltar que as categorizações aqui empregadas são propostas, em grande parte, como recursos de abstração à análise ou para a própria organização dos processos de trabalho dentro das instituições, porém, os arquivos devem ser entendidos como um todo complexo e suas funções percebidas em simbiose. Essa perspectiva torna-se evidente quando pensamos o emprego do conceito de gestão documental: entende-se que uma equipe que classifica ou avaliação está realizando a gestão de documentos, entretanto, a ação de trabalhar aplicando a fundos e coleções específicas as normas e os instrumentos que regem a gestão documental em determinado estado ou órgão é aqui entendida como tratamento de acervos, ao passo em que considerei que atuam na área de “Gestão Documental” as historiadoras envolvidas com a formulação dessas normas e instrumentos, e com a assessoria aos órgãos da administração pública na tentativa de garantir que seus usos tornem-se efetivos. Aqui, essa área também engloba a função arquivística da produção, explicitada pelos poucos casos em que as historiadoras (três) envolvem-se diretamente com gerenciamento de sistemas de protocolo, como nesse exemplo:

Minha atuação tem sido, em grande parte, focada na área da produção documental: Protocolo e Arquivo. As atividades na Coordenadoria de Gestão de Documentos compreendem os trabalhos de normatização, disseminação das normas aos órgãos setoriais (através de Capacitações, orientações presenciais, por telefone ou e-mail...); Gestão do Sistema de Protocolo Único do Poder Executivo estadual: Monitoramento e estudos para aperfeiçoamento visando a segurança e a transparência consoantes as normas aplicáveis; Gestão das atualizações das estruturas organizacionais no sistema informatizado; dos perfis de acessos dos Administradores. (A10, p. 1)

Embora o número de envolvimento com gestão documental seja considerável (23), essa atuação parece configurar-se como aquela com menor aproximação dos percursos do fazer colocados pelo conceito de operação historiográfica: quem de nós diria que podem ser atribuições de historiadoras gerir em sistemas informáticos a representação das estruturas organizacionais atuais da administração pública, ou gerenciar os perfis de acesso a sistemas de protocolo? De que forma as expertises desenvolvidas a partir da história podem colaborar para a concretização dessas e outras atividades voltadas a pensar não apenas a gênese, mas todo o ciclo vital dos documentos?

Para quem relatou o desenvolvimento das atividades acima, embora a formação não auxilie de maneira direta no cotidiano, “o fato de ser historiador facilita na compreensão dos métodos da produção documental e a importância da disseminação do rigor no trato com as informações públicas buscando evitar adulteração ou destruição e assim servir à sociedade” (Ibidem, p. 2). A fim de refletirmos a respeito do assunto, vale notar que o exemplo relacionado à gestão de protocolo vem de um dos poucos estados brasileiros em que pude identificar a contratação via concurso específico para o perfil de historiadora. Ou seja: se em outros estados temos “executivas públicas” (SP), “analistas em assuntos culturais” (RS) ou “gestoras de cultura” (MG) produzindo, entre outras atribuições, narrativas históricas através de exposições, publicações temáticas ou ações educativas, aqui vemos historiadoras gerindo a tramitação da documentação pública em sua origem.

Perceber essa aparente assimetria na relação entre formação acadêmica e mundo do trabalho é importante para analisarmos a formação que temos, a formação que almejamos ter e aquela que tem se colocado como necessária às historiadoras profissionais, reforçando a necessidade de pensar as virtudes epistêmicas adquiridas por meio da história enquanto disciplina em relação às virtudes exigidas pelos lugares sociais de atuação profissional e seus públicos. Obviamente, não quero dizer com isso que a graduação em história deveria dar conta de formar profissionais para gerir protocolos, por exemplo. Ressalto apenas que o título pode abrir portas de inserção profissional sobre as quais sem sempre refletimos por dentro da disciplina, explicitando a importância da abertura ao aprendizado constante e ao trabalho colaborativo com profissionais diversas.

Para Ieda Pimenta Bernardes, historiadora que atua no APESP há 22 anos na área de gestão documental, que está à frente do DGSAESP e a quem pude entrevistar na visita a São Paulo, longe de ser algo alheio a nossa formação, ocupar espaços na esfera da gestão

documental enquanto processo que define as regras para a avaliação dos documentos é importante e estratégico:

Eu acho que um historiador tem espaço em todas as atividades dentro de um arquivo. Mas o que eu estou dizendo é que a atividade mais estratégica de um arquivo é a avaliação. Porque, é quando você decide o que vai ficar. Depois, tratar o que ficou, organizar, as técnicas estão aí, todo mundo domina, e mesmo quem não é arquivista aprende sob supervisão de um profissional um pouco mais qualificado, e consegue executar, né? (...) O arquivo quer ir lá trabalhar com documento, então ele quer cuidar do arquivo intermediário, do arquivo permanente, e é preciso. Mas, e quem cuida das regras do jogo? E o jogo está acontecendo. Nesse momento, os órgãos estão produzindo documentos e acumulando. E amanhã, de manhã até a noite, eles estarão produzindo documentos. O jogo está acontecendo, e quais as regras? E quem pensa sobre elas? Por isso eu falo que é um trabalho de inteligência.³⁴³

Percebendo as políticas arquivísticas no rol maior das políticas públicas, Ieda acredita que nossa capacidade de leitura, interpretação e argumentação, assim como a compreensão de processo histórico, dão-nos elementos para entender e lidar com as oscilações nas correlações de força às quais tais políticas estão sujeitas, o que é importante para pensar a gestão documental de modo estratégico. Ela compartilhou seu sentimento de realização quando, ao entrar no serviço público, vislumbrou o potencial transformador dos arquivos, que, para a profissional,

fazem uma revolução silenciosa na administração, porque ninguém está se dando muito conta disto, eles não estão, assim, em destaque, sendo observados... Os cargos muitas vezes não estão sendo desejados, disputados, no entanto, o arquivo, quando ele organiza e disponibiliza a documentação, ele instrumentaliza a sociedade, né? Para fazer controle social, para exigir melhores serviços, garantir os seus direitos. E isso me encantou muito: o potencial transformador que os arquivos têm, e imagino que historiadores queiram transformar o mundo, né? *[risos]* A gente quer entender tanto o porquê que as coisas são como são, porque a gente tem esperança de que elas poderão ser melhores um dia, né?

Entendo que essa sensibilidade, esse engajamento referido por Ieda, que torna as profissionais da história aptas a captar o potencial dos documentos e das instituições arquivísticas tanto para a produção de conhecimento quanto para a transformação da sociedade, também está no cerne do alto grau de envolvimento das historiadoras com a área “Administração / Gestão institucional” (34 menções), que não expressa diretamente uma função arquivística, porém perpassa e garante todas elas. Isso não chegou a ser uma surpresa, mas consolidou uma percepção que eu já tinha: muitas de nós estão à frente dos arquivos, coordenando equipes e projetos, assumindo responsabilidades estratégicas, o que me parece

³⁴³ BERNARDES, Ieda Pimenta. **Ieda Pimenta Bernardes**: entrevista [18 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 3 arquivos .m4a, áudio 1 (1h 12min.), entre 53 min. e 01h02min.

resultado da já referida longa trajetória de proximidade entre história e arquivos, da inserção histórica dessas profissionais na área e do reconhecimento que rendemos ao papel das instituições arquivísticas, tanto para nossa disciplina quanto para a sociedade e o desenvolvimento científico em geral.

As historiadoras afirmaram que, ao assumir cargos de chefia, ocuparam-se de fazeres que as afastaram da operação historiográfica para a qual a formação acadêmica de origem as preparou. Nesse sentido, no questionário D16 lemos: “Como diretor, preciso gerir o pessoal e participar de reuniões constantes, a pedido da chefia. Atualmente, essa é a tarefa que mais nos consome: reuniões”; e em D6: “Hoje eu não utilizo necessariamente minha formação para trabalhar como gestor da instituição. Hoje meu trabalho é muito administrativo”. Essa percepção ficou bastante marcada também a partir das entrevistas presenciais, especialmente as realizadas com Carlos Prado Bacellar, Haike Kleber da Silva, Clarissa Ramos Gomes e Maria Teresa Bandeira de Mello. Todas foram unânimes em referir o afastamento em relação à prática do tratamento de acervos embasado em pesquisas históricas, ou em relação à produção de textos históricos a partir deles, pela necessidade de desempenhar outras funções de gestão institucional e de pessoas.

Haike, por exemplo, passou por diversos setores do APESP ao longo de seus 10 anos trabalhando no órgão, a maior parte do tempo em cargo de direção. À época do preenchimento de meu questionário, em 2017, seguia lotada junto à instituição, e no momento da entrevista, em outubro de 2018, atuava no CONDEPHAAT, também ocupando um cargo de chefia. Em ambas as experiências, no Arquivo e no Conselho, refere a dinâmica de atividades burocráticas e políticas como a mais intensa de sua atuação. No Arquivo, o fluxo de reuniões, planejamentos e organização das equipes tomava o lugar da produção de conteúdos de caráter histórico. Agora, comenta que quase não consegue realizar estudos de tombamento, que são a atribuição principal das servidoras lotadas no Conselho. Afirma que, estando na direção, precisa verificar se todos os envolvidos nos processos foram notificados, se todos os procedimentos burocráticos foram cumpridos, compõe comissões – naquele momento em especial as comissões de concurso para contratação de novos servidores e de gestão de documentos – de modo que quase não conseguia envolver-se com os referidos estudos.³⁴⁴

³⁴⁴ SILVA, Haike da. Entrevista, op. cit., 27 min.

Clarissa Ramos, quando questionada a respeito das atividades cotidianas que mais se afastam de sua formação em história, comenta:

Hoje como cargo de chefia, é quase o tempo todo. É organização, responder e-mail, acompanhar trabalho, tem toda uma parte de gerenciamento das atividades das pessoas que não tem nada a ver com historiador, entendeu? Tem até mais a ver com o que eu aprendi na minha primeira graduação, em comunicação e marketing, do que com ser historiadora. Hoje nós temos vários projetos acontecendo, então eu tenho que supervisionar projetos, supervisionar convênios, e problemas. Aí eu penso: não, agora vou sentar e fazer... Mas aí toca o telefone, chega um e-mail, uma mensagem no WhatsApp e não dá. Hoje, sentar e executar tratamento técnico, eu não faço mais. As vezes numa emergência a gente senta e faz alguma coisa. Ou conversa em reunião. Mas hoje o trabalho é bem isso mesmo, de gerenciamento, e não mais de execução do tratamento técnico como eu fazia antes.³⁴⁵

Por outro lado, as mesmas conversas evidenciam que as bases ofertadas pela formação em história, ancoradas no desenvolvimento da capacidade de abstração e reflexão teórica, assim como das habilidades de leitura, interpretação de textos, escrita, comunicação e argumentação oral, são fundamentais para o dia a dia das gestoras, em que precisam lidar com debates e defesas de posição em reuniões, com a redação de projetos, minutas, relatórios, portfólios, ou mesmo de e-mails, destinados a diversos segmentos da área, desde a secretaria de estado à qual o arquivo está vinculado, passando por fornecedoras e prestadoras de serviços, parceiras em instituições públicas ou privadas, até membros da própria equipe. Assim como trazido pelo questionário A4, creio que uma das principais contribuições das historiadoras aos arquivos vem de “um tipo de empréstimo da sensibilidade historiográfica” que certamente concorre positivamente para conduzi-las ou mantê-las nos cargos de coordenação: perceber os acervos e instituições arquivísticas com um olhar sensível, aprazer-se em manusear documentos, em viver o ambiente do arquivo, valorizá-los a ponto de dedicar esforços por sua preservação e difusão, saber de seu potencial para a produção de conhecimento, para a garantia de direitos, mas também para a fruição e o deleite, são elementos que certamente “contam pontos” para essa inserção.

As quatro entrevistas recém-referidas confirmam essa apreensão, assim como fez também Paulo Knauss, para quem a atuação das historiadoras em arquivos está inserida na perspectiva múltipla do campo do patrimônio, que pressupõe interdisciplinaridade e para o qual a *erudição* construída a partir da formação em história seria o alicerce de nossa maior contribuição, não apenas quando se trata da inserção nos espaços de gestão institucional ou de pessoas. Durante nossa conversa, o entrevistado entregou-se a uma rica reflexão sobre as

³⁴⁵ GOMES, Clarissa. Entrevista, op. cit.

condições de explicação da história no mundo atual, tão impactado pelas novas tecnologias, pela produção exponencial e internacionalização da informação, assim como por experiências sociais traumáticas, rupturas políticas e epistêmicas que colocaram em xeque sua capacidade de apontar respostas. Para ele,

Diante disso, a erudição é a nossa possibilidade. Quando se vivia da vontade de explicar as coisas, centrava-se o pensamento muito na resposta. E a erudição, eu acho que ela é importante, porque por mais que se tenha uma resposta, você pode encontrar um elemento, uma informação, um dado que conteste o valor absoluto, ou que pelo menos ponha em causa o valor absoluto da sua resposta. Sua resposta já nasce com uma consideração relativa, e ela evidencia – do ponto de vista da erudição – que sua resposta está condicionada pelo seu campo de pesquisa. Se você trabalhou com determinados elementos, a resposta te conduz àquilo. Se você mudar os elementos, você vai chegar a outra resposta. Então quem conhece o universo diversificado do mundo da informação, dos documentos, dos dados, das fontes históricas, percebe claramente a dificuldade que a gente tem de dominar massas documentais, e a consciência que a gente tem de que, por mais que eu possa dominar muita coisa, que eu consiga ler aquilo tudo, que eu encontre uma resposta lógica a partir daquilo tudo, eu ainda tenho muito mais outras coisas para ver.³⁴⁶

Ou seja, Knauss aponta que ser historiadora, desenvolver erudição e dominar essas lógicas pode ser sim um trunfo da profissional de arquivo. Embora ele não tenha seguido essa parte da argumentação apontando momentos específicos do trabalho cotidiano em que percebe tal capacidade sendo mobilizada, enquanto ouvia-o argumentando, pleno de envolvimento, eu era capaz de imaginar colegas atuando no atendimento às usuárias e debatendo possibilidades de fontes, perspectivas de análise, sugestões de ampliação ou rearranjo dos problemas analisados, sempre considerando os condicionamentos de cada campo de pesquisa. Também podia enxergar equipes exercitando a criatividade e a reflexão crítica para pensar produtos de difusão capazes de demonstrar toda essa diversidade, toda essa riqueza que o mundo dos arquivos abre, assim como para tratar acervos ou para construir critérios a caminho de definir prazos de guarda e destinação final para a documentação. Afinal, embora entre algumas historiadoras ainda possa surgir desconforto quando o tema é eliminação de documentos, talvez justamente pelos cursos de história não incorporarem a discussão a respeito do assunto, nossa formação ajuda a entender que:

Todo acervo é um legado de uma geração para outra geração. Então as formas como seleciona também faz parte desse legado. Se você não seleciona você também não põe a sua marca, não diz o que você pensa sobre a sua sociedade. Então eu diria que o que é fundamental é a gente documentar esse processo, esses percursos de seleção. E tomá-los como um dado para circunstanciar a documentação, para o que a erudição é importante.

³⁴⁶ KNAUSS, Paulo. Entrevista, op. cit.

Até porque ela desenvolve uma relação com o conhecimento que é sensível, não é instrumental.³⁴⁷

Compreensão com a qual Haike da Silva corrobora ao evidenciar o caráter de escolha, de atribuição de valor, e a necessidade de historicização envolvida na avaliação documental:

Não adianta aquela coisa do “ai, tudo é importante!”. Tudo é importante e nada é importante. (...) “Ah, hoje é importante isso, e daqui a 50 anos eles vão achar importante outra coisa”. Bom, se foi. Tem que assumir. A vida é escolhas, a vida pública, a vida particular, o historiador faz escolhas, o gestor faz escolhas, todo mundo faz escolhas. Mas que sejam escolhas fundamentadas. Se tem fundamento hoje, vamos seguir esse fundamento. Pode ser que futuramente mude.³⁴⁸

Escolhas, aliás, que perpassam todas as atividades em uma instituição arquivística, mesmo aquelas caracterizadas como mais “empíricas” ou “técnicas” por algumas colegas, referidas como o momento em que se aplicam os critérios e instrumentos construídos no âmbito da gestão documental. Aqui, por uma questão analítica, agrupei tais atividades na área “Tratamento de acervos”, a segunda mais mencionada nos questionários, com 58 registros quantificados, o que não é surpresa se considerarmos que todos os arquivos públicos estaduais salvaguardam e precisam manter organizados e acessíveis seus acervos. Achei por bem distinguir enquanto categoria dentro dessa área a função arquivística da descrição³⁴⁹, diferente do que fiz em relação às funções de classificação, avaliação e aquisição, todas consideradas dentro da categoria “tratamento técnico de acervos”, pois assim percebi que o trabalho foi narrado: produzir guias das instituições, inventários, catálogos e descrição de acervos em sistemas e plataformas virtuais são atividades citadas de maneira separada – embora não estejam isoladas, é claro – das atividades de organização intelectual e física dos acervos, que envolvem estudos sobre a proveniência dos fundos e coleções, construção de quadros de arranjo, movimentação e acondicionamento de maços e caixas, identificação de tipos documentais de modo a oportunizar sua classificação e avaliação, entre outros procedimentos empregados como parte de um mesmo processo.

Se os princípios da teoria arquivísticas no Brasil têm apontado para uma lógica em que a avaliação e classificação da documentação seria realizada ainda nos órgãos produtores, que aplicariam os instrumentos de gestão documental e somente encaminhariam os acervos

³⁴⁷ KNAUSS, Paulo. Entrevista, op. cit.

³⁴⁸ SILVA, Haike da. Entrevista, op. cit.

³⁴⁹ “A atividade de descrição é atribuída por alguns autores apenas aos arquivos permanentes. Porém, Lopes (1996) acredita que dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos”. (SOUSA, op. cit., p. 349)

aos arquivos depois de cumpridas as normativas de recolhimento, na realidade observada esse parece ser um cenário minoritário. Conforme mencionado no tópico 1.2, embora não tenha sido um de meus objetivos para a dissertação construir um panorama global do percentual de documentos recolhidos sem classificação e avaliação prévia, os indícios evidenciam que grande parte das ações de tratamento de acervos são realizadas já dentro das instituições, seja em conjuntos documentais recolhidos às pressas pela sensibilidade de profissionais que identificam informação relevante sendo perdida devido à más condições de armazenamento em órgãos setoriais, seja em acervos produzidos por órgãos extintos nos estados – problemática que estamos enfrentando atualmente no APERS³⁵⁰ – ou acumulados dentro dos arquivos ao longo de décadas sem gestão documental, já que na maior parte dos casos tratam-se de instituições históricas, criadas muito antes da adoção dos referenciais teórico-metodológicos atuais.

Um exemplo que confirma essa percepção vem do diálogo com Maria Teresa Bandeira de Mello: ao conversarmos sobre a crise política, o ajuste fiscal e seus impactos sobre a estrutura administrativa das Secretarias de Estado nos dias de hoje, que repercutem sobre as instituições arquivísticas e os trabalhos de construção no âmbito da gestão documental, pensando no último período ela relatou que

Comissões que estavam formadas, mudou todo mundo. Isso é o que é mais complicado hoje em dia. Tem órgão dentro de Secretaria em que não tem mais ninguém da época em que começou o PGD [Programa de Gestão Documental do Estado do Rio de Janeiro], tem pessoas que nem nunca ouviram falar. Então a gente tem que começar, de novo, a explicar o que é o Programa, ganhar as pessoas... E isso vai desde o Secretário, entendeu? **A gente recolheu somente dois acervos dentro dessa perspectiva.**³⁵¹ [Grifo meu].

Se apenas dois acervos foram recolhidos respondendo às normativas, classificados e avaliados, a maior parte dos documentos salvaguardados pela instituição foram acumulados

³⁵⁰ Apesar dos esforços por parte da equipe do APERS ao longo das últimas décadas, foram pontuais os acervos recebidos até hoje tratados conforme PCD, TTD e instrução normativa de recolhimento aprovados por meio do SIARQ-RS. No momento em que escrevia essas linhas, boa parte da equipe estava voltada a tratar conjuntos documentais da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), da Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), e dando assessoria para o tratamento da documentação produzida pela Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), que em breve também será recolhida ao Arquivo. São três dos treze órgãos estaduais cuja extinção foi aprovada pela Assembleia Legislativa no governo de José Ivo Sartori (PMDB), respondendo a uma conjuntura de austeridade e enxugamento da máquina pública que parece seguir a todo o vapor no atual governo, de Eduardo Leite (PSDB). Talvez não fosse necessário registrar, mas claro, esse trabalho, que está longe de ser concluído, exigiu o redirecionamento de todas as ações planejadas pelo APERS, o acolhimento de novas estagiárias, o remanejamento de servidoras, e a aceitação desses recolhimentos sem o cumprimento de normas arquivísticas em vigor. Para informações a respeito das extinções, ver dossiê de reportagens produzidas pelo Jornal Sul21, disponível em: <https://www.sul21.com.br/tag/extincao-das-fundacoes/>, acesso em 01 ago. 2019.

³⁵¹ MELLO, Maria Teresa. Entrevista, op. cit.

ao longo dos anos em condições distantes daquelas consideradas ideais nos dias de hoje. Ao mesmo tempo em que eu conversava com Maria Teresa e que colegas do APERJ estavam tentando reconstruir as redes que compõe do PDG, dentro do Arquivo o historiador Daniel Elian, que compõe sua equipe, estava envolvido com o tratamento do Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro. Tal documentação foi recolhida à instituição na década de 1960, recebeu tratamento parcial no final da década de 1970, e quando eu realizava essa pesquisa estava em “tratamento técnico visando integrar a parcela não tratada ao arranjo estabelecido”.³⁵²

Para entender esse trabalho, realizado tantos anos após o recolhimento do fundo, é importante considerar que parte do que foi recebido pelos arquivos chegou muito antes de existirem os instrumentos e normativas hoje reivindicados pela área, o que exige a constituição a posteriori de quadros de arranjo, tabelas de equivalência e métodos de ordenação em um contexto bastante distante daquele em que os documentos foram originalmente produzidos. Como fazer? Até que ponto os planos de classificação e tabelas de temporalidade atuais são aplicáveis a acervos antigos? Quais as intervenções – do tempo ou dos indivíduos – marcaram os conjuntos documentais nos processos de acumulação e transferência, as vezes passando por muitos locais até chegar nas estantes dos arquivos? Há, também, as marcas impressas pelas opções feitas por profissionais do próprio quadro dos arquivos quanto à ordem em que serão tratados (qual acervo prioritário?), se serão apenas classificados e avaliados de modo global, ou se, em seguida, será investida energia em sua descrição pormenorizada, se receberão ou não ações de difusão etc. Ser capaz de olhar para isso tudo como um processo, que deve ser historicizado sob pena de ignorar o elemento de construção dos arquivos, parece-me uma tarefa que pode ser beneficiada pela contribuição de historiadoras, especialmente quando conscientes do impacto de sua agência sobre os acervos e das funções institucionais e sociais específicas dos arquivos públicos.

Ieda Bernardes, Marcelo Chaves e Rejane Penna foram enfáticas ao afirmar que a atuação das historiadoras nos arquivos pode tornar-se danosa se não estiver imbuída dessa perspectiva, ou seja, a de servir aos interesses das instituições e de suas usuárias como um todo. Ieda afirmou:

³⁵² Informações sobre o fundo coletadas na base de dados do APERJ, indexada no sistema ICA-atoM: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RJ. BR RJAPERJ PE. Área de contextualização: História do Arquivo. **Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Disponível em: <http://200.222.27.136/index.php/PzLu>. Acesso em: 27 abr. 2019.

a única questão, assim, problemática que eu acho do historiador no arquivo, é quando ele confunde a sua atuação com a de pesquisador. Qual é o papel do historiador dentro do arquivo? **Muitas vezes parece que ele não passa para o lado de lá do balcão, ele continua na sala de consulta, se portando como se ele fosse o pesquisador.** E é uma coisa muito fácil de acontecer porque os acervos são encantadores. Claro, é mais árido você fazer uma tabela de temporalidade do que ler documentos do século XVIII, ah? É mais sedutor ler documentos do século XVIII, eu adoro, né?! Tanto que eu trabalhava na sessão de estudos e pesquisas do Arquivo Público Municipal, e adorava. Eu organizei as correspondências dos capitães gerais do século XVIII de São Paulo e era muito gostoso fazer aquilo, um encantamento. (...) Um desafio grande para a gente é isso: o historiador entender que ele não... porque aí ele prejudica o arquivo, né? Porque ele fica encantado.³⁵³ [Grifo meu]

Ao referir a dificuldade de algumas historiadoras em transporem-se do lugar de pesquisadoras das salas de consulta para o lugar de profissionais do arquivo, Ieda toca em um dos pontos centrais a essa dissertação: ambas historiadoras possuem a mesma formação de origem, porém, o que se espera enquanto processo e produto de seu trabalho é distinto. Estamos entre operar historiograficamente e mobilizar a história enquanto saber científico em outros moldes? Quando a operação historiográfica, com sua eleição de fontes, seus recortes teórico-epistemológicos, seus percursos metodológicos, suas formas de representância, passa a ser contraproducente aos arquivos? E mais: como aprender a dar sentido ao conhecimento histórico, à bagagem construída por meio dessa formação, em conexão com as demandas dessas instituições? Penso que são questões pertinentes a nossa formação que, entretanto, não possuem uma única resposta, assim como a própria lógica histórica assevera.

Ieda seguiu sua reflexão exemplificando que o APESP foi dirigido ao longo de anos por profissionais da história que não se preocuparam mais detidamente com gestão documental, aquilo que ela considera estratégico para afirmar os arquivos em nossa sociedade, em clara alusão ao centro que tais historiadoras colocavam no tratamento de acervos permanentes, ainda respondendo a uma lógica dos arquivos públicos como sendo arquivos históricos, espaços culturais e de atendimento a pesquisadoras por excelência.

Seguindo um raciocínio similar, porém pensando a esfera do tratamento de acervos, Rejane Penna afirma:

R: Os historiadores, eles estão – ao menos a maioria que eu conheço – estão muito mais receptivos a aceitar que a organização do acervo tem que ter um arquivista, porque se não, acontece de um acervo ficar organizado de uma maneira errada e que ninguém mais acha nada, nós temos alguns exemplos aqui no Arquivo Histórico.

C: *Se quebra a organicidade, né...?*

³⁵³ BERNARDES, Ieda. Entrevista, op. cit.

R: Exato. Separar acervo que não pode ser separado, separar a documentação e colocar temas, o que é horrível fazer. (...) E aqui no Arquivo Histórico só tinha historiador. Tem acervos que tem 20 páginas explicando a vida do cara, do biografado etc., e nada praticamente, quase nada sobre quais foram os critérios para organizar o acervo, quer dizer... fica completamente distorcido.³⁵⁴

Percebe-se o entendimento por parte da entrevistada de que o tratamento de acervos deveria ser conduzido por arquivistas porque as historiadoras tenderiam a organizar ou priorizar conjuntos documentais a partir de interesses pessoais de pesquisa, ou de interesses do campo da história, algo que também foi manifestado entre as preocupações de Marcelo Chaves, tanto em seu questionário quando na entrevista presencial. Marcelo comentou situações em que equipes anteriores do APESP, coordenadas ou compostas por historiadoras, acabaram por promover a dissociação de acervos, em sua opinião agindo sem o devido conhecimento ou respeito à arquivística e imbuídas de interesses temáticos:

M: Você vai achar lá no Cartográfico algo que diz assim: “mapa de São Paulo”. Mas está lá cheio de pintinha vermelha. E tu ia descobrir que fazia parte de um processo da documentação do DEOPS. Ali, aqueles pontinhos vermelhos, era a localização de onde moravam os comunistas, pô! Então, quer dizer... você vai ver coisas que vou colocar para você ver o tamanho do problema. A Iconográfica era assim: esta fotografia dessa ficha tem que ir pra lá. Tirou! (...)

C: *Mas sem fazer uma...[correspondência]?*

M: Não, não, minha querida, tirou a foto e jogou lá. Quando a gente diz assim, que não tinha uma lógica arquivística, pense numa tragédia!³⁵⁵

Vivenciar essas situações no APESP, ao lado das dificuldades encontradas anteriormente para acessar documentos históricos em órgãos do Estado durante sua trajetória na pós-graduação – que pouco a poucos lhe desnudaram a complexidade do “mundo da arquivística” – levaram-no a uma das posições mais críticas que constatei quanto a presença das historiadoras nesse lugar social de atuação: Marcelo entende que

o arquivo é uma área de produção de conhecimento técnico muito específico e rico no qual o conhecimento histórico/historiográfico agrega pouco. A arquivologia dialoga mais diretamente com áreas como a gestão, comunicação, direito administrativo, informação, Tecnologia da Informação. (...) O historiador formado tem que se dispor a aprender um novo e distinto (e muito interessante) ofício ao ingressar em um arquivo. Se não se dispuser a isto poderá até causar prejuízos aos trabalhos técnicos no arquivo”.³⁵⁶

³⁵⁴ PENNA, Rejane. Entrevista, op. cit.

³⁵⁵ CHAVES, Marcelo. Entrevista, op. cit.

³⁵⁶ CHAVES, Marcelo Antonio. **Questionário**. Região Sudeste. Recebido em 28 jun. 2018 pelo e-mail clarissa.sommer@gmail.com, p. 2-3.

De sua fala poderíamos inferir que, para afastar-se o risco de destinar tratamentos equivocados à documentação, o saber-fazer das historiadoras dentro dos arquivos precisa estar submetido ao saber-fazer da arquivística? Nesse caso, poder-se-ia interpretar que a contribuição da formação em história deve, na atualidade, assumir um lugar secundário, manifestando-se como promotora de habilidades difusas que agregam, mas não são fundamentais? A partir de um olhar etnográfico empenhado em estranhar meu próprio lugar de atuação, pude perceber em diversos momentos, nas entrelinhas dos discursos, nos gestos, nos modos de explicar ou justificar as formas de organização do trabalho, que tal argumentação faz parte de uma compreensão crítica mais global em relação à atuação das historiadoras em arquivos ao longo da própria história dessas instituições, crítica essa nem sempre verbalizada ou explicitada nos questionários e entrevistas – talvez porque nem sempre consciente ou teoricamente refletida/formulada – no sentido de associá-la a um modelo desatualizado de instituição arquivística, com serviços essencialmente voltados à organização e promoção do acesso a documentos históricos, por vezes relacionados a uma historiografia tradicional e pouco plural. Fui capaz de perceber isso com maior nitidez, como se consolidasse algo que antes apresentava-se a mim apenas como uma sensação, somente após entrar em contato com a tese de Janice Gonçalves, para quem

Os percursos de instituições como os arquivos de Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis, e até mesmo do Arquivo Público do Estado, sugerem que a fragilidade do campo arquivístico tentou ser contrabalançada com uma aproximação em relação ao campo historiográfico. (...) Com frequência, porém, a presença dos historiadores nos arquivos tendeu a fortalecer apenas uma de suas vocações – a de locus de produção e disseminação do conhecimento histórico – através da própria constituição dos acervos, de sua organização, de sua disseminação por meio de exposições, publicações e outras atividades de “difusão cultural”.³⁵⁷

Embora eu não tenha feito uma análise dessa atuação nos arquivos públicos estaduais em perspectiva de processo histórico, tendo focado no fazer cotidiano das historiadoras na atualidade, arrisco afirmar que a análise de Janice e seus apontamentos podem ser projetados para outros estados: sim, a ausência de cursos de graduação e pós-graduação em arquivologia, a escassez de profissionais e a incipiência das reflexões teóricas nessa área no país ao longo do século XX, especialmente até o final da década de 1980, resultaram na manutenção das historiadoras como principais “animadoras” dessas instituições, carregando consigo o que era próprio à história enquanto ciência naquele contexto e mantendo ofuscada sua vocação estratégica para a administração pública e o acesso à informação.

³⁵⁷ GONÇALVES, Janice, op. cit., p. 315.

Como creio que foi possível perceber até aqui, falamos de um ontem ainda muito recente, de uma realidade que está entre o passado e o presente: ambos se chocam ao cotejarmos realidades estaduais distintas, desde unidades federativas em que os arquivos ainda são mesmo percebidos e chamadas de “arquivos históricos”, até outras em que são reconhecidos em seu caráter híbrido e potencial estratégico. Nesse sentido, não é de se admirar que apareça latente a necessidade de afirmar a importância da arquivística e do respeito a seus pressupostos – até porque, segue escasso o número de arquivistas formadas lotadas nas instituições em questão. Falar especificamente de historiadoras, atuando enquanto tal, nos arquivos públicos pode soar como seguir apostando em organizações temáticas de acervos, ou em difusões parciais pautadas por interesses historiográficos, na contramão da produção mais oxigenada e atual no campo arquivístico.

Porém, pelo que observei em contato com tantos arquivos e suas profissionais hoje, creio que uma análise positiva – no sentido de compreensiva e agregadora – pode partir de outra perspectiva: dissociações de acervos, organizações temáticas que não respeitam a proveniência na constituição dos fundos, entre outras configurações dadas aos conjuntos documentais que hoje consideramos equivocadas, precisam ser analisadas, também, de forma histórica, o que me leva a afirmar que, se a contribuição das historiadoras ao longo de décadas expressou-se desse modo, é porque tanto a arquivística não havia alcançado o desenvolvimento que hoje percebemos, quanto os alicerces do fazer historiográfico apontavam para caminhos diversos dos atuais. Não se trata de supor que a história deve colocar-se como “ciência auxiliar” da arquivística, ou que perdeu sua função nessas instituições, mas de trabalhar em parceria, lançando o olhar que, com qualidade, historiciza e desnaturaliza acervos, que dialoga com pesquisadoras nas salas de consulta, que canaliza a formação argumentativa e pedagógica para criar conexões entre demandas sociais e políticas de tratamento, descrição e difusão de acervos.

É preciso compartilhar que devo esse olhar, esse movimento compreensivo de análise, à leitura de Paul Ricoeur. Roberto Lauxen afirma que “Ricoeur, certa vez, caracterizou seu filosofar como uma espécie de árbitro no conflito de interpretações, conciliando adversários irreconciliáveis”, destacando ainda que

(...) a intenção de Ricoeur não é simplesmente realizar um grande trabalho de síntese, mas, como nos diz: 'integrar antagonismos legítimos e fazê-los trabalhar em sua própria superação' (Ricoeur, 1999, p. 24). Ao unir as posições em conflito, faz que cada posição

possa enxergar seu próprio limite em sua pretensão de abarcar a totalidade do fenômeno.³⁵⁸

Um exemplo desse modo de “mover-se” enquanto filósofo pode ser percebido quando pensamos sua contribuição à hermenêutica: Ricoeur realiza um importante exercício de análise dialógica e conciliadora na busca por superar a aporia entre explicação e compreensão, que é, para ele, o cerne do problema hermenêutico. Penso que seu modo de filosofar, o caráter de seu pensamento, que preconiza análises a partir de um olhar compreensivo, pode ser tomado como inspiração para encarar outras aporias ou questões teóricas conflitantes, como demonstrou Aldo Bona em sua tese ao trabalhar com o aporte de Ricoeur para pensar as relações entre verdade e ficção, memória e história, memória e trauma etc.³⁵⁹ Usar a aporia como metáfora para refletir sobre as tensões geradas pela relação entre história e arquivística desnudou a mim a possibilidade de pensá-las de modo dialógico, complementar sem ser excludente.

Com essa perspectiva não nego que pode haver incidências de interesses temáticos despertados ao longo da formação – ainda mais se concordo que nossos cursos de graduação e pós-graduação são bastante centrados na perspectiva civilizacionista, referida por Knauss –, mas suscito a ideia de que mesmo esses interesses, quando canalizados para ações que congreguem saberes históricos e arquivísticos, podem render produtos que valorizem as instituições e afirmem seus papéis estratégico e sócio cultural.

Nesse sentido, recordo-me da fala de Ananda Fernandes quando a questioneei justamente sobre isso: a respeito da incidência dos interesses de pesquisa das historiadoras no trabalho de tratamento e difusão de acervos. Após comentar que é possível observar a atenção especial dedicada a determinados acervos ou temáticas dentro do AHRIS ao longo dos anos de acordo com os interesses de servidoras e diretoras da instituição, Ananda pondera que isso pode resultar tanto em tratamentos que desconstituem fundos e invisibilizam possibilidades de pesquisa – o que em uníssono consideramos negativo – quanto em ações que respondam a demandas sociais e de pesquisa da atualidade, o que insere

³⁵⁸ LAUXEN, Roberto Roque. Os cem anos de nascimento de Paul Ricoeur: uma biografia intelectual. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 7, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2015, p.12. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/view/5626>. Acesso em 31 jan. 2018, p. 12).

³⁵⁹ BONA, Aldo Nelson. **Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito**. Tese de Doutorado, PPG em História, UFF, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co obra=177891. Acesso em: 20 nov. 2019.

e significa as instituições arquivísticas em seu tempo. A partir desse raciocínio, deu o exemplo de como percebe a relação entre sua formação acadêmica e a atuação como historiadora no ARHS:

Eu na verdade consegui casar porque o Arquivo Histórico tem a documentação da ditadura, né? Que foi produzida pela Polícia Política na época da ditadura, e alguns privados também. (...) Então para mim, assim, como historiadora eu pude me realizar bastante, no sentido de aplicar - quando entrei aqui eu já era mestra -, então de poder aplicar todo o conhecimento que eu tinha específico, né? E eu acho que é muito bom. Assim, claro, eu me aproprio, ou tento me apropriar, de todo o acervo, mas querendo ou não tu acaba te dedicando para uma parte, claro, se me perguntar eu sei quais os fundos o Arquivo tem, o que ele oferece, mas eu acho importante tu ter especialistas para tratar os acervos. Por exemplo: agora chegou aqui uma historiadora que trabalha com século XIX. Desde que o Paulo Moreira saiu a gente não tem trabalho no século XIX, ou então coisas muito... eu digo trabalhos mais de fundo, até porque eu friso a questão de que nós, historiadores, temos que nos afirmar como pesquisadores dentro do acervo, então por isso que eu acho que precisa ter esses trabalhos de fundo, e não só mais descritivos e superficiais, mas fazer um trabalho de pesquisa mesmo com os fundos. Então acho importante poder “casar”.³⁶⁰

No caso em questão, à luz dos princípios arquivísticos, não percebemos uma historiadora constituindo um “fundo” chamado “Ditadura Civil-militar” que congregue documentos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e de coleções privadas, como as de Tarso Dutra³⁶¹ e do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA/RS)³⁶², ambas salvaguardados pelo AHRHS. Há uma profissional que, em parceria com colegas arquivistas, contribui para a ordenação e descrição dos acervos em seus devidos fundos empregando conhecimentos aprofundados sobre os órgãos produtores; que se dedicou a um convênio com o curso de Arquivologia da UFRGS para oportunizar às estudantes uma experiência que alia teoria e prática, e que poderia ter sido empreendida a partir de qualquer dos acervos salvaguardados pelo Arquivo, porém, priorizou um que se mostra fundamental para pesquisas relacionadas ao contexto da ditadura³⁶³; que produziu, entre outras atividades, uma

³⁶⁰ FERNANDES, Ananda. Entrevista, op. cit. Paulo Staudt Moreira é doutor em História, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), e pesquisador assíduo das instituições arquivísticas sul-riograndenses, trabalhando especialmente com os temas da escravidão e do pós-Abolição. Durante muitos anos atuou, também, como historiógrafo do AHRHS.

³⁶¹ A coleção reúne documentos produzidos e acumulados por Paulo de Tarso de Moraes Dutra, que foi deputado por diversas legislaturas a partir da década de 1950, assim como ministro da Educação e senador durante a ditadura civil-militar.

³⁶² O MFPA/RS, formado exclusivamente por mulheres, esteve em atividade de 1975 a 1979, sendo liderado pelas presidentes Lícia Peres e Mila Cauduro. A documentação oriunda da atuação do Movimento foi por elas acumulada, organizada e doada ao AHRHS.

³⁶³ Descrevendo em seu questionário as atividades com as quais se envolve no AHRHS, Ananda explica: “Outra ação desenvolvida é o convênio estabelecido entre o AHRHS e o Curso de Arquivologia da UFRGS, com a disciplina ‘Descrição e Arranjo em Arquivos Permanentes’, na qual está sendo utilizado como ‘laboratório’ o Fundo Arquivo Particular Tarso Dutra. Essa disciplina é ministrada pelo professor Jorge Vivar e supervisionada por mim”. (FERNANDES, Ananda. Questionário, op. cit., p. 2)

exposição temática sobre o “sequestro dos uruguaios” em ação coordenada entre as forças repressivas do Brasil e do Uruguai na década de 1970 (retornarei ao tema no próximo tópico), difundindo o acervo do AHRS e de outras instituições de memória justamente no momento em que se rememoravam os 40 anos do acontecimento, dialogando com as discussões travadas no Brasil no ano de 2018 em torno das eleições presidenciais, da defesa ou condenação do Terrorismo de Estado e do golpe de 1964.

Haveria outras formas de tratar e difundir esses acervos? Certamente. Seria mesmo necessária a presença de uma especialista para reconstruir o contexto e a lógica de produção de documentos empregadas pelos órgãos da repressão a contento para seu arranjo e descrição? Talvez não. Porém, essa presença garantiu a realização de um trabalho consubstanciado, e que assume uma postura política em diálogo com a própria produção acadêmica no tempo presente. Alguém poderia argumentar que se optou por dedicar energia a uma temática em detrimento do tratamento global do acervo do AHRS, apontando a incidência de imperativos de memórias, o que não estaria incorreto. Entretanto, considerando-se a teoria e técnicas arquivísticas o tratamento de acervos mantém-se coerente, e a postura assumida pela historiadora é assertiva: registra os percursos das ações como escolhas historiográficas e políticas, localizando seus esforços de modo a evidenciar a historicidade que lhes compete. Não quero dizer que seja o único, mas esse é um caminho possível.

Da mesma forma que percebi, nesse e em outros casos, o movimento da formação acadêmica em direção ao fazer do arquivo, ou, dizendo de outro modo, da historiadora acadêmica empregando seus saberes anteriormente construídos para balizar a atuação “dentro do balcão do arquivo”, também observei historiadoras e historiadores do arquivo tendo sua trajetória acadêmica influenciada, ou direcionada, pelo trabalho realizado na instituição. Aqui, além de caber meu próprio exemplo³⁶⁴, transporto-me à experiência de mais uma Clarissa – neste caso, Clarissa Ramos –, que narrou o processo de conhecer e encantar-se pela Coleção Família Bustamante, acervo tratado por ela dentro do APERJ, que

³⁶⁴ Minha primeira monografia, quando me formei em Licenciatura, teve como tema a política educacional para o livro didático no período da ditadura civil-militar brasileira. Pretendia seguir nesse caminho, até hoje tenho grande interesse tanto por história da educação quanto pelo tema da ditadura, o que de algum modo consigo congrega por meio da promoção de oficinas educativas e eventos no APERS. Entretanto, minhas reflexões e produções escritas foram sendo, pouco a pouco, tomadas pelos arquivos. A monografia de conclusão do Bacharelado já foi resultado desse processo de apropriação e envolvimento, que se consolida com a presente dissertação.

acabou se tornando seu objeto de pesquisa no mestrado³⁶⁵, e atualmente também no doutorado, em andamento junto ao PPG em História da UFF.

Muitos outros exemplos poderiam ser evocados para defender a posição de que, se a formação em história pode incidir sobre o trabalho nos arquivos, a recíproca também é verdadeira. Trago apenas mais alguns: as já citadas reflexões de Luciana Heymann, que consolidaram em sua tese de doutorado³⁶⁶ toda uma trajetória dedicada aos arquivos; o trabalho do colega Gabriel Alencar e Souza, que não pôde responder meu questionário no momento em que se dava essa etapa da pesquisa, mas que conheci ao visitar o APERJ e cuja dissertação³⁶⁷ tem por base o fundo “DAVIDA - Prostituição, Direitos Cíveis e Saúde”, acervo produzido pela ONG Davida, recolhido ao APERJ e por ele tratado arquivisticamente³⁶⁸; as experiências de Marli Guedes da Costa, historiadora do ArPDF que já atuou também no Arquivo Nacional, e que canalizou ao menos parte dessas vivências e estudos para uma dissertação que aborda a relação entre documento, arquivo e historiadora na perspectiva dos estudos de usuária.³⁶⁹

Considerando uma história de mais de dois séculos de proximidade entre historiadoras e arquivos, embora o último quartel do século XX tenha nos trazido uma série de transformações e questionamentos paradigmáticos, é inegável que há uma relação simbiótica entre as áreas, que segue propulsionando o desenvolvimento de ambas. Não me parece que a afirmação da cientificidade da arquivística, assim como do lugar estratégico dos arquivos em nossa sociedade, dependam de um afastamento da história, assim como não me parece que nós, enquanto profissionais, devamos abrir mão de incidir nesse espaço, o que não significa afirmar que será sempre pacífica a relação entre atuação cotidiana e formação acadêmica, até mesmo porque, como venho defendendo, ainda vivenciamos uma realidade de distanciamento entre a história acadêmica, plenamente associada ao saber-fazer

³⁶⁵ GOMES, Clarissa Ramos. **Postais para ver**: cartofilia no Brasil da primeira metade do século XX na Coleção Estella Bustamante. Dissertação de Mestrado, PPG em História, UFF, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2245.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

³⁶⁶ Sua tese foi publicada no livro já citado: HEYMANN, Luciana, 2012, op. cit.

³⁶⁷ SOUZA, Gabriel Alencar e. **“Fala Mulher, da Vida”**: representações da prostituição no Jornal Beijo de Rua (1988-1997). Dissertação de Mestrado, PPG em História, UFF, 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2357.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

³⁶⁸ Descrição preliminar do fundo, ainda em tratamento, disponível em: <http://200.222.27.136/index.php/ong-davida-prostituicao-direitos-civis-saude-2>. Acesso em 30 ago. 2019.

³⁶⁹ COSTA, Marli Guedes da. **Interação entre documento, arquivo e historiador**: um estudo sobre a (não) presença de historiadores da UnB no Arquivo Nacional, em Brasília. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2010. Resumo da dissertação disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2012/1781>. Acesso em 30 ago. 2019.

que se dá por meio da operação historiográfica, e a história pública, cujo saber-fazer correlaciona-se com tal operação, mas muitas vezes está para além dela.

Nas palavras de Clarissa Ramos percebe-se a tensão reflexiva que perpassa a atuação como historiadora a partir desse lugar social, posto à parte ou diferenciado do fazer acadêmico:

Eu fiz a história administrativa para cá, e depois quando eu fui contar a história da família na minha dissertação, foi outra coisa. Isso dá uma confusão porque, a dissertação, a monografia, e agora eu estou tentando o doutorado, tudo com o acervo daqui, e isso **dá confusão enquanto pesquisadora**, porque você não sabe **separar o que é do teu trabalho e o que é da tua pesquisa**, e eu vi que isso é comum. Na minha qualificação eu vi que isso é comum, porque tinha horas em que eu falava: “não sei se isso eu escrevi para o Arquivo Público, ou para o meu trabalho”. E aí começa um processo maluco, você não sabe se está se plagiando, se está se repetindo [*risos*]. O que é importante na pesquisa? Você conhece muito o acervo, domina muito o acervo, mas o que é importante do acervo enquanto documentação do Arquivo Público do Estado, o que é curiosidade que eu acho legal contar para as pessoas sobre o acervo, o que é importante para minha pesquisa, para o leitor, que eu contribua com alguma coisa e não seja meramente eu contando uma “fofoca” do acervo. [...] Teresa [diretora do APERJ] esteve na minha banca, e ela também fez o doutorado com um acervo que ela organizou na Casa de Oswaldo Cruz. Temos agora outro colega que está fazendo mestrado com a documentação que ele trata, e aí fica esse dilema. [...] **É literalmente como se você se partisse**: quem é a Clarissa que está fazendo esse trabalho para o Arquivo Público do Estado do Rio, e quem é essa Clarissa que está fazendo mestrado no PPGH da UFF?³⁷⁰

A partir de nossa conversa, percebi que essa sensação de “confusão”, de separação ou de “partir-se”, presente não apenas em sua experiência, relacionava-se ao intuito de atuar dentro do APERJ, se não como arquivista, já que Clarissa não se expressou nesses termos, ao menos mais próxima da arquivística, sem permitir que o “lado historiadora” tomasse a frente. Em determinado momento do diálogo, ela mencionou que, quando iniciou o trabalho com as fotografias, o fez a partir de um interesse próprio, mas que se comprometeu com Paulo Knauss, então diretor da instituição, que essa ação não comprometeria as demais atividades de tratamento técnico, em um comentário que pareceu surgir inconscientemente para amenizar o impacto de pautar-se por escolhas pessoais alocadas no campo da história. Imagino que, se partilhássemos as tarefas em equipes multidisciplinares e ao mesmo tempo tivéssemos mais clareza a respeito das possibilidades e limites de nossa contribuição dentro das instituições arquivísticas em relação às possibilidades e limites da contribuição das demais profissionais, esses sentimentos não ocupariam um lugar tão grande.

Trazendo ainda algumas palavras sobre a dimensão das escolhas, Janice Gonçalves afirma que, ao eleger o que deve ser organizado e disponibilizado primeiro, os arquivos

³⁷⁰ GOMES, Clarissa. Entrevista, op. cit.

influenciam a pesquisa de modo global, em especial a pesquisa de caráter histórico, e consequentemente, a produção historiográfica, destacando que não fazem isso apenas por meio do tratamento de acervos, mas também “através de atividades de difusão cultural, como exposições, edições de livros e periódicos, palestras, cursos, seminários”.³⁷¹ Em seguida, pondera que “novas demandas de pesquisa, uma vez detectadas, poderão sinalizar a necessidade de reformulação dos projetos de organização arquivística com a concentração de esforços no tratamento de documentação antes considerada não-prioritária” (p. 264), sublinhando a existência de um “jogo de influências recíprocas, nascido da relação entre instituições e usuários” (Ibidem). Se, por um lado, essa correta constatação reforça a ideia de que os documentos devem receber primeiramente o tratamento mais global possível de modo que possam ser disponibilizados à pesquisa, por outro, explicita a impossibilidade de isolar completamente vetores como subjetividades, incidências de memórias e de interesses historiográficos sobre a construção de políticas de tratamento de acervos arquivísticos, assim como as implicações múltiplas entre arquivos, história e operação historiográfica.

Reconectando o texto mais diretamente à análise dos questionários, ainda na área do Tratamento de Acervos destaco as ações no campo da preservação, também evidenciadas por mim enquanto uma categoria distinta dentro dela. Tais ações foram referidas por apenas sete das 44 historiadoras que responderam ao questionário. O pequeno número de menções talvez deva ser relativizado pelo fato de atividades como higienização, desmetalização e reparos na documentação, que considereei dentro da categoria “preservação de acervos”, serem encaradas como parte indissociável do trabalho realizado ao organizar conjuntos documentais, de forma que as entrevistadas não tenham as pronunciado diretamente em meio a esse processo. Ou ainda, pode ser entendido pela especificidade da formação exigida para a atuação com conservação preventiva e restauro, que passa pelo domínio de métodos químicos e físicos de intervenção nos acervos, aplicação de técnicas minuciosas tanto manuais quanto mediadas por equipamentos etc. Assim, para trabalhar com preservação, a formação específica faz-se necessária, sob pena de mutilar o patrimônio documental causando perdas irreversíveis, tanto de suporte quanto de informação, desafio que tem sido encarado também por colegas de áreas como arquivologia, biblioteconomia e artes plásticas, de acordo com o que pude perceber através do mapeamento das instituições. Tal especificidade fez-me pensar inicialmente em um afastamento quase completo entre esse

³⁷¹ GONÇALVES, Janice, op. cit., p. 268.

saber-fazer e a formação em história. Para dar dimensão dela, trago algumas imagens feitas dentro de um dos laboratórios mais bem equipados do país:

Figura 2: Laboratório do Núcleo de Conservação / Centro de Preservação do APESP



O ambiente, repleto de equipamentos normalmente alheios à oficina da história, remete-me a um laboratório de análises químicas.

Entretanto, sabiamente meu orientador ajudou-me a refletir sobre o quanto a sensibilidade desenvolvida nos cursos de história para com aquilo que pode ser fonte sobre o passado torna-se importante para essa atuação cotidiana, o quanto as noções de processo histórico e os saberes historiográficos em si podem contribuir para a escrita de projetos, para a construção de critérios na identificação de acervos prioritários a serem trabalhados, e para a extroversão do fazer realizado dentro do laboratório, difundindo à comunidade documentos em processo de tratamento e técnicas empregadas, como vem sendo feito, por exemplo, pela colega Nôva Brando a partir das mídias sociais do APERS: postagens periódicas que dialogam com a curiosidade das usuárias em ver a preservação acontecendo e correlacionam seus procedimentos com os tipos documentais salvaguardados pela instituição e as

potencialidades desse acervo para a pesquisa, como pode ser observado nas seguintes imagens:

Figura 3: Postagem no perfil do Instagram – APERS

Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B4cZcIUW0z/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

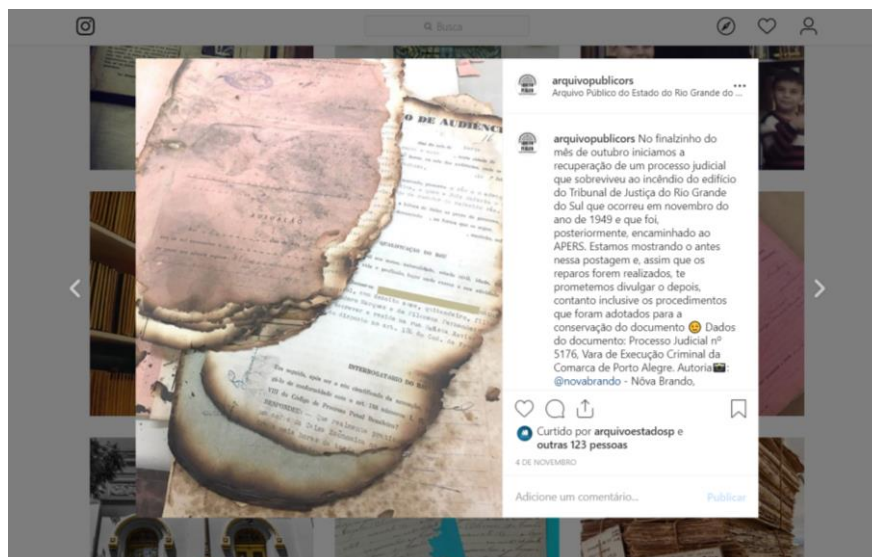


Figura 4: Postagem no Blog – APERS

Disponível em: encurtador.com.br/dntEV. Acesso em: 28 nov. 2019.

O relato de Andresa Oliver, que atuou no APESP na área de ação educativa por um longo período e desde 2015 vem atuando no Laboratório de Conservação, é bastante rico para demonstrar a especificidade desse trabalho, e também se faz apropriado a esse momento

do texto justamente por conectar a discussão sobre tal área com a reflexão sobre o seu fazer no âmbito da difusão, de modo que sinto como justa a transcrição de uma longa citação sua:

Hoje eu estou no Laboratório de Conservação. Adoro o que eu faço, faço reparos, restauro, estou aprendendo muito aqui. (...) Como historiadora aqui, o que eu posso...? Eu não faço “produtos”, eu não crio produtos a partir de interpretações. Então, por exemplo, eu restauro documentos que têm uma história, mas eu não me debruço nessa história para criar um produto, [função] que eu acho que um produto de difusão, um produto de ação educativa, tem. Com o que o historiador pode contribuir ali? É a sua percepção e a sua criticidade em cima daquele conteúdo, que você vai transformar em um outro produto, a partir de sua interpretação e do confronto das fontes, enfim, que era um pouco o que a gente fazia na ação educativa. Isso está muito agregado à formação do historiador. Aqui, eu trabalho com documentos que são as fontes primárias dos historiadores, só que o meu objetivo aqui é preservar a memória, mas no sentido de pensar o suporte dessa memória, então eu tenho que saber de tinta, de qual que era o tipo de papel, qual é o tipo de intervenção que eu vou ter que fazer nesse documento pra que eu não deteriore o documento, porque meu objetivo é que ele tenha uma vida útil mais longa, então meu olhar aqui como historiadora, eu aproveito. Por exemplo: quando eu pego uma visita monitorada eu consigo, além de apresentar o setor, o que a gente faz, qual é o objetivo, mas: “olha, eu estou trabalhando aqui com um documento dos imigrantes!”. Então eu consigo atrelar na minha fala um pouco dessa trajetória, desse caráter histórico, quando eu trago um pouquinho, uma pincelada desse documento no seu contexto histórico, mas sempre tentando trazer porque a gente guarda esses documentos. Porque esse cuidado da preservação, de montar um quebra-cabeças e juntar os caquinhos? (...) Mas especificamente no trabalho de restauro, não, porque meu olhar aqui é outro. (...) Então hoje o que me distancia mais [da formação em história] é a especificidade do trabalho que é feito dentro do laboratório. Na ação educativa era uma loucura, uma correria, uma loucura... E aqui é outra história: é o tempo do documento. Então: “ah, vou tirar uma foto aqui que está grudada para fazer um tratamento aquoso, não posso levar a fotografia pra água, né?” Então vou ter que tirar essa foto. Eu vou, coloco um produto, espero aquilo para agir... é um outro tempo. Mas eu estou gostando! Eu sempre gostei, mas achei que não ia me adaptar a um trabalho tão manual, porque é um trabalho técnico manual, você não pode ter muita... você vê aquele monte de caquinho, assim, e não pode ficar, “meu deus!”. Não, você tem que ter paciência que você vai achar. E se não achar, você vê de novo! [risos] É uma outra pegada de trabalho.³⁷²

A fala de Andresa coloca em paralelo frentes de trabalho que para mim expressam, por um lado, uma das atividades que mais aproximam o fazer do arquivo com a operação historiográfica conceituada por Certeau e Ricoeur: a construção de ações educativas a partir de seus acervos e de abordagens historiográficas –, por outro, o fazer do laboratório, tão próximo da arte, da biologia e da química, e, a um primeiro olhar, tão distante dos “passos e protocolos caros ao ofício que aprendi na academia”.³⁷³ Porém, novamente, a sensibilidade historiográfica salta aos olhos como uma bagagem que dá sentido ao trabalho, ajuda a entender o gosto pelo cuidado com os documentos e a motivação para uma atividade tão

³⁷² BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. **Andresa Cristina Oliver Barbosa**: entrevista [17 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 49 min.

³⁷³ SCHMIDT, Benito Bisso. O historiador-curador: a experiência de realizar uma exposição histórica voltada a públicos diversos. In: MAUAD, ALMEIDA & SANTIAGO, op. cit., p. 276.

meticulosa. Quem mais do que as historiadoras verão importância em preservar e até mesmo resgatar documentos em processo ativo de degradação? Se posso referir diferentes “graus” de proximidade entre os múltiplos fazeres dos arquivos em relação à operação historiográfica, como desenvolverei melhor no próximo tópico, certo é que em todas as frentes de trabalho observadas percebi a mobilização da erudição, da sensibilidade e de conhecimentos legados por nossa formação.

Aproveitando esse “gancho”, volto o olhar à área da difusão, na qual computei o maior número de referências (60). É importante destacar que, além de compreender diversos tipos de atividades – ações educativas, visitas mediadas, publicações, eventos, exposições etc. –, as ações desenvolvidas nesse campo podem estar relacionadas com todas as demais funções arquivísticas: uma exposição pode tanto difundir um acervo específico, quanto celebrar e dar a conhecer os trabalhos da equipe de preservação, por exemplo. Nesse sentido, ao analisar as trajetórias compartilhadas pelas historiadoras, identifiquei pessoas dedicadas primordialmente ao tratamento de acervos, mas que, em alguns momentos, contribuem para projetos de difusão; ou aquelas que estão alocadas no setor responsável por gestão documental, mas que, além de trabalharem com normas técnicas e assessorias aos órgãos da administração pública, também se envolvem com produções editoriais sobre o tema. A versatilidade do campo da difusão explica, em parte, ter sido essa a área mais referenciada, mas parece-me importante ponderar ao menos outros três elementos.

Primeiramente, nem todos os 16 arquivos estaduais nos quais consegui obter amostra de questionários atuam ativamente no âmbito da gestão documental atualmente, o que, por óbvio, restringe a possibilidade de trabalho nesse campo, ao passo em que o tratamento de acervos e a difusão estão presentes em todas as instituições contatadas. No estado do Pará, por exemplo, como resposta à questão sete de meu questionário – “O Arquivo faz parte de um Sistema de Arquivos Estadual, ou envolve-se com a gestão documental em seu estado? Qual o teu envolvimento nesta área? –, fui apenas informada que “não”. Anna Beatriz Oliveira também não encontrou legislação naquele estado relacionada à criação de Sistema de Arquivos, Política Estadual de Arquivos ou Gestão Documental.³⁷⁴ Em Goiás, fui informada de que o Arquivo lida apenas com a “documentação história de todo o estado”. Busquei entender melhor o quadro e deparei-me com uma situação complexa que demonstra

³⁷⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 125.

os desafios enfrentados para a efetivação da gestão de documentos, do acesso à informação, da transparência pública e da preservação dos registros históricos no Brasil.³⁷⁵

O segundo elemento que pretendo destacar é a percepção de que em alguns arquivos estaduais instala-se a compreensão de que a gestão documental é, dentre as funções arquivísticas, aquela em que devem atuar por excelência as arquivistas, o que também impacta na quantidade de historiadoras envolvidas nessa frente de trabalho dentro das instituições. Com tal observação não estou levantando uma discussão de mérito ou legitimidade das profissões para atuar nessa área, mas sim trazendo elementos que corroboram à cartografia que busco traçar. Esse parece ser o caso do Arquivo Público do Espírito Santo, em que foram mapeadas três historiadoras e três arquivistas na equipe. As duas profissionais da história que responderam ao questionário não referem atuação na área, e pude perceber pela troca de e-mails, embora a terceira historiadora não tenha podido retornar o instrumento preenchido, que essa também não trabalha com gestão documental; do Arquivo Público do Rio de Janeiro, em que identifiquei cinco historiadoras e nove arquivistas, sendo que apenas a historiadora que dirige a instituição relaciona-se com gestão documental, estando as demais alocadas no tratamento de acervos e no atendimento às usuárias; e certamente é o caso dos arquivos estaduais do Rio Grande do Sul: embora uma das historiadoras que respondeu ao questionário tenha referido como uma de suas atividades algo que avaliei como pertencente à categoria “normatização da gestão documental” – neste caso, ocupar assento junto ao SIARQ-RS como historiadora –, nenhuma das sete

³⁷⁵ O Decreto 3.466, de 29 de junho de 1990, institui o Sistema Estadual de Arquivos de Goiás (SIESA), do qual o Arquivo Histórico faria parte, mas sobre o qual a historiadora com quem estive em diálogo não tinha conhecimento. Conversamos por mensagens de áudio no celular, e ela confirmou que a instituição não faz recolhimentos de novos acervos ou interfere na produção atual de documentos. Já a Instrução Normativa 004/2013, que dispõe, entre outras questões, sobre a constituição de Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso, sobre critérios para classificação, avaliação e destinação final de documentos, refere que após o cumprimento do prazo de guarda da fase corrente os documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública Estadual poderão ser recolhidos ao “Arquivo Central”, sem citar o Arquivo Histórico. Liguei para o Arquivo Central, expliquei brevemente meu interesse de pesquisa, e fui informada ao telefone que aquele setor funciona como arquivo intermediário, recolhendo apenas processos administrativos recentes que aguardam prazo de eliminação, sem atender demandas de pesquisa por parte da comunidade, e sem contar com profissionais da história. Não souberam explicar para onde são recolhidos os documentos permanentes. Certamente posso ter perdido algum dado em meio a essa intrincada tentativa de compreensão à distância, mas a verdade é que, justamente por apresentar-se de modo tão intrincado, fui levada a crer que a preservação dos documentos históricos e o acesso à informação podem estar em risco. **IN 004/2013** disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2013-03/instrucao-normativa-004-2013-segplan.pdf>. Acesso em 01 jun. 2019. **Decreto 3.466/1990** disponível em: http://www.gabinetcivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=8711. Acesso em 01 jun. 2019.

profissionais mapeadas entre o AHRS e o APERS tem a gestão documental a seu cargo no cotidiano, ficando essa, entre outras atribuições, sob responsabilidade de arquivistas.³⁷⁶

Por fim, para compartilhar a lógica que me leva à terceira observação na tentativa de entender a maior atuação das historiadoras na esfera da difusão, recorro a um raciocínio de Ana Maria Camargo. No texto em questão, logo após ter abordado a importância da teoria para o desafio de devolver a configuração original a “um conjunto desorganizado de documentos cuja função primária já se esgotou”,³⁷⁷ a autora recomenda que, no trabalho de descrição, as arquivistas “resistam à tentação de uma abordagem temática, colocando-se na perspectiva da entidade produtora; paradoxalmente, tal postura seria, para usar a expressão de Pavone, a única forma de garantir ao usuário a polissemia máxima dos documentos” (Ibidem). Camargo, ao defender um modelo de formação arquivística que indissocie teoria e prática, exemplifica, a partir da descrição, o quanto é intelectualmente complexo e moroso tratar acervos de forma integral e em consonância com as atribuições e formas de organização dos órgãos produtores. Assim, certas vezes as equipes das instituições acabam por dedicarem-se à descrição seletiva, ou temática, produzindo instrumentos de pesquisa que dão plena visibilidade a determinadas parcelas dos acervos – geralmente em diálogo com demandas de pesquisa já existentes ou identificadas como potenciais – sem que tenham identificado a integralidade dos fundos e coleções por elas salvaguardados. Essa percepção já me acompanhava há algum tempo, a partir da observação das lógicas de trabalho no APERS, onde temos uma significativa parcela do acervo sem tratamento, enquanto muitas energias foram canalizadas nos últimos anos à difusão e descrição sistemática de alguns fundos ou de determinados tipos documentais por critérios temáticos.³⁷⁸

³⁷⁶ Vale elucidar que, embora tenha recebido quatro questionários entre essas sete pessoas, conheço seus envolvimento justamente por atuar no APERS e ser eu mesma uma dessas historiadoras.

³⁷⁷ CAMARGO, 2002, op. cit., p. 193.

³⁷⁸ Nesse momento tenho em mente a produção de instrumentos de pesquisa que descrevem, item a item, documentos relacionados ao contexto da escravidão, como os catálogos produzidos no âmbito do *Projeto Documentos da Escravidão*, que resultou em 10 volumes dedicados à cartas de alforria, registros de compra e venda, inventários, testamentos e processos criminais em que a presença de escravizadas pode ser identificada, assim como aos Catálogos *Escravidão, Liberdade e Tutela*, na mesma temática, que descreve processos judiciais de tutela; *História das Mulheres & Relações Familiares: Vara de Família e Sucessão de Porto Alegre*, voltado a processos oriundos da referida Vara como desquites, divórcios, pensões alimentícias e anulações de casamento; e *Resistência em Arquivo: memórias e histórias da Ditadura no Brasil*, dedicado aos processos administrativos de indenização a ex-presas políticas. Todos estes projetos foram desenvolvidos a partir dos anos 2000 sob coordenação de historiadoras. Houve o envolvimento de arquivistas, mas de modo menos sistemático, em geral dando seu aval à decisão de desenvolvê-los e contribuindo com orientações. Além das servidoras, todos os grupos de estagiárias eram compostos majoritariamente por estudantes de história. Minha reflexão passa longe do intuito de minimizar a importância ou a validade desses projetos. Ao contrário, reconheço o impacto positivo que podem exercer para o trabalho de pesquisa nas referidas áreas, assim como avalio que foram escolhas, opções técnicas feitas pelas equipes a partir de valiosos critérios políticos e éticos,

Creio que essa reflexão correlaciona-se à difusão e ajuda a entender o quadro apreendido a partir de meu exercício etnográfico: em alguns casos opta-se por reforçá-la em parcelas do acervo já (re)conhecidas, realizando eventos, cursos, exposições e outras atividades culturais que podem dar visibilidade à instituição e garantir a frequência de determinados segmentos de usuárias, em detrimento do desenvolvimento de ações de fôlego no sentido de efetivar a gestão documental ou de estudar a fundo a organização dos órgãos produtores, manusear, identificar e construir arranjos intelectuais que contemplem grandes acervos, em diversos casos massa documental acumulada ao longo de anos. Aqui, sendo as historiadoras hábeis em construir narrativas a partir de acervos, em comunicar e ensinar, ao passo em que possuem formação acadêmica não específica para o tratamento arquivístico de acervos ou para a gestão de documentos – como é de se esperar considerando que há cursos de graduação e especialização voltados a esse fim –, parece-me que nossa forte presença pode ser um dos elementos explicativos dessa postura, afinal, canalizamos as habilidades oriundas da formação acadêmica para produções com as quais nos sentimos mais à vontade, que dialogam com os pressupostos do fazer historiográfico, como a organização de publicações editoriais e exposições com temáticas históricas, ou ações educativas voltadas ao público escolar em diálogo com os currículos de história.

Quando Benito Schmidt problematiza nosso fazer desde o lugar da curadoria em uma exposição museal, afirma, como recém referi, que buscou aplicar a esse trabalho os “passos e protocolos caros ao ofício”, matizados pelas “permissões e interdições próprias ao esse lugar de produção”³⁷⁹. De seu artigo compreendi que tal empreitada foi bem-sucedida: conseguiu construir um problema para orientar a narrativa da exposição; desenvolveu mapeamento da bibliografia existente a respeito do tema e das “fontes” que seriam selecionadas como *objetos geradores*³⁸⁰ ao longo de toda a mostra; inspirou-se em referenciais bibliográficos que funcionaram como marco teórico e permitiram-lhe “operar

orientando os fazeres do arquivo a partir da valorização da diversidade e da história de agentes muitas vezes invisibilizadas. Porém, se temos no APERS todas essas ferramentas de acesso a documentos do Poder Judiciário e de Tabelionatos, historicamente demandados em nossa sala de pesquisa, por outro lado, seguimos com diversos fundos não identificados ou não descritos de acervos produzidos pelo Poder Executivo, até hoje pouquíssimo conhecidos pelo público, que segue sem demandá-los por não haver instrumentos de pesquisa ou ações de difusão. Não é arriscado afirmar que, em meio a tais acervos, haverá documentos relativos às minorias políticas, questões étnico-raciais, relações de gênero, repressão e resistência no contexto da ditadura civil-militar, entre muitos outros, suposição que apenas um tratamento global a partir da identificação dos órgãos produtores e de suas funções poderá elucidar. Todos os Catálogos referidos nessa nota estão disponíveis para download em: <https://arquivopublicors.wordpress.com/publicacoes/>. Acesso em 13 jun. 2019.

³⁷⁹ SCHMIDT, Benito, 2016, op. cit., p. 276-277.

³⁸⁰ RAMOS, Francisco Régis Lopes. O objeto gerador. In: _____. **A doação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

escolhas, recortes e seleções” (p. 278), e procedeu à representação de todo o conhecimento que desejava transmitir a partir dos “quatro módulos da exposição, os quais funcionaram como capítulos da história” (p. 279) que se desejava contar. Certamente há diferenças no percurso e no produto final se considerarmos uma historiadora realizando uma exposição museológica *versus* uma dissertação de mestrado, porém, com distinções, é possível ver aqui as fases da operação historiográfica em ação. Colocando essa experiência em paralelo com as experiências da difusão em arquivos, a lógica será similar quando se tratar de uma exposição nesses espaços, assim como a lógica de construção de dispositivos pedagógicos e planos de aula para turmas escolares será similar à que percebemos no processo de construção de uma ação educativa em diálogo com o ensino de história. Fomos ensinadas a buscar respostas para perguntas selecionando ou destacando documentos dentro de acervos, logo, creio que aqui estamos em uma zona mais confortável do que aquela ocupada por quem tem como meta, por exemplo, classificar e avaliar centenas de caixas de documentos interrogando-os sobre qual a atividade os gerou e não sobre qual tema eles abordam.

Com isso, não quero dizer que não se deve difundir acervos até que se tenha a íntegra dos fundos identificados e tratados. Longe disso. Quero levantar elementos que contribuam para entender a expressividade da atuação das historiadoras na área da difusão em arquivos, e destacar que realmente é necessário diálogo interdisciplinar para que as equipes tenham dimensão do potencial dos acervos de modo global e da responsabilidade sobre a promoção do acesso a todos eles. Evitamos assim a “tentação” do deslumbramento que está sempre presente, como bem confidenciou Ieda Pimenta Bernardes. Afinal, o mundo dos arquivos é mesmo muito sedutor!

Mas as discussões que emergiram, especialmente das entrevistas, em torno da atuação na área de difusão e do caráter que ela deve assumir nos arquivos são bastante ricas e sintomáticas do quadro de tensões e transições na relação entre história e arquivística que venho tecendo. Foi tratando desse aspecto que se evidenciou de forma mais intensa a mim a “confusão” ainda presente entre ser historiadora ou ser “arquivista”³⁸¹, em relação aos limites e intercâmbios do fazer dessas profissões e à caracterização que fazem de si mesmas

³⁸¹ Embora a lei que regulamenta essa última profissão seja clara em afirmar que no Brasil apenas pode ser reconhecida enquanto tal a pessoa diplomada em curso superior de Arquivologia. BRASIL. Lei 6.546 de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/LEIS/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 28 nov. 2019.

enquanto profissionais de arquivo, como fica evidente pelo seguinte trecho da entrevista com Ananda Fernandes:

Até por um manejar do próprio Arquivo Histórico, que sempre foi dominado só por historiadores, elas fazem muito trabalho de historiador (...) **Elas [as arquivistas] estão organizando acervos** em vez de se centrar em levantamento, em mapeamento, nessa coisa mais global mesmo do quadro de arranjo do Arquivo Histórico... Eu acho também que, no Arquivo Histórico, como a gente está muito envolvido com essa questão da visibilidade, até por estar junto ao Memorial, por exemplo, o Arquivo faz muita exposição. Ai, o que acontece? Querendo ou não, **o trabalho que seria das historiadoras, de fazer exposições, publicações, tudo mais**, as historiadoras ficam visibilizadas, e as arquivistas, como fazem **trabalho de arquivista mesmo, que é ficar lá dentro do arquivo**, não é valorizado e as pessoas não veem. Como tu entra muito nessa lógica de ter que fazer coisas para “aparecer”, tu não faz o trabalho de fundo, que é importante.³⁸²

Nessa passagem a colega faz uma análise crítica muito importante a respeito da desvalorização – por parte do Estado representado pelas direções das instituições e dos órgãos da administração pública – do trabalho teórico e prático que está nos bastidores, elemento que pode gerar diversas reflexões. Detenho-me, entretanto, nas atividades que ela destaca como sendo de historiadoras ou de arquivistas como signo de uma percepção, nem sempre elaborada, de que caberia às historiadoras a ordenação e descrição de fundos assim como sua difusão pensando no acesso à pesquisa, enquanto às arquivistas caberia o mapeamento e arranjo intelectual global do acervo. Claro que essa compreensão é marcada pela experiência local, de atuação em um arquivo cujo trabalho é voltado a acervos permanentes. Entretanto, seu olhar encontra repercussão em outras experiências levantadas, como já demonstrado. Acredito que, embora na prática cotidiana a divisão de tarefas e a organização das equipes por frentes de trabalho seja necessária, e possa acarretar maior alocação das historiadoras nos setores voltados à descrição e difusão de acervos especialmente em arquivos onde há arquivistas de formação atuando, justamente pela maior correlação entre os passos e protocolos de nosso ofício com o que é exigido para tais atribuições, de modo global as experiências do país demonstram que há historiadoras com atuação bem sucedida na diferentes esferas das instituições arquivísticas.

Quanto ao caráter que a difusão pode assumir nos arquivos, de um lado percebi a compreensão de que deve estar a serviço das próprias instituições arquivísticas e das atividades técnicas por elas desenvolvidas, ampliando sua visibilidade social por meio da valorização e reconhecimento daquilo que lhe é próprio, como a promoção da gestão

³⁸² FERNANDES, Ananda. Entrevista, op. cit.

documental e o tratamento de acervos. De outro, enxerguei a difusão sendo posta como mecanismo de conexão entre arquivo e sociedade a partir de ações pautadas pelas demandas da última e ancoradas no acesso à cultura, no direito à memória e à história.

A entrevista que realizei com Marcelo Chaves contribui para essa reflexão: embora trabalhe na maior instituição arquivística estadual do país, que congrega atividades importantes desde a área de gestão documental até a difusão, ele expressa uma visão crítica quanto às relações estabelecidas entre o trabalho técnico desenvolvido dentro do APESP e suas ações de difusão, denotando a percepção de um distanciamento entre o que se difunde, os conteúdos comunicados às usuárias, e aquelas que, em sua opinião, são as funções precípua dos arquivos. Durante a conversa de uma hora e meia, cerca de 40 minutos foram dedicados a refletir sobre o papel da difusão em arquivos, chegando ao que ele compreende como *difusão de baixa intensidade*, que seria voltada ao destaque de itens do acervo sem relação com seus fundos ou contexto de produção, em geral a partir do uso de determinados documentos enquanto fontes históricas para debater ou ilustrar temáticas. Tal abordagem, em sua opinião resultante de desconhecimento do acervo de modo global, leva à dificuldade de lançar luz às atividades que são particulares aos arquivos. Para Marcelo:

A pessoa que entra aqui tem que ter o impacto de que entrou numa instituição absolutamente diferente de tudo. E que arquivo é uma coisa extremamente complexa, que aqui se constrói conhecimento, e que é um conhecimento peculiar e distinto. E eu lhe digo mais: equidistante da história como da administração, você entendeu? Se ela entra aqui e não sabe disso, e sai daqui e não é impactada com essa visão, pensando nessas coisas, sinceramente, [a difusão] não valeu!

Seguindo sua argumentação no sentido de destacar o papel dos arquivos em nossa sociedade em relação às demais instituições culturais ou de memória, ele comenta o quanto foi impactado por esse mundo ao entrar no APESP:

Quando eu cheguei no Arquivo e me dei conta dessa realidade, *eu deixei de ser historiador*. Porque eu realmente me deparei com este mundo e fiquei impressionado. Eu não tinha a mínima noção do que é essa área. Eu me doutorei, publiquei dois livros, mas abandonei, completamente. Até sinto muito, porque gosto da área de pesquisa e também de dar aula. Mas isso aqui me absorveu assim completamente. O Arquivo me absorveu completamente de pensar em outra coisa.³⁸³

Percebe-se que Marcelo circunscreve o “ser historiador” à “área da pesquisa” e ao “dar aula”, movendo para longe da identificação com esse campo as profissionais de arquivo

³⁸³ CHAVES, Marcelo. Entrevista, op. cit.

com formação em história, como se a imersão no fazer do arquivo apontasse para a atuação como arquivista. Nessa perspectiva, ele reivindica que

A difusão tem que estar muito entranhada no arquivo, ligada em tudo o que está acontecendo. Temos um acervo sendo tratado? Está em fase final? Ah, bem, então merece um evento, merece um seminário, uma exposição. É assim. A gente tem que refletir o que está sendo feito, o trabalho técnico. Não podemos ficar subordinados a um calendário cívico ou currículo (Ibidem),

Ele acredita que tenham conseguido lograr esse intento na já citada exposição “Em nome d’El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)”, com a qual colaborou à época enquanto diretor do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do APESP, já que esse produto de difusão teve como recorte narrativo “aspectos e vocabulário típicos de arquivo. Daí o nosso esforço em realçar a história político-administrativa, as tipologias documentais, a descrição dos documentos, além de destacar as atividades de conservação e paleografia”³⁸⁴.

Já Andresa Oliver, entendendo que é função da difusão “mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende”³⁸⁵, expressa que, para ela, promover ação educativa em instituições arquivísticas significava *buscar trabalhar como historiadora*, aproveitando sua formação em prol do papel social dos arquivos:

Eu sou historiadora, trabalho em um Arquivo, e não posso deixar de lado aquilo que é minha formação. Eu preciso saber, obviamente, aquilo que é uma tabela de temporalidade, essas questões basilares da arquivística porque eu trabalho com isso, mas no trato, pensando em projetos dentro do Arquivo mesmo com difusão e ação educativa, a proposta realmente era um diálogo entre esse arquivo mais social, que não é para o especialista, pensar nessa abertura do Arquivo para públicos que não se identificam [com ele].³⁸⁶

Relatou ainda que, ao assumir a área de ação educativa em 2006, foi resgatando as atividades que se faziam antes de sua chegada ao APESP, ainda nas décadas de 1980 e 1990,

³⁸⁴ CHAVES, Marcelo Antonio. Para ler, ver e nunca esquecer (Apresentação). APESP. **Em nome d’El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)**. Catálogo da Exposição. São Paulo, abril de 2015. Disponível em: http://200.144.6.120/exposicao_morgado/material_apoio/catalogo_morgado_de_mateus.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.

³⁸⁵ BARBOSA, Andresa C. Oliver; SILVA, Haiké R. Kleber da. Difusão em Arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012, p. 46.

³⁸⁶ BARBOSA, Andresa. Entrevista, op. cit.

e cotejando-as com sua bagagem buscou construir projetos que colocassem o arquivo em diálogo com a educação, pensando como

essas fontes tão áridas, produzidas no cotidiano das Secretarias, poderiam contribuir para esse professor, para instrumentalizar esse professor. Porque a gente sabe, algumas universidades dão mais esse enfoque para pensar a fonte primária na construção do conhecimento, da pesquisa mesmo, né? Não da discussão teórica só, mas dá pesquisa, como que faz: você está em mãos com uma fotografia do século XIX, e como que faz a análise crítica daquilo? Qual é seu olhar em cima daquela fonte? E aí, com toda essa discussão da minha formação, que foi muito forte, eu fui tentando naquele primeiro momento projetos que pudessem unir minha formação com o lugar em que eu trabalho.

Percebe-se claramente o intento de conduzir a difusão em seu viés educativo por meio do diálogo com o ensino de história, em um movimento que investe numa longa relação construída entre história e arquivos para promover a ampliação dos usos sociais das instituições arquivísticas, como Andresa explicita em artigo publicado com Haike da Silva:

concebemos os arquivos como fonte privilegiada de conhecimento para o ensino, em particular o de história. A partir de fotografias, mapas, jornais, revistas, documentos manuscritos, entre outros, é possível ensinar história, ou construí-la, de maneira que o documento não represente uma mera ilustração, mas, sim, que ele suscite várias perguntas, e que respostas sejam construídas por meio de sua problematização.³⁸⁷ (p. 57)

Nesse caso, a bagagem construída a partir da formação em história é mobilizada diretamente: a habilidade de, enquanto pesquisadoras, construir problemas relacionados ao passado a partir da análise de fontes primárias e de nossa inserção no presente é posta a serviço do ensino de história, que certamente é beneficiado pela qualidade das ações e reflexões que podem ser suscitadas no diálogo entre documentos, arquivos e sala de aula.

Haveria uma abordagem mais correta do que outra? Tentar popularizar a práxis inerente aos arquivos garantiria a ampliação de seus usos e de sua valorização pelo reconhecimento social do quão fundamentais são os serviços que somente ele pode prestar? Ou seria mais profícuo estreitar os laços entre tais instituições e o público por meio de demandas sociais existentes – como o ensino de história – para então despertar o interesse pelo que é próprio aos arquivos?

Acompanhar tais raciocínios remeteu-me diretamente à experiência no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, onde venho atuando centralmente na esfera da ação educativa desde o meu ingresso na instituição. Seja a partir de projetos próprios ou em parceria com universidades, tem sido grande o investimento em atividades que difundem e produzem

³⁸⁷ BARBOSA, Andresa & SILVA, Haike, op. cit., p. 57.

narrativas históricas voltadas a temas e tipos documentais específicos. Ouvi-los fez-me pensar tanto em relação à dissertação quanto no que diz respeito a minha prática profissional cotidiana: será que as oficinas que promovo no âmbito do Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS³⁸⁸, já referidas à página 75, entre outras ações educativas, são espaços que sensibilizam para a especificidade, a complexidade e o valor das instituições arquivísticas, ou acabam por configurar-se em mais um lugar – interessante e significativo, porém mais um lugar – para promover processos de ensino-aprendizagem em história?

Em alguns momentos fui acometida de insegurança, mas a perspectiva de pensar a tensão entre história e arquivística como uma aporia que pode ser superada foi mais forte. Abraçando mais uma vez o caráter “autobiográfico” que o presente texto contém, e olhando para essa aparente dicotomia a partir do referencial de Paul Ricoeur – ou seja, de modo dialógico e compreensivo – sigo a reflexão a partir desse exemplo: percebo que selecionar e colocar nas mãos de jovens estudantes documentos históricos do acervo do APERS que dão conta, no presente, de promover debates sobre temas candentes, como relações étnico-raciais e combate ao racismo, relações de gênero e combate à violência contra as mulheres, ou ditadura civil-militar, democracia e direitos humanos, significa promover o arquivo enquanto instituição pública que garante acesso à informação, algo que é função primordial dos arquivos públicos e, ao mesmo tempo, parte de seu papel sociocultural; significa, também, oportunizar que a comunidade mire a instituição por dentro, desbrave seus corredores, perceba a complexidade do trajeto percorrido até que um documento seja tratado e disponibilizado à pesquisa, e crie, assim, dispositivos de pertencimento e sentido na relação com o próprio Arquivo, algo que dificilmente seria alcançado com a mesma intensidade a partir da leitura dos documentos em sala de aula em meio ao trabalho com determinado conteúdo curricular, mas isolado do “mundo do arquivo” que os grupos de visitantes podem adentrar quando estão em oficina conosco. Percebo que tanto uma quanto outra perspectiva pode ser acolhida: evidenciar o que o arquivo tem de próprio e ao mesmo tempo conectá-lo às demandas da sociedade de nosso tempo é algo viável desde que as ações de difusão respeitem e deem visibilidade à lógica intelectual dos arquivos, amparada na proveniência e organicidade dos fundos trabalhados.

³⁸⁸ Para informações sistematizadas a respeito das ações do Programa, suas oficinas e cursos, ver RODEGHERO, Carla S.; ALVES, Clarissa S.; BRANDO, Nôva. **PEP em Revista: o Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS**. 1º. ed. Porto Alegre: UFRGS/APERS, 2015. v. 1. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6sd8uZtRKoUa2pXSmoXNVpTVTQ/view>. Acesso em: 10 jan. 2020.

E quanto à questão de que acervos possam ser monumentalizados, ou tratados como objetos museais? Isso foi colocado tanto por Andresa quanto por Marcelo, ela, para defender que as ações educativas nos arquivos podem colaborar para a desmonumentalização dos documentos, sendo esse um dos exercícios centrais à atuação das historiadoras; ele, para referir o perigo de que isso seja promovido quando se destaca um documento de sua série ou fundo. Bem, acredito que ambos estão corretos. Uma oficina, exposição ou instrumento de pesquisa podem tanto contribuir para que as usuárias dos arquivos percebam as teias que conectam uns documentos aos outros e as marcas da ação humana em sucessivas camadas ao longo do tempo, quanto para erigir um documento a exemplo e isolá-lo de seu contexto, tanto arquivístico – relativo a sua proveniência, função, atividade geradora, processo de acumulação etc. – quanto histórico – relacionado a seu lugar de produção e significados possíveis na leitura de processos históricos.

O que fará com que determinada ação caminhe para uma ou outra perspectiva está inscrito no campo de possibilidades aberto pela abordagem empregada pelas profissionais envolvidas, o que mais uma vez leva-me a afirmar que não se trata de dividir e limitar, dentro dos arquivos, o que seria atividade de arquivistas ou o que seria atividade de historiadoras, mas sim, de buscar conectar os olhares das distintas áreas em todas as frentes de trabalho. Construir instrumentos de gestão documental que deem conta das demandas da administração assim como do direito à memória e à produção de conhecimento, assim como organizar e difundir acervos de modo global garantindo sua polissemia, tudo isso faz parte de um trabalho árduo, que exige pôr em relação conceitos e técnicas arquivísticas com a habilidade de pesquisa histórica – ao passo em que a atuação interdisciplinar se demonstrou pouco efetiva ao longo de minhas observações: temos muitas equipes multidisciplinares, porém, na maior parte dos casos suas atribuições são distintas e a atuação convergente em atividades, conceitos e problemas é rarefeita. Defendo, entretanto, que as contribuições específicas de cada área não devem ser demarcadas por “tarefas” ou categorias de atividades, mas por olhar empregado. Podemos (ou devemos?) trabalhar juntas, nas mesmas tarefas, cada qual emprestando sua expertise.

A esse respeito, interessante problematizar a contribuição da arquivista María Margarita Collazo, em artigo já citado no primeiro capítulo sobre a formação da arquivística enquanto profissão diferenciada da história. Ela destaca uma série de elementos no sentido dessa diferenciação, mas também defende que arquivistas lancem mão de “destrezas” da

metodologia histórica para dar conta de balancear a visão e interesses de administradoras e usuárias de arquivos, aprendendo, por exemplo,

como estruturar problemas de pesquisa; como identificar fontes que contêm informações relevantes para responder tais perguntas; como verificar e avaliar as fontes assim identificadas; e como encaixar esses registros em um contexto historiográfico. (...) [A autora orienta ainda que] os arquivistas tomem escrupulosas notas de assuntos relativos às práticas de interpretação histórica e desenvolvam amplas competências no exame das transformações operadas nas dimensões do social, cultural, institucional e tecnológico e seus efeitos sobre as sociedades em que exercem como intermediários o processamento de acervos documentais de valor histórico.³⁸⁹ [tradução minha]

Diante de tantas recomendações que mobilizam saberes correlatos àqueles que desenvolvemos durante nossa formação como historiadoras, pergunto-me se essa profunda necessidade de mobilizar tais “destrezas” para que o trabalho no interior dos arquivos possa atender a gestão da máquina pública e as usuárias não deveria ser reconhecida como a imperiosidade do trabalho conjunto entre arquivistas e historiadoras. Assim como não defendo que o curso de história deveria tornar-se capaz de formar profissionais aptas a dar conta do trabalho nos arquivos sozinhas, mas sim deveria incorporar discussões que nos habilitem a um diálogo qualificado com arquivistas, bibliotecárias, museólogas e outras profissionais de áreas afins, também não acredito que os cursos de arquivologia serão capazes de gabaritar as arquivistas do futuro para dar conta, sozinhas, de todas essas habilidades evocadas por Maria Collazo. Nesse sentido, olhando desde o ponto de vista de quem buscou entender a atuação das historiadoras e percebeu que há bastante imbricações e indefinições sobre qual seria exatamente o nosso papel dentro dos arquivos, creio que o trabalho interdisciplinar – ou seja, que partilha conceitos e problemas entre as áreas, buscando soluções e produzindo conhecimentos coletivamente – deve ser o caminho defendido, longe de arrogâncias ou subserviências.

Chegando ao fim desse tópico, o que fica de tudo isso? O que me parece ligar as experiências das historiadoras em análise? Primeiramente, é importante considerar que a busca por determinadas unidades é necessária para viabilizar a construção de abstrações que permitam a análise e interpretação da atuação das historiadoras em arquivos em meio a essa complexa cartografia. Porém, a verdade é que quando a escala é aumentada, certamente a diversidade é uma das características mais marcantes da realidade observada, sempre

³⁸⁹ COLLAZO, María, op. cit., p. 16.

mediada por relações pessoais, acadêmicas e políticas, assim como contingências tanto regionais quanto específicas de cada arquivo.

Em uma dissertação que tem como centro pensar as tensões e pressupostos do fazer historiográfico que se expressam na atuação em arquivos, uma percepção geral que me parece importante destacar é a de que, independente do ano de formação ou da instituição de origem, todas as historiadoras buscam formação continuada e mencionam, de diferentes modos, a insuficiência da formação em nível de graduação para dar conta das demandas dos arquivos, o que explicita o desenvolvimento da arquivística e a demarcação de seu lugar como profissão distinta da história, o pouco diálogo entre os cursos, a incipiente abertura de nossos currículos para discussões em torno do fazer das historiadoras públicas – aqui pensadas como aquelas que atuam mobilizando a história para além da pesquisa acadêmica e do ensino de história –, e o ainda recorrente recurso a historiadoras para gerir e preservar arquivos na ausência de arquivistas de formação, o que ajuda a entender a dificuldade teórica em problematizar as contribuições de umas e outras profissionais; afinal, acabamos fazendo tudo o que os arquivos precisam, de acordo com as pessoas de que cada um deles dispõe.

E, embora haja ruídos nas percepções de si enquanto historiadoras, ou de nossa atuação enquanto campo profissional nesse lugar social, há também consensos quanto a contribuições específicas que as historiadoras podem legar às equipes das instituições arquivísticas. Em resposta à Questão 9 de meu questionário, uma historiadora parece ter sintetizado as possibilidades apontadas entre os 44 questionários:

Em todas as frentes de ação de uma instituição arquivística é possível a presença de um historiador:

- a) em gestão de documentos é possível atuar na avaliação e destinação à guarda permanente dos documentos vitais para a história. Portanto, na elaboração de instrumentos de classificação e tabelas de temporalidade;
- b) em tratamento de acervos para auxiliar nas pesquisas de identificação da história dos produtores dos fundos documentais, do contexto de produção, na elaboração de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, etc.);
- c) no atendimento ao público: se o historiador domina o acervo e compreende as demandas dos usuários ele pode realizar um bom trabalho de atendimento ao usuário e fornecimento de feedbacks à equipe de tratamento e preservação;
- d) nas atividades de difusão: produzindo e orientando as ações de difusão que melhor atinge o público (exposições, palestras, visitas guiadas, etc.). (A1, p. 3)

Penso que a chave para a asserção dessa resposta está na palavra “presença”, trazida na primeira frase enunciada: nossa presença não exclui outras presenças, não impõe que determinada atividade deva ser desenvolvida apenas por nós, mas a defesa de uma presença se dá apenas quando ela é reconhecida como necessária, nesse caso, como útil aos arquivos.

Eu acredito nisso. Acredito que podemos, independente da frente de atuação dentro dos arquivos, emprestar a sensibilidade historiográfica que gera a preocupação com a preservação da memória e seus registros; a capacidade de constituir os contextos de produção dos documentos por meio de pesquisa histórica colaborando para aproximarem-se da configuração original; a erudição como forma de lidar com o conhecimento, a pesquisa e suas fontes; a compreensão da lógica que move os trabalhos de suas usuárias.

2.2 Reflexões a partir de produtos do fazer de historiadoras em instituições arquivísticas

Nesse momento, após ter compartilhado reflexões a partir de experiências profissionais vividas por historiadoras dos arquivos nos quatro cantos do país e expressas em um amplo leque de contribuições em questionários e entrevistas, desejo realizar uma análise dessa práxis a partir da aproximação com produtos dela resultantes tendo por fio condutor o conceito de operação historiográfica. Isso significa que, se no tópico 2.1 propus uma compreensão sobre o ofício das historiadoras dentro dos arquivos a partir dos elementos externados pelas próprias protagonistas, agora tomo alguns resultados mais imediatos de seus fazeres como fontes para a problematização. Se, no ponto anterior, temos um diálogo a partir das percepções de si e de suas trajetórias profissionais, dando-lhes voz e considerando-as centralmente para tentar entender os significados atribuídos ao ser historiadora quando se trabalha em um arquivo ou, ainda, o que significa ser profissional de arquivo quando se é historiadora, aqui trago uma proposta de análise e reflexão por meio do mundo dos textos por elas construídos.

Tentando aproximar-me desses produtos encarados como textos, apoio-me nas contribuições de Paul Ricoeur para pensar sua interpretação a partir de uma leitura hermenêutica, que o autor caracteriza como “a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos”³⁹⁰. Em diálogo com suas obras *Interpretação e Ideologias* e *Teoria da Interpretação*,³⁹¹ penso a hermenêutica como um método de análise textual, que considera a relação dialética (e circular) entre o todo e as partes das obras para construir sentidos, interpretando-as de forma profunda. Tal análise deve ser voltada à interpretação do mundo aberto pelas obras de discurso e não à decodificação do pensamento

³⁹⁰ RICOEUR, Paul. Funções da Hermenêutica. In: **Interpretação e ideologias**. 4. ed. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 17.

³⁹¹ *Ibidem*; _____. **Teoria da Interpretação**. O discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 2009.

original de suas autoras. Percebo importante mobilizar a hermenêutica como ferramenta metodológica para a análise em história considerando seu impacto ontológico, sem, por um lado, depositarmos sobre nossa leitura e escrita a expectativa ingênua de uma objetividade inatingível, ou, por outro, desconfiarmos da importância das intersubjetividades nessa produção. Vale observar que, se a historiadora busca nos textos, como expressões linguísticas da vida, realidades que estão além deles, que são extra-linguísticas, é possível afirmar que cabe à narrativa historiadora e à teoria da história tornar inteligíveis essas experiências, e não à hermenêutica enquanto área da filosofia ou enquanto ferramenta metodológica.

Logo que pensei essa organização para o segundo capítulo – vozes das historiadoras como centro do primeiro tópico; produtos de seu fazer como centro do segundo – ela pareceu-me muito apropriada. Mas, em seguida, questioneei: com essa proposta de estrutura não correria o risco de parecer incorrer no erro teórico, já obsoleto e bastante tratado entre as pesquisadoras da história oral, de distinguir e hierarquizar fontes por seu caráter mais ou menos testemunhal? Será que estaria abrindo espaço para leituras que percebessem uma separação das fontes de caráter testemunhal, alocadas centralmente no tópico 2.1, das demais, como produtos de atividades intelectuais cientificamente conduzidas, apresentadas no presente tópico, como se para construir qualquer compreensão sobre o ofício da historiadora em arquivos fosse necessário submeter suas opiniões, saberes e experiências ao crivo ou à confirmação de outras fontes?

Evidentemente essa nunca foi minha ideia. Antes organizei a escrita nesse formato para dar ordem lúcida à reflexão, para fazer conversar experiências, comparar percepções distinguindo aproximações e distanciamentos entre elas em um primeiro momento, a fim de em seguida verificar como isso se expressa nos produtos que ao fim e ao cabo chegam à sociedade, como frutos de um trabalho que dá consequência à existência dos arquivos. Respondendo a essa (auto)crítica preventiva, apoio-me nas contribuições de Paul Ricoeur para a hermenêutica a partir da teoria do texto³⁹² no sentido de recordar o longo percurso, cravado de mediações, que há entre o discurso oral e as obras do discurso estruturadas em texto, para então defender que faz sentido analisar a partir de olhares distintos, ainda que em diálogo, ideias exteriorizadas sobre si a partir da fala e discursos escritos, muitas vezes construídos coletiva e interdisciplinarmente, que projetam o mundo dos arquivos.

³⁹² RICOEUR, 1990, op. cit.

Nesse sentido, as fontes são categorizadas – e não hierarquizadas – primeiro, por uma necessidade ordenatória analítica e, em seguida, porque são frutos de distintos processos intelectuais e expressas de formas também diversas. As entrevistas presenciais são discursos orais, construídos em diálogo direto. Aqui, voltar à Ricoeur ajuda-me a recordar que no discurso oral há não apenas referências ostensivas que resolvem (ou quase sempre resolvem, em minha opinião) o problema do sentido entre as interlocutoras, como há também um mundo partilhado entre elas.

As entrevistas por questionário, embora tenham passado pela mediação da elaboração que leva as ideias do discurso ao texto, carregam a marca de uma transposição imediata, de quem responde logo que lhe perguntam sem a medição de uma pesquisa bibliográfica ou em fontes, de quem enuncia a partir do que compreende, sem a interposição de citações, notas de rodapé, enquadramento por métodos e ou referenciais teóricos que precisem ser articulados de forma direta ou explícita. Observar que as respostas diversas vezes contêm pequenos equívocos gramaticais ou articulações da linguagem que remetem à forma como falamos, e não como costumamos escrever academicamente, são indícios de que a troca de informações por meio de questionários solicitados individualmente, em primeira pessoa, sempre acompanhados de um contato aproximativo, ajuda a manter uma dimensão de diálogo que tende a romper-se completamente quando analisamos uma obra de discurso – um artigo, um instrumento de pesquisa, uma exposição – construída em espaço e tempo distintos daquele que ocupamos durante o empreendimento analítico, afinal, após sua publicação, o texto autonomiza-se da autora. O mundo por ele projetado pode ser analisado e compreendido pela leitora, mas não é possível acessar exatamente a intenção de quem o escreveu, e é nesse universo que se inserem as fontes com as quais lido no presente tópico: se minhas interlocutoras traziam determinadas percepções de seu ofício frente às exigências dos arquivos – indo desde aquelas que consideram a historiadora fundamental pela contribuição específica de seu olhar, até aquelas para quem a historiadora pode atuar "desastrosamente" se não adequar seu fazer ao olhar da arquivística – será possível perceber operações historiográficas em ação a partir de textos que são o fruto desse fazer? Ou ainda, será possível alargar os horizontes de análise percebendo extrapolações necessárias ao conceito de operação historiográfica para dar conta de diferentes frentes de trabalho nas quais se inserem as historiadoras?

Consumiu-me um tanto a dúvida a respeito de como proceder à análise desses produtos. Oscilei desde uma forte intenção de objetividade, que me compelia a construir

critérios para verificar a aproximação ou distanciamento de cada um deles em relação às práticas evocadas pelo conceito de operação historiográfica, até certo ceticismo subjetivista que me fazia desacreditar por alguns instantes da possibilidade de construir qualquer padrão analítico, a começar pela escolha dos produtos em si. Afinal, conforme ficou evidente no tópico anterior, estou lidando com um universo amplo de práticas profissionais que originam resultados muito diversos.

Enfim, cheguei a uma amostra composta de quatorze itens, entre relatórios de gestão, decretos e normas relativas a políticas públicas na área de arquivos e gestão documental, textos que compõem instrumentos de pesquisa, artigos refletindo sobre fazeres e atribuições das instituições arquivísticas e produtos de difusão. Eles são mencionados, um a um, ao longo do tópico, mas as leitoras podem contatar uma sistematização do conjunto em uma tabela no **Anexo 8**. Fui capaz de selecioná-los apenas quando aceitei que precisava reduzir o escopo de produtos (conforme já expliquei no Prelúdio, pág. 60 a 62), e quando percebi que poderia mobilizá-los sem pretensão de exaustão ou de construir uma escala exata da “fidelidade *versus* distanciamento” em relação à clássica operação historiográfica. Para a aproximação inicial farei uso do recurso a uma escala, mas em seguida partirei a demonstrar pontos de conexão, diálogo e independência entre amostra e conceito, sem que isso signifique que determinada profissional atua mais ou menos como historiadora porque algum dos produtos que resulta de seu fazer está distante dessa formulação quase canônica.

Após escolher, de onde começar a pôr em texto as ideias que pululavam aqui dentro? Para evitar uma enxurrada de informações atordoadas, resolvi organizar a análise em dois momentos: no primeiro, trago essa abordagem geral a partir da tentativa de categorizar os produtos, utilizando três deles como propulsores da discussão por colocarem-se como “exemplos limítrofes” da escala que construí. Em seguida, a partir de mais um produto, passo a suscitar uma série de questionamentos e apontamentos quanto a *limites e pertinências do uso do conceito de operação historiográfica* quando se deseja analisar o *ofício de historiadoras em arquivos*, para, na sequência, reforçar a argumentação trazendo ao texto os demais produtos, de modo mais breve, e encaminhar o fechamento da dissertação propondo uma ampliação teórica quanto à compreensão do que significa atuar como historiadora, centrada na seguinte asserção: mais do que operar historiograficamente para produzir narrativas sobre o passado, somos capazes de *mobilizar cientificamente a história*.

Sem desejar abrir debate em torno da validade do uso do termo “científico” nas ciências humanas, não por desconhecer ou menosprezar essa discussão, mas pela consciência

da tergiversação a qual estaria submetendo meu texto nesse momento caso decidisse encampá-la, emprego o conceito por acreditar em seu potencial significante, e socorro-me na formulação de Michel de Certeau para demarcar o escopo desse uso na dissertação:

O termo científica, bastante suspeito no conjunto das “ciências humanas” (onde é substituído pelo termo análise), não o é menos no campo das “ciências exatas” na medida em que remeteria a leis. Pode-se, entretanto, definir com este termo a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam “controlar” operações destinadas à produção de objetos determinados.³⁹³

Ao adjetivar a prática de *mobilizar a história* enquanto *científica* delimito meu universo de averiguação, afinal, não estou observando qualquer forma de emprego ou acesso ao conhecimento histórico, mas seus usos por alguém amparada por uma formação acadêmica, que lhe concede o título de historiadora profissional.

Antes de imergir nos elementos da amostra, penso que é pertinente uma reflexão quanto ao uso que estou fazendo do referido conceito enquanto ferramenta analítica, já que recorro tanto a Michel de Certeau quanto a Paul Ricoeur, sabendo que o último se inspira no estudo realizado pelo primeiro e mantém sua estrutura triádica, porém atribuindo-lhe conteúdos diferentes.³⁹⁴ Sabendo que Certeau entende a operação histórica como a “combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita”, conforme já citei na introdução, representaria sua elaboração com o seguinte diagrama:

Figura 5: Operação historiográfica em Michel de Certeau



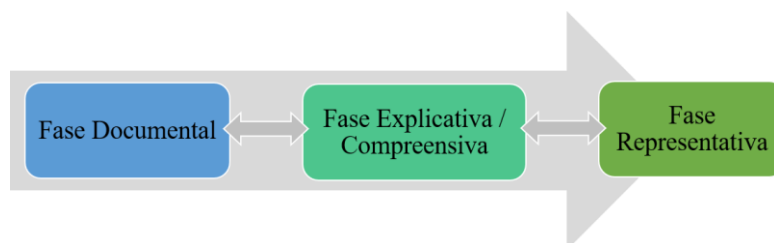
Já Ricoeur, ainda que reconhecendo o legado de Certeau e as condicionantes impostas pelo lugar social de atuação à prática historiadora, decide apurar sua lente de

³⁹³ CERTEAU, Michel, op. cit., p. 66

³⁹⁴ RICOEUR, Paul, 2007, op. cit., p. 146.

análise para acercar-se dos procedimentos que vão desde a constituição dos arquivos a partir da declaração das testemunhas até a escrita, momento em que a historiadora explicita sua “intenção de representar o passado tal como se produziu – qualquer que seja o sentido atribuído a esse ‘tal como’”.³⁹⁵ Nesse movimento, os procedimentos de análise da disciplina, dos quais Certeau falava em um mesmo momento, são distinguidos por ele em fase documental e fase explicativa/compreensiva, mantendo-se a terceira fase como o momento da construção de um texto, ou fase representativa, entendendo-se “texto” como uma representação narrativa que pode adotar diferentes formatos ou expressões, seja escrita, oral, visual, etc. Creio que podemos refletir sobre sua proposição tendo em mente a figura seguinte:

Figura 6: Operação historiográfica em Paul Ricoeur



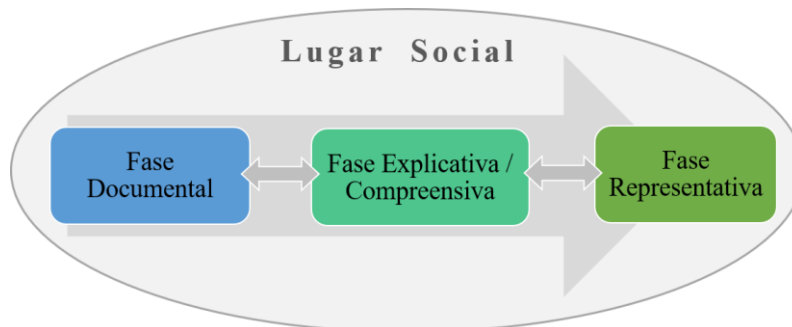
Vale observar que a escolha de Ricoeur pelo termo “fase” não tem relação com uma sucessão cronológica, uma vez que elas estão imbricadas, o que represento com as setas pequenas. O objetivo do termo é marcar o sentido de progressão da operação em direção à produção da narrativa histórica, o que represento com a seta que perpassa o esquema.

Quanto a mim, faço a opção por seguir a análise dos produtos a partir das três fases de Ricoeur, por sua abordagem permitir lançar luz mais acurada sobre os meandros dos procedimentos que vão do contato, identificação e escolha das fontes – erigindo documentos como provas documentais – assim como de análise crítica e interpretação, até a construção dos textos, enquanto produtos dessa operação. Porém, considerando o deslocamento que promovo, do ambiente acadêmico para os arquivos públicos estaduais enquanto lugar de atuação, considero fundamental manter bem próximas de minha reflexão as considerações de Certeau a respeito do lugar social. Afinal, além de lidar com a diversidade teórica, metodológica e política que perpassa as universidades e outros centros de pesquisa (o que não seria diferente em relação aos arquivos), lido também com funções, atividades, lógicas de financiamento e reconhecimento social bastante distintos, para citar apenas algumas

³⁹⁵ Ibidem, p. 147.

diferenças entre o lugar da academia e o lugar do arquivo. Nesse sentido, para adentrar ao “mundo dos produtos” mantenho em mente o seguinte diagrama, que ajuda a demarcar a presença e influência do lugar social em todo o percurso operatório:

Figura 7: Como considerando a operação historiográfica nesse trabalho



Embora tenha me convencido de que o caminho mais adequado não seria apostar em uma abordagem geral e esquemática, creio que não é de todo perdida a reflexão na qual mergulhei quando tentei elaborar uma escala que desse conta de classificar os produtos em análise. A figura a seguir é uma tentativa de expressar a imagem mental que construí nesse processo. Entretanto, destaco, primeiro, que essa escala foi pensada em cima dos produtos selecionados, os quais pude observar mais de perto, e não como uma tentativa de classificar todas as atividades referidas pelas historiadoras nos 44 questionários respondidos. Logo, ela provavelmente seria alterada caso eu fizesse um exercício heurístico mais amplo. Como desdobramento desse ponto, destaco que a escala não foi pensada com a pretensão de instituir qualquer classificação para além da análise aqui empreendida. Compartilho-a acreditando que pode ajudar a revelar percursos analíticos, inclusive os que não fui capaz de transpor ao texto:

Gráfico 6: Produtos do trabalho de historiadoras em arquivos: entre operação historiográfica, arquivística e gestão



A lógica que ampara o diagrama é: quanto mais próximo de “1”, ou da “História”, aloquei a atividade, mais identificações consegui perceber dela com o conceito de operação historiográfica recém explicitado. Quanto mais próximo de “7”, ou da “Arquivística”, mais afinidade com os fazeres tratados na bibliografia da área de arquivos como sendo correlatos à profissão de arquivista³⁹⁶.

Adotando uma narrativa quase formal, inicio “do começo”, a partir de um produto que aloquei no ponto “1” da escala: a exposição *O sequestro dos uruguaios em Porto Alegre: 40 anos depois*³⁹⁷, produzida sob responsabilidade da historiadora Ananda Simões Fernandes. Ao tecer uma narrativa histórica para uma exposição que emprega documentos

³⁹⁶ Para essa definição, embora eu não tenha me apropriado de nenhum texto que tratasse especificamente de uma “operação arquivística”, contei com as diversas produções já citadas até aqui, que contribuem para sistematizar o fazer arquivístico a partir, primeiro, das atividades compreendidas no conceito de gestão documental, conforme dado pela Lei de Arquivos e o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (nesse trabalho, à pág. 83), e em seguida, a partir das atividades empreendidas para o tratamento de acervos permanentes, conforme abordado por Heloísa Bellotto (discussão à pág. 115).

³⁹⁷ “Sequestro dos uruguaios” é como ficou conhecida a ação bilateral entre Brasil e Uruguai, nos marcos da Operação Condor, que colocou Porto Alegre “no mapa do medo das ditaduras do Cone Sul” em novembro de 1978. Lilián Celiberti Casariego e Universindo Rodríguez Días eram militantes do Partido pela Vitória do Povo (PVP) e estavam no Brasil clandestinamente para organizar a denúncia contra as violações de direitos humanos cometidas pela ditadura uruguaia, quando foram vítimas das conexões repressivas entre os países, sendo sequestrados e levados de volta ao Uruguai. Porém, graças à astúcia de Lilián, à corajosa denúncia do jornalista Luiz Cláudio Cunha e do fotógrafo João Batista Scalco, e à articulação de uma ampla rede de solidariedade que envolveu o advogado Omar Ferri, o Grupo CLAMOR, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e o parlamento gaúcho, a ação teve grande repercussão, o que impediu que ambos fossem desaparecidos. Ficaram presos por um longo período, mas tiveram suas vidas preservadas. Tais informações foram acessadas a partir dos banners que compunham a exposição. AHRs. **Exposição O sequestro dos uruguaios em Porto Alegre: 40 anos depois**. FERNANDES, Ananda Simões (org.). 01 nov. a 02 dez. 2018, Porto Alegre/RS.

do acervo como elementos centrais à reflexão e fruição, e cujo fio condutor é uma temática histórica, a profissional opera de maneira correlata ao conceito em questão. Precisar, a partir de um tema/problema, conformar uma seleção de documentos dentro do rol de possibilidades ofertadas pela instituição, como fez Ananda. Em seguida, deverá analisá-los empregando conceitos e procedimentos condizentes com a disciplina da história, para que ao final possa ter como resultado a construção de uma obra de discurso que, cotejando as fontes destacadas do acervo, narre a história de determinado período, instituição, grupo, processo social etc., quer seja apenas em texto escrito ou em composições que articulem palavras, imagens, sons, objetos tridimensionais, ou qualquer outro elemento a que se possa atribuir significado na comunicação – o que certamente constitui-se como um desafio para nós, historiadoras, a medida em que somos habituadas “às regras formais e estéticas do texto acadêmico”.³⁹⁸

Assim como Ricoeur salientou ao justificar a escolha do termo “fase”, percebe-se que elas não respeitam a uma cronologia estanque: quando a equipe do AHRS decidiu promover uma exposição sobre o referido sequestro, com produção executiva e organização centradas em Ananda, já havia uma dimensão do que poderia ser tratado a partir do acervo. Não foi proposto um “problema” para o qual pudesse não haver fontes. Por outro lado, essa intenção, ou hipótese inicial, foi sendo acurada a partir do próprio manuseio da documentação, de modo que seleção documental e construção da explicação/compreensão são deram em conexão. De certa forma ocorre o mesmo em relação à escrita, que não é iniciada apenas ao final de todo o processo anterior. Os textos vão sendo tecidos no decorrer da operação, toda ela demarcada por um lugar social: a profundidade ou qualidade do conhecimento que era possível comunicar estava amplamente relacionada à formação acadêmica da historiadora responsável, que dedicou seu mestrado e doutorado³⁹⁹ à pesquisa sobre as Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, suas conexões repressivas e os arquivos delas resultantes; o que era aceitável dizer estava mediado pelo espaço em que a exposição tinha lugar, um órgão público, no centro da capital gaúcha; os recursos de que se dispunha ou a necessidade de busca-los eram limitadas pela condição de ser o AHRS um equipamento cultural sem orçamento próprio; tensões político-institucionais foram

³⁹⁸ SCHMIDT, 2016, op. cit., p. 275.

³⁹⁹ FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira:** as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação de Mestrado, PPG em História, UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17527>. Acesso em: 02 nov. 2019. _____ **Burocratas da dor:** as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985). Tese de Doutorado, PPG em História, UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182779>. Acesso em: 02 nov. 2019.

percebidas ao longo do trabalho relacionadas à opção de lidar com a temática da ditadura civil-militar no Brasil, que se coloca como um grande desafio para a história do tempo presente, evidenciando os imperativos da memória na sociedade contemporânea e seu impacto sobre o trabalho das profissionais de arquivos.⁴⁰⁰

Ao narrar o processo de construção da exposição “Bom Fim: um bairro, muitas histórias”, realizada no Museu da UFRGS entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011, Benito Schmidt aborda os desafios encarados pelas historiadoras no trabalho com história pública partindo da reflexão sobre a construção de narrativas pouco usuais a nós, como a narrativa museológica. Destaca, nesse sentido, os riscos de transformar uma exposição em uma monografia acadêmica, ressaltando a necessidade de fazer com que o objeto fale por si, e não seja suplantado pelo texto, em painéis ou legendas: “o ‘produto’ final não podia ter apenas forma escrita, mas igualmente visual e sensorial; não apenas logocêntrica, mas apelando também aos sentimentos e à imaginação”.⁴⁰¹ Pensando-se exposições em instituições arquivísticas esse desafio reveste-se de especificidade. Afinal, a maioria dos acervos com que se vai trabalhar e se pretende difundir possui o papel (e hoje, ainda, o meio eletrônico) como suporte e a escrita como código significante. Criar uma exposição que apele aos sentidos, sem caráter monográfico e excesso de texto, não é um exercício simples.

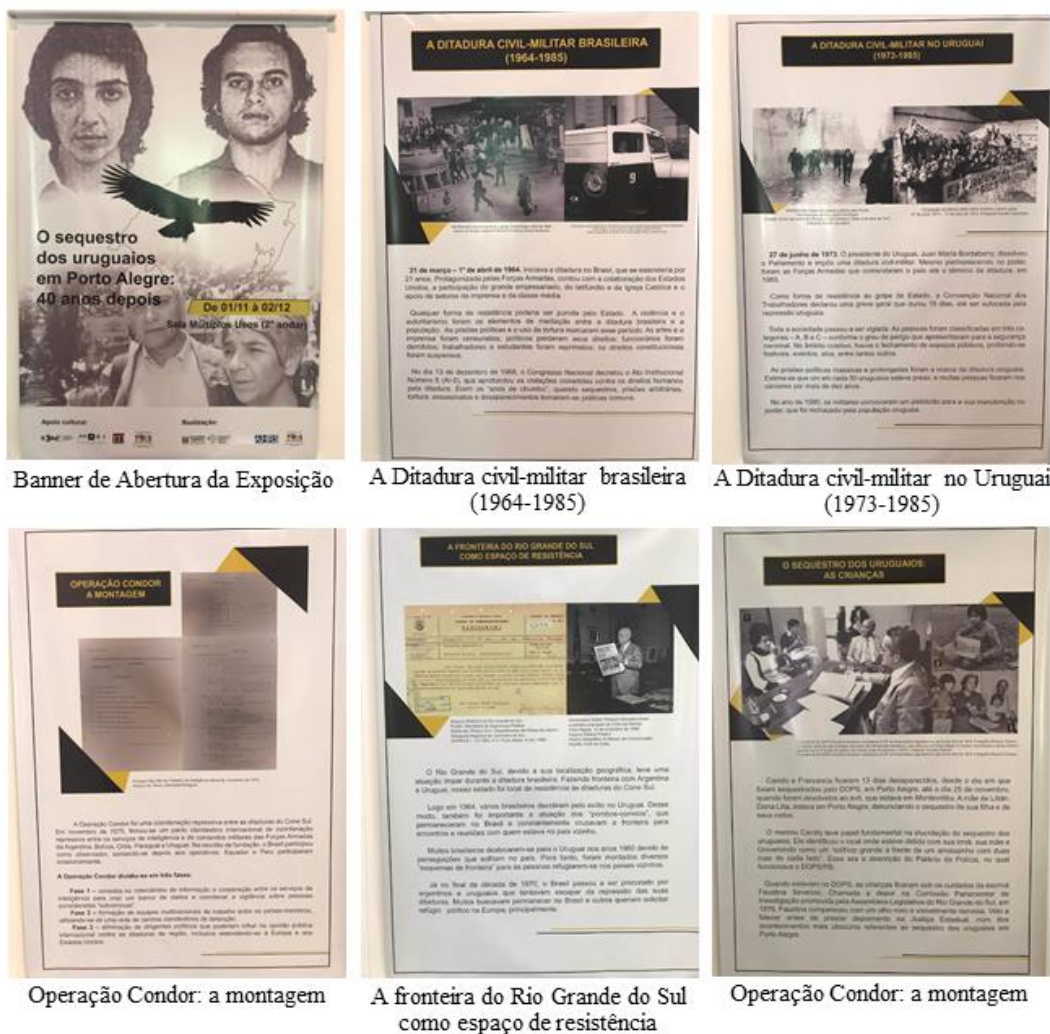
A exposição em questão pode ser pensada a partir dessa problemática. Era composta por 25 banners dispostos nas paredes ao redor da Sala Múltiplos Usos, no 2º andar do prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, tendo ao centro do espaço vitrines com dezenas de documentos selecionados, que dialogavam com os temas abordados em diversos dos banners. Estes, por sua vez, apresentavam uma narrativa amparada por conceitos como Ditadura de Segurança Nacional, Terrorismo de Estado e conexões repressivas, abrangendo desde a contextualização das ditaduras no Brasil e no Uruguai até o desenrolar do sequestro, passando pela atuação coordenadas da repressão em ambos países através da Operação

⁴⁰⁰ Talvez o ápice dessa tensão tenha se dado ao final do processo, no momento de lançamento da exposição, que foi celebrado com a realização, em 12 de novembro de 2018, de um seminário homônimo que trouxe Lilián Celiberti a Porto Alegre. Conforme relata o jornalista Luiz Cláudio Cunha, um dos protagonistas dessa história tanto há 40 anos quanto no ato de memória empreendido no ano passado, alguns dos apoios institucionais conquistados ao longo da construção do evento ruíram às portas do lançamento, pouco tempo depois do resultado do segundo turno das eleições presidenciais que levaram Jair Bolsonaro ao poder, presidente declaradamente apoiador da ditadura civil-militar brasileira, uma das responsáveis pelos crimes cometidos contra Lilián e Universindo em 1978. Para mais detalhes quanto a esse episódio, ver: CUNHA, Luiz Cláudio. Efeito Bolsonaro no Sul: o adesismo, a traição, a grosseria de Sartori, Simon e Manuela D’Ávila. **Congresso em Foco**. 26 nov. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/efeito-bolsonaro-no-sul-o-adesismo-a-traicao-a-grosseria-de-sartori-simon-e-manuela-davila/>. Acesso em: 30 abr, 2019.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 277.

Condor, pelos agentes do Estado envolvidos e pelas redes de solidariedade mobilizadas na resistência ao arbítrio. Para apoiar a análise, trago a imagem de alguns dos banners:

Figura 8: Exemplo de banners que compunham a exposição “O sequestro dos uruguaios em Porto Alegre: 40 anos depois



Como pode-se observar pela Figura 7, os banners traziam digitalizações de documentos textuais e fotografias históricas oriundas tanto do acervo do AHRs quanto de instituições parceiras, assim como algumas selecionadas da internet, todas elas referenciadas de acordo com a proveniência e relacionadas ao tema abordado em formato de texto no painel. Embora Condor tenham sido destacados documentos muito ricos, devido ao grande conteúdo textual dos banners a observação da exposição – ao menos em meu caso – acabou pautada pela narrativa histórica encadeada pelos textos explicativos, de forma que as imagens cumprem função ilustrativa em diversos momentos, sem tornarem-se os objetos geradores centrais de reflexão. Analisando a exposição pelo prisma que proponho, pude facilmente

correlacioná-la ao conceito de operação historiográfica, ainda que o produto final seja um “texto” em moldes distintos do acadêmico. Se fosse analisada em uma perspectiva museológica, provavelmente um dos elementos problematizáveis seria a grande quantidade de texto escrito – um “pecado” comumente cometido por historiadoras que, marcadas pela lógica monográfica, ainda assim corajosamente aceitam arriscar-se nessa ceara –, o que restringe o espaço destinado a que os documentos possam falar por si mesmos. Ulpiano Bezerra de Meneses afirma que a linguagem museológica é “essencialmente espacial e visual – não simples adaptação da linguagem verbal”⁴⁰², o que me faz pensar na necessidade de que sejam aprofundadas as reflexões em torno das aproximações e distanciamentos entre exposições museológicas e exposições construídas a partir da difusão enquanto função arquivística, em uma perspectiva de diálogo interdisciplinar.

Pensando a exposição em questão enquanto produto de difusão arquivística, creio que as observações podem ser variadas, de acordo com o olhar lançado para analisá-la: os documentos estão presentes, trazendo toda a dimensão de “prova” que documentos originais têm; suas notações de fundo e arranjo são destacadas; e eles são explorados para construir significados sócio históricos a partir de um tema sensível ao tempo presente. Em minha avaliação, o arquivo e sua função de dar acesso à pesquisa estão amplamente contemplados, embora a crítica museal possa ser conectada à arquivística para ponderar o quanto, neste caso, o destaque à lógica de produção e tratamento dos documentos na narrativa expográfica acaba submersa pela lógica de atribuição de sentido historiográfico.

Salto agora ao outro extremo do Gráfico 6. Ao dedicar-se à construção de marcos legais e normas técnicas que sustentem políticas e programas de gestão documental a historiadora emprega conhecimentos e métodos bastante diversos, posicionados no âmago da disciplina arquivística, mas não apenas: lida com saberes e fazeres da administração, do direito, das políticas públicas, entre outros, como certamente fez Ieda Pimenta Bernardes ao coordenar a equipe que produziu a publicação *Roteiro para elaboração de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-fim*, que visa apresentar as etapas da metodologia de criação de Planos (PCD) e Tabelas (TTD) “com o objetivo de fornecer subsídios para que cada órgão ou entidade estadual elabore seus

⁴⁰² MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, n. 1, 1994, p. 38. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

instrumentos de gestão documental”.⁴⁰³ Para um exercício de reflexão, eu poderia defender que essa publicação só pode ter lugar após uma pesquisa de levantamento de dados, ou fontes (fase documental), de um exercício de análise crítica da realidade em diálogo com essas fontes de modo a compreender o “problema” dos processos de produção documental nos órgãos e entidades públicas de São Paulo (fase explicativa/compreensiva) e, por fim, da escrita de um texto que compartilhe as normas estabelecidas para transformar a realidade e alcançar os objetivos da gestão de documentos a partir da realidade constatada (fase representativa). Mas esse viés obviamente implica em um alargamento excessivo do conceito, que acaba por esvaziar seu sentido e tornar nulo seu contributo à epistemologia da história. Posso estar tratando de uma operação científica, mas não mais de uma operação historiográfica.

Quais são os documentos separados para essa produção? Certamente há trabalho de pesquisa – levantamento de legislação federal e estadual, instruções normativas dos órgãos, relatórios de atividades, mapeamentos de fluxos de trabalho nos setores, etc. –, mas todo o exercício investigativo, independente da área do conhecimento, parte de algum tipo de fonte, sejam elas textos, corpos, plantas ou constelações, e nem por isso podemos utilizar o conceito de operação historiográfica para pensar achados biológicos, por exemplo, ainda que a descoberta tenha se dado a partir de uma amostra conservada há anos em laboratório.

Qual a pergunta a ser respondida, ou melhor, há pergunta a ser respondida? Creio que, mais do que buscar respostas, a publicação desse Roteiro tem por objetivo ser veículo de efetivação de uma política pública. No fim da linha de sua aplicação está a garantia da preservação de documentos que poderão ser usados para pesquisa histórica, mas estamos longe de visualizar, aqui, um exercício de explicar/compreender aspectos do passado.

Qual o formato do texto resultante? Nesse caso, é um texto técnico, um manual de como fazer, amplamente conectado com os conceitos da arquivística e da administração pública. Em alguns tópicos apresentados ainda no sumário isso fica evidente: “Levantar a estrutura e as atribuições do órgão ou entidade”, “Identificar os documentos produzidos, preenchendo a Ficha de avaliação de documento”, “Identificar as funções, subfunções, atividades e séries documentais”, etc. O Roteiro não responde a uma pergunta sobre história, não tem como objetivo traçar uma metodologia que lance luz sobre “como fazer” pesquisa

⁴⁰³ APESP. **Roteiro para elaboração de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades-fim**. 1 ed. Coleção Gestão Documental - n. 2. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2018, p. 6.

histórica, nem mesmo debruça-se sobre debates teóricos historiográficos. Por tudo isso, classifiquei-o, enquanto produto do trabalho de Ieda, no grau “7” de minha escala. Se, no exemplo da exposição sobre o sequestro dos uruguaios, a seleção de documentos para compor a mostra pode ser associada à seleção empreendida pelas historiadoras acadêmicas durante a operação historiográfica – destacar fontes que ajudem a responder uma pergunta –, no exemplo do Roteiro lida-se com uma realidade anterior, em que um arquivo público busca intervir desde o nascimento dos documentos para padronizar seu tratamento no longo processo de produção e seleção que constituirá arquivos.

A partir da constatação de que esse produto se distancia de uma operação historiográfica poderia afirmar, então, que os resultados da atuação dessas profissionais tão “heterodoxas” têm menor valor de acordo com as regras acadêmicas, que hierarquizam saberes e suas produções atribuindo conceitos, destinando verbas, reconhecimento entre os pares e poder simbólico? Nesse sentido, é pertinente trazer os comentários de Ieda quanto a sua produção escrita em relação à produção acadêmica:

É que os produtos que eu gero são de natureza muito diferente. Eu não fico gerando artigos para publicar em revistas especializadas, porque eu não tenho essa obrigação, esse dever que o mundo acadêmico exige. Lá eles precisam, tem pontuação para isso. Não, aqui eu escrevo instruções normativas, minutas de decretos, justificativas, projetos, manuais o tempo todo. É isso. Apostilas, preparar aula... [...] Até tenho dificuldade para escrever em revistas científicas, porque elas têm outras exigências. [...] A maneira de construir a narrativa não é a mesma de um artigo científico, às vezes eu acho que se dá muito pouca importância para esse tipo de narrativa, e eu acho que ela é essencial. [...] Eu já escrevi vinte decretos. Está bom! [Nesse caso] é melhor isso do que escrever vinte artigos científicos. [...] E essa foi a maneira que eu encontrei de interferir na realidade.⁴⁰⁴

Sua fala evidencia as particularidades dos textos que resultam do trabalho em arquivos, um dos motivos pelos quais não deveria haver hierarquizações entre eles e os textos acadêmicos, já que são frutos de exercícios intelectuais distintos, desenvolvidos com objetivos diversos, acrescidos ainda de maior potencial de impacto imediato para a transformação da realidade.

Ou ainda, poderia afirmar que, por esse afastamento em relação à operação historiográfica, esse tipo de atividade não condiz com a formação em história? Que não teria por que haver lugar para historiadoras nessa frente de trabalho? Para tentar responder a essas questões, introduzo uma informação que funciona quase como uma provocação: quando leio o referido Roteiro, o lugar do texto em que os interesses da história parecem estar mais

⁴⁰⁴ BERNARDES, Ieda, Entrevista, op. cit.

presentes é o tópico em que se aborda a importância do preenchimento do campo “destinação” na TTD:

É necessário definir a destinação final do documento, eliminação ou guarda permanente. Se, por um lado, é preciso agilizar a recuperação dos documentos e das informações, realizar a eliminação criteriosa de documentos, reduzir a massa documental acumulada e liberar espaço físico, por outro lado, é **imprescindível assegurar a preservação de documentos** de guarda permanente e **estimular a pesquisa e uso de dados retrospectivos**.⁴⁰⁵ [Grifo meu]

Embora qualquer cidadã consciente possa reivindicar essa garantia – a da preservação de documentos permanentes para a pesquisa retrospectiva – qual profissional estaria, por natureza de sua formação, mais implicada nessa defesa? Em consonância com os questionários respondidos por colegas de todo o país, conforme o tópico anterior, nós, historiadoras, teríamos esse olhar como uma contribuição específica a ofertar aos arquivos públicos, perspectiva com a qual concordo.

Logo, se nossa formação nos oferta uma bagagem de erudição e sensibilidade para o trato e a defesa dos documentos históricos – como Paulo Knauss e Ieda Bernardes, cada um a seu modo, defenderam durante as entrevistas presenciais – e se o conceito de operação historiográfica não acolhe esse importante envolvimento, é preciso ir além dele para dar conta da reflexão sobre todas as potencialidades da história enquanto profissão no presente, em um duplo sentido: naquele de nossa necessidade de campo de atuação profissional em direção aos diferentes lugares sociais em que tenhamos capacidade de contribuir, e no da necessidade desses lugares em direção ao conhecimento que somos capazes de mobilizar. Explico-me melhor: é preciso refletir teórica, metodológica e epistemologicamente a respeito de nossa formação e capacidade de atuação em outros lugares, para além do ensino e da pesquisa acadêmica, porque temos necessidades materiais, culturais e psicológicas, precisamos de renda, de sustento, de redes de sociabilidade, de reconhecimento e realização. Por outro lado, precisamos empreender essa mesma reflexão porque nossa atuação nem sempre poderá se justificar diretamente pelo desejo erudito de conhecimento ou pelo anseio por respostas sobre o passado motivadas por nossa curiosidade – ainda que a erudição e a curiosidade sejam legítimas e muitas vezes uma fagulha capaz de provocar, em indivíduos ou grupos sociais, o gosto e identificação com os acervos e as instituições arquivísticas. Nossa atuação precisa estar conectada com as demandas de nosso tempo e responder às funções sociais das instituições nas quais nos inserimos profissionalmente, o que nos

⁴⁰⁵ APESP. Roteiro..., op. cit., p. 19.

arquivos públicos traduz-se na centralidade de implantar políticas públicas de gestão documental e de valorização do patrimônio resultante desse processo.

O terceiro produto que trago ao diálogo é um pouco mais difícil de “nomear”, até porque, mostra-se difícil de ser circunscrito aos limites de um “produto”: trata-se do *atendimento às usuárias expresso em e-mails* de comunicação entre a colega Caroline Baseggio e pesquisadoras atendidas junto à Sala de Pesquisa do APERS. Solicitar a ela que compartilhasse comigo alguma dessas mensagens foi a forma que encontrei de acessar um pouco do raciocínio exigido durante a atividade, mas que tantas vezes é expresso apenas de maneira verbal, consubstanciando-se em pedidos de busca e rearquivamento de itens do acervo. No primeiro e-mail, Caroline atende a uma pessoa que está iniciando sua pesquisa relacionando racismo e justiça criminal na cidade de Porto Alegre, e assim explica seu interesse:

Estou [...] focando na Lei de Proibição da Capoeiragem, ou mais tecnicamente falando no Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890, Capítulo XIII - Dos vadios e capoeiras, artigos 402, 403 e 404, então os documentos que busco são aqueles que se referem à infração desta lei em específico, não sei se já existe uma seleção prévia feita a partir deste capítulo ou desta tipagem de crime, então gostaria saber como faria para encontrá-los.⁴⁰⁶

Percebe-se que a pesquisadora possui um interesse claro de investigação, mas não possui muitos conhecimentos em relação ao acervo e sua organização: não possui clareza quanto ao universo de documentos que poderá acessar no APERS que tenham potencial para suas indagações (acervo do Poder Judiciário? De alguma Secretaria de Estado? Registros de Tabelionatos?), avanta a possibilidade de haver uma seleção prévia correspondente ao seu objeto (ideia bastante recorrente entre quem está adentrando esse universo) e aproxima-se sem utilizar os termos técnicos normalmente empregados na área, como “acervo do Poder Judiciário”, Comarca de Porto Alegre enquanto “fundo”, ou processo judicial enquanto “espécie documental”.

Nesse sentido, importante ponderar que esses são saberes que a grande maioria das usuárias de arquivos não trará consigo, mesmo que se faça a defesa de que a formação em história incorpore discussões em diálogo com a arquivística para instrumentalizar as futuras pesquisadoras e para qualificar e ampliar as possibilidades de investigação em seus acervos. Isso porque tal diálogo ainda é rarefeito, mas também porque profissionais da história não são as únicas consulentes, e em muitos casos não são nem mesmo a sua maioria. Logo, ter

⁴⁰⁶ BASEGGIO, Caroline. **Fw: RE: Agendamento** [mensagem pessoal eletrônica]. Recebida via clarissa-alves@planejamento.rs.gov.br em 15 abr. 2018.

no atendimento profissionais capazes de entender a lógica histórica de produção e organização de documentos qualifica-o e, conseqüentemente, qualifica a produção de conhecimentos.

No caso, coube à Caroline explicar que os processos criminais produzidos no âmbito do Judiciário são a parte do acervo do APERS com maior potencial à questão formulada, assim como alertar para o quão trabalhoso poderia ser localizar processos que tratem especificamente do tipo de crime em pauta, já que a descrição arquivística que foi possível realizar ainda não deu conta de destacar o tipo de crime ao qual se refere cada processo.⁴⁰⁷

O atendimento, de forma global, configura-se como um serviço para o qual são necessários diversos procedimentos desde a recepção de uma pesquisadora até a efetivação da resposta a sua demanda. No APERS é caracterizado assim:

O atendimento aos usuários, realizado pelas equipes da Divisão de Preservação, Acesso e Difusão (DIPAD) do Arquivo Público do RS, consiste na disponibilização dos documentos na Sala de Pesquisa, na entrega de documentos comprobatórios aos cidadãos e na recepção de visitantes.⁴⁰⁸

Caroline atua especificamente na “disponibilização dos documentos na Sala de Pesquisa”, que é percebida como “uma atividade técnica que demanda conhecimento do acervo, no que diz respeito tanto às tipologias, quanto às localizações físicas no Arquivo” (Ibidem), e esporadicamente realiza visitas guiadas. Acompanhando suas rotinas, seja nos poucos contatos que tenho com a Sala de Pesquisa, em reuniões de equipe ou em conversas informais sobre trabalho, minha percepção é de que, embora a atuação nesse espaço da instituição seja a linha de frente de sua conexão com as usuárias e exija a mobilização de saberes diversos, tanto no campo da história quanto da arquivística, da administração pública, do direito, entre outros, as atividades cotidianas acabam por gerar poucos registros escritos que expressem os processos intelectuais nelas envolvidos, tanto pelo próprio caráter do serviço prestado – seu objetivo primeiro é dar acesso aos documentos custodiados pelo Arquivo, e não necessariamente produzir textos reflexivos a esse respeito – quanto pela

⁴⁰⁷ No momento há uma aguerrida equipe de estudantes de história, coordenada pela colega Roberta Capelão Valença Scholz, analista em assuntos culturais com formação em Letras, realizando a revisão da indexação do acervo do Judiciário, item a item, comarca a comarca, e aproveitando o manuseio dos documentos para inserir essa informação no sistema Administração de Acervos Públicos (AAP), utilizado no APERS para indexação e descrição de seus acervos. O AAP foi desenvolvido a pedido do próprio Arquivo pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS – PROCERGS e lançado em 2005. Entretanto, será um trabalho bastante longo.

⁴⁰⁸ APERS. **Relatórios APERS 2016 – DIPAP: Atendimento aos usuários**. APERS: Blog institucional, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://arquivopublicors.wordpress.com/2017/01/25/relatorios-apers-2016-dipad-atendimento-aos-usuarios/>. Acesso em: 04 mai. 2019.

forma de organização das equipes e dos setores no APERS, que não estabelece normas claras em relação ao registro das atividades desenvolvidas, como prazos para escrita de relatórios e informações mínimas que devem conter; que separa e oportuniza pouca interação entre a equipe do Atendimento e a equipe que deve produzir instrumentos de pesquisa; e que permite às servidoras pouco tempo para estudos, pela grande circulação de pessoas, atendimento telefônico e de e-mails, etc, situação que não é exclusividade do APERS. Em geral, a avaliação do atendimento enquanto serviço acaba sendo pensada a partir de números, conforme pode ser observado no mesmo Relatório:

Entre janeiro e dezembro [de 2016], atendemos 544 pesquisadores, destes 369 são novos pesquisadores, gerando 6.409 pedidos de documentação, sendo 324 solicitações realizadas por telefone, 4.282 por e-mail e 1.803 presencialmente. Em comparação ao ano anterior, em 2015, no mesmo período, foram atendidos 438 pesquisadores que realizaram 4.631 solicitações, isto é um aumento de 20% no número de pesquisadores e de 28% no número de solicitações de atendimento.

A partir dessas informações, como classificar em minha “escala” o trabalho de Caroline e de muitas colegas que atuam no atendimento às usuárias, recordando que, conforme expresso no tópico anterior, das 44 historiadoras que responderam ao questionário, 18 referiram essa atividade entre suas principais atribuições? A dificuldade de encontrar tempo para reflexão, a escassez da produção escrita gerada no cotidiano e o caráter aparentemente mecânico das ações – atender telefone, responder e-mails, cadastrar pesquisadores, lançar e encerrar pedidos – seriam indicações de que essa é uma frente de trabalho administrativa?

Confesso que, quando entrei no APERS, tinha essa compreensão. Recordo-me que em 2012, ao participar do evento promovido pela ANPUH sobre o perfil profissional das historiadoras dos arquivos, estranhei quando na plenária final o GT sobre “Os historiadores e o atendimento aos usuários” defendeu que:

É unânime a certeza de que o historiador pode integrar e contribuir substancialmente em equipes para atendimento a usuários, ainda que não seja obrigatória sua presença. Na hipótese de sua participação, como os demais profissionais envolvidos nesse serviço, ele deve possuir os seguintes atributos:

- conhecimento amplo do acervo e de seus instrumentos de pesquisa;
- sólida formação metodológica;
- conhecimento atualizado quanto à produção acadêmica, especialmente no que diz respeito a temas, fontes, abordagens;
- domínio da legislação sobre acesso.⁴⁰⁹

⁴⁰⁹ ANPUH, O perfil profissional..., op. cit., p. 12.

Em minha estreita visão à época, ter uma historiadora atendendo público seria desperdiçar em atividades rotineiras e mecânicas uma profissional de nível superior com formação qualificada, que poderia estar “produzindo conhecimento” dentro da instituição. Hoje percebo que minha opinião resultava de um misto de inexperiência no mundo real do trabalho em arquivos, o que não me permitia enxergar as potencialidades da atuação junto à sala de pesquisa; de proximidade temporal ainda grande da formação acadêmica, fortemente disciplinar e baseada em buscar respostas, como habilmente colocou Paulo Knauss (em diálogo já referido à pág. 179); e da situação muito localizada que vivenciávamos no APERS: pouco tempo antes um grupo de técnicas em assuntos culturais com formação em história, ciências sociais e letras – entre elas Caroline e eu – havia sido lotado na instituição e distribuído entre diversas frentes de atuação, como o atendimento às usuárias. Naquele contexto, esse atendimento e o fornecimento de certidões eram feitos a partir do mesmo espaço com grande circulação de público, o que dificultava o acolhimento mais qualificado de quem precisava de atenção para identificar e acessar documentos que colaborassem para responder suas questões de pesquisa. Um trabalho técnico que possui exigência intelectual acabava se imiscuindo com as atividades de recepção do APERS e de entrega das cópias de documentos enquanto certidões.

Recordando um trecho de minha conversa em São Paulo com Haike da Silva, concluo que eu não tenha sido a única historiadora a fazer esse tipo de avaliação, assim como o APERS não foi o único arquivo a organizar o atendimento de modo que subaproveitava o potencial de uma profissional da história. Haike percebe a consulta como

um trabalho que é super pouco valorizado, mas a presença do historiador é super importante. Digamos que eu fui pouco aproveitada nesse setor porque não tinha, assim, a gestão era muito do “espera o consulente vir”, né? Esperar o consulente demandar. E o consulente que se vire com os instrumentos de pesquisa, que não são nada amigáveis, seja da forma tradicional, seja da forma mais moderna que tu faz instrumento de pesquisa também não é amigável porque nem todo pesquisador é um cara super entendido de fundos e séries e tal. E eu tentava, no período que eu estava na Consulta, eu tentava introduzir coisas novas, mas era difícil. Mas é um lugar que eu acho super importante, porque tu conhece as demandas. Se tu tiver um conhecimento do acervo também, sabe? E não dá para ficar esperando o “cara” vir, sabe, com a demanda. Tem que estudar sem a demanda.⁴¹⁰

Os anos no APERS contribuíram para maturar minha compreensão e hoje concordo com Haike, assim como com a caracterização realizada pelo referido GT, no sentido de que os conhecimentos que podem ser mobilizados pelas historiadoras como servidoras das salas

⁴¹⁰ SILVA, Haike. Entrevista, 2018, op. cit.

de consulta contribuem sobremaneira para garantir o acesso à informação de maneira qualificada. Diversas situações poderiam ser imaginadas, mas detenho-me em duas situações hipotéticas – inspiradas nas experiências contatadas desde o APERS – para não alongar por demais essa parte da reflexão: uma estudante de mestrado em história chega em um arquivo solicitando documentos produzidos por determinado departamento do Poder Executivo estadual na década de 1930. Os instrumentos de pesquisa da instituição não referem a salvaguarda dessa documentação, pois o tratamento técnico do acervo ainda não foi concluído, ou porque as opções de classificação não explicitam os departamentos como subfundos dentro de cada Secretaria enquanto fundo, por exemplo. O que fazer? Apenas informar à pesquisadora que não há documentos relacionados ao seu interesse, como seria possível se fossem considerados os meios de busca disponíveis? Uma historiadora poderia buscar entender quais as funções desempenhadas pelo departamento citado para localizar historicamente suas ações e entender dentro de qual fundo poderia haver documentos a respeito. Também poderia tentar relacionar o tema de pesquisa em questão com outros trabalhos já realizados a partir do acervo da instituição, para verificar fundos e coleções potenciais inicialmente não buscados pela pesquisadora. A partir de seus conhecimentos historiográficos, poderia ainda colocá-la em contato com outras pesquisadoras da instituição que estejam trabalhando na mesma área, assim como sugerir a visita a outras instituições, a plataformas digitais de pesquisa e acesso a documentos de outros locais, ou o contato com o trabalho de outras pesquisadoras da área enfocada.⁴¹¹

Em outra situação imaginada, nossa historiadora do arquivo pode receber uma jornalista interessada em realizar uma matéria sobre ações afirmativas no Brasil em diálogo com o racismo como um dos legados da escravidão. Para isso, chega solicitando uma seleção dos documentos “mais significativos” do período, que “comprovem” que houve exploração escravista e que representem casos emblemáticos. Sei que nem sempre é fácil dissuadir pessoas em geral de encontrar um documento “exemplar” ou convencê-las de que a equipe que atende na sala de consulta não está ali para realizar a pesquisa no lugar da consulente, mas para mediar o acesso aos documentos. Mas a historiadora pode aproveitar sua formação

⁴¹¹ Exatamente como relatou-me Haike a respeito de sua breve passagem pela sala de consulta do APESP: “Uma das coisas que eu fazia lá assim era: eu tentava juntar o que um pesquisador pesquisou com o que o outro buscava. Vinha um cara e dizia assim: ‘eu estou precisando disso’. Eu ia lá no sistema ver o que que o outro tinha pesquisado [risos]. Mesmo que eu não conhecesse a documentação. Eu pensava: esse cara estava estudando algo parecido e pegou isso aqui, né? E as vezes eu juntava os pesquisadores também. Se eu via que, por um acaso, estava lá um cara pesquisando uma coisa e vinha um outro, eu apresentava [risos]”. SILVA, Haike. Entrevista, 2018, op. cit.

para, a partir de argumentos e exemplos históricos, demonstrar que a escravidão era estrutural em nossa sociedade de modo que seus rastros estão espalhados por quase todo o acervo do período – o que vai ao encontro do argumento que a jornalista pretende defender – e tentar evidenciar a potencialidade dos diversos fundos e coleções que contribuem para a pesquisa nessa área, lógica que auxiliaria a ampliar o potencial da difusão do arquivo por meio da reportagem.

Como pode-se perceber, embora a ponta visível do “iceberg” sejam as solicitações de busca de documentos no acervo, as lógicas empregadas no atendimento às consulentes exigem conhecimento histórico, do acervo, de sua classificação e de seus instrumentos de pesquisa, por isso, como pode ser observado no Gráfico 6, aloquei o atendimento às usuárias no meio da escala, no ponto “4”, já que a mim parece mesclar de modo muito concreto a mobilização de conceitos de ambas as áreas. Ao tentar empregar o esquema triádico de Ricoeur, novamente é necessária uma extrapolação da perspectiva historiográfica para dar conta deste fazer.

Até então, partindo de meu “esquema” analítico e das categorias pelas quais havia, no tópico anterior, classificado as atividades apontadas pelas historiadoras nos questionários, temos a seguinte situação:

Tabela 7: Classificando produtos entre operação historiográfica, arquivística e gestão

	1	2	3	4	5	6	7	
História	Exposição “O Sequestro dos Uruguaios em Porto Alegre: 40 anos depois” (AHRS)	?	?	Troca de e-mails como registro do atendimento às usuárias (APERS)	?	?	“Roteiro para elaboração de PCD e TTD das Atividades-fim” (APESP)	Arquivística
Categorias	Organização de eventos e exposições			Atendimento às usuárias			Normatização da Gestão Documental	

Observa-se que, embora para a construção das categorias de atividades eu tenha dialogado com as delimitações traçadas pelas sete funções arquivísticas, nesse momento da reflexão não busco conectar os produtos a elas, já que não percebo relações diretas de maior ou menor proximidade entre determinada categoria com a operação historiográfica. Explico-me: é possível que uma exposição se configure como uma escrita da história, assim como

poderia ter outro tipo de construção e enredo; é possível que uma atividade de descrição seja pautada pela seleção de acervos com critérios históricos, colaborando para a construção de narrativas sobre o passado, ou pode estar circunscrita às normais arquivísticas mais gerais.

Antes de passar à apresentação de todos os demais produtos na ordem em que os interpretei, evoco o quarto exemplo para, a partir dele, tecer algumas reflexões teóricas, de antemão escusando-me por alongar minha permanência nessa estrada paralela. Essas reflexões emergiram enquanto pensava sobre onde alocar, na escala do Gráfico 6, as atividades voltadas ao *tratamento técnico de acervos* enquanto produto. Trata-se do trabalho realizado por Daniel Elian e sua equipe no APERJ, com o já referido acervo da *Presidência do Estado do Rio*. Lembrei-me do cenário em que o entrevistei, daquele espaço em que diversas pilhas de documentos antigos são protagonistas nas mesas e estantes. Pensei: como duvidar da aproximação entre o que aquele grupo faz e os encadeamentos das fases documental, de explicação/compreensão e de representação, como pensadas por Paul Ricoeur, se todas as pessoas estão ali imersas em papéis separando-os, tentando dar-lhes um sentido lógico, construindo intelectualmente uma compreensão que em seguida possa ser expressa e compartilhada com o “grande público”? Será que eu estava construindo um falso problema ao expor o trabalho das historiadoras em arquivos a esse questionamento teórico? Entre as fases da operação historiográfica, a primeira, *fase documental*, talvez tenha sido a que mais me seduziu a desenvolver esse raciocínio. Ela pode formalmente suscitar uma ideia de ampla conexão entre o trabalho da historiadora do arquivo e aquele desenvolvido pela historiadora acadêmica. Afinal, o arquivo – enquanto instituição e enquanto fonte – é seu palco. Porém, se cabe a mim teorizar, desde aqui começam a desvelar-se os limites do conceito.

Durante a pesquisa histórica, é na fase documental que tem lugar a escolha crítica das fontes. Em diálogo com Marc Bloch e Carlo Ginzburg, Ricoeur destaca uma série de procedimentos empreendidos nesse momento na tentativa de separar os bons dos maus indícios e testemunhos. Obviamente não se trata de bons ou maus no sentido de separar aos moldes metódicos os que dizem a verdade dos que dizem mentiras. O objetivo é acercar-se de documentos que sustentem a *elaboração de respostas* à pergunta erguida pela pesquisadora, em processos que envolvem perceber contradições formais, discernir

inverossimilhanças, apontar probabilidades, ler indícios semioticamente, analisar testemunhos hermeneuticamente⁴¹².

Uma observação mais detida logo demonstra que, a partir das atribuições dos arquivos públicos, esse percurso para elaboração de respostas não está no centro do fazer desses espaços. Logo, ainda que no começo do trabalho a historiadora do arquivo esteja imersa em documentos, lendo, analisando, ordenando, traçando percursos a partir de escolhas teóricas, sua “fase documental” ganha outras conotações e contornos. Creio que não é possível afirmar que seu fazer seja correlato ao fazer socialmente reconhecido à historiadora – a escrita da história – somente porque a matéria-prima objeto de seu labor seja a mesma. É preciso aprofundar a análise.

Quando Daniel Elian debruça-se sobre os documentos produzidos na Primeira República pela Presidência do Estado do Rio de Janeiro⁴¹³, não está fazendo-o para, por exemplo, compreender as tensões nas relações estabelecidas entre Estado e sociedade no contexto de um projeto urbanístico modernizador e higienista a partir da análise das políticas desenvolvidas pela Inspetoria de Higiene e Saúde Pública, criada em 1911; ou para construir uma narrativa explicativa sobre a crise econômica pela qual passava o Rio de Janeiro no começo da República agravada pela queda do preço internacional do café, a partir da análise da reforma administrativa implementada por Quintino Bocaiúva na década de 1890, que enxugou a máquina pública ao, entre outras ações, transformar três Secretarias de Estado em diretorias, todas elas subordinadas à Secretaria Geral – tudo isso compõem o rol de informações históricas evocadas na referida descrição, que certamente foram importantes para entender a lógica de constituição do fundo em tratamento.

Ao manusear e buscar entender tais documentos, Daniel tem como objetivo arranjá-los, ordená-los e descrevê-los para que as usuárias do APERJ possam ter acesso ao conjunto do acervo em sua organicidade. Embora isso exija uma série de procedimentos de pesquisa e análise, que se consubstanciam intelectualmente na tentativa de construir um entendimento a respeito do fundo – o que poderia ser aproximado do trabalho empreendido na *fase de explicação/compreensão* defendida por Ricoeur –, a motivação para empreendê-los é a necessidade de identificar a lógica global de produção documental ao longo dos anos em que o fundo foi constituído (no caso em questão, de 1889 a 1930). Além disso, embora um dos

⁴¹² RICOEUR, Paul, op. cit., p. 183-186.

⁴¹³ Raciocínio construído a partir da já referida entrevista com Daniel e da descrição do referido fundo, cujo texto está disponível na base de dados do Arquivo Público do Rio de Janeiro. APERJ. BR RJAPERJ PE. **Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**, op. cit.

produtos desse trabalho possa expressar-se através da escrita de uma história administrativa ou biográfica do produtor, como pode ser observado na base de dados a partir da área intitulada “Contextualização / História Administrativa”,⁴¹⁴ essa representação costuma afastar-se dos modelos de representância que nos acostumamos a contatar nos fóruns da história e que Ricoeur aborda em sua *fase de representação*. O resultado desse labor será não uma dissertação, ensaio ou artigo, mas, em primeiro lugar, a organização física e intelectual do acervo e, em seguida, a produção de um texto de descrição, o qual será apresentado enquanto instrumento de pesquisa, podendo esse adotar diversos formatos e níveis de detalhamento. Para esses fazeres não há uma intenção de separação de documentos mais adequados, menos adequados ou desconectados de alguma problemática de pesquisa específica. Esse será o papel desempenhado pela historiadora, pela socióloga, pela advogada, pela antropóloga, pela genealogista, enfim, por qualquer pesquisadora que decida tornar-se consulente do APERJ, cada qual com suas especificidades metodológicas e teóricas.

Note-se, inclusive, que embora Daniel e sua equipe precisem mobilizar conhecimentos sobre o passado para realizar o tratamento técnico do acervo, sua tarefa será melhor desempenhada quanto mais distante eles se mantiverem da tentação de orientar esse tratamento para os horizontes das possibilidades historiográficas, ou seja, quanto mais amplo puder ser o alcance da descrição, quanto maior o número de áreas do conhecimento puderem perceber por meio dela o potencial informativo, probatório, criativo, sensibilizante do fundo em tratamento.

Enquanto a *historiadora acadêmica* tem como função *encontrar respostas* a partir do diálogo com os documentos por ela eleitos enquanto fontes para suas perguntas pré-estabelecidas e lapidadas no próprio contato com os documentos, a *historiadora do arquivo* tem como função *viabilizar perguntas*, o mais amplo leque possível delas, ao contribuir para a gestão, preservação e acesso não de um rol de fontes selecionadas, mas da maior quantidade possível de documentos custodiados pela instituição. A verificação desse percurso leva-me a identificar o tratamento técnico de acervos (momento em que os documentos são classificados, avaliados, arranjados e ordenados) como uma atividade já mais próxima à arquivística do que à história (no ponto “5” conforme o Gráfico 6), embora evidencie-se a mobilização de conhecimentos históricos a todo o tempo, especialmente por estarmos falando do tratamento técnico de um acervo datado, elevado pelo tempo à condição

⁴¹⁴ Ibidem.

de acervo histórico, já que não fora classificado no ato de seu nascimento pelos órgãos produtores como desejaria a arquivística contemporaneamente. Afinal, a todo o momento os instrumentos de trabalho de Daniel e sua equipe são o quadro de arranjo e a classificação desenhada a partir dele, assim como a indagação dos documentos quanto ao órgão que os produziu e a atividade que os gerou, bases da classificação arquivística.

A partir da constatação de que os objetivos finais são distintos entre os fazeres da historiadora acadêmica e os da historiadora do arquivo, ao menos quando estamos partindo do exemplo de uma atividade no âmbito do tratamento de acervos permanentes, parece-me instigante pensar que os limites analíticos postos pela conceituação de Ricoeur estão justamente no fato de que o cerne do trabalho da historiadora do arquivo localiza-se em um lugar posto à parte por ele, mencionado mas afastado de seu empreendimento teórico-epistemológico: o ato do arquivamento. O autor é bastante claro ao separar as esferas de atuação: “Esse gesto de separar, de reunir, de coletar é o objeto de uma disciplina distinta, a arquivística”⁴¹⁵.

Certamente isso não pressupõe, é óbvio, a deslegitimação da contribuição de Paul Ricoeur à reflexão filosófica geral ou sobre o ofício da historiadora de maneira global. Ao contrário, reconheço que seu esforço de ancoragem do arquivo no testemunho – conforme destaca Anheim, para Ricoeur “não é nos arquivos que tudo começa, e sim com o testemunho”⁴¹⁶ – é uma resposta sensível à constante tensão estabelecida entre memória e história no mundo contemporâneo, às demandas sociais do tempo presente que estimulam e pressionam a produção do conhecimento histórico, assim como ao dever de memória cuja experiência-limite é posta pela *Shoah*.⁴¹⁷ Ao afirmar a passagem da memória declarada enquanto testemunho ao registro em documento, a partir dele passando ao arquivo, e no arquivo tornando-se prova documental para a história, Ricoeur busca resgatar o reconhecimento da promessa que repousa em todo o testemunho, que, ao ser acolhido, estabeleça vínculos sociais. Assim, as relações sociais estão firmadas sobre um princípio de confiança, “o crédito outorgado à palavra de outrem”.⁴¹⁸ Ao tratar de minha compreensão sobre a relação entre história e memória no tópico 1.1, trouxe como referência o olhar positivo e dialógico lançado a ambas por Ricoeur, que está no âmago de seu filosofar e pode

⁴¹⁵ RICOEUR, Paul, 2007, op. cit., p. 178.

⁴¹⁶ RICOEUR, Paul, apud ANHEIM, Étienne, op. cit., p. 144.

⁴¹⁷ Conforme aponta Étienne Anheim, “é possível que a consciência aguda da culpabilidade ligada à Shoah tenha contribuído para essa ênfase no binômio arquivo/testemunho e sua inserção numa problemática filosófica mais ampla”. Ibidem, p. 145.

⁴¹⁸ RICOEUR, Paul, 2007, op. cit., p. 175.

ser identificado aqui: no ato de reconhecer o testemunho como a origem do arquivo, Ricoeur reafirma seu projeto de reconhecimento de que a história é devedora da memória, que ambas estão imbricadas, e que, nesse sentido, buscar uma oposição entre elas não pode ser a chave para alcançar qualquer pretensão de verdade.

Por outro lado, no que compete a esta dissertação, o mesmo ponto que dá vida à sua contribuição, desde um ângulo diferenciado, parece expor o limite da aplicação do conceito de operação historiográfica para pensar outras formas de fazer da historiadora nas instituições arquivísticas: ao apartar uma análise epistemológica da constituição do arquivo, ancorando-a no testemunho como ato fundador, Ricoeur turva a visão que se pode lançar sobre os complexos processos de produção concreta dos arquivos, com os quais nos envolvemos do lado de dentro do balcão dessas instituições. O acesso à reflexão de Étienne Anheim foi muito oportuno para essa argumentação. O autor afirma que

quando “põe à parte”, o historiador não faz a mesma coisa que os que o precederam e que constituíram esses arquivos como tais. Isso cria um impasse quanto à arquivologia, cuja natureza repousa precisamente na **particularidade desse movimento de pôr à parte** efetuado pelos agentes históricos e que transforma o documento em peça de arquivo. Na passagem do testemunho ao arquivo, Ricoeur menciona apenas o ato de pôr por escrito, o que deixa em segundo plano o “arquivamento” desse escrito, etapa que nada tem de evidente e que é o cerne da crítica arquivística, em relação à crítica documental clássica, “interna” e “externa”.⁴¹⁹ [Grifo meu].

A intenção do artigo de Anheim não é fazer uma análise precisamente do trabalho desenvolvido por esse grupo de historiadoras para o qual voltei meu olhar, mas sim de colocar em relevo as implicações epistemológicas da própria opção de vincular a conformação dos arquivos aos testemunhos, pois com esse movimento “ignora-se que existem precondições para o desenvolvimento da análise hermenêutica, e que essas precondições pertencem ao âmbito de uma crítica sócio-histórica dos arquivos como vestígios das práticas humanas”,⁴²⁰ reflexão que considero correta, e mesmo necessária. Como venho defendendo até aqui, a formação em história precisa permitir que as futuras profissionais se apropriem desse debate, que nos qualifica tanto enquanto profissionais de arquivos quanto como pesquisadoras acadêmicas – capazes de acessar e circular entre fontes com protagonismo e profundidade, sem nos tornarmos dependentes da tutela de outras profissionais ou reféns de classificações e meios de busca que não somos capazes de decodificar.

⁴¹⁹ ANHEIM, Étienne, op. cit., p. 149-50.

⁴²⁰ Ibidem, p. 151.

Se o argumento de Anheim não tem como foco o meu objeto, certamente ajuda a colocar em evidência justamente essa particularidade do *pôr à parte* que diferencia e circunscreve profissões distintas em Ricoeur, e também em Michel de Certeau, para quem “a questão das condições de produção [dos arquivos] está bem presente, mas vimos como ela foi abandonada no que concerne à arquivologia para concentrar-se no trabalho do historiador”⁴²¹. As primeiras palavras de Certeau no texto “A operação historiográfica” já dão o tom a respeito desse assunto, demonstrando a qual profissional da história ele está se referindo quando se questiona:

O que *fabrica o historiador quando "faz história"*? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua *deambulação erudita pelas salas dos arquivos*, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão?⁴²²

Quando pensa a “fábrica da história”, Certeau está circunscrevendo sua abordagem ao trabalho da historiadora acadêmica, que legitimamente se volta à escrita da história. Quando refere sua deambulação pelos arquivos, não o faz pensando nos trajetos percorridos entre setores para dar conta da gestão, do tratamento técnico, do acesso ou da difusão dos documentos a outrem. Está falando da historiadora que emprega erudição para criticar e interpretar suas fontes, aquelas escolhidas para ajudar a responder ao seu problema de pesquisa – problema esse que somos tão instigadas ao longo da formação a aprender a encontrar, a formular de modo lúcido, factível, interessante. Com o perdão da brincadeira, que estudante de história não se deparou com aquele momento angustiante e estranho em que tudo o que sonha é poder dizer que “já tem um problema para chamar de seu”?

Como já referido desde a introdução desse trabalho, para Certeau a história se dá na articulação entre um lugar social, um conjunto de procedimentos de análise ou práticas científicas, e a produção de uma escrita. No desenvolvimento de sua argumentação, percebe-se que o lugar social a que ele se refere expressa-se, primordialmente, por meio das universidades: com a institucionalização e profissionalização da história a partir do final do século XIX, é a partir delas que são lançadas as condicionantes que ditam o que pode ou não ser dito, que instrumentos de análise são ou deixam de ser adequados. Não é o público em geral (supostas leitoras e compradoras das obras de história) que determina se um trabalho é ou não historiográfico, mas sim “os pares” ou “as colegas”, hierarquizadas por sua produção,

⁴²¹ Ibidem, p. 143.

⁴²² CERTEAU, Michel, op. cit., p. 65.

pela ocupação de altos postos acadêmicos, pelo reconhecimento de suas teses monumentais, que avaliam “segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas”⁴²³.

Nesse sentido, se, ao longo do século XX, conforme abordei no primeiro capítulo, a história das universidades afastou-se das reflexões acerca da constituição e organização dos arquivos, ao passo em que a arquivística desenvolveu-se academicamente – em um processo que notabiliza a constituição de áreas do conhecimento distintas, cada qual com suas leis internas –, é possível deduzir que a produção intelectual das historiadoras que atuam como profissionais de arquivo, abordando esse fazer, aos poucos vai tornando-se deslocada do que se consolida como sendo uma obra de história. Por outro lado, com a institucionalização e profissionalização da arquivística, tal produção ora tem se alocando nos fóruns dessa área, em diálogo direto com colegas arquivistas – em um movimento que acaba consubstanciando a percepção de que historiadoras em arquivos precisam tornar-se ou acabam tornando-se arquivistas, conforme destacado nas percepções de algumas colegas no tópico 2.1 –, ora tem se tornado rarefeita, marcada pelo isolamento da prática atribulada e muitas vezes maçante do cotidiano, dando lugar tanto a um fazer bastante empírico, apoiado na transmissão de conhecimento prático entre membros das equipes dos arquivos e na leitura de manuais arquivísticos (como salientado por diversas colegas contatadas), quanto a discursos que relacionam história, memória e arquivos sem problematização, de maneira quase retórica.

Ainda a partir das reflexões suscitadas pelo tratamento de acervos enquanto um produto de nosso fazer, penso que, assim como ocorre durante o percurso de uma operação historiográfica, tal fazer também passa por escolhas, tanto racionais quanto inconscientes, circunscritas pelo lugar sócio histórico a partir do qual o trabalho é realizado. Um exemplo um tanto evidente repousa na reflexão sobre o próprio desenvolvimento da arquivística em nosso país: a escolha de explicar a composição do fundo a partir da organização das estruturas do órgão produtor ao longo do tempo, cada qual desempenhando determinadas funções na administração pública, responde ao amadurecimento das discussões teóricas no campo da arquivologia, de forma que as funções dos órgãos e a ordem original de produção são priorizadas em detrimento de possíveis ordenações temáticas, como poderia ter sido feito

⁴²³ Ibidem, op. cit., p. 72.

décadas atrás, sob influência maior da própria história e da biblioteconomia. Não façam julgamento de mérito ou valor em relação a qualquer trabalho de tratamento técnico de acervos arquivísticos ontem e hoje; não imputo o erro aos trabalhos temáticos desenvolvidos com muito esforço durante décadas. Eles são fruto de seu lugar no tempo e no espaço.

Hoje, embora a noção de respeito aos fundos seja praticamente consensual no país, a partir dela seguem havendo divergências teórico-metodológicas, ou diferentes propostas, por assim dizer, de classificação e arranjo. Há quem defenda a perspectiva estrutural, como empregada no tratamento do Fundo Presidência do Estado do Rio, no APERJ: após a definição do fundo, sua classificação multinível (do geral para o particular) traz as séries e subséries, que são determinadas a partir do estudo dos organogramas do órgão, como referido na “Área de conteúdo e estrutura / Sistema de arranjo”. Assim, chega-se às suas “subdivisões”, com as secretarias de estado como séries e suas respectivas diretorias como subséries, como pode ser observado pela figura:

The screenshot displays the APERJ website interface. The main content area is titled "Fundo PE - Presidência do Estado do Rio de Janeiro". It is organized into three sections:

- Área de identificação:**
 - Código de referência: BR RJAPERJ PE
 - Título: Presidência do Estado do Rio de Janeiro
 - Data(s): 1889 - 1930 (Produção)
 - Nível de descrição: Fundo
 - Extensão e mídia: Textual; aproximadamente 95 m
- Área de contextualização:**
 - Nome do produtor: Presidência do Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)
História administrativa: Em novembro de 1889, com a proclamação da República e a instituição do regime federativo no país, as antigas províncias foram transformadas em estados, denominação oficial determinada pela Constituição de 1891. Sob a vigência do Governo Provisório, o ...
 - Entidade custodiadora: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
 - História do arquivo: A documentação encontrava-se nos porões da Escola Aurelino Leal. Em 1961, foi transferida para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e posteriormente para a Biblioteca Estadual de Niterói, ali permanecendo até 1979, quando retornou ao Arquivo ...
- Área de conteúdo e estrutura:**
 - Âmbito e conteúdo: Documentos provenientes de diversos órgãos estaduais tratando dos seguintes assuntos: agricultura; obras públicas; saneamento; iluminação e abastecimento de água; navegação e portos; finanças; engenhos centrais; polícia; saúde; entre outros. Contém mapas ...
 - Sistema de arranjo: A escolha do arranjo para o fundo baseou-se nas pesquisas sobre a história administrativa do poder executivo do estado do Rio de Janeiro entre os anos da primeira república (1889 e 1930). Após a elaboração de 17 organogramas, decidiu-se utilizar o regulamento da administração pública de fins de 1923 como base para a elaboração do arranjo. Dessa forma, o fundo conta com cinco séries: Secretaria de Agricultura e Obras Públicas; Secretaria das Finanças; Secretaria de Interior e Justiça; Gabinete do Presidente do Estado e Secretaria Geral (1902-1923). Tais séries contam com suas respectivas subséries que espelham a estrutura administrativa proposta pelo referido regulamento.

On the left side of the page, there is a sidebar with the logo "ARQUIVO PÚBLICO ESTADO DO RIO DE JANEIRO" and a list of "Acervo" items under "Pesquisa rápida". A red arrow points from the "Sistema de arranjo" section to a detailed view of the "Área de conteúdo e estrutura" section, which lists the series and sub-series of the fund.

Por outro lado, há quem advogue a classificação funcional mesmo no arranjo de acervos permanentes, como utilizada no APERS: os documentos produzidos e tratados como um determinado fundo são classificados em séries que respondem às funções e atividades da máquina pública, como “Acompanhar a execução financeira e operacional do Estado” (série 1.2.3 do Plano de Classificação de Documentos do RS)⁴²⁴. Logo, em qualquer fundo do Poder Executivo estadual poderá haver documentos classificados nessa “subdivisão”, pois em diversas Secretarias pode se dar, ao longo do tempo, a realização de atividades nesse sentido. Uma forma é mais correta do que a outra? Creio que esta não é uma boa questão. Há argumentos para defender ambas e as opções precisam ser feitas de acordo com as necessidades e possibilidades de cada realidade específica. Cada proceder concorre com vantagens e desvantagens: por exemplo, a classificação estrutural parece tornar a ordem e o conteúdo da documentação mais evidente às usuárias, afinal, em geral, as buscas se dão pela documentação produzida a partir de determinado órgão em determinado período, ou os nomes dos órgãos lançam alguma luz sobre o universo geral de documentos por ele produzidos. Por outro lado, a equipe de classificação e descrição precisa fazer opções quanto à definição dos níveis que nem sempre poderão acompanhar todas as transformações na estrutura administrativa. No caso em questão, a equipe do APERJ optou por adotar como subfundos as Secretarias dadas pela reforma administrativa de 1923, ainda que os estudos tenham demonstrado grande variação nas “subdivisões” que produziam documentos a partir da Presidência do Estado na Primeira República. Como classificar cada item documental de maneira coerente desde 1889? É possível imaginar a complexidade desse exercício?

Já a classificação funcional parece exigir maior capacidade de generalização e abstração de todos os envolvidos com os documentos, desde quem estuda as funções do Estado ao longo dos anos para construir os arranjos, que precisa conseguir identificá-las para além das “caixinhas” dadas pela estrutura administrativa, até a historiadora usuária da sala

⁴²⁴ A título de exemplo e comparação, ver: APERS. BR/RS APERS PE 25.001. **Fundo Secretaria de Coordenação e Planejamento (1969-1991)**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6sd8uZtRKoUZ2dQdEFrUmJlcFU/view>. Acesso em 29 abri. 2019. A classificação e descrição desse fundo foi realizada por uma equipe de dois estagiários de história coordenados pela arquivista Viviane Portella de Portella, utilizando-se do já mencionado sistema AAP, que respeita as normas de descrição arquivística, especialmente ISAD-G (norma internacional) e NOBRADE (norma nacional), de forma que os campos descritores correspondem em sua maioria aos encontrados no ICA-AtoM. A principal diferença parece-me ser que o AtoM foi formulado objetivando especialmente o acesso e difusão em larga escala, sendo uma plataforma aberta à consulta pela internet. Já o AAP é um sistema interno à administração pública do Rio Grande do Sul, exigindo login e senha tanto para consulta quando para edição. A difusão por meio dele é feita a partir da emissão de relatórios que podem ser compartilhados com as usuárias do APERS.

de pesquisa, que provavelmente não chega carregando conhecimentos globais a respeito do funcionamento do Estado em diferentes contextos e precisará apreender outra lógica de categorização que não a costumeira nos cursos de história – e isso para ficar entre profissionais da história, imagine se pensarmos na comunicação com públicos diversos e a complexidade dos percursos até a recepção das informações para cada um deles. Entretanto, as oscilações das funções do Estado são mínimas – a secretaria de educação pode existir de maneira independente, ser reunida à secretaria de turismo e cultura, ser um departamento ou inspetoria dentro de uma grande secretaria no começo da República, mas a função em torno da “educação pública” tenderá a manter-se, de forma que as mudanças de estrutura impactam pouco nos níveis de descrição.

Talvez, no futuro, o arranjo de fundos como conhecemos, seja a partir das estruturas ou das funções do Estado, se torne obsoleto. A própria lógica adotada para definição dos fundos já vem sendo problematizada, na perspectiva de que enrijece a classificação de documentos que transitam entre mais de um produtor, que dão conta de mais de uma função, que estabelecem diálogos entre Estado e sociedade civil os quais podem ficar apagados em uma classificação que destaca apenas o agente estatal, etc. Ao criticar uma noção estreita de proveniência, que vincula o contexto de produção dos documentos à instituição de origem em uma estrutura burocrática, Terry Cook defende a

preservação de documentos num contexto rico, sejam estes documentos antigos ou novos registros digitais. [...] São as funções, programas e atividades que ocorrem dentro da instituição que geram registros, não a instituição em si. Além disso, a relação próxima de um-para-um que se assume entre função e estrutura na teoria clássica da arquivística, simplesmente não é mais verdadeira nas organizações modernas. As atividades do processo de trabalho e as funções (que estão mais num nível macro) que as produzem, agora existem em muitas instituições, espalhadas pelo espaço geográfico e ao longo do tempo, já não refletindo uma organização mono-hierárquica.⁴²⁵

A compreensão do autor canadense de que as funções das organizações podem ser fluídas, de que “convenções informais, práticas localizadas, expectativas sociais e normas culturais”⁴²⁶ influem diretamente sobre os processos de constituição dos contextos arquivísticos, tudo isso é fruto de sua relação com o tempo e o lugar: Cook foi amplamente influenciado pelos estudos pós-modernos do último quartel do século XX, assumiu diversas posições estratégicas na área de arquivos e vivencia a atmosfera de um país desenvolvido e

⁴²⁵ COOK, T. Entrevista: Terry Cook (PORTUGUÊS). **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 142-156, 13 dez. 2012, p. 145. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48658/52729>. Acesso em: 20 nov. 2019.

⁴²⁶ Ibidem.

democrático. Suas formulações teóricas dão ênfase à ampla socialização da informação e à participação ativa das arquivistas na sociedade, elementos que talvez ainda não façam tanto sentido em um país como o nosso, cuja realidade arquivística eu já apresentei, em que ainda nem conseguimos convencer as gestões públicas de que os arquivos são estratégicos, de que as informações públicas precisam ser livremente acessadas e, quem sabe, promovidas a partir de transparência ativa. Conquistar a possibilidade de tratar e pensar os arquivos de maneira descentralizada, parece-me, ainda está em um horizonte de utopia para nós.

Enfim, com esse exercício de reflexão quis apenas evidenciar que é possível e necessário historicizar não apenas os acervos, mas também a arquivística e suas funções, produzindo conhecimentos que certamente são importantíssimos para a apropriação qualificada dos próprios documentos de que essa área dá conta. Logo, há muito espaço para mobilizar a história e há perspectiva para a atuação das historiadoras nesse lugar social.

Após uma digressão que talvez tenha se estendido por demais, mas que viabilizou o acúmulo de referenciais que permitem problematizar tanto o lugar em que se insere o fazer da historiadora do arquivo em relação à operação historiográfica – admitindo que os produtos de seu ofício geralmente são parte das predeterminações, elementos que compõem as “condições de produção” dos próprios acervos –, quanto as certezas relativas à técnica arquivística, retomo a apresentação dos produtos a partir da “ordem” que lhes atribuí considerando o exercício de abstração proposto pelo Gráfico 6.

Classificadas no nível “1” da escala, além da exposição presencial já analisada, trago como quinto e sexto produtos a exposição virtual “A Revolta da Chibata”, produzida em 2010 pelo Núcleo de Ação Educativa do APESP, sob coordenação de Andresa Oliver, e o livro “O Tempo e o Rio Grande nas imagens do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul”, organizado por Rejane Penna,⁴²⁷ do AHRs, e publicado em 2011. Quanto à exposição virtual, seu próprio título denota a intenção de construir uma narrativa histórica, que começa a estabelecer-se desde a escolha do problema, em diálogo com a celebração do centenário da revolta. Na apresentação a equipe afirma que “busca lançar um olhar sobre o contexto histórico do período, os motivos que a deflagraram e os seus desdobramentos” para, em seguida, explicar que pretende, assim,

reavivar a discussão sobre as questões dos direitos de cidadania que a Constituição Brasileira assegura, e também lançar um olhar sobre as permanências e rupturas que o

⁴²⁷ AHRs. **O Tempo e o Rio Grande nas imagens do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. PENNA, Rejane Silva (Org.). Porto Alegre: IEL / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2011.

processo histórico permite. Desta forma, tem como propósito compartilhar essa discussão com professores, alunos, pesquisadores e demais interessados⁴²⁸

Aqui fica declarada a intenção de conduzir uma escrita da história a partir das fontes do Arquivo que sirva como dispositivo pedagógico nos processos escolares de ensino-aprendizagem. Para isso, a exposição conta com nove “salas” virtuais que “tratam de subtemas relacionados aos ideais republicanos, aos dias da Revolta e à cidade do Rio de Janeiro, à cobertura jornalística e sua influência, ao desfecho do movimento, entre outros”. O acervo empregado é composto de jornais, revistas e publicações históricas de atos normativos. Sua disposição pode ser acompanhada pela imagem a seguir, com comentários meus destacados em vermelho:

The image shows a screenshot of a virtual exhibition titled "A Revolta da Chibata". The main header features the title and a collage of historical figures. Below the header, there is a navigation menu on the left with a red banner that says "Ordem e Liberdade". The menu items include "Apresentação", "Exposição", "Os Ideais Republicanos", "A Situação dos Marinheiros no Brasil", "Do Estopim ao 'Abaixo a chibata'", "As Negociações e o Desfecho da Revolta", and "Ilha das Cobras". A red bracket on the left side of the menu is labeled "Links para as 'salas' temáticas". The main content area displays historical text and images. A red arrow points from the text "Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei." to a red box containing the text: "Texto narrativo de conteúdo histórico, relativo a cada sala temática." Another red arrow points from a small image of a group of men to a red box containing the text: "Miniatura da fonte relacionada ao tema. Clica-se para acessar." The URL in the browser address bar is "200.144.6.120/exposicao_chibata/os_ideais_republicanos.php".

Como era de se esperar de uma produção do Núcleo de Ação Educativa, há um destaque importante para os usos da exposição no ensino, sendo disponibilizadas oito atividades pedagógicas, como exemplificado na imagem a seguir:

⁴²⁸ APESP. Núcleo de Ação Educativa. **Apresentação: exposição virtual A Revolta da Chibata.** São Paulo, nov. 2010. Disponível em: http://200.144.6.120/exposicao_chibata/index.php. Acesso em: 20 nov. 2019.

A publicação “O Tempo e o Rio Grande nas imagens do Arquivo Histórico do RS” foi organizada por Rejane a parte de quatro eixos centrais: Nossos antepassados: vidas; Nossos espaços: a mão do homem transforma a natureza; Nossas sociabilidades: diferentes práticas; e Nossas diferenças: a luta e a política. Para cada um dos módulos foram selecionadas diversas imagens do acervo consideradas expressivas e convidadas especialistas para a escrita de pequenos textos relacionados ao tema. Rejane escreveu, além da “Organização e Apresentação Técnica”, mais dois verbetes intitulados “Homens – momentos solenes”, e “Mulheres – imagens e papéis”. O resultado de todo o trabalho foi uma publicação esteticamente muito bonita e marcante, reconhecida no ano de 2012 com o Prêmio Açorianos de Literatura, Categoria Especial⁴²⁹.

Como bem define a organizadora, o livro conduz um recorte no acervo do AHRS em perspectiva histórica:

Queremos que esse enfeixamento de imagens e textos na forma de um álbum, em que reunimos as fotos que consideramos mais significativas e exclusivas de nosso acervo, tenha a potencialidade de contar a passagem do tempo sob diferentes contextos de crises, mudanças ou permanências que configurarão um processo histórico encadeado pelas imagens.⁴³⁰



Penso que estamos diante de um potente instrumento de resposta à função arquivística da difusão, tanto do acervo quanto da instituição, porém, seu pilar de sustentação é uma operação historiográfica expressa em uma obra de discurso afeita à história pública. Com essa constatação, questiono-me: seria ou não papel dos arquivos, enquanto

⁴²⁹ Cf. notícia disponível em: <https://estado.rs.gov.br/o-tempo-e-o-rio-grande-nas-imagens-do-arquivo-historico-do-rs-recebe-premio-acorianos-de-literatura>. Acesso em: 21 nov. 2019.

⁴³⁰ PENNA, Rejane, op. cit., p. 15.

instituições de memória, protagonizar a escrita da história? Seria essa tarefa incongruente com suas demais funções?

Essas questões reconectam-me ao trabalho de Ana Celina Figueira, mencionado ainda na introdução da dissertação: a autora percebe, para o começo do século XX, o Museu Julio de Castilhos, o IHGRS e o Arquivo Histórico, como agentes ativos na construção do saber sobre o passado, em um movimento similar ao captado por Janice Gonçalves em relação aos arquivos em Santa Catarina até a década de 1980. Na atualidade, a partir da vinculação com a esfera de gestão documental, é nítido que se estabelece uma pretensão de isenção nessas instituições, como se seu papel estivesse limitado a ampliar o acesso e a visibilidade dos acervos para que outros agentes sociais e políticos possam, a partir deles, construir narrativas diversas. Entretanto, reconhecendo a dimensão contingente e construída de todo arquivo, que responde tanto ao acaso quanto à ação de indivíduos e a demandas públicas e políticas, a verdade é que seguem incidindo nesse processo, seja diretamente através de produtos como os recém apresentados, ou indiretamente por meio das políticas de tratamento de acervos, por exemplo.

No nível “2” de minha escala, aloquei os *textos de história biográfica* produzidos por Clarissa Ramos e sua equipe para contextualizar na base de dados Ica-AtoM a *Coleção Família Bustamante*⁴³¹, salvaguardada pelo APERJ. Cabe registrar que Clarissa envolveu-se com todo o trabalho nesse acervo, não apenas com a realização da pesquisa para a história biográfica. Tais textos, pensados como produtos de descrição quando mirados desde as funções arquivísticas, certamente não nascem isolados dos demais processos de tratamento do acervo, e são escritos dentro de um escopo mais amplo, demarcado pela NOBRADE, que abrange não apenas a história do produtor, mas também a descrição de dimensão e suporte, âmbito e conteúdo, sistema de arranjo do acervo etc., itens que se conectam mais à linguagem arquivística. Assim, a parte da descrição que estou defendendo que mais se aproxima dos protocolos da operação historiográfica se expressa na aba “Área de Contextualização – História biográfica”. O mesmo raciocínio eu poderia ter feito a partir do texto de história administrativa que compõe a descrição do Fundo Presidência do Estado do Rio, embora naquele caso eu tenha optado por dar enfoque ao tratamento técnico do acervo enquanto produto.

⁴³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. BR RJAPERJ FB. Área de contextualização: História biográfica. **Coleção Família Bustamante**. Disponível em: <http://200.222.27.136/index.php/familia-bustamante>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Ao escrever sobre a família responsável por produzir e acumular a Coleção em questão, Clarissa resgata a história dessas pessoas desde o nascimento até a morte, explicitando as atividades que deram origem ao acervo, como o exercício profissional, a chegada dos filhos, os registros fotográficos dos momentos em família ou os hábitos colecionistas. A escrita resultante apresenta-se de modo sucinto em relação a qualquer texto acadêmico de história, assim como é bastante descritiva, já que seu eixo de construção não é um questionamento específico, teoricamente lapidado, mas o intuito de demonstrar às pesquisadoras qual o contexto permitiu o acúmulo do acervo. Todavia, apesar das diferenças que se mantém entre uma e outra narrativa sobre o passado, evidencia-se aqui o percurso de pesquisa bibliográfica cotejada às fontes da própria coleção, seguida pela análise dos dados e sua consequente representação em texto.

Vale recordar de meu diálogo com Clarissa durante sua entrevista (citado à pág. 215), a respeito do quão complexo se torna distinguir os papéis enquanto pesquisadora da pós-graduação em história e enquanto servidora do APERJ. Afinal, os objetos de fazer são os mesmos, mas o texto produzido para sua dissertação deve ser muito diferente desse, voltado ao grande público, cuja função principal é servir de ponto de acesso ao acervo da instituição. Além da escrita distinta em referenciais, objetivos, tamanho e estilo, Clarissa e eu também comentamos sobre a dificuldade que pode ser estabelecer a própria autoria desses produtos nas instituições, já que são fruto de trabalho coletivo e muitas vezes interdisciplinar, outro elemento que exige a complexificação da correlação entre o fazer do arquivo e a operação historiográfica acadêmica.

No ponto “3” da escala identifiquei mais dois produtos: o *Catálogo Seletivo I - Escravidão, liberdade e tutela*, produzido no APERS pela historiadora Nôva Brando⁴³², e o artigo intitulado *O Arquivo Público do Estado de São Paulo e a historiografia da pós-graduação paulista*, publicado por Haike da Silva e Stanley da Rosa⁴³³. O que conecta essas produções? Ambas se configuram enquanto peças editoriais que, de modos distintos, difundem as instituições e seu potencial de pesquisa, ao mesmo tempo em que se conectam pelo recorte da história, ainda que nenhuma das duas produza uma narrativa historiográfica a partir de uma pergunta sobre o passado.

⁴³² BRANDO, Nôva Marques (Org.). **Catálogo Seletivo I: Escravidão, Liberdade e Tutela**. Livro eletrônico. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do RS, 2017. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1513790173.2017.12.20_Catalogo_Tutela.pdf. Acesso em: 21 nov. 2019.

⁴³³ SILVA, Haike R. Kleber da; SILVA, Stanley P. da Rosa. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 26, n. 53, p. 141-170, dez. 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/48806>. Acesso em: 20 nov. 2019.

O Catálogo em questão foi construído a partir da descrição dos processos judiciais de tutela da Comarca de Porto Alegre abertos entre 1871 a 1898, relativos a menores que puderam ser identificados com o processo de escravização, seja pela referência à cor – preta ou parda – ou à filiação – filha de escrava ou ex-escrava. O APERS envolve-se, há mais de uma década, com projetos de descrição e difusão de seus acervos relativos ao contexto da escravização, já tendo sido lançados catálogos de cartas de liberdade, registros de compra e venda, inventários, testamentos e processos criminais. Percebendo a potencialidade dos processos de tutela para os estudos da temática em questão, especialmente pelo entendimento da problemática suscitada a partir da promulgação da chamada Lei do Ventre Livre (1871) quanto à guarda das crianças nascidas livres de mãe escravizadas, Nôva afirma que

tais fontes são potenciais para o estudo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. Em outras palavras, da relação entre escravidão e liberdade. A forma pela qual senhores, autoridades, governo e a população escrava se utilizaram para controlar cada grupo em seu favor, pode ser observada nos processos judiciais de tutela, uma fonte que se mostrou riquíssima para responder questões vinculadas aos anseios pela manutenção de relações escravistas, bem como à luta por liberdade.⁴³⁴

Embora o instrumento esteja pautado pelas normas técnicas de descrição arquivística, e os documentos sejam descritos de modo padronizado, sem a intenção de que os verbetes gerados a partir dos itens documentais provoquem reflexões historiográficas em si, a proposta geradora do catálogo é deliberadamente uma proposta historiográfica, que direciona a descrição e a difusão de uma parcela do acervo para ampliar os usos desses documentos na pesquisa sobre a história da escravidão e da luta por liberdade. Nesse sentido, evidencia-se a trama interdisciplinar entre conceitos e problemas do campo da história com conceitos e métodos do campo da arquivística.

Já o artigo escrito por Haike e Stanley, para mim, encontram-se na intersecção entre a difusão editorial arquivística, os estudos de usuárias e a reflexão teórico-metodológica em história, já que propõem “um estudo sobre a contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) para a produção historiográfica dos programas de pós-graduação em História das universidades paulistas”⁴³⁵. Recorrendo às bases de dados das universidades, as autoras avaliam as fontes empregadas na feitura de dissertações e teses defendidas entre 2006 e 2015. Enquanto explicação metodológica, referem que não leram

⁴³⁴ BRANDO, Nôva, op. cit., p. 7.

⁴³⁵ SILVA, Haike & SILVA, Stanley, op. cit., p. 141.

exaustivamente todos os 2.595 trabalhos defendidos no período em questão. Cada dissertação ou tese recebeu uma leitura instrumental, e uma atenção especial às partes nas quais as instituições e fontes consultadas são normalmente mencionadas: agradecimentos, lista de siglas, introdução, rodapés, fontes e bibliografia.⁴³⁶

A partir da conclusão de que há declínio do número de usuárias presenciais assim como de visitantes à página da instituição, além de perceptível tendência de queda na mobilização dos acervos do APESP na pós-graduação em história, aventam possibilidades explicativas: dificuldade imposta pela distância territorial entre as universidades do interior paulista e o APESP, fator que influenciaria não apenas na delimitação do universo de fontes, mas também sobre os “rumos da historiografia, visto que as fontes, embora não nos revelem o que devemos dizer, invariavelmente estabelecem os parâmetros da pesquisa histórica” (p. 156); o estímulo assistido, no século XX, à “ampliação dos objetos da História assim como de suas fontes (...) o que poderia explicar a menor procura por fontes tradicionais como as guardadas por arquivos que custodiam a documentação produzida pela administração pública” (p. 156); e a mudança de orientação na macro política institucional, que se direciona, especialmente a partir dos anos 2000, da vocação para a história à vocação para a gestão documental como sua função precípua. Defendem, nesse sentido, a implantação de sólidas políticas de tratamento de acervos permanentes e de difusão, aliadas ao diálogo com a comunidade acadêmica.

Percebe-se que o artigo, além de mecanismo de difusão do potencial dos arquivos enquanto centros de pesquisa em história, e de excelente contributo aos próprios cursos de graduação e pós-graduação dessa área – no sentido de problematizar os rumos de suas pesquisas na relação com as instituições arquivísticas – também configura-se como um potencial instrumento de gestão da instituição, ao construir um diagnóstico de sua atuação no âmbito dos acervos permanentes, da difusão e da promoção do acesso à informação, dialogando também, em minha opinião, com a esfera da gestão institucional, que não à toa ficou “fora” da escala, por colocar-se de modo abrangente em relação a todos os saberes e fazeres dos arquivos.

O ponto “4” do Gráfico 6 foi dominado pelo atendimento às usuárias como produto de nosso fazer, já abordado anteriormente a partir do exemplo vindo de Caroline Baseggio, historiadora do APERS, em diálogo com as experiências de Haike da Silva, no APESP. O ponto “5” também já foi amplamente abordado a partir da experiência de Daniel Elian à

⁴³⁶ Ibidem, p. 146.

frente do tratamento técnico do fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro, passível de diálogo com o trabalho desenvolvido por Clarissa Ramos no tratamento da coleção privada Família Bustamente.

Já no ponto “6”, bem próximo ao campo da arquivística, aloco os seguintes produtos: o editorial do último número da Revista Histórica (n. 63, 2015) escrito por Marcelo Chaves enquanto servidor do APESP, e o já referido artigo de Paulo Knauss, “Arquivos Vivos da Administração Pública: O Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)”. No primeiro caso, temos um texto cujo “valor primário” está vinculado ao exercício da difusão editorial em uma instituição arquivística, mas que eu acesso aqui como “prova”, ou como rastro que documenta o processo de transformação no mundo dos arquivos sobre o qual venho falando ao longo da dissertação. Atribuo a ele um “valor secundário” enquanto vestígio da passagem de um paradigma alicerçado na operação historiográfica para outro, alicerçado na gestão documental. No segundo caso, se considerarmos a “espécie documental” em questão – um artigo –, também temos um produto de difusão editorial. Porém, se considerarmos a atividade que ele registra e difunde, estamos falando da política de gestão documental em sua gênese no Rio de Janeiro.

Retomando a entrevista que realizei com Marcelo Chaves, recordo-me dele narrando seu incômodo ao assumir a direção do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa e observar com mais atenção o nome da revista do Arquivo Público de São Paulo:

Mas, perai: a nossa Revista é “Histórica” por quê? Qual o sentido disso? Só tinha artigo de história, só tinha artigo de história! Eu lembro que quando eu cheguei alguém me disse: ‘poxa, eu tinha um artigo para mandar para ai, mas é sobre arquivos e eu nunca senti espaço’. A pessoa disse isso para mim!⁴³⁷

A partir desse estranhamento, colocado pela compreensão de que os arquivos não são celeiros da história, mas instituições a favor da gestão documental estratégica e do acesso à informação, Marcelo propôs uma transformação editorial que se concretizou em 2015, e cuja passagem é registrada pelos produtos aqui selecionados. No último número da Revista Histórica, Marcelo afirma que:

Este é o último número da série da revista com o título *Histórica*. A revista continua, mas mudará o seu rumo editorial e ganhará novo conteúdo e nova roupagem. Este número 63 é uma espécie de edição de transição, pois a revista continua com elementos da série on line iniciada em 2005, mas já traz algumas novidades que indicam a nova direção da publicação. A mudança deste periódico reflete as fortes transformações que o APESP vem experimentando desde meados de 2013, quando se iniciaram muitas alterações na

⁴³⁷ CHAVES, Marcelo. Entrevista, op. cit.

sua política institucional e produção técnica. As mudanças no Arquivo Público do Estado de São Paulo buscam alinhamento com o que há de mais avançado em política de arquivos no mundo, porém se inspiram também em práticas passadas, não muito longínquas na história da instituição.⁴³⁸

O excerto dispensa muitos comentários, afinal, é clarividente ao expressar as motivações para a mudança. Na sequência, o texto demarca que não há intenção de afastar-se da história e suas profissionais, mas de revelar “a equidistância do nosso ofício com outras áreas indissociáveis dos arquivos: gestão pública, administração, direito administrativo e, claro, as demais ciências da informação” (Ibidem), tornando a revista mais plural ao considerar que difundir o debate historiográfico (como fazia a Revista Histórica) não deveria ser o único ou principal propósito da revista de uma instituição arquivística. Tendo a concordar com essa percepção, recordando-me de uma discussão correlata que fizemos há poucos anos no APERS sobre o caráter de nossa “Mostra de Pesquisa”, evento periódico realizado pela instituição desde 2004 e cujo regulamento trazia como objetivos:

- oportunizar espaço para a divulgação e discussão da recente produção intelectual das ciências humanas, promovendo a interação entre a comunidade pesquisadora e desta com os órgãos de guarda de acervos;
- incentivar a utilização de fontes primárias documentais arquivísticas em trabalhos de pesquisa;
- divulgar locais de pesquisas e seus respectivos acervos documentais.⁴³⁹

Como observa-se, o evento configurava-se especialmente como espaço para difusão de produções historiográficas empreendidas a partir de fontes primárias arquivísticas, não havendo espaço, ao menos não nos marcos explicitados por seu regulamento, para a apresentação de comunicações que abordassem, por exemplo, o tratamento arquivístico de acervos. Entre nós, no APERS, ao percebermos essa restrição, incluímos no escopo da Mostra o interesse por trabalhos nessa última perspectiva, mas optamos por manter, pelo menos até agora, o caráter do evento vinculado à difusão de fontes para a pesquisa, não por julgarmos mais importante a esfera dos arquivos permanentes do que a da gestão documental ou da política de arquivos, mas para manter a identidade de um projeto que há tanto tempo dialoga com essa faceta que anima o mundo dos arquivos. Até mesmo porque, podemos construir outros espaços e instrumentos de diálogo com os mais diversos públicos.

⁴³⁸ CHAVES, Marcelo Antonio. Começar de novo! (Editorial). **Histórica, Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 63, ano 11, março de 2015, p. 5.

⁴³⁹ APERS. **IX Mostra de Pesquisa do APERS**: Regulamento. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do RS, 2011, p. 01. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/hotsite/index.php?menu=regulamentos>. Acesso em: 30 nov. 2019.

Em São Paulo a opção foi mais radical, extinguindo-se uma linha editorial para a construção de outra, em um período cujo esforço de construção da difusão em novas bases demonstrou-se bastante intenso: ao lado da mudança na linha editorial, instalava-se a já citada exposição “Em nome del Rey” que, ainda segundo esse editorial,

assumi o desafio de propor uma abordagem muito aderente à instituição Arquivo. Menos preocupada com narrativas interpretativas do período histórico tratado, a exposição busca explorar o universo vocabular da ciência arquivística, pondo em destaque a riqueza da diplomática, o erudito ofício da paleografia e o artesanal trabalho de conservação e restauro.⁴⁴⁰

Creio que é cedo para apontar consequências ou resultados mais conclusivos dessa escolha – o que também foge ao escopo da presente dissertação – mas é irônico notar que o editorial em questão, buscando reconhecer que há distinções identitárias entre o fazer da história e o fazer do arquivo que precisam ser acolhidas pela política editorial do APESP, faz uso da seguinte reflexão de Florêncio de Abreu e Silva:

Não é, pois da competência do Archivo analysar e commentar documentos e delles tirar ilações ou sobre elles compor narrativas, - o que é obra do historiador; mas colligir, coordenar e catalogar documentos de autoridade historica, - o que é tarefa propriamente do archivista. O trabalho deste facilita o daquelle; um accumulando e classificando documentos, testemunhos, forma o processo histórico, sobre o qual o outro cala o seu trabalho, sem dúvida bem mais árduo e difícil.⁴⁴¹

Abreu e Silva foi um dos diretores do Arquivo Público do Estado do RS na década de 1920, paradoxalmente um dos agentes estudados por Ana Celina Figueira como expressão de um tempo em que Museu e Arquivo atuavam como protagonistas da escrita da história no Rio Grande do Sul, seja pela produção de narrativas propriamente ditas, seja pela incidência sobre as políticas de aquisição, preservação e difusão de acervos.

Enfim, sem desejar mais uma vez demorar-me com reflexões paralelas, explico que aloquei esse editorial bem próximo à arquivística e mais distante da operação historiográfica por considerar o que ele mesmo explicita enquanto intensão. Ainda assim, percebo claramente que sua escrita mobiliza habilidades construídas nos marcos da história enquanto disciplina, como a produção de uma argumentação que responde ao problema colocado a partir da consulta e análise de produções editoriais de outros tempos do APESP e da articulação de explicações historicamente localizadas. Em outras palavras, é pela

⁴⁴⁰ CHAVES, Marcelo, 2015, Começar de novo!..., op. cit., p. 7.

⁴⁴¹ ABREU E SILVA, Florêncio, apud CHAVES, Marcelo. Começar de novo!..., op. cit., p. 5-6.

compreensão do processo histórico em que se inserem as instituições arquivísticas que a proposta de transformação na política editorial se explica e justifica.

Quanto ao artigo escrito por Paulo Knauss em parceria com servidoras do APERJ a respeito do processo de construção e implantação do Programa de Gestão Documental do Estado do Rio de Janeiro, já referi anteriormente (às págs. 132 e 133) o conteúdo abordado. Não se trata de “resenhá-lo”. Gostaria apenas de destacar, aqui, o quanto as habilidades desenvolvidas pelas historiadoras foram colocadas a serviço da análise e da difusão de uma política de gestão de documentos, em diálogo com conceitos e referenciais da arquivística. O texto não tem como objetivo central problematizar a gestão documental desde um ponto de vista histórico, refletindo, por exemplo, sobre o longo processo de transformação na área de arquivos que a tornou um imperativo na contemporaneidade, a respeito do qual debruçei-me no presente trabalho. Os principais elementos mobilizados na construção da narrativa são a metodologia aplicada pelo PGD e os resultados obtidos a partir dela, com atenção à legislação arquivística a respeito do Programa em si e do APERJ como órgão central dessa engrenagem. Apresenta-se a mim como um estudo pautado pelas áreas da arquivística e das políticas públicas.

Entretanto, penso que vemos a história em ação para além da operação historiográfica: a noção de processo, a erudição e o desenvolvimento de ferramentas discursivas mobilizadas a partir da formação em história corroboraram para que o artigo vá além da perspectiva descritiva e consiga “caracterizar o processo de construção de uma política pública de arquivos e gestão de documentos no Estado do Rio de Janeiro no contexto contemporâneo distinguido pelo compromisso da democracia e da transparência pública”.⁴⁴²

O ponto “7”, último dentro da escala que vai da operação historiográfica à arquivística, acolhe os produtos que interpretei como aqueles cujo fazer está mais distante do preconizado por nosso ofício academicamente reconhecido. Além do já analisado “Roteiro para Elaboração de PCD e TTD das Atividades-Fim”, publicação que expressa o trabalho técnico e político dirigido por Ieda Pimenta Bernardes, aloco aqui, como resultado do trabalho de Bruno Pereira Silva Cunha, o expediente administrativo que aprovou a Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA)⁴⁴³, e como resultado do trabalho de Carlos Bacellar, o Decreto

⁴⁴² BUENO, MENDONÇA & NASCIMENTO, op. cit., p. 186.

⁴⁴³ SÃO PAULO. Secretaria de Governo. Centro de Gestão Documental. **Expediente Administrativo SG/1157312/2018**. Aprovação da Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim. 21 ago. 2018.

52.026, de julho de 2007, que reorganiza o Arquivo Público de São Paulo junto à Casa Civil,⁴⁴⁴ vindo da Secretaria de Cultura.

Entre todos os produtos escolhidos para compor a amostra em análise no presente tópico da dissertação, os três que agrupei nesse nível da escala são os que encarnam mais diretamente um formato técnico, cuja narrativa empregada pretende normatizar processos junto à administração pública, distanciando-se de qualquer intensão interpretativa. A mim é auto evidente que um decreto ou um expediente administrativo distanciam-se dos protocolos cotidianamente construídos por nossa disciplina científica ao longo de um século e meio, aproximadamente. Enquanto historiadoras, estamos muito mais acostumadas a lidar com essas espécies documentais enquanto fontes, que serão lidas e interpretadas à luz de perguntas sobre o passado, ou de questões teóricas para a própria disciplina. Olhando, porém, desde a perspectiva da historiadora que passa a protagonizar o dia a dia dos órgãos públicos falando de gestão de documentos e política pública de arquivos, seu fazer está implicado nessa famigerada engrenagem de produção documental, naquele lugar anterior ao arquivo enquanto laboratório da história, onde os documentos nascem e ainda aguardam a incidência de um longo processo que determinará sua destinação final. Ainda assim, é possível perceber a história sendo mobilizada no processo que dá origem a esses produtos?

Analisando diretamente os textos do expediente e do Decreto, sua presença é muito indireta. O primeiro é um documento gerado eletronicamente que compendia toda a tramitação do processo necessário à aprovação do referido instrumento de gestão documental. Embora por trás de todas as suas sessenta páginas esteja a ação de cada uma das envolvidas nos diversos estudos e reuniões que viabilizaram a publicação, entre as páginas 13 e 19 encontra-se o Relatório Final emitido e assinado pela equipe do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (DGSAESP), da qual o historiador Bruno faz parte. Ali é narrado o processo de intervenção do Departamento junto à EMPLASA no sentido de identificar a estrutura e atribuições do órgão, assim como as séries documentais produzidas na execução dessas atribuições, de definir prazos de guarda e destinação final à documentação, e de determinar as funções, subfunções e atividades que dão corpo à Tabela, a partir das quais os documentos são intelectualmente classificados.

⁴⁴⁴ SÃO PAULO. Decreto 52.0226 de 01 de agosto de 2007. Reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20070802&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>. Acesso em: 30 nov. 2019.

Se pensarmos de modo concreto, o lugar em que a história se expressa de modo mais direto dentro deste texto é aquele em que se definem quais os documentos serão de guarda permanente. Entretanto, os saberes e habilidades das historiadoras envolvidas com esse tipo de fazes podem ser mobilizados de modo fluído e abstrato a todo o tempo. Para afirmar essa presença, não é necessário, por exemplo, que em uma das reuniões o grupo decida ler e discutir textos acadêmicos produzidos nos marcos de nossa disciplina sobre os usos de documentos públicos enquanto fontes de pesquisa histórica. É na sensibilidade para o convencimento de que é importante “assegurar a preservação de documentos de guarda permanente, de realizar a eliminação criteriosa de documentos, (...) e de estimular a pesquisa e uso de dados retrospectivos”⁴⁴⁵ que se expressa o olhar da história.

Já em relação ao Decreto 52.026/2007, eu poderia discorrer longamente sobre como a nova estrutura dada ao APESP naquele momento correlaciona-se ao processo de constituição do patrimônio documental, e por conseguinte, das fontes de pesquisa sobre o passado, ou poderia elucubrar sobre onde percebo a história em relação a seus dois grandes departamentos, subdivididos em dois centros e mais de duas dezenas de núcleos. Entretanto, sua escolha enquanto produto torna-se mais simbólica do que inerente ao texto: aponta para o significado de ter à frente da instituição um historiador quando essa normativa é construída e conquistada, conduzindo o APESP de um lugar de pouca visibilidade na Secretaria de Cultura para um lugar estratégico na Casa Civil, e elevando-o à condição de maior instituição arquivística estadual do país. No tópico 1.1 eu trouxe Bacellar ao diálogo para falar desse processo, e a partir de sua narrativa acabei dando maior ênfase às influências do acaso, entretanto, a entrevista com ele também evidenciou o quão fundamental foi ter na direção alguém que não apenas acreditava no potencial da instituição, quanto conhecia seus meandros e lhe atribuía sentidos capazes de serem explorados nos processos de convencimento inerentes à gestão institucional. Assim, pensar o papel de historiadoras na construção de normativas no campo dos arquivos é pensar, também, sobre como mobilizamos nossa compreensão teórica a respeito da escrita da história e da constituição (sempre em disputa) do patrimônio para fazer a área avançar.

Por fim, porém não menos importante, como exemplo dos produtos que podem nascer de nossa atividade quando estamos a frente das instituições, trago o Relatório Anual de Atividades do APERJ, do ano de 2018, coordenado pela historiadora Maria Teresa

⁴⁴⁵ SÃO PAULO, Expediente n. ..., op. cit., p. 15.

Bandeira de Mello⁴⁴⁶. Não foi inicialmente intencional que tal Relatório fosse trazido ao texto junto ao produto anterior, porém, creio que essa disposição tornou-se bastante oportuna, afinal, se optei por destacar em relação ao Decreto sua proximidade com os marcos normativos arquivísticos, também é verdade que ele é a expressão de um longo processo de gestão institucional e política em um nível macro, que articula Arquivo, Estado e sociedade, assim como o Relatório em questão é a expressão dessa gestão desde o lugar da própria instituição. Nele Maria Teresa, na condição de diretora, sistematiza os dados apresentados por todos os setores do APERJ, apresenta a atuação do Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ), fala dos projetos em desenvolvimento e aprovados, da participação e representação da instituição em eventos externos, assim como do andamento de convênios.

Ao atentar diretamente para o caráter do texto em questão enquanto um produto de seu fazer na condição de diretora da instituição, o que se sobressai é a percepção da visão de conjunto que o cargo requer, assim como sua capacidade de leitura da conjuntura e de gestão da equipe, o que se expressa logo na apresentação do documento:

Devido à crise econômica que atinge o Estado do Rio de Janeiro, o ano de 2018 representou um período de desafios para o Arquivo Público em busca do cumprimento de sua missão institucional enquanto casa da memória fluminense e órgão responsável pela gestão de documentos da administração pública estadual. Com orçamento limitado e na impossibilidade de captação de recursos junto à agências de fomento, a equipe do APERJ concentrou-se nas suas atividades finalísticas visando atingir as metas propostas para 2018 e realizar outras que não estavam previstas. Porém, apesar das dificuldades enfrentadas, constatamos que a maioria das metas planejadas foi cumprida. Nesse ponto, cabe ressaltar que esse resultado reflete a maturidade de um modelo de gestão institucional que vem sendo consolidado e aperfeiçoado ao longo dos últimos dez anos e também reafirma o compromisso e profissionalismo da equipe de servidores do APERJ.⁴⁴⁷

Não há, porém, como fazer uma conexão direta entre os procedimentos dessa escrita a aqueles que organizam a escrita da história: Maria Teresa não precisa compilar e destacar fontes, buscar bibliografia e forjar interpretações. Tampouco faz parte dessa tarefa o manuseio direto de acervos, sua descrição ou difusão. Recordo-me de nossa conversa presencial, e da problematização que fazíamos sobre o afastamento natural das gestoras em relação aos fazeres cotidianos do arquivo, pensando o quanto isso significaria, ao fim e ao cabo, afastar-se de atuar como historiadora. Entretanto, as atividades registradas pelo Relatório explicitam o quanto sua gestão busca correlacionar a gestão documental e a

⁴⁴⁶ ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório Anual de Atividades - 2018. MELLO, Maria Teresa V. Bandeira de. (Org.). Rio de Janeiro: APERJ, 2018.

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 4.

promoção do patrimônio como vetores fundamentais para alcançar a missão institucional de ser a “casa da memória fluminense” sob o lema “Preservando a Memória do Estado”, que não à toa figura na capa do documento. Observando, também, sua participação em eventos⁴⁴⁸, é visível que ocupar o cargo em questão tem contribuído para colocar Maria Teresa em uma posição articulada tanto em fóruns da área de arquivos quanto da história.

Durante nossa conversa, em outubro de 2018, levantávamos dúvidas sobre os limites de nosso fazer nos arquivos mediados pelos contornos que este toma em contato com os demais fazeres nessas instituições. Esse raciocínio nos levava à discussão sobre as diferentes gerações de historiadoras e arquivistas que, em meio a tensões, parcerias e reciprocidades, constroem a práxis dessas instituições no mundo real, travando verdadeiras batalhas por sua valorização.

Agora, chegando ao fim da dissertação, a partir da observação de uma ampla gama de experiências, retornaria ao gabinete da diretora para afirmar minha percepção: atuar como historiadora implica mais no olhar que empregamos e nos referenciais que mobilizamos para qualquer atividade que nos sobrevenha, do que em caminhar atreladas aos passos de uma operação formulada teoricamente desde um lugar social ao qual não pertencemos diretamente.

Visualizar e refletir sobre a diversidade de fazeres com os quais se envolvem as historiadoras nos arquivos, ora mais próximos aos pressupostos e itinerários dados conceito de operação historiográfica, ora mais distantes desses, faz-me considerar que sempre mobilizando as habilidades legadas pela formação em história, seja para promover o tratamento e o acesso às fontes, seja para contribuir com a gestão institucional e política dos arquivos enquanto lugares sociais responsáveis pelo presente e o futuro do acesso às fontes sobre o passado. Certamente essas são tarefas complexas, perenes de grande responsabilidade, que desde uma reflexão responsável jamais poderiam ficar a cargo de

⁴⁴⁸ Entre outras, refiro-me a atividades como: conferência “Os arquivos públicos e o Plano Setorial de Arquivos” na sessão de encerramento da 2ª Semana Nacional de Arquivos (Fundação Casa de Rui Barbosa); participação no “Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias” como coordenadora do Simpósio Temático Cultura Visual e História: as imagens em debate” e proferindo a palestra “A fotografia nos arquivos e a memória pública”; participação na Mesa de 125 anos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro com a palestra “O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e a política estadual de arquivos”; participação no 4º Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública e 5ª Conferência Internacional de História Pública como coordenadora e avaliadora da área temática “Arquivos, centros de memória e museus como lugares de história pública” e proferindo a palestra “Palestra “Arquivos e Memória Pública” (USP); participação nas mesas “Os arquivos estaduais e a política arquivística para os arquivos municipais” e “Gestão de documentos na Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro” no “Seminário Arquivos Fluminenses no Contexto Iberoamericano” – todas elas realizadas ao longo do ano de 2018. APERJ, Relatório Anual de Atividades, op. cit., p. 9-12.

apenas uma ou outra área do conhecimento. Nesse sentido, concluo o capítulo reivindicando o potencial interdisciplinar das instituições arquivísticas e das informações públicas neles salvaguardadas enquanto direito de todas nós, o que faço em diálogo com uma citação que me soou bastante apropriada:

Esta informação transforma-se em conhecimento histórico a partir do encontro subjetivo que desencadeia a reflexão e o diálogo sobre os ‘rastros’ do passado presentes no documento arquivado. Sem a operação historiográfica estes ‘rastros’ continuariam incompreensíveis para a sociedade ou ocultos nos arquivos, por mais disponíveis que estes estejam. Sendo assim, o encontro entre História e Arquivologia ou entre historiadores e arquivistas que estejam dispostos ao diálogo interdisciplinar pode facilitar o reconhecimento da função social que têm estas duas áreas do conhecimento científico. Principalmente se a noção de ‘ciência’ for pensada de forma distinta da que nos foi imposta pelo pensamento moderno, ou seja, como conhecimento dialogado, flexível, coletivo e, por que não, libertador.⁴⁴⁹

⁴⁴⁹ KARPINSKI, Cezar. História e Arquivologia: interdisciplinaridade a partir da prática. *Ágora*. Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 37-46, jul./dez., 2015, p. 45. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/38890>. Acesso em: 27 abr. 2019.

Considerações Finais

Ao longo da dissertação fui travando muitos comentários conclusivos, logo, não vejo motivos para tornar-me repetitiva. Chegando ao final desta que para mim foi uma longa empreitada, desejo apenas reconectar-me com a pergunta-problema que animou inicialmente toda essa reflexão, para tecer algumas linhas a título de considerações finais: *que tensões e pressupostos do fazer historiográfico se expressam no exercício do ofício da historiadora em arquivos públicos na atualidade?*, eu me colocava. Acredito que, mais do que responder a essa questão, ao longo do texto fui polindo-a de certa ingenuidade, no sentido de que ela partia de uma visão muito uniforme a respeito desse ofício, imaginando que seria possível “separar o joio do trigo” e mostrar os limites ou extrapolações do que significa atuar como historiadora. No fundo, era uma pergunta contaminada pelas tensões do cotidiano do arquivo, em que eu desejava entender até onde devia ir o meu fazer para definir mais claramente tanto as atribuições quanto as responsabilidades e expectativas.

Era uma questão impactada, também, pela ausência de reflexão teórica sobre esse lugar de atuação e sobre o quanto era possível delimitá-lo como um lugar de história pública. Fazer história pública também não pressuporia construir narrativas sobre o passado, ainda que de fora da academia? Meu trabalho estava muito mais vinculado ao exercício de tornar públicos os documentos em sua potencialidade para a pesquisa, e tornar público um documento, ou um conjunto deles, não é tornar a história pública, caso contrário estaria incorrendo no equívoco de confundir registros do passado com o conhecimento que pode ser elaborado a partir deles!

De acordo com Rômulo Bittencourt,

As preocupações lançadas por Michel de Certeau no capítulo A operação historiográfica se lastreiam na tentativa de compreensão da natureza central do complexo processo de elaboração de um texto com conteúdo voltado para o passado. Em outras palavras, pretende o referido autor fazer emergir a engrenagem que compõe o ofício do historiador.⁴⁵⁰

Nessa perspectiva, se a engrenagem que compõe nosso ofício girasse corretamente apenas atrelada ao pressuposto de que produzirá uma narrativa voltada para o passado, então realmente muitas vezes deixaríamos de perceber trabalho de pessoas formadas em história

⁴⁵⁰ BITTENCOURT, Rômulo. As regras por detrás do jogo: a operação historiográfica de Michel de Certeau na obra de Wlamyra R. Albuquerque. Xxxxx, p. 80. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1127/672>. Acesso em: 20 abr. 2019.

como sendo o fazer de historiadoras. Então, embora as postulações sobre a operação historiográfica sejam fundamentais para desnudar nossa práxis historiadora e abram espaço, inclusive, para que eu tenha chegado a essa crítica, torna-se evidente que estamos lidando com um universo conceitual que impõe limites *ao pensar* ou *ao teorizar* sobre a atuação da historiadora no lado de dentro do balcão dos arquivos. Essa compreensão faz-me encerrar retornando ao argumento de James Banner Jr. em *Being a Historian*: é preciso pensar a história como um domínio do conhecimento, presente em muitas expressões profissionais, e não como se houvesse uma única “profissão de história”. A história acadêmica, embora ainda seja o centro de gravidade dessa disciplina, não incorpora todos os conhecimentos, instituições, práticas e *habitus* vivenciados em nosso *campo*.

Enfim, a trajetória da dissertação, que teve a dúvida como motor epistêmico, foi capaz de demonstrar-me a história pública como um engajamento que leva historiadoras profissionais, como eu, a mobilizar cientificamente a história para além da produção acadêmica e em múltiplas direções. Concluo que o ofício das historiadoras nos arquivos é marcado, assim como o são os próprios arquivos, pela diversidade e a interdisciplinaridade. Se num momento estamos nos dedicando a uma atividade para a qual os escritos de Paul Ricoeur e Michel de Certeau poderiam servir quase como manual – no sentido de empregar os protocolos alicerçados teoricamente pelo conceito de operação historiográfica –, como pude perceber a partir de alguns dos produtos aqui analisados, em outro momento podemos estar operando com conceitos e técnicas muito mais afeitas à arquivística, e isso não significa que nos tornamos arquivistas ou que deixamos de empregar os conhecimentos e pressupostos de nossa profissão. Eles são úteis para, em colaboração com outros saberes, fazer realmente dos arquivos lugares de memória, e não espaços de monumentalização de papéis acumulados e pouco acessíveis.

Bibliografia

AGUIAR, Lisiane Machado. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Anais... Caxias do Sul/RS, 2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4047519/mod_resource/content/0/Deleuze%20e%20o%20me%CC%81todo%202.pdf. Acesso em 10 mar 2019.

ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. História Pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, jul. 2013.

ALVES, Clarissa L. S. **Reflexões sobre o ofício do historiador em arquivos a partir da construção da oficina Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos**. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História, Departamento de História, IFCH/UFRGS, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132881/000984141.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANHEIM, Étienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento, de Paul Ricoeur. In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia. (orgs.) **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 143.

ANPUH-Brasil. O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos: documento final. **Encontro O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos**. Ciclo de eventos: Historiador - perfis profissionais. São Paulo, 06 e 07 dez. 2012, p. 2. Disponível em http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=37412. Acesso em 01 nov. 2015.

APERS. BR/RS APERS PE 25.001. **Fundo Secretaria de Coordenação e Planejamento (1969-1991)**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6sd8uZtRKoUZ2dQdEFrUmJcFU/view>. Acesso em 29 abri. 2019.

APERS. **Relatórios APERS 2016 – DIPAP: Atendimento aos usuários**. APERS: Blog institucional, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://arquivopublicors.wordpress.com/2017/01/25/relatorios-apers-2016-dipad-atendimento-aos-usuarios/>. Acesso em: 04 mai. 2019.

ARCE, Ana Inês. **Jóias para os museus da história: o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940)**. Dissertação de mestrado em História, UPF, Passo Fundo, 2015.

_____. **“Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades”**: uma história arquivística da Coleção Varela. Trabalho de Conclusão de Graduação em Arquivologia, UFRGS, 2011.

ARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. RJ: Arquivo Nacional, 2005.

ARRAES FILHO, Manoel R.; CARVALHO, Germênia A.; SILVA, Gregório J. Arquivo Público do Piauí: características de um patrimônio da informação. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013, p. 7. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2001/1278>. Acesso em: 02 nov. 2019.

ASHTON, Paul. KEAN, Hilda. **People and their Pasts: Public History Today**. Palgrave Macmillan, 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11. Brasília, mai./ago. 2013, pp. 89-117.

BANNER JR., James M. *Being a Historian. An Introduction to the Professional World of History*. New York: Cambridge University Press, 2012. Resenha de PAIANI, Flavia Renata Machado. Os desafios profissionais do historiador. **Topoi. Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 354-358, jan./jun. 2015. Disponível em: www.revistatopoi.org, acesso em 30 ago. 2018.

BARBOSA, Andresa C. Oliver. **Arquivo e sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros (1980-2011)**. Dissertação de mestrado em História, PUC-SP, 2013.

BARBOSA, Andresa C. Oliver; SILVA, Haike R. Kleber da. Difusão em Arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012, p. 46.

BARROS, José D'Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 17, n.3, p. 977-1005, set.-dez./2013, p. 979-980.

BARROSO, Vera Lúcia M. Arquivos e documentos textuais: antigos e novos desafios. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.31, p.197-206. Jan./jun. 2002.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memórias em ambos os países**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 36. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29576/000777584.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELÉM, Fabiane. Gestão Documental sistêmica e as adversidades na implantação de um sistema de arquivos na esfera governamental. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 3, 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/artigo_01.php. Acesso em: 15 nov. 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História**, Ano 1, Número 3, junho/2010.

BERNARDES, Ieda Pimenta. A prática arquivística e o impulso da historiografia. **Notícias bibliográficas e históricas**, Campinas, n.160, p.31-49, jan./mar, 1996.

_____. **Como avaliar documentos de arquivo**. Projeto Como Fazer, vol. 1. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BERTOLETTI, Esther Caldas. **Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo**. Projeto Como Fazer, vol. 7. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BEZERRA, Analúcia Sulina. Arquivo e memória oral na produção de uma 'etnografia retrospectiva'. **Antropológicas**, n. 13, 2015, disponível em <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/2573>. Acesso em 13 set. 2018.

BITTENCOURT, Rômulo. As regras por detrás do jogo: a operação historiográfica de Michel de Certeau na obra de Wlamyra R. Albuquerque. Xxxxx, p. 80. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1127/672>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2001.

BONA, Aldo Nelson. **Paul Ricouer e uma epistemologia da história centrada no sujeito**. Tese de Doutorado, PPG em História, UFF, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=177891. Acesso em: 20 nov. 2019.

BONALDO, Rodrigo B. **Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos**. Tese de doutorado, PPG em História, UFRGS, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/114415>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BOSCHI, Caio César. O historiador, os arquivos e as novas tecnologias: notas para debate. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (org.). **Outros combates pela História**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 105-115, jul./2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. **Homus academicus**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, **Portal e-MEC: Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior**, disponível em <http://emec.mec.gov.br/>, acesso em 08 set. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Substitutivo da Câmara n.3 ao Projeto de Lei do Senado n. 368/2009**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de historiador e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4804039&disposition=inline>. Acesso em 18 set. 2018.

CAMARGO JR., Mauro Cezar V. Questões sobre a “Profissionalização da História”: a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (1961). **Fato & Versões - Revista de História**, vol. 8, n. 15, 2016, p. 72. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1950>. Acesso em 04 abr. 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Por um modelo de formação arquivística. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 197-206, Jan./jun. 2002.

_____. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro: Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**, Rio Claro, n.1, p. 11-17, 2003.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Escrita da História**, Ano II, vol. 2, n. 4, set./dez. 2015.

CANSADO, Ana. O masculino genérico: uma questão gramatical ou um debate ideológico? **Portal Esquerda.net**. 7 abr. 2015. Disponível em: <https://www.esquerda.net/opiniao/o-masculino-generico-uma-questao-gramatical-ou-um-debate-ideologico/36527>. Acesso em 21 mar. 2019.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2019, p. 122.

CASSARES, Norma Cianflone. MOI, Cláudia. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. Projeto Como Fazer, vol. 5. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

CAUVIN, Thomas. **Public History: a textbook of practice**. New York: Routledge, 2016.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65.
Versão Digital Source. Disponível em

<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CERTEAUMAEscritadahist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 28 out. 2015.

CHAVES, Marcelo Antonio. Para ler, ver e nunca esquecer. In: APESP. **Em nome d'El Rey: 250 anos do governo Morgado de Mateus em São Paulo (1765-2015)**. Catálogo da Exposição. São Paulo, abril de 2015. Disponível em: http://200.144.6.120/exposicao_morgado/material_apoio/catalogo_morgado_de_mateus.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.

COLLAZO, María Margarida F. Archivos, Archivistas e Historiadores: notas sobre uma trilogia retadora para pensar y hacer La Historia. In: **Archivos e investigación: la importancia de la investigación en los archivos y centros de información**. Red de Archivos de Puerto Rico - ArchiRED, 2011.

COOK, Terry. Entrevista: Terry Cook (PORTUGUÊS). **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 142-156, 13 dez. 2012, p. 145. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48658/52729>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 129-149, 1991.

_____. The concept of archival fonds in the post-custodial era: theory, problems, and solutions. **Archivaria**, v. 35, p. 24-37.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M.; Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro**, Indaiatuba/SP, n.3, jul.2004.

CÔRTEZ, Maria Regina P. Armond. **Arquivo Público e Informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**. 1996. Mestrado em Ciência da Informação. Escola de Biblioteconomia/UFMG, 1996.

COSTA FILHO, Cássio. SOUSA, Renato. Ciclo vital dos documentos e *records continuum*: discussões teóricas e práticas. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018.

COSTA, Maria Cristina. Etnografia de arquivos. Entre o passado e o presente. **Matrizes**, Ano 3, nº 2, jan./jul. 2010.

COSTA, Marli Guedes da. **Interação entre documento, arquivo e historiador: um estudo sobre a (não) presença de historiadores da UnB no Arquivo Nacional, em Brasília**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2012/1781>. Acesso em 30 ago. 2019.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel; MARTINEAU, Jocelyne. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999.

COUTURE, Carol; ROSSEAU, Jean-Yves. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Portugal: Lisboa, Dom Quixote, 1998.

CUNHA, Olívia. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, out. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 7-32, jan. 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2242>. Acesso em: 31 Mar. 2019.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**, n. 27, maio de 1978.

DELEUZE & GUATTARI. Introdução: rizoma. In: **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Versão digital. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-guattari-mil-platos-vol1.pdf>. Acesso em 10 mar. 2019.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>>. Acesso em: 15 Set. 2018.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, jul. 1996, p. 8. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2014>. Acesso em: 07 abr. 2019.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 3ªed. Lisboa: Presença, 1989.

FERNANDES, Ana Carolina S. “**Archive-se!**” **História, documentos e memória arquivística no Ceará (1835-1934)**. Tese de doutorado em História, Unisinos, São Leopoldo/RS, 2012.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação de Mestrado, PPG em História, UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17527>. Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. **Burocratas da dor**: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985). Tese de Doutorado, PPG em História, UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182779>. Acesso em: 02 nov. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. SILVA, Norma Lucia da. Os caminhos da institucionalização do Ensino Superior de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11242>. Acesso em 02 mar. 2019.

FERREIRA, Marieta. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013; PEIXOTO, Fernanda A. Franceses e Norte Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

FERREIRA, Rafael Chaves; KONRAD, Gláucia. O ensino de Arquivologia no Brasil: o caso dos cursos de Arquivologia do RS. **Biblos**: Rev. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v.28, n.3. Edição Especial. 2014.

FONSECA, Maria Odila. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/UFRJ, Rio de Janeiro. 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAGA, Hilda Jaqueline *et al* **Experimentações em lugares de memória**: ações educativas e patrimônios. Porto Alegre/RS: Selbach & autores associados, 2015.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989, p. 13-41.

GLASSBERG, David. Public History and the Study of Memory. **The Public Historian**, vol. 18, n. 2, Spring, 1996.

GOMES, Clarissa Ramos. **Postais para ver**: cartofilia no Brasil da primeira metade do século XX na Coleção Estella Bustamante. Dissertação de Mestrado, PPG em História, UFF, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2245.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GOMES, Suely H. A.; SANTOS, Flávia M. Etnografia virtual na prática: análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. In: **Anais do 7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura**, 20 a 22 nov. 2013, Curitiba, Paraná. Disponível em: <http://www.abciber.org.br/simposio2013/anais/>. Acesso em 09 set. 2018.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. Projeto Como Fazer, vol. 2. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

_____. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, PPG em História Social, USP, São Paulo, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO RS. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz bem se entende. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20Uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em 21 mar. 2019.

GRINBERG, Keila. Historiadores pra quê? **Ciência Hoje**, 09 mar 2012. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/historiadores-pra-que>. Acesso em: 13 set. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: **Seminário CPDOC 35 anos: A Interdisciplinaridade nos estudos históricos**, 2008, Rio de Janeiro, p. 7-8. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6728>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JARDIM, José Maria. A construção de uma Política Nacional de Arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, out. 2011.

_____. A formação do arquivista na sociedade da informação. **ACTAS**. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, v. 7, 2001, p. 2. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/707>. Acesso em 01 mar. 2019.

_____. A Invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p.1-13, 1995.

_____. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, v.7, n.1, mar./2011, Rio de Janeiro, p. 197-213. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2011/04/pdf_6f2e24c766_0015656.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la Memória**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KARPINSKI, Cezar. História e Arquivologia: interdisciplinaridade a partir da prática. **Ágora**. Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 37-46, jul./dez., 2015, p. 45. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/38890>. Acesso em: 27 abr. 2019.

KUSHNIR, Beatriz. Desse lado do balcão: O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e seus 450 anos de documentos. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

LAUXEN, Roberto Roque. Os cem anos de nascimento de Paul Ricoeur: uma biografia intelectual. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 7, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2015, p.12. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/view/5626>. Acesso em 31 jan. 2018, p. 12).

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. 7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOS, Cássio F.; OLIVEIRA, Andréia M. Mapeamento, Processo, Conexões: a cartografia como metodologia de pesquisa. **Paralelo 31**, edição 08, jul 2017, p. 49. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/13299>. Acesso em 10 mar. 2019.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. (orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996, p. 132-33.

_____. O lugar dos arquivos na cultura brasileira. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.31, p.197-206. Jan./jun. 2002.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. Projeto Como Fazer, vol. 6. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

_____. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996.

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, p. 63-78, 2013.

MACHADO, Daiane Vaz. Delatando Segredos: a análise bourdieusiana do campo acadêmico. **Rev. Tempo, Espaço, Linguagem**, vol. 4, n. 1, jan-abr 2013, p. 99-100. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/5316/4003>. Acesso em: 20 out. 2019.

MÄDER, Guilherme R. C. **Masculino Genérico e Sexismo Gramatical**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158447/336814.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 mar. 2019.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **Revista História e Historiografia**. Ouro preto/MG, n. 15, ago. 2014, p. 27-50.

MARQUES, Angélica A. C.; TOGNOLI, Natália B. Entre a arquivologia e outras disciplinas: promessas de interdisciplinaridade? **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**. Portugal, série 3, n. 6, 2016. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/1546/1591>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MATOS, Maria Tereza N. de B.; PEREIRA, Maria Angela. Institucionalização e implementação de arquivos públicos municipais: a experiência da Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia. **Biblios**, vol. 7, n. 24, abr./jun., 2006.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 95-111.

MENDONÇA, Paulo Knauss de. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 12, n.2, p.140-147, mai./ago. 2008, disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5424>. Acesso em 30 jul. 2018.

MENEZES, Ulpino Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, 34:9-24, 1992.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, v. 2, n. 1, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

MERLO, Carmen. **O palácio de papel: cem anos do arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul (1906-2006)**. Dissertação de mestrado em História, UPF, Passo Fundo, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, s/d., p. 91. Disponível em: <http://www.ramwan.net/restrepo/decolonial/11-mignolo-un%20paradigma%20otro.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **I Conferência Nacional de Arquivos (I CNARQ): por uma política nacional de arquivos**. Brasília/DF, 2012, p. 42. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/cnarq/Relatorio_cnarq_completo.pdf. Acesso em: 07 abr. 2019.

MINUZZO, Liziane U. **Educação Patrimonial: um estudo de caso das oficinas do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Monografia de Especialização, Gestão em Arquivos, EAD UFSM/UAB, 2009.

MIRANDA, Márcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Paulo, julho 2011, pp. 01-14.

_____. Os arquivos e o ofício do historiador. **Anais do XII Encontro Estadual de História - ANPUH-RS**. Rio Grande, julho 2012, pp. 900-911.

MORAES, Carla Gisele Macedo S. M.; RAMALHO, Paulina Onofre. Centros de documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização. **Revista CPC**, São Paulo, n. 9, p. 65-82, nov. 2009/abr. 2010, p. 70. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15655/17229>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução: Eloá Jacobina. 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 13. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4415469/mod_resource/content/1/Base%20A%20cabe%203%20bem%20feita_Morin.pdf. Acesso em 01 nov. 2019.

MUNDO ARQUIVISTA. **Breve história do curso de Arquivologia no Brasil**. 31 mar. 2013. Disponível em: http://mundoarquivista.blogspot.com/2013/03/breve-historia-do-curso-de-arquivologia_31.html. Acesso em: 08 set. 2018.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 18-34, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31121>. Acesso em: 30 abr. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

OLIVEIRA, Anna Beatriz Castro e. **Gestão Documental de Documentos e de Arquivos no Poder Executivo Estadual Brasileiro: Estudo de Identificação das Políticas, Programas e Instrumentos Metodológicos**. Dissertação de Mestrado, PPG em Ciência da Informação, UFF, 2016.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Formação do Profissional de História na Contemporaneidade. **Mouseion**. Canoas: UnilaSalle, 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. São Paulo: Unesp, Paralelo 15, 1998.

OPHIR, Adi. Das Ordens do Arquivo. In: SALOMON, Marlon (Org.). **Saber dos Arquivos**. Goiânia/GO: Edições Ricochete, 2011.

OTT, Fernanda. **Os centros de documentação e memória criados por empresas privadas no Brasil das décadas de 1990 e 2000 e o caso Gerdau: a construção de patrimônio, memórias e identidades**. Dissertação de mestrado, PPG em História, UFRGS, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78140/000895712.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 nov. 2019.

PACHECO, André. **Informação digital: o vértice comum entre a Diplomática e a Ciência da Informação**. Dissertação, Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, Universidade de Lisboa, 2015.

PENNA, Fernando de Araújo. **Ensino de História: operação historiográfica escolar**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

PETERSEN, Silvia; SCHMIDT, Benito; XAVIER, Regina. O pesquisador iniciante e a produção do conhecimento histórico: da definição do tema à apresentação dos resultados. In: PINTO, Céli R. J.; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, Ano 2, no 3, julho a dezembro de 2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

POSSAMAI, Zita. O ofício da História e novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n.28, p.201-218, dez. 2008.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. O objeto gerador. In: _____. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

RAVAZZOLO, Ângela. **A escrita da história por jornalistas: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso Elio Gaspari**. Tese de doutorado, PPG em História, UFRGS, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Funções da Hermenêutica. In: **Interpretação e ideologias**. 4. ed. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 17.

_____. **Teoria da Interpretação**. O discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 2009.

RODEGHERO, Carla S.; ALVES, Clarissa S.; BRANDO, Nôva. **PEP em Revista: o Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS**. 1º. ed. Porto Alegre: UFRGS/APERS, 2015. v. 1. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B6sd8uZtRKOuA2pXSmoXNVpTVTQ/view>.

RODRIGUEZ, Luz Marie. El Archivo como dispositivo de poder. In: **Archivos e investigación: la importancia de la investigación en los archivos y centros de información**. Red de Archivos de Puerto Rico - ArchiRED, 2011.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, jul. 1996, p. 87. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>. Acesso em 21 set. 2018.

RUFER, Mario. El Archivo: de la metáfora extractiva a la ruptura pós-colonial. In: GORBACH, Frida; RUFER, Mario (Coord.). **(In)disciplinar la investigación**: Archivo, trabajo de campo y escritura. México: Siglo XXI-UAM, 2016.

RÜSEN, Jörn. Introdução. In: **Razão Histórica**. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Ocidentalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALOMON, Marlon. **Saber dos Arquivos**. Goiânia/GO: Edições Ricochete, 2011.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A Arquivística no Laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Tese de Doutorado, PPG em História Social, USP, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SAYER, Faye. **Public History**: A Practical Guide. London: Bloomsbury, 2015.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SCHMIDT, Benito Bisso. Conhecimento histórico e diálogo social. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 332-33.

_____. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 187-196, dez. 2008.

_____. O historiador-curador: a experiência de realizar uma exposição histórica voltada a públicos diversos. In: MAUAD, ALMEIDA & SANTHIAGO.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. Tese de Doutorado, PPG em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP), 2012.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro**, Indaiatuba/SP, n.3, jul.2004, p.18-33.

SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações e evocações do passado**: O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939). Tese de Doutorado, PPG em História, UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180928>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SILVA, Armando Malheiro da, *et al.* **Arquivística**: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, Camila. **Arquivo, história e memória**: o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (a Coleção Varela – AHRs, 1858/1936). Tese de Doutorado em História, Unisinos, São Leopoldo, 2019.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em www.historia.uff.br/stricto/td/1296.pdf, acesso em 13 set. 2018.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. História Pública e Arquivologia: Reflexões sobre acervos, patrimônio e memória. In: **Anais do 2º SIHP**, 2014.

SOUSA, Fábio Nascimento. **Funções Arquivísticas**: contribuições para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Monografia de Especialização, Curso de Especialização à distância em Gestão em Arquivos, UAB/UFSM, Cachoeira do Sul/RS, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/114/Souza_F%E1bio_Nascimento.pdf?sequence=3. Acesso em: 21 mai. 2019.

SOUZA, Gabriel Alencar e. “**Fala Mulher, da Vida**”: representações da prostituição no Jornal Beijo de Rua (1988-1997). Dissertação de Mestrado, PPG em História, UFF, 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2357.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Edições Unipop, 2012.

UNESPAR. Programa de Pós-Graduação em História Pública. **Edital 01/2018 – PPGHP/Unespar**. Disponível em: <http://www.unespar.edu.br/noticias/mestrado-em-historia-publica-seleciona-alunos-brasileiros-e-estrangeiros/edital-selecao-mestrado-historia-publica-unespar-2019.pdf>. Acesso em 01 mai. 2019.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe** (Online), n.11, 2012, disponível em <http://journals.openedition.org/pontourbe/300>, acesso em 14 set. 2018.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 197.

_____. Trajetória Individual e Campo de Possibilidade. In: **Projeto e Metamorfose**: Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 40.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 1996, p. 63-83. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/reginaweber/files/1996-relatos2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

WHELING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. **Revista de História**. São Paulo, v. XL (VI), n. 93, p. 177-200, 1973.

ZAHAVI, Gerard. Ensinando história pública no século XIX. In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAL, Marta G. O. (orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. SAFATLE, Vladimir. TELES, Edson. (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010, p. 45.

Entrevistas

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Carlos de Almeida Prado Bacellar:** entrevista [16 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Sala N-2, Departamento de História/USP, 2018. 2 arquivos em .m4a, áudio 1: 1h 34min., áudio 2: 19 min.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. **Andresa Cristina Oliver Barbosa:** entrevista [17 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 49 min.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Ieda Pimenta Bernardes:** entrevista [18 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 3 arquivos .m4a, áudio 1 (1h 12min.), entre 53 min. e 01h02min.

CHAVES, Marcelo Antônio. **Marcelo Antônio Chaves:** entrevista [17 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 01h 25 min.

CUNHA, Bruno Pereira Silva. **Bruno Pereira Silva Cunha:** entrevista [18 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio de 1h e 02 min.

FERNANDES, Ananda Simões. **Ananda Simões Fernandes:** entrevista [12 dez. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 46 min. e 24 seg.

GOMES, Clarissa Ramos. **Clarissa Ramos Gomes:** entrevista [02 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2018. 2 arquivos em .m4a, áudio 1: 45 min., áudio 2: 17 min.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. **Maria Teresa Villela Bandeira de Mello:** entrevista [02 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 1h 01 min.

MENDONÇA, Paulo Knauss de. **Paulo Knauss de Mendonça:** entrevista [03 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Rio de Janeiro: residência do entrevistado, 2018. 2 arquivos em .m4a, áudio 1: 50 min. e 04seg., áudio 2: 48 min. e 45seg.

PENNA, Rejane Silva. **Rejane Silva Penna:** entrevista [05 dez. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 29 min. e 09 seg.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. **Daniel Guimarães Elian dos Santos:** entrevista [03 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2018. 2 áudios em formato .m4a, áudio 1: 56 min. e 06 seg., áudio 2: 05 min. e 02 seg.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Haike Roselane Kleber da Silva:** entrevista [17 out. 2018]. Entrevistadora: Clarissa Sommer Alves. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2018. 1 arquivo em .m4a, áudio com 57 min.

Anexos

2. Modelo - Questionário para Historiadoras em Arquivos Públicos Estaduais

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA QUALITATIVA EM HISTÓRIA

Prezada(o) colega,

Este questionário foi elaborado como instrumento de pesquisa para o desenvolvimento do trabalho intitulado “*Entre história, memória e operação historiográfica, uma análise sobre o ofício do historiador em arquivos públicos estaduais na atualidade*”, que realizo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt.

Nesta etapa, tenho como principal objetivo aproximar-me da atuação das e dos colegas historiadores que estão nos Arquivos, conhecendo suas trajetórias de formação acadêmica e atuação profissional. Assim, tua participação é de fundamental importância para minha dissertação!

Fico à disposição para elucidar qualquer dúvida ou dificuldade que surja durante a resposta ao questionário. Conto com tua colaboração, agradecendo muito desde já.

Clarissa Sommer Alves

Historiadora | Arquivo Público do Estado do RS
Mestranda | PPG em História/UFRGS

Contatos:

Email: clarissa.sommer@gmail.com

Telefone no Arquivo Público: (51) 3288-9117

Celular/WhatsApp: (51) 9 8220-4356

1. Podes relatar sobre tua formação acadêmica, passando pelo ano e instituição em que fizeste a graduação, assim como possíveis cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação?

2. Há quanto tempo trabalhas no Arquivo, e em que setor(es) vens atuando? Qual tua carga horária e forma de contratação?

3. Quais foram ou são as principais atividades com as quais te envolvereste na instituição? Ex.: gestão de acervos, elaboração de instrumentos de pesquisa, produções editoriais, organização de eventos, concepção e montagem de exposições, atendimento aos usuários, etc.

IMPORTANTE: Pretendo analisar na dissertação produtos de nossa atuação profissional, como publicações de livros e revistas, guias, inventários, catálogos, entre outros. Nesse sentido, sempre que possível, refira o título das ações e links para acesso a seus registros/produtos, ou outros caminhos pelos quais eu possa acessá-los – locação em bibliotecas, consulta local no Arquivo, compra, doação (disponho-me a pagar o envio via Correios).

4. Já ocupaste algum cargo de chefia, coordenação ou direção? () Sim () Não | Se sim, quais?

5. Com que outros profissionais tens compartilhado o cotidiano de trabalho no Arquivo, e como avalias a relação com eles, considerando os benefícios e desafios do trabalho interdisciplinar?

6. Por favor, descreva o espaço físico ocupado pelo Arquivo e as condições de trabalho da equipe.

7. O Arquivo faz parte de um Sistema de Arquivos Estadual, ou envolve-se com a gestão documental em seu estado? Qual o teu envolvimento nesta área?

8. Qual a relação entre a tua formação e as atividades que realizas no Arquivo? Pelo que recordas, que disciplinas foram importantes para o trabalho cotidiano, o que foi útil e o que faltou? Foi necessário buscar formação continuada, na história ou em outras áreas, para acompanhar as demandas da instituição?

9. Em sua opinião, quais as principais possíveis contribuições de um historiador atuando em uma instituição arquivística?

3. Amostra - Registro dos Contatos com Arquivos ⁴⁵¹

Registro dos Contatos com Arquivos

UF	Arquivo	Tabela Mapeamento	Historiadores/ N°	Questionário p/ Historiadores	Observações	Destques Questionários Historiadores
AC	Divisão de Arquivo Público do Acre	OK	Não	--	<p>- Vinculação: Secretaria de Estado da Gestão Administrativa [Muito interessante pensar depois as vinculações]</p> <p>- Fundação: 1963 [idem ano – sugiro quantificações – gráficos e tabelas]</p> <p>- Face: Não</p> <p>- Site: Não</p> <p>- E-mail: arquivo.sga@ac.gov.br</p> <p>- Fone: (68)3224-3835</p> <p>- Após algumas ligações, Carine Andrades [quem é?] respondeu ao questionário.</p> <p>- Equipe: 03 Gestores (02 graduados em Letras e 01 Tecnólogo em Gestão Pública e Especialista em Gestão de Documentos) + 10 Agentes Adm. (Nível Médio)</p> <p>- Notícia sobre processo de modernização do Arquivo, compra de desluzante e plano de implantação de sala de higienização, decreto de criação de comissões para criação de PCD e TTD (maio de 2017): http://www.agencia.ac.gov.br/governo-inicia-projeto-de-modernizacao-do-arquivo-publico/</p>	--
AL	Arquivo Público de Alagoas	OK	Sim (03)	02 respondido	<p>- Vinculação: Gabinete Civil</p> <p>- Fundação: 1962</p> <p>- Face: https://www.facebook.com/arquivopublicodealagoas/</p> <p>- Site: http://www.arquivopublico.al.gov.br/</p> <p>- E-mail: alarquivopublico@gmail.com / apa.comunica@gmail.com</p> <p>- Fone: (82)3315-7879</p> <p>- Dia 15/05/18 confirmei por telefone a chegada dos 02 questionários. Justificaram não responder pela grande demanda de trabalho e equipe diminuta. Historiador Wellington deve responder em breve.</p> <p>- Nunca respondeu. 12/06, escrevi novamente reencaminhando.</p> <p>- Enviei mensagem pelo Face institucional em 25/06 (caso não leiam logo, adicionar Wilma Nóbrega, superintendente / bibliotecária, e enviar também).</p> <p>- Dia 26/06 adicionei a superintendente no Face, ainda não aceitou. Ainda não leram minha mensagem na página do Arquivo. Procurei e-mail pessoal de Wilma, e em 27/06 encaminhei as solicitações para endereço do Gmail, com cópia para o institucional novamente, parabenizando pelas ações a frente do APA (visíveis pela internet), e reforçando que é muito importante ter a instituição representada em meu trabalho, até porque, parece ser a mais ativa do Nordeste.</p> <p>- No dia 27/06 a diretora respondeu, desculpando-se e encaminhando a mensagem ao historiador Leopoldo, para que este atendesse minha demanda. No dia 28/06 Leopoldo respondeu! Interessante notar que no mapeamento, Leopoldo coloca-se como publicitário, e não como historiador.</p> <p>- Dia 11/7 mandei e-mail para Leopoldo perguntando quem é Wellington, e se não está mais lá. Leopoldo respondeu que trabalha, sim, e que está encaminhando a ele o questionário agora.</p> <p>- Dia 20/07 Wellington respondeu. Ele e Leopoldo são contratados temporariamente com bolsa da Fundação de Pesquisa do Alagoas. Não há historiador efetivo. Escrevi perguntando mais uma vez se são só os dois, então.</p> <p>- 24/07 Wellington respondeu que são três, pois tem mais o prof. Gean Carlo, da UFAL, coordenador do "PDPP no Arquivo" - um nome que não tinha surgido ainda, nem no mapeamento respondido pelo Leopoldo. Pesquisando na internet, entendi que o PDPP a que ele se refere é o "PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS ESTRATÉGICAS DO ESTADO DE ALAGOAS – PDPP", da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas: http://www.fapeal.br/pesquisador/programas/ Parece que quase todas as atividades do Arquivo são mantidas com este projeto! Enviei questionário nesse dia para Gean Carlo giancmelo@gmail.com – em setembro reenviei mensagem ao Gean Carlo, mas não obtive resposta.</p> <p>- Reportagem APA lança publicações históricas, TV Ponta Verde, SBT (out. de 2013): https://www.youtube.com/watch?v=J0JZv4cr9w0 (aparece diretor anterior, Marcos Antônio</p>	<p>Leopoldo: "Meu caso como Historiador que trabalha em um Arquivo Público é um pouco atípico, pois atuo mais na minha outra área de formação, Publicidade / Design Gráfico, porém a formação em História contribui bastante em minhas atividades diárias no APA. Possuir uma noção de fatos históricos ajuda bastante na atuação e desenvolvimento dos trabalhos."</p> <p>- Contratação temporária bolsa FAPEA</p> <p>- Graduado em Publicidade 2005</p> <p>- Graduado em História 2010</p> <p>- MBA em Marketing 2010</p> <p>- Atua com bibliotecários, arquivistas, técnicos em restauração e conservação de acervos históricos, publicitários.</p>

⁴⁵¹ Como uma espécie de “versão digital” para a caderneta de campo, esta tabela serviu para anotar as tentativas de contato, impressões nas tratativas, etc. Reproduzo aqui apenas as duas primeiras páginas, como exemplo. Ela traz também marcações do orientador. O arquivo original, em formato “.doc”, foi finalizado com 19 páginas em tamanho A3. Optei por não reproduzir toda a tabela aqui especialmente porque poderia expor minhas interlocutoras ao revelar anotações muito pessoais, por vezes em linguagem bastante coloquial ou com raciocínios ainda em construção; além de considerar sem lugar, já que a encaro enquanto fonte produzida. As informações nela contidas foram analisadas e expressas na dissertação. Seria como anexar a transcrição completa de um processo criminal a uma dissertação sobre crimes de honra no século XIX.

					<p>Rodrigues Vasconcelos Filho)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reportagem TVE em Dia, sobre laboratório de restauro, realmente muito bem equipado, investimento de 170 mil (agosto de 2017): https://www.youtube.com/watch?v=Hpao3RyjWEQ - Reportagem TVE em Dia, geral, divulgação, "possível fazer viagem de 4 séculos...": https://www.youtube.com/watch?v=jV6C6JaGVD0 - Vídeos institucionais, bem produzidos. Reivindicam memória alagoana, aproximação do alagoano de sua história: https://www.facebook.com/arquivopublicodealagoas/videos/ - Notícia, APA entre arquivos mais moderno do Nordeste (março de 2018): https://maceio.7segundos.com.br/noticias/2018/03/06/105793/arquivo-publico-de-alagoas-se-torna-um-dos-mais-modernos-do-nordeste.html - Notícia, Alunos de História da Ufal conhecem acervo do APA como parte do projeto Memória de Gerações (abril de 2018): http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/25595-alunos-de-historia-da-ufal-conhecem-acervo-do-arquivo-publico-de-alagoas - Notícia, Chá de Memória especial sobre Copa promovido pelo APA (junho de 2018): http://www.tnh1.com.br/noticias/noticias-detalle/alagoas/cha-de-memoria-sobre-copas-com-enfoque-em-alagoas-emociona-ex-jogador?cHash=eed7fa13bfb75bf3eac6bde8ffc1eb6 <p>[Tenho bons amigos na Federal de Alagoas se precisares algo]</p>	
AM	Arquivo Público do Amazonas	Recebido mas não respondido	Não	--	<ul style="list-style-type: none"> - Vinculação: Secretaria de Estado da Administração, Coordenação e Planejamento (SEAD) - Fundação: 1897 - Face: Arquivo Público do Estado do Amazonas-APEAM/SEAD - Site: http://servicos.sead.am.gov.br/arquivopublico/ - E-mail: arquivopublico@sead.am.gov.br - Fone: (92)3182-6610 - Contatos na internet estavam desatualizados, vinculados à última diretora, agora aposentada. Após ligar para a Secretaria em 23/05, e passar por alguns setores, consegui com setor de informática (Gabriel) o n° do celular da nova diretora, Thâmara, (92) 99482-5208 que me deu seu e-mail pessoal e ficou de encaminhar questionário ao historiador (na ligação, não ficou claro se é historiador profissional, ou pesquisador voltado à história). - Nunca respondeu. 12/06 enviei mensagem pelo WhatsApp. - Pelo WhatsApp Thâmara pediu que eu acompanhasse o trabalho da atual gestão pela página do Face, pediu paciência pois não estava encontrando tempo para responder meu questionário, e informou: a) que infelizmente não há historiador, mas que conta com um pesquisador que "dá de dez a zero em muito historiador", chamado Raimundo Nonato (aparece na reportagem do Jornal Acrítica) b) que está dois meses a frente do Arquivo, fazendo muita diferença, em uma gestão elogiada pelos estudantes de história que visitam a instituição, "fazendo um lindo trabalho e ainda melhor que arquivista". c) que possui formação em Administração, serviço social, Direito, e especialização em Políticas Públicas no enfrentamento a violência intrafamiliar. Em julho vai começar especialização em "Arquivismo" na UFAM, junto com Nonato. - 04/07, Liguei por volta das 11h algumas vezes, ninguém atende. Mandei mensagem pelo Face institucional perguntando sobre o quadro funcional e acervos. - Dia 23/07 procurei página no Face e conversas trocadas no Messenger para salvar no computador, mas não localizei. Creio que página foi excluída em função da legislação eleitoral. Mandei Whats para Thâmara perguntando – sim, ela confirmou que foi isso, tirou a página do ar! - Vídeo 120 anos do Arquivo: https://www.youtube.com/watch?v=LBUh5Htj9BA (cita lançamento do Manual Técnico do sistema de Arquivos e Gestão de Documentos) - Vídeo comemorativo, alusivo aos 120 anos: https://www.youtube.com/watch?v=vi0GnpGxnak (secretário fala em modernização com a transformação do sistema de arquivos em "Arquivos e Gestão", para acompanhar não apenas a "guarda", mas todo o ciclo de vida dos documentos). - Reportagem pelos 120 anos, Jornal Acrítica na TV: https://www.youtube.com/watch?v=LjTkW3CpkHw (aparece pesquisador Geraldo dos Anjos, estilo "enciclopédia", pesquisador Nonato Braga, que organizou manuscritos e colocou folha a folha no "plástico" para preservar!, Silvio Romano, secretário de estado, e o discurso da digitalização como solução...) 	--

4. Exemplo - Contato inicial via e-mail

Contribuição em Pesquisa de Mestrado em História

Clarissa Sommer Alves <clarissa.sommer@gmail.com>

14 de julho de 2017 16:07

Para: fpadula@sp.gov.br

Cc: abribeiro@sp.gov.br

Ilmo. Sr. Fernando Paulo Novaes,
Coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo,

Atuo como historiadora no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul desde 2010, sou formada pela UFRGS, e atualmente estou cursando o mestrado em História junto ao PPG em História/UFRGS, sob orientação do Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt, tendo como tema de pesquisa a atuação de historiadores em arquivos públicos estaduais, na atualidade.

Estou iniciando o trabalho, e nesta fase tenho como objetivo mapear os arquivos estaduais em todo o Brasil, produzindo levantamento com informações sobre as instituições e seus acervos, buscando conhecer especialmente o perfil de atuação profissional de suas equipes. A partir do mapeamento inicial, desejo aprofundar a pesquisa em algumas instituições, com centralidade na atuação dos(as) historiadores(as), momento em que pretendo realizar entrevistas, acessar materiais produzidos por estes profissionais enquanto servidores das instituições arquivísticas, etc.

Neste sentido, conto com a colaboração do APESP por meio da indicação de uma servidora ou servidor que possa responder ao formulário em anexo (com informações gerais sobre este Arquivo), e orientar-me indicando os caminhos para que seja possível dar sequência à pesquisa.

Grata desde já pela atenção, fico à disposição para esclarecimentos a respeito de meu projeto de pesquisa, que também segue em anexo.

Cordialmente,

--

Clarissa Sommer Alves
Historiadora - Arquivo Público do RS
Mestranda em História - PPG História/UFRGS
Fone: (51)98220-4356

2 anexos



Projeto Mestrado UFRGS 2016 Clarissa Sommer.pdf

363K



Tabela para Mapeamento Arquivos e Perfil Profissional.pdf

64K

5. Arquivos Públicos Estaduais do Brasil - Dados Compilados

Região	UF	Instituição Arquivística Pública Por Estado	Ano de Fundação	Vinculação Administrativa	Endereço	Telefone	Contatos Virtuais / Mídias Sociais	
Centro-Oeste	DF	Arquivo Público do Distrito Federal	1985	Casa Civil	Setor de Garagens Oficiais (SGO), Quadra 5, Lote 23, Brasília/DF	(61) 3361-7739	Site: www.arpdf.df.gov.br E-mail: arquivopublico@arquivopublico.df.gov.br Facebook: /ArPDF Instagram: @arpdf Twitter: @arpdf	
	GO	Arquivo Histórico Estadual de Goiás	1976	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte	Centro Cultural Marietta Telles Machado, Praça Cívica, nº. 2, Centro, Goiânia/GO	(62) 3201-4656	Site: site.seduc.go.gov.br/arquivo-historico-estadual/ E-mail: arquivohistorico-go@hotmail.com Facebook: /arquivohistoricogo Instagram: @arquivohistoricogo	
	MT	Superintendência de Arquivo Público	1896	Secretaria de Estado de Gestão	Av. Getúlio Vargas, 451, Centro, Cuiabá/MT	(65) 3613-1800	Site: www.apmt.mt.gov.br E-mail: arquivopublico@gestao.mt.gov.br	
	MS	Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul	1987	Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul	Av. Fernando Corrêa da Costa, 559, Térreo, Centro, Campo Grande/MS	(67) 3316-9167 / 9139	Site: www.fundacaodecultura.ms.gov.br/arquivo-publicoestadual-de-mato-grosso-do-sul-ape/ E-mail: arquivopublicoms@gmail.com	
Nordeste	AL	Arquivo Público de Alagoas	1962	Gabinete Civil do Estado de Alagoas	Rua Sá e Albuquerque, s/n, Jaraguá, Maceió/AL	(82) 3315-7879	Site: www.arquivopublico.al.gov.br E-mails: apa.comunica@gmail.com alarquivopublico@gmail.com Facebook: /arquivopublicodealagoas Instagram: @arquivopublicoalagoas Twitter: @arquivopublico1	
	BA	Arquivo Público do Estado da Bahia	1890	Fundação Pedro Calmon /Secretaria de Cultura	Ladeira de Quintas, 50, Baixa de Quintas, Salvador/BA	(71) 3116-2140	Site: www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=66 E-mail: apb.fpc@fpc.ba.gov.br	
	CE	Arquivo Público Estadual do Ceará	1916	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult)	Rua Senador Alencar, Nº 348, Centro, Fortaleza/CE.	(85) 3101-2613 / 2614	Site: https://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico E-mails: marsporto2@yahoo.com.br apec@secult.ce.gov.br	
	MA	Arquivo Público do Estado do Maranhão	1974	Secretaria de Estado da Cultura e Turismo	Rua de Nazaré, 218, Centro, São Luís/MA	(98) 3218-9927	Site: www.cultura.ma.gov.br/apem E-mail: apem@sectur.ma.gov.br	
	PB	Paraíba	Não possui arquivo público institucionalizado.					
	PE	Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano	1945	Casa Civil	Rua do Imperador D.Pedro II, 371, Bairro de Santo Antonio, Recife/PE	(81) 3184-1125	Site: www.arquivopublico.pe.gov.br E-mail: atendimento@arquivopublico.pe.gov.br Facebook: /arquivopublicodepernambuco Instagram: @arquivopublicodepernambuco	
	PI	Arquivo Público do Estado do Piauí	1909	Secretaria Estadual de Cultura	Rua Coelho Rodrigues, 1016, Centro, Teresina/PI	(86) 3222-9245	Site: www.arquivopublico.pi.gov.br E-mail: arquivopublicodopiaui@gmail.com	
	RN	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	Não identificado	Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos	Av. Coronel Estevam, 1690, Alecrim, Natal - RN	(84) 3232-6267 / 6268	Não identificados	
	SE	Arquivo Público Estadual de Sergipe	1923	Secretaria de Estado da Cultura	Praça Fausto Cardoso, Centro, Aracaju/SE	(79) 3179-1908	Site: www.cultura.se.gov.br/index.php/unidades/ E-mails: apes@cultura.se.gov.br milton.barboza@cultura.se.gov.br	

Norte	AC	Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre	1963	Secretaria de Estado da Gestão Administrativa	Rua Riachuelo, 307, Bairro José Augusto, Rio Branco/AC	(68) 3224-3835	E-mail: arquivo.sga@ac.gov.br
	AM	Arquivo Público do Estado do Amazonas	1897	Secretaria de Administração e Gestão	Rua Bernardo Ramos, em frente à Praça Dom Pedro II, Centro, Manaus/AM	(92) 99337-6401	Site: servicos.sead.am.gov.br/arquivopublico E-mail: arquivopublico@sead.am.gov.br Facebook: /ArquivoPublicoAM
	AP	Amapá	Não possui arquivo público institucionalizado.				
	PA	Arquivo Público do Estado do Pará	1901	Secretaria de Estado da Cultura	Travessa Campos Sales, 273, Campina, Belém/PA	(91) 4009-4350	E-mail: apec.secult@yahoo.com.br Facebook: /arquivopublicoestadoopara Instagram: @arquivoestadopa Twitter: @apecsecul
	RO	Rondônia	Não possui arquivo público institucionalizado.				
	RR	Roraima	Não possui arquivo público institucionalizado.				
	TO	Tocantins	Não possui arquivo público institucionalizado.				
Sudeste	ES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	1908	Secretaria de Estado da Cultura	Rua Sete de Setembro, 414, Centro, Vitória/ES	(27) 3636-6100 / 3636-6129	Site: https://ape.es.gov.br/ E-mail: coaten@ape.es.gov.br Facebook: /arquivopublicoes Instagram: @arquivopublicoes
	MG	Arquivo Público Mineiro	1895	Secretaria de Estado da Cultura	Av. João Pinheiro 372, Funcionários, Belo Horizonte/MG	(31) 3269-1060 / 1167	Site: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/ E-mail: apm@cultura.rs.gov.br Facebook: /arquivopmineiro
	RJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	1931	Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança	Praia de Botafogo, 480, Botafogo, Rio de Janeiro/ RJ	(21) 2332-1449	Site: www.aperj.rj.gov.br E-mail: aperj@aperj.rj.gov.br Facebook: Arquivo Publico do Estado do Rio de Janeiro Twitter: @ArquivoRJ
	SP	Arquivo Público do Estado de São Paulo	1892	Secretaria de Governo	Rua Voluntários da Pátria, 596, Santana, São Paulo/SP	(11) 2868-4500	Site: http://www.arquivoestado.sp.gov.br E-mail: faleconosco@arquivoestado.sp.gov.br Facebook: /arquivoestado Instagram: @arquivoestadosp Twitter: /ArquivoPublico
Sul	PR	Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná	1855	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	Rua dos Funcionários, 1796, Cabral, Curitiba/PR	(41) 3352-2299 / 3252-1728	Site: http://www.arquivopublico.pr.gov.br E-mails: arquivopr@deap.pr.gov.br consultasai@deap.pr.gov.br
	RS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	1906	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Rua Riachuelo, 1031, Centro, Porto Alegre/RS	(51)3288-9100	Site: www.apers.rs.gov.br Blog: www.arquivopublicors.wordpress.com E-mail: apers@seplag.rs.gov.br Facebook: /ArquivoPublicoRS Twitter: @ArquivoRS
		Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	1954	Secretaria de Estado da Cultura	Rua Sete de Setembro, 1020, Centro, Porto Alegre/RS	(51) 3227-0883	Site: https://cultura.rs.gov.br/ahrs Blog: https://arquivohistoricors.wordpress.com/ E-mail: ahrs@sedac.rs.gov.br Facebook: /arquivors
	SC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	1960	Secretaria de Estado da Administração	Rua Duque de Caxias, 261, Saco dos Limões, Florianópolis/SC	(48) 3665-6200 / 6225	Site: http://www.sea.sc.gov.br/index.php/institucional/diretorias/dioesc/arquivo-publico E-mail: arquivopublico@sea.sc.gov.br

6. Categorização das atividades desenvolvidas pelas historiadoras

Área de atuação	Categoria	Núm. de Menções	Número por Área	Descrição da categoria a partir de exemplos de atividades
Administração / Gestão institucional	Atividades Administrativas	2	34	Tarefas necessárias à manutenção do funcionamento das instituições, não vinculadas diretamente à área da história ou arquivística, como trâmites para contratação de pessoas e serviços, compra de materiais, supervisão de manutenções e limpeza, etc.
	Captação de Recursos	3		Escrita de projetos para busca de recursos, seja dentro da administração pública ou em concorrência por editais.
	Planejamento e Gestão Institucional	19		Atividades desenvolvidas por chefias / coordenações que envolvem planejamento das atividades da instituição a curto, médio e longo prazo, organização e acompanhamento do trabalho das equipes por meio de reuniões e relatórios, sistematização de relatórios com registro das atividades, prazos, metas e outros indicadores, articulação política com esferas superiores para implementar planejamentos, etc.
	Representação da instituição em Órgãos Colegiados	10		Representar o arquivo ou a área de arquivos em comissões, comitês, colegiados, conselhos, grupos de trabalho externos, etc. Ex.: Comitê Nacional Memória do Mundo UNESCO, Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), Fórum Nacional de Arquivos, Comissão Nacional da Verdade
Atendimento às usuárias	Atendimento às usuárias	18	18	Atendimento aos pesquisadores e demais usuários nas salas de pesquisa da instituição, promovendo o acesso qualificado aos documentos. Envolve atendimento presencial, por telefone e e-mail, emissão de relatórios, divulgação de instrumentos de pesquisa e instrução quanto aos seus usos, etc.
Difusão	Ações educativas / Educação Patrimonial	6	60	Produção de atividades e materiais educativos, como oficinas, exposições virtuais, jogos didáticos, etc., que tenham o patrimônio cultural / documental como centro no desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem.
	Organização de Eventos e Exposições	26		Concepção, organização e promoção de palestras, seminários, rodas de conversa, cursos, etc. Curadoria, concepção, produção e montagem de exposições em meio físico e virtual. Envolve pesquisas de acervos e bibliográficas, produção escrita de textos, pesquisa e seleção de imagens, etc.
	Produções Editoriais	15		Produção de publicações impressas ou virtuais de difusão da instituição e de seus serviços (fôlderes, revistas, encartes, etc.), de difusão da produção intelectual na área de arquivos e da história, anais de eventos ou mostras de pesquisa, livros temáticos relacionados a fundos custodiados pela instituição, publicações de caráter técnico para capacitação em arquivística e outras áreas relacionadas, etc.
	Visitas mediadas	13		Recebimento de grupos diversos para visita pelas dependências da instituição, difundindo seu espaço e acervos.
Gestão documental	Assessoria e capacitação em Gestão Documental	12	23	Orientação de órgão públicos e capacitação de servidores para realização de gestão documental desde a produção dos documentos até sua destinação final. Participação em comissão voltadas à gestão documental no estado.
	Normatização da Gestão Documental	11		Definição de diretrizes e construção de instrumentos de gestão documental, como Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos. Gestão de Protocolos.
Pesquisa histórica	Assessoria/pesquisa histórica em acervos para difusão/produções diversas	5	11	Pesquisa em documentos de diversos suportes e tipologias para subsidiar produções diversas, como laudos e relatórios, publicações impressas, eletrônicas e em mídias sociais, exposições, materiais de eventos, filmes e documentários.
	Pesquisa histórica para tratamento arquivístico de acervos	6		Pesquisa de história, especialmente administrativa e biográfica, para embasar a construção de quadros de arranjo e a classificação em geral, assim como para a descrição arquivística de fundos documentais.
Tratamento de Acervos	Descrição documental	26	58	Produção de instrumentos de pesquisa como guias, inventários, catálogos e índices. Descrição de fundos a partir de normas arquivísticas como ISAD-G e NOBRADE. Indexação e descrição de documentos em sistemas informatizados próprios de gestão dos acervos, ou sistemas e softwares de descrição para acesso e difusão, como o ICA-Atom.
	Preservação de Acervos	7		Ações de conservação preventiva de acervos (controle de temperatura e umidade, controle de pragas e de interações químicas, higienização, etc.) assim como reparos e restauração do documentos em diferentes suportes.
	Tratamento técnico de acervos	25		Identificação, classificação/arranjo, avaliação, ordenação e acondicionamento de documentos. Gerenciamento de acervos nos espaços físicos de guarda.

Obs. 1: A coluna “Núm. de Menções” refere-se ao número de vezes que determinada categoria de atividade foi referida entre os 44 questionários respondidos.

Obs. 2: A coluna “Número por Área” refere-se a soma do número de menções às atividades de determinada área de atuação.

7. Produtos do fazer de historiadoras dos Arquivos: amostra qualitativa

Arquivo	Historiadora Entrevistada	Produto Selecionado	Forma de Acesso
APESP	1 Andresa Cristina Oliver Barbosa	Exposição Educativa Virtual "A Revolta da Chibata"	Disponível em: http://200.144.6.120/exposicao_chibata/creditos.php
	2 Bruno Pereira Silva Cunha	Expediente para a aprovação da TTD-Fim da EMPLASA, órgão da administração indireta (páginas 13-19), 2018.	Recebi por e-mail
	3 Carlos de Almeida Prado Bacellar	Decreto 52.026/2007, reorganiza a Unidade de Arquivo Público, da Casa Civil, e dá proviências correlatas.	Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_52026_de_01_de_agosto_de_2007.pdf
	4 Haike Rosalane Kleber da Silva	Artigo "O Arquivo Público do Estado de São Paulo e a historiografia da pós-graduação paulista". Revista ÁGORA, 2016. Em parceria com Stanley da Rosa Silva.	Disponível em: http://www.brapi.inf.br/index.php/article/view/0000022115/9c0bca5305ca841207ef96b19d2a05ac
	5 Ieda Pimenta Bernardes	Publicação "Roteiro para Elaboração de PCD e TTD das Atividades-Fim", 2018. Coordenação e revisão final.	Recebi o livro impresso. Também disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/roteiro-para-elaboracao-de-plano-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-de-documentos-das-atividades-fim
	6 Marcelo Antonio Chaves	Editorial no último número da Revista Histórica, n. 63, 2015.	Revista do Arquivo: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/editorial.php
APERJ	1 Clarissa Ramos Gomes	Descrição da Coleção Família Bustamente no Ica-AtoM	Disponível na base de dados: http://200.222.27.136/index.php/familia-bustamante
	2 Daniel Guimarães Elian dos Santos	Descrição do Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro no Ica-AtoM	Disponível na base de dados: http://200.222.27.136/index.php/PzLu
	3 Maria Tereza Villela Bandeira de Mello	Relatório Anual de Atividades, 2018.	Recebi por e-mail
	4 Paulo Knauss de Mendonça	Artigo "Arquivos Vivos da Administração Pública: o Programa de Gestão de Documentos do Estado do RJ (PGD-RJ)". Cadernos do Desenv. Fluminense, 2013. Em parceria com Mariana do Nascimento e Danilo Bueno.	Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9346
AHRs	1 Ananda Simões Fernandes	Exposição "O sequestro dos uruguaios em Porto Alegre: 40 anos depois"	Fotografias dos banners da exposição, recebidas por e-mail
	2 Rejane Silva Penna	Livro "O tempo e o Rio Grande nas imagens do Arquivo Histórico do RS", 2011. Organizadora.	Acesso ao livro impresso + Notícia sobre Prêmio Açorianos de Literatura, Categoria Especial 2012: https://estado.rs.gov.br/o-tempo-e-o-rio-grande-nas-imagens-do-arquivo-historico-do-rs-recebe-premio-acorianos-de-literatura
APERS*	3 Caroline Acco Baseggio	Atendimentos à pesquisadoras feitos via e-mail	Recebido por e-mail
	4 Nôva Marques Brando	Catálogo Seletivo I - Escravidão, Liberdade e Tutela	Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1513790173.2017.12.20_Catalogo_Tutela.pdf

* Conforme registrei no Prelúdio (pág. 69-71), optei por não entrevistar as colegas Caroline Baseggio e Nôva Brando, porém, suas experiências como historiadoras do APERS não deixam de ser consideradas como parte da amostra qualitativa, para o que considerei a resposta ao questionário e os produtos aqui referidos.